



CLIPPING ON-LINE - AGROTÓXICO
2013



Governo do Estado da Bahia – Jacques Wagner

Secretário da Saúde do Estado da Bahia – Jorge Solla

Diretora de Vigilância e Atenção à Saúde do Trabalhador – Leticia Nobre

Apresentação

O Núcleo de Comunicação (NUCOM) da Diretoria de Vigilância e Atenção à Saúde do Trabalhador (DIVAST) inicia em 2009 atividades de produção, edição e distribuição interna de *clipping* envolvendo o tema saúde e trabalho de interesse da Divast na mídia on-line.

Durante estes quatro anos o trabalho do Núcleo tem sido marcado pelo esforço de criar cadernos temáticos como fontes documentais de apoio para pesquisa sejam por profissionais e estagiários / residentes da DIVAST, seja por pesquisadores de outras instituições da área de saúde do trabalhador e afins com objetivo de produzir informações e análises que subsidiem ações de gestores da administração pública.

As clipagens abordam os temas amianto, agrotóxico, acidente de trabalho, acidente de trabalho na construção civil, acidente com moto, assédio moral, chumbo, saúde do trabalhador e urânio. Este caderno é dedicado ao tema agrotóxico.

Clipping especializado com notícias divulgadas pela mídia on-line através da busca Google.

Área Temática: Agrotóxico

Período de Análise: Janeiro / Dez 2013

As notícias foram encontradas nas seguintes mídias on-line:

Blog: Assis Ramalho, Cartageografica, Edward luz, Pimenta.

Jornais: Bahia Noticias, Correio24horas, Diário do Nordeste, Eco Finanças, Folha do Bico, Folha de São Paulo, G1.globo, Jornale, Jornal Cana, Jornal Diário, Jornal de Londrina, Jornal O Diário, Nova Fronteira, O Expresso, O Globo, O Progresso, Repórter Brasil, Valor Econômico.

Ong: Repórter Brasil, Amazonia, AS-PTA.

Portal: Portal Agro, Portal Agro Olhar, Portal ANVISA, Portal Brasil, Portal Cidade Verde, Portal Empresa Brasil de Comunicação, Portal EBC/Radioagência Nacional, Portal do Governo do Estado de Rondônia, Portal Ministério da Agricultura, Portal Senado Federal, Portal Secretaria de Estado da Saúde do Piauí.

Revistas: ForumSpressoSP, Revista Sina, Revista Dom Total, Revista Forum, Revista Proteção.

Site: Adab, Agrolink, Agrosoft, Amigos da Terra Brasil, Bonfim Agora, Câmara dos Deputados, Cenário MT, Ciência e Cultura UFBA, Contra os Agrotóxicos, Correiopravda.ru, Ecofinanças, Forum Brasileiro de Economia Solidária, Idec, Instituto Biológico de São Paulo, Midia News, Ministério Público da Bahia, Movimento dos Pequenos Agricultores Brasil, MPA Brasil, MST, Planalto, Mundo Sustentável, Rede globo, Rondonia Dinâmica, Rural Brasil, Secretaria de Agricultura de Minas gerais, Supremo Tribunal Federal, STF, Terra de Direitos, Transportabrasil, Tudorondonia, Uol, Valor Econômico, Viomundo.

Televisão: TV Bonfim Agora, Rede Globo.

Técnico Responsável:

Fátima Falcão / NUCOM / DIVAST

Índice

Brasil está na contramão da discussão sobre agrotóxicos 13

Site Ciência e Cultura Agência de notícias em C&T – 11/01/2013.

Produção de hortaliças com agrotóxicos usava trabalho escravo Grupo de 12 vítimas cumpria jornada exaustiva, aplicava defensivos agrícolas sem proteção e recebia apenas uma das refeições do dia 16

Ong Repórte Brasil. 01/02/2013.

Primeira reunião pública de 2013 discute restrição a agrotóxico 19

Portal ANVISA. janeiro de 2013.

Tecnoagro 2013 discute destinação de embalagens vazias de agrotóxicos 20

O Progresso. 8/02/2013.

Monocultivo de soja invade região do Araguaia, no Mato Grosso Plantações mecanizadas substituem pastos da pecuária e transformam a região. Com financiamento público, produção é marcada por uso intenso de agrotóxicos 21

Ong Repórter Brasil. 13/02/2013.

Idaron de União Bandeirantes interdita comércio de agrotóxicos 23

Portal do Governo do Estado de Rondônia. 15/02/2013.

Governador da BA pede apoio da presidente Dilma para solucionar grave problema na agricultura baiana 25

Site Ecofinanças. 28 /02/2013.

Mapa registra 16 novas marcas de agrotóxicos biológicos 27

Portal Ministério da Agricultura. 05/03/2013.

Problemas causados por agrotóxicos e afins, em âmbito estadual, é discutido na 1ª Reunião Plenária de 2013 28

Site do Ministério Público da Bahia. 07/03/2013.

CCT vota criação de política de apoio ao agrotóxico natural 29

Portal Senado. 08/03/2013

Dobra venda de agrotóxico biológico em 2013 30

Jornal Cana. 08 de março de 2013

Agricultores da Bahia têm perdas de R\$1 bi por praga em 2 safras 31

Site Ecofinanças. 11/03/2013.

Liberados agrotóxicos para controle da lagarta na Bahia 32

Portal Ministério da Agricultura. Brasil, 04/03/2013.

Liberado para a Bahia produto que pode salvar lavoura da soja e do algodão 33

Site ADAB. Bahia, 18/03/2013.

Pesquisa acaba com duvidas sobre efeitos de transgênicos para saúde 34

Site Fórum Brasileiro de Economia Solidária. 19/03/2013.

Wanderlei Pignati: Até 13 metais pesados, 13 solventes, 22 agrotóxicos e 6 desinfetantes na água que você bebe 36

Site Viomundo. 22/03/2013.

Lagarta que ataca safra atual é de espécie exótica, descobre Embrapa 48

Site Ecofinanças. 25/03/2013.

Liberação de agrotóxicos foi irregular, diz Procuradoria 49

Site Uol. 07/04/2013.

Shell e Basf irão pagar indenização por contaminação de ex-funcionários 50

Revista Fórum. 10 de abril de 2013.

Liberação de agrotóxico novo causa polêmica em Brasília 55

G 1 Globo. 11/04/2013.

Agrotóxicos, saúde, meio ambiente e Justiça 56

Site Idec. 14 de abril de 2013.

Lagarta Helicoverpa: mais um sério problema 59

Site Instituto Biológico. São Paulo, 17.04.2013

Viúvas do Veneno 61

Diário do Nordeste, 17.04.2013.

Brasil registra o aumento de mortes por agrotóxicos 63

Diário do Nordeste. 17/04/2013.

Rondônia promoverá Encontro Nacional de Fiscalização sobre agrotóxico 67

Site Tudorondonia. 17/04/2013.

Moradores bebem e pagam por água contaminada 68

Jornal Diário do Nordeste. 20/04/2013.

Agrotóxicos: Brasil já sofre colapso das colméias 73

Revista Sina. 22 de abril 2013.

A saúde da população esta em risco devido a cumplicidade do estado com o agronegócio 76

Site do MPA Brasil. 23 Abril 2013.

Jovem britânica morre após tomar agrotóxico vendido como remédio para emagrecer 78

Site UOL. 25/04/2013.

Idaron capacita servidores em Fiscalização de Agrotóxico 80

Site Tudorondonia. 26/04/2013.

Comissão Europeia suspende uso de pesticida acusado de ameaçar abelhas 81

O Globo. 29/04/13.

Falta de crédito desafia a economia solidária', diz Paul Singer 83

Site Forum Brasileiro de Economia Solidária.

Uso de agrotóxico importado no Oeste preocupa Ministério Público 84

Jornal O Expresso. 04/05/2013.

Agrotóxico proibido poderá ser usado no oeste baiano 86

Bahia Notícias. 04 de Maio de 2013.

Nota de Repúdio à Pulverização Aérea 86

Site Contra os agrotóxicos. 06/05/2013.

Técnico é multado por indicar uso do agrotóxico que intoxicou alunos 88

G1 globo. 07/05/2013.

Praga ataca plantação de soja na bahia e autoridades desconfiam de bioterrorismo 90

Blog Pimenta. 12/05/2013.

Tipo de agrotóxico suspeito de matar abelhas no mundo é usado no país 91

G1 Globo. 12/05/2013.

Praga atinge plantações de algodão; prejuízos superam R\$ 1 bi, diz Seagri 95

Site g1 globo. 13/05/2013.

Bioterrorismo: lagartas atacam plantações de algodão na Bahia 97

TV Bonfim Agora. 13 de maio de 2013.

Uso indiscriminado de agrotóxico ameaça a vida no planeta 98

Portal do EBC / Radioagência Nacional. 21/05/2013.

Seminário apresentará plano de ação contra excesso de agrotóxicos no Piauí 98

Portal da Secretaria de Estado da Saúde do Piauí. 27/05/2013.

Agrotóxicos: 63% dos comerciantes entregaram o relatório de controle no prazo ao IMA 99

Site da Secretaria de Agricultura de Minas Gerais. 27/05/2013.

Monsanto perde processo criminal contra movimentos sociais 101

Site terra de direitos. 27/05/2013.

Justiça suspende autorização de uso de agrotóxico na Bahia 104

Correio24horas. 29/05/2013.

Banalização do uso de agrotóxicos 105

Site jornal de Londrina. 29.05.2013.

O poder das corporações que controlam o comércio dos agrotóxicos 106

Site Correio pravda.ru. 29.05.2013.

Paraná recolhe 1,2 mil t de agrotóxicos proibidos 115

Jornale. Paraná, 29/05/2013.

Municípios expõem dificuldades no combate aos agrotóxicos 117

Portal da Secretaria de Estado da Saúde do Piauí . 30/05/2013.

Mais de 40 toneladas de agrotóxicos foram apreendidas na Bahia 118

Site Uol. 31 de maio de 2013.

Seminário apresentará plano de ação contra excesso de agrotóxicos no Piauí 120

Portal Secretaria de Saúde do Estado do Piauí. 02/06/2013.

Encontro Nacional de Fiscalização sobre agrotóxico acontece dia 11 121

Rondônia Dinâmica. 03/06/2013.

Anvisa garante que não aprovará agrotóxico contra a helioverpa "sob pressão" 122

Site valor econômico. 03/06/2013.

Praga destrói lavouras de soja, milho e algodão por todo o Brasil 123
Site g1.globo. 06/06/2013.

Veneno utilizado no dendê preocupa comunidades no Pará 125
Moradores da região nordeste do Estado, onde o plantio disparou, reclamam de problemas de saúde e da perda de pequenas criações de aves
Reporter Brasil. 14/06/2013.

Praga destrói lavouras de soja, milho e algodão por todo o Brasil 127
Jornaldiário. Mato Grosso. 16.06.2013

Demandam aos governos limitar o uso de pesticida encontrado em humanos 128
Site Amigos da Terra Brasil. 17 de junho de 2013

29% dos alimentos contém agrotóxicos além do permitido 131
Site agrolink. 25/06/13.

Apicultores apontam agrotóxicos como culpados por mortes de abelhas 133
Site Câmara dos Deputados. Brasília, 4/07/2013.

A cultura de grãos depende de agrotóxicos, diz Embrapa 135
Site Câmara dos Deputados. Brasília, 04/07/2013.

Defesa ao Consumidor 137
Site Rural Brasil. 5/07/2013.

Cada tipo de agrotóxico é indicado para uma espécie diferente de praga 138
Rede Globo. 6/07/2013.

Praga importada se alastra por 12 estados e prejudica lavouras 140
O Globo. 06/07/2013.

Antídoto ao inseto é muito tóxico aos seres humanos e seu uso gera polêmica 142
O Globo. 07/07/2013.

Comissão aprova informação sobre agrotóxico em rótulo de alimento 146
MST. 08/07/2013.

O Conselho nacional de Segurança Alimentar e Nutricional enviou no dia 1º julho uma exposição de motivos à presidenta Dilma Rousseff sobre a agenda de enfrentamento ao uso de agrotóxicos no Brasil 147
Site Contra Os Agrotóxicos. 09/07/2013.

Agrotóxicos: Anvisa divulga orientação sobre alteração pós-registro 148
Portal Anvisa. Brasília, 11 de julho de 2013.

Norma define procedimentos para licenciamento de importação de agrotóxicos 149
Site Ministério da Agricultura. 11/07/2013.

A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural aprovou na quarta-feira (10) proposta (PDC 809/12) que revoga a proibição da pulverização aérea com agrotóxicos que contenham Imidacloprido, Tiametoxam, Clotianidina ou Fipronil 150
Site da Câmara de Deputados. 16/07/2013.

Agrotóxico na merenda: protestos eclodem na Índia após morte de 22 crianças por merenda contaminada 152
Site Contra Os agrotóxicos. 17 /07/ 2013.

Área plantada e consumo de agrotóxicos por Unidade da Federação - 2005/2009 153
Blog Cartageografia. 19/07/2013.

Muito usado e pouco conhecido 158
Site Contra Os agrotóxicos. 17 /07/ 2013.

Fórum de combate a agrotóxicos programa encontro nacional 160
Revista proteção. 24/07/2013.

Cresce em 79,7% o recolhimento de embalagens vazias de agrotóxicos 161
Folha do bico. 24/07/2013.

Aumentam suspeitas de Bioterrorismo contra o Brasil 162
Edwardluz. 30 de julho de 2013.

Horta na BA tem mais de 50 tipos de hortaliças cultivadas sem agrotóxicos 165
G1 Globo. 04/08/2013.

Suspensa comercialização de três produtos agrotóxicos no RS 167
Site STF. 13 de agosto de 2013.

Brasil recebe apoio inglês para projeto de agricultura sustentável 168
Portal Empresa Brasil de Comunicação. 14/08/2013 - 15h30.

Filme reafirma MT como campeão em agrotóxico 170
Midia News. Cuibá, 21.08.2013.

Uso indevido de agrotóxicos afeta 20% de grãos e frutas no Brasil 171
Site Uol. 03/09/2013.

Monocultivo e veneno ameaçam Chapada do Apodi (RN). Documentário “Chapada do Apodi – morte e vida” reúne críticas a projeto que ameaça 6 mil agricultores familiares. Assista ao vídeo e leia artigo do diretor 174
Repórter Brasil. 09/09/2013.

Produtores rurais da Bahia vão à Casa Civil pedir ação efetiva contra a Helicoverpa 177
Jornal Nova Fronteira. 09/09/2013.

Mais de 130 mil quilos de embalagens de agrotóxicos são recolhidos, em RO 178
G1 Globo. Rondônia, 11/09/2013.

Coleta de embalagens de agrotóxicos aumenta 43% em RO, diz Idaron 180
G1 Globo. Rondônia, 12/09/2013

Neonicotinoides: que são e como podem afetar você 181
Repórter Brasil. 12/09/2013

MPF/DF quer suspender registro do agrotóxico com carbendazim no Brasil 185
MidiaNews. 22.09.2013.

Brasil não tem lei sobre contaminação de águas subterrâneas por agrotóxicos 187
Revista DomTotal. 23/09/2013.

Autorizado uso de novo agrotóxico para a ferrugem da soja 189
Portal Anvisa. 27/09/2013.

Praga na lavoura de soja faz Piauí iniciar combate em 25 municípios 190
Portal Cidade Verde. Piauí, 01/10/13.

Uso de agrotóxico acefato no País ganha novas regras 192
Portal Brasil. 03/10/2013.

CMA pode votar limites para pulverização aérea de lavouras 194
Portal Senador Federal. 11/10/2013.

Helicoverpa armígera é tema de audiência pública na Bahia 196
Jornal Nova Fronteira . 13/10/2013.

Lago de Sobradinho está contaminado por agrotóxicos, metais pesados e outras substâncias 198

Blog do Assis Ramalho. 20 de outubro de 2013.

Brasil descarta corretamente 32 mil toneladas de embalagens de agrotóxicos em 2013 200

Site Transportabrasil. 21/10/2013.

Consea pede veto a proposta que flexibiliza agrotóxicos 202

Site Planalto. 21/10/2013

Dez anos de transgênicos no Brasil: primeiro dia de debates traz balanço crítico da liberação dos “OGMs” no país 205

Terras de Direitos. 22/10/13.

A legislação de agrotóxicos e a “pseudoirresponsabilidade” do usuário 208

Mundo Sustentável. 23 de outubro de 2013.

Conab aponta aumento de 345% do uso de agrotóxicos nos últimos 12 anos 215

Terras de Direitos. 24/10/13.

Pesquisa mostra que 29% dos alimentos têm resíduos de agrotóxicos 216

Ong. Amazonia 30/10/2013.

Bahia aprova plano de R\$ 6,3 mi contra lagarta 217

Site Cenário MT. 5/11/2013.

Ignorância ainda mata agricultores no manuseio do agrotóxico 217

Portal Agro Olhar. 03/11/2013.

Praga destrói lavouras na Bahia e estado de emergência é decretado 219

G1.Globo. 5/11/2013.

Medidas de manejo à Helicoverpa no oeste da Bahia serão publicadas esta semana 220

Mídia News. 06/11/2013.

MT finaliza pedido de inclusão em estado de emergência fitossanitária 222

G1 globo. 07/11/2013.

Governo autoriza importação de agrotóxicos contra lagarta helicoverpa 223

Uol. 07/11/2013 13h07.

Decretado estado de emergência fitossanitária no oeste da Bahia 224

Site. Agrosoft 07/11/2013.

Agricultura autoriza importação de agrotóxicos para conter praga em lavouras na Bahia 225

Correio 24horas. 08.11/2013.

Milho guaxo repleto de ovos de Helicoverpa em meio à soja 226

Ong. Amazonia.19/11/2013.

Piauí pede decretação de estado de emergência devido a praga Helicoverpa 228

Site Agrolink. 19/11/2013.

Brasil é o maior consumidor de veneno agrícola do mundo 229

Ong. Amazonia. 21/11/2013.

Transgênicos resistentes a agrotóxico podem ser liberados 230

Portal EBC. 12/12/2013.

Por que somos os campeões no consumo de agrotóxicos? 232

Site MST.

37,7 mil t de embalagens de agrotóxicos tiveram destino correto em 2013 235

Portal Agro. 17 de dezembro de 2013.

POR UM BRASIL ECOLÓGICO

LIVRE DE TRANSGÊNICOS & AGROTÓXICOS 236

ONG AS-PTA. 20/12/2013.

11 de janeiro de 2013 às 02:

Brasil está na contramão da discussão sobre agrotóxicos

O uso desenfreado do agrotóxico vai causar grandes epidemias de doenças daqui a 2050, afirma o pesquisador Ademário Spínola

Em 1862, a bióloga norte americana, Rachel Carson, deu o primeiro alerta sobre os efeitos adversos da utilização de pesticidas e inseticidas químicos sintéticos. A pesquisadora explicava como o DDT – Dicloro-Difenil-Tricloroetano, por exemplo, penetrava na cadeia alimentar e acumulava-se nos tecidos gordurosos dos animais, inclusive do homem, com o risco de causar câncer e dano genético. A consequência dessas descobertas foi a proibição nacional da utilização de DDT e outros pesticidas, e o surgimento de grupos ambientalistas nos Estados Unidos.

O Brasil, ao contrário de muitos países da Europa, está na contramão dessa proibição. O uso de agrotóxicos está regulamentado através da Lei n.º 7.802/89 e do Decreto n.º 4.074, de 2002 e, segundo pesquisa feita pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e pelo Ministério da Saúde, o país se tornou o maior usuário de agrotóxico do mundo.

De que maneira um produto químico, que já foi utilizado como arma de destruição de pessoas, pode ser “receitado” pelo governo como um componente para o desenvolvimento da agricultura? No mínimo, os riscos que o seu uso pode trazer para a saúde humana, sobretudo através contaminação dos alimentos, não são levados em conta.

De acordo com o coordenador do grupo de estudos em tecnologias, Ambiente, Saúde e Sociedade da Universidade Federal da Bahia (TASS) e representante da instituição no Fórum baiano de combate aos impactos dos agrotóxicos, Ademário Galvão Spínola, juntamente com o professor Altino Bonfim, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA, o problema é que a sociedade não toma parte dessa discussão e acaba consumindo produtos contaminados.

“Os agrotóxico é uma temática que está essencialmente ligada à saúde pública, mas tem uma forte ligação com o agronegócio, onde o país se propõe a exportar mais e acaba usando a tecnologia para aumentar e tornar essa prática mais rentável possível com o uso do agrotóxico”, problematizou Spínola.

O professor também avalia que está em pauta o porquê da permissão, no Brasil, do uso de substâncias que foram banidas em outros países, justamente por haver evidências de que prejudicam a saúde das pessoas, dos animais e dos solos. “Temos que entender que o agrotóxico é um veneno que mata a praga e mantém a agricultura produtiva, mas ele mata também as vidas pertencentes a esse ambiente no entorno, como as bactérias do solo, os animais e em alguns casos contamina até as águas dos rios”.

O país é campeão em uso de agrotóxico devido a priorização da política de exportação dos Estados. “Os nossos governos estão cada dia mais interessados na política de exportação, na perspectiva da reprimarização da economia, baseada nas *comodites* dos alimentos. Hoje, diante de todos os riscos provocados pelo uso abusivo do agrotóxico, eu, enquanto médico, tenho a preocupação de receitar alimentos saudáveis, reforçando que tem que ser sem agrotóxico”, afirmou.

Histórico

Com outra publicação clássica e referencial para a agroquímica, intitulada, “Organic Chemistry in its application to agriculture and physiology (Química Orgânica na aplicação para agricultura e psicologia, em tradução livre)”, do químico alemão Justus Von Liebig, 1840, uniu-se o desejo desenfreado da indústria do agronegócio em ampliar suas vendas e o mercado de fertilizantes químicos cresceu. Começariam, mais tarde, a fomentar a agricultura mundial.

A disseminação da Teoria Liebig – que sustenta que a nutrição das plantas se dava, essencialmente, por meio das substâncias químicas presentes no solo e que o aumento da produção agrícola era diretamente proporcional à quantidade de substâncias químicas incorporada ao solo – não contava com os efeitos dessas substâncias nas espécies humanas.

Durante a Segunda Guerra Mundial, período de grande avanço químico industrial e farmacêutico, a produção de agrotóxicos cresceu em notoriedade. Isso porque eles serviam como arma química nas guerras da Coreia e do Vietnã, que dizimou milhares de soldados e civis, além de ter contaminado o meio ambiente.

O surgimento da Revolução Verde – nas décadas de 60 e 70, o qual se baseia na utilização de sementes geneticamente melhoradas e uso de fertilizantes e agrotóxicos para aumentar a produção agrícola, foi fundamental para a expansão, no Brasil, da importação de produtos químicos, da instalação de indústrias produtoras e formuladoras de agrotóxicos. O governo também seguiu este modelo agrícola e incentivou, através do crédito rural, o uso de agrotóxicos e fertilizantes.

Alternativas ao uso do agrotóxico

Infelizmente, não é possível contar com os orgânicos para uma produção e consumo livres de pesticidas. Eles são inviáveis devido ao alto custo, e reforçam um quadro de injustiça socioambiental. Os mais pobres pagam o preço. Isto é, além de não terem o direito de escolha, consomem o alimento mais contaminado. Ademário explica ainda que é falsa a viabilidade dos orgânicos porque outras pesquisas já identificaram impactos do consumo desses alimentos na saúde.

O pesquisador aponta a Agroecologia como melhor alternativa para o desvencilhamento dessas práticas danosas à saúde. “Temos que voltar ao tempo dos nossos avós e pais, onde plantávamos nosso alimento em casa, livre de venenos e de transgênicos. Precisamos nos reeducar para sermos menos consumistas e mais próximos da natureza”, defende.

“O governo tem que legislar para obrigar o comerciante a identificar nas prateleiras os produtos que usam agrotóxicos e o quanto está presente no produto, pois a olho nu a população não tem como identificar”, reivindica o professor, que comenta a existência de um projeto que propõe que o restaurante universitário da UFBA use apenas produtos isentos de agrotóxicos.

O professor destaca, nesse sentido, a importância de se divulgar essas informações na imprensa para que a população tenha o direito de escolha. “Na UFBA, vários professores fazem estudo acerca do uso dos agrotóxicos e nossa intenção é unir esses estudos no próximo ano para unir esforços em tono do **esclarecimento dessa temática à sociedade**”.

Fonte:

<http://www.cienciaecultura.ufba.br/agenciadenoticias/noticias/brasil-esta-na-contramao-da-discussao-sobre-agrotoxicos/>

01/02/2013 - 17:34

**Produção de hortaliças com agrotóxicos usava trabalho escravo
Grupo de 12 vítimas cumpria jornada exaustiva, aplicava defensivos agrícolas sem proteção e recebia apenas uma das refeições do dia**

Uma pequena propriedade localizada na zona rural de Goiânia (GO), chamada Fazenda Palmito, foi flagrada explorando 12 trabalhadores em condições análogas às de escravo por uma fiscalização da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego de Goiás (SRTE/GO), ocorrida no dia 21. As vítimas cultivavam pés de alface, couve, brócolis e outros tipos de folhagens sem a garantia de condições trabalhistas mínimas. Os funcionários eram expostos a agrotóxicos e sujeitos a jornadas exaustivas. Parte da plantação das verduras tinha como destino as feiras-livres de municípios no entorno da capital do Estado.

“O manuseio de agrotóxicos sem nenhum tipo de proteção era um dos fatos mais graves. No caso de hortaliças, é sabido que o uso de veneno é maior do que nas lavouras consideradas extensivas”, destaca Valdiviano Vieira da Silva, superintendente substituto da SRTE/GO, que enviou os auditores fiscais responsáveis por coordenar essa operação. Também participaram agentes da Polícia Federal (PF) e do Ministério Público do Trabalho (MPT).



Vítimas trabalhavam agachadas durante horas na colheita (Fotos: SRTE/GO)

A fiscalização encontrou e libertou as 12 vítimas, todos homens adultos, que trabalhavam sujeitos a condições degradantes, na colheita das hortaliças ou na aplicação de agrotóxicos sem terem recebido treinamento e os equipamentos de proteção individual (EPIs) adequados. A jornada que cumpriam costumava extrapolar mais de 12 horas por dia — mais do que o permitido pelas leis trabalhistas — e não contava com o ressarcimento do valor referente às horas extras no serviço.

“O trabalho em hortaliças costuma acontecer com o trabalhador curvado ou agachado, então, o próprio fato de extrapolar essas condições já é grave”, reforça Valdiviano, que também é agrônomo e auditor-fiscal do trabalho, à **Repórter Brasil**. Segundo o membro da SRTE/GO, o excesso de horas na jornada poderia também causar problemas de saúde às vítimas. Foram mais de 20 autos de infração flagrados, que envolviam desde o trabalho sem carteira assinada até o não fornecimento de água potável ou da quantidade de refeições necessárias pelo empregador aos 12 libertados.

As vítimas apenas recebiam o almoço e tinham de providenciar por conta própria o café da manhã e o jantar. Outro problema que configurava a situação degradante era o alojamento. O chão era de terra batida e apresentava problemas de segurança, como a fiação exposta e camas em mau estado, com colchões estragados.

Promessa de bons salários

Sem saber das condições que os aguardavam, os trabalhadores teriam chegado à Fazenda Palmito com a promessa de receberem bons salários. Uma parte do grupo libertado, quatro das vítimas, fora aliciada pelo próprio empregador na cidade de Formoso (MG), município na divisa entre Minas Gerais e Goiás. Segundo a fiscalização, não havia a participação clara de um “gato” — nome dado à figura responsável por trazer pessoas para o trabalho análogo ao de escravo. A outra parte do grupo, os oito empregados restantes, viera do entorno da própria cidade de Goiânia (GO).



Interior do alojamento onde o grupo dormia

O empregador não teve o nome revelado a pedido da SRTE/GO, para não interferir no processo administrativo ao qual responderá. Os fiscais do trabalho o notificaram para que efetuasse o pagamento das verbas rescisórias de todos os 12 libertados — um total de R\$ 48.565 (quarenta e oito mil quinhentos e sessenta e cinco reais) — e providenciasse o retorno do grupo de quatro trabalhadores à cidade de Formoso (MG). De acordo com Valdiviano, porém, o empregador alegou que não tinha condições financeiras e, por isso, pagou apenas uma parte do valor da rescisão. Foram emitidas 12 guias de seguro-desemprego.

A produção da Fazenda Palmito ocorria em um terreno arrendado pelo empregador. Segundo os fiscais do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), a área era pequena para uma propriedade rural no Estado e apresentava características de agricultura familiar.

Alpiniano do Prado Lopes, procurador do MPT em Goiás, disse à **Repórter Brasil** que, por causa do flagrante, preferiu não firmar um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC). Além disso, sinalizou que pode abrir um processo trabalhista. “Como o empregador não queria reconhecer a situação de trabalho escravo, e as condições eram muito ruins, estou avaliando entrar com uma ação civil pública”, explicou.

Por outro lado, o membro da Procuradoria Regional do Trabalho da 18ª Região (PRT-18) crê na tentativa de um acordo entre as partes e se mostra mais favorável a tentar resolver a situação em uma audiência. “Por se tratar do caso de uma pequena propriedade, com agricultura familiar, e pelo fato de o empregador mostrar não ter condições de arcar com as verbas, é melhor proceder dessa forma”, completou.

Fonte: <http://reporterbrasil.org.br/2013/02/producao-de-hortalicas-com-agrotoxicos-empregava-trabalho-escravo/>

23 de janeiro de 2013

Primeira reunião pública de 2013 discute restrição a agrotóxico



As restrições ao agrotóxico Acefato serão discutidas durante a primeira reunião pública da Diretoria Colegiada da Anvisa (Dicol) deste ano. O tema está na pauta da reunião da próxima terça-feira (29/01). O Acefato é um dos 14 ingredientes de agrotóxicos que vêm passando por reavaliação da Anvisa, em decorrência dos riscos apresentados por estes produtos.

A pauta traz ainda a proposta de uma resolução sobre modificações na composição de alimentos padronizados para fins de rotulagem nutricional. Na abertura da reunião, será assinado um termo de cooperação técnica entre a Anvisa e o Conselho Administrativo de Defesa Econômica para permitir o compartilhamento de informações entre as instituições.

A pauta da reunião pública traz também 22 julgamentos de recursos administrativos das áreas de medicamentos e cosméticos.

Para o ano de 2013, a Anvisa divulgou um novo calendário das reuniões de sua diretoria. As reuniões públicas da Diretoria Colegiada são abertas à participação de qualquer cidadão.

Fonte:

<http://portal.anvisa.gov.br/wps/content/anvisa+portal/anvisa/sala+de+imprensa/menu+-+noticias+anos/2013+noticias/primeira+reuniao+publica+de+2013+discute+restricao+a+agrotoxico>

8/02/2013 09h16 - Atualizado em 28/02/2013 09h16

Tecnoagro 2013 discute destinação de embalagens vazias de agrotóxicos

O evento acontece nos dias 6 e 7 de março em Chapadão do Sul /MS

Com o objetivo de fortalecer as ações desenvolvidas pelo Sistema Campo Limpo (logística reversa de embalagens vazias de agrotóxicos), o Inpev - Instituto Nacional de Processamentos de Embalagens Vazias de Agrotóxicos – que atua há mais de dez anos na destinação de embalagens vazias de defensivos agrícolas, com o apoio das associações gerenciadoras das centrais de recebimento do Mato Grosso do Sul e da Fundação Chapadão estará presente no Tecnoagro 2013. O evento acontece nos dias 06 e 07 de março em Chapadão do Sul/MS.

No stand a atração principal será a presença do espantalho Olímpio, personagem símbolo das campanhas do instituto, que na ocasião irá reforçar para os participantes do evento a importância da correta destinação de embalagens vazias de defensivos. Uma maquete facilitará a compreensão do fluxo do sistema de destinação, desde a lavagem das embalagens até a reciclagem ou incineração.

No espaço também serão expostos painéis que esclarecem como é o ciclo de vida desse tipo de material e informam aos agricultores como realizar a tríplice lavagem e a lavagem sob pressão. Serão apresentados ainda os resultados do programa em 2012 e o mapa das centrais de recebimento de embalagens no Mato Grosso do Sul. Alguns representantes das centrais do estado estarão no stand do instituto à disposição para esclarecer dúvidas sobre a destinação das embalagens.

“O Tecnoagro é um importante evento da região com foco em novas tecnologias agropecuárias. Por isso, é uma oportunidade para reforçarmos o papel de cada um na cadeia do Sistema Campo Limpo e, também, fortalecer o compromisso do Inpev na gestão pós-consumo das embalagens vazias de agrotóxicos”, ressalta Hamilton Rondon, coordenador regional de Operações do Inpev no estado.

Fonte: <http://www.progresso.com.br/caderno-a/brasil-mundo/tecnoagro-2013-discute-destinacao-de-embalagens-vazias-de-agrotoxicos>

13/02/2013 - 18:47

Monocultivo de soja invade região do Araguaia, no Mato Grosso

Plantações mecanizadas substituem pastos da pecuária e transformam a região. Com financiamento público, produção é marcada por uso intenso de agrotóxicos

São Félix do Araguaia (MT) – Aos poucos, a região do Araguaia, no nordeste do Mato Grosso, vai sendo toda ocupada pela soja. São plantações mecanizadas e marcadas pelo uso intensivo de veneno se espalhando por áreas onde antes eram pastos e mata nativa nos municípios de Cana Brava do Norte, Confresa, Luciara, Porto Alegre do Norte, Santa Cruz do Xingu, Santa Teresinha e Vila Rica. A expansão foi impulsionada por financiamentos públicos e abertura de estradas e intensificou-se de tal maneira em 2012 que mesmo terrenos de Bom Jesus do Araguaia, considerados inapropriados para esse tipo de lavoura, por serem baixos demais e sujeitos a alagamentos, estão sendo aterrados e cultivados. As lavouras começam na beira da estrada, quase no asfalto, e ocupam planícies inteiras.



Plantação de soja próxima a São Félix do Araguaia, no Mato Grosso. Fotos: Daniel Santini

Toda terra é cobiçada pelos fazendeiros e as plantações chegam aos limites e cercam vilas, cidades, aldeias e terras indígenas. O gado, antes comum na região, passou a ser criado confinado, em pastos cada vez menores, com uso de hormônios que também objetivam aumento de produtividade. “Em Santa Teresinha estão pensando em cortar até as seringueiras para dar lugar à soja”, afirma Cláudia Araújo, agente da Comissão Pastoral da Terra (CPT) de Porto Alegre do Norte.

A tentativa de fazer a terra render cada vez mais se dá pela utilização de grande volume de agrotóxicos e pelo uso hiperintensivo do solo. Além da safra normal, os produtores aceleram a produção para obter mais colheitas na chamada “safrinha”. Como na época de chuvas os grãos podem apodrecer, muitos utilizam os dessecadores, como são conhecidos os agentes químicos capazes de fazer um campo todo verde amarelar e ficar seco em questão de dias.

Preocupados com os impactos do uso de veneno, moradores de diferentes comunidades da região protocolaram nesta semana um pedido de investigação no Ministério Público Estadual. “Para nós ribeirinhos é uma preocupação grande, o veneno está afetando os rios. Temos visto não só peixes pequenos morrendo, mas até botos, tartarugas, pirarucus e tucunarés”, diz Marionildo Alves da Silva, presidente do sindicato. “A região é plana. Na época da seca, muitos rios ficam parados, a água não se renova e o que temos visto é a morte de peixes. Nunca vimos nada assim. Os aviões pulverizam tudo, até as cabeceiras dos rios”, diz Jorge Ribeiro dos Santos, outro dos moradores que manifestaram a preocupação. “Sou nascido na beira do Araguaia e nunca vi acontecer dessa forma”, completa Agemiro Ferreira dos Santos.

A denúncia coletiva foi feita em encontro durante o [seminário “1970-2012: a Luta pela Erradicação do Trabalho Escravo no Brasil”](#), realizado em São Félix do Araguaia, no Mato Grosso. Os depoimentos foram registrados em vídeo pela **Repórter Brasil**.por [Repórter Brasil](#) no [Vimeo](#)

Financiamento público

A expansão da soja recebe amplo incentivo do governo federal. Na última safra, de julho de 2011 a junho de 2012, foram disponibilizados praticamente R\$ 4 bilhões (R\$ 3,998 bilhões) para custeio, investimento e comercialização da soja na região Centro-Oeste. Os fazendeiros do Mato Grosso estão entre os principais beneficiados pelos financiamentos públicos. No ano passado, o estado foi o terceiro que mais recebeu recursos em programas de financiamento do Banco Nacional para Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Só de crédito rural, os fazendeiros mato-grossenses tiveram acesso a mais de R\$ 1 bilhão, para soja e outras culturas. Na frente entre todos os estados, só os do Paraná, que receberam R\$ 2 bilhões, e os de Minas Gerais, com R\$ 1,2 bilhão. Os dados foram divulgados no final de 2012 pelo Ministério da Agricultura e Pecuária.

Os gastos públicos para viabilizar tal expansão não se limitam à concessão de crédito direto. Além de financiamentos, o governo investe também na infraestrutura para escoamento da produção crescente de grãos, marcada pelas exportações. A estimativa da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) é que o Brasil se torne o principal exportador de óleo, grão e farelo de

soja este ano, aumentando em mais de 50% a produção e ultrapassando os Estados Unidos. Milhões são gastos com abertura de portos e expansão dos existentes, e com a construção e manutenção de estradas. Nas rotas da região os caminhões não param. A carga pesada danifica o asfalto e favorece o aparecimento de crateras nas pistas, forçando o poder público a gastar constantemente com reparos.

“Nunca foi assim, nunca viajamos tanto pelo Araguaia”, conta Maurício Pereira Júlio, motorista da empresa Júlio Simões, que fabrica colheitadeiras mecânicas que chegam a pesar 17 toneladas e valer R\$ 700 mil. “Desde novembro, a gente vai e volta, até para locais que a gente nunca ia.”



Caminhão com colheitadeira gigante de 17 toneladas atravessa região da Terra Indígena Marãiwatsédé, no Mato Grosso

Fonte: <http://reporterbrasil.org.br/2013/02/monocultivo-de-soja-invade-regiao-do-araguaia-no-mato-grosso/>

Rondônia - 15/02/2013 - Mais Notícias

Idaron de União Bandeirantes interdita comércio de agrotóxicos

Fiscais da Agência de Defesa Sanitária e Agrossilvipastoril do Estado de Rondônia (Idaron) de União Bandeirantes, distrito de Porto Velho, interditaram nesta quinta-feira, 14, a venda de agrotóxico em um estabelecimento

comercial. Foram interditadas 143 embalagens de um, cinco e vinte litros, totalizando 854 litros de agrotóxico.

Para que as empresas possam revender agrotóxicos de forma segura para o produtor, de acordo com as legislações federal e estadual, é necessário que os produtos sejam cadastrados na Idaron. Marcelo Borges, presidente Agência, explica que garantir a qualidade e a segurança dos alimentos que chegam à mesa dos rondonienses é uma responsabilidade e preocupação da Idaron. “O governo Confúcio Moura tem um foco muito grande no cuidado e respeito à saúde do povo de Rondônia e a Idaron irá fiscalizar com rigor”, conta Borges.

De acordo com o Chefe da Unidade Local de Sanidade Animal Vegetal (Ulsav) de União Bandeirantes, André Batista, o objetivo da fiscalização é manter parceria com as revendas agropecuárias através de orientação e credenciamento. “Contudo, a revenda agropecuária somente poderá iniciar suas atividades depois do credenciamento do produto na Idaron. Logo após o pedido de credenciamento, os produtos serão desinterditados e estarão aptos para a comercialização”, explica.

O Programa de controle de comercialização, utilização e destinação dos agrotóxicos é um dos “carros chefes” dentre os diversos programas de defesa sanitária vegetal sob a responsabilidade da Idaron, além de ser item de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com o Ministério Público de Rondônia (MP/RO). “Esse programa é referência no país e a nossa intenção é melhorá-lo ainda mais, pois envolve o bem estar da nossa população”, diz o presidente.

A Agência Idaron informa que qualquer suspeita de venda irregular, desvios de uso, e a utilização inadequada do produto pode ser denunciada pelo telefone 0800 704 99 44 ou na Unidade Local, que serão imediatamente apurados pela Idaron.

Interdição em Buritis

Na última semana, a Unidade Local de Sanidade Animal e Vegetal (Ulsav) de Buritis interditou agrotóxicos que eram comercializados para o uso na agricultura orgânica e não possuíam registro no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Foram apreendidas 14 embalagens de cinco litros e oito embalagens de um litro do produto Proteneem, que era comercializado como inseticida líquido composto, e 15 baldes de cinco litros e cinco embalagens de um litro do fertilizante foliar líquido Biorgânico, usado como fertilizante orgânico mineral líquido concentrado.

O engenheiro agrônomo e chefe da Ulsav de Buritis, João Pinto Junior, alerta para o risco de comprar produtos sem registro. “Estes produtos apresentam perigo para o homem e para o meio ambiente, porque não apresentam sua origem. O nosso trabalho é assegurar que os insumos utilizados são

adequados e que o fluxo de plantas e animais não comprometa o status sanitário do país”.

A Idaron é responsável por fiscalizar e orientar quanto ao uso, à produção, ao consumo, ao comércio, ao armazenamento, ao transporte e ao destino final das embalagens de agrotóxicos e de seus resíduos.

“Sem o registro, o produto não pode ser comercializado por não garantir a devida qualidade aos produtos que depois serão consumidos pelos rondonienses”, fala o presidente da Idaron, Marcelo Borges.

Fonte:

<http://www.rondonia.ro.gov.br/noticias.asp?id=16291&tipo=Mais%20Noticias>

28 de fevereiro 2013

Governador da BA pede apoio da presidente Dilma para solucionar grave problema na agricultura baiana

Uma praga denominada Helicoverpa Zea, lagarta específica da cultura do milho, este ano avançou para outras culturas do Oeste, principalmente a soja e o algodão, chegando a dizimar algumas áreas e acarretando prejuízos incalculáveis para a socioeconomia local. Por conta desse problema, na semana passada, os produtores da região Oeste se reuniram no município de Luiz Eduardo Magalhães, para discutir alternativas para solucionar o problema.

Após a discussão, os produtores argumentaram ao secretário de Agricultura, Eduardo Salles, que a solução imediata é a aceleração no processo de registro dos produtos agroquímicos, uma vez que não existe nenhum produto desta natureza registrado especificamente no uso dessas culturas, para combater a lagarta. Por vias normais, o registro pode demorar anos para ser aceito, pois depende da aprovação do Ministério da Agricultura, do Ministério do Meio Ambiente, através do Ibama e do Ministério da Saúde, através da Anvisa.

Em função disso, os produtores solicitaram ao secretário da Agricultura que encaminhasse o pleito para acelerar o processo de registro. Nesta quarta-feira (27), Eduardo Salles se reuniu em seu gabinete com o diretor do Departamento de Sanidade Vegetal do Ministério da Agricultura, Cosam Coutinho, que veio à Salvador para discutir o problema e resolver algumas questões sanitárias. Na ocasião, foram delimitadas algumas alternativas e, em função disso, o secretário enviou ofício para o ministro da Agricultura, Mendes Ribeiro e levou o pleito para o governador Jaques Wagner e citou que a solução seria declarar estado de emergência, com o objetivo de acelerar o registro desses produtos agroquímicos, que já tem largo uso e eficiência comprovada em outros países.

Sensível á questão e entendendo que a Bahia é o segundo maior produtor de algodão do Brasil , o governador ligou de imediato para a presidente Dilma Rousseff, explicando a urgência na solução do problema, onde parte significativa das culturas de algodão, soja e milho foram perdidas e apelou para que a questão seja resolvida o mais rápido possível. Logo em seguida, o diretor Cosam Coutinho recebeu o retorno da solicitação, através de uma ligação do secretário de Defesa do Ministério da Agricultura, Enio Marques, informando que nesta quinta-feira (28) Coutinho deverá retornar para Brasília para participar de uma reunião com a Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia (Aiba), Associação Baiana dos Produtores de Algodão (Abapa), com o diretor geral da Agência de Defesa Agropecuária da Bahia (ABAD) e outras entidades representativas dos produtores, para juntos encontrar a forma mais rápida de encaminhar o problema.

A Helicoverpa e as lavouras baianas

A Lagarta-das-Espigas do milho, como também é conhecida, apareceu no início de 2012 em muitos municípios da região Oeste, expandindo para as lavouras de soja, algodão e feijão, causando enormes prejuízos. A Helicoverpa prejudica a produção de grãos na safra, pois esta espécie de mariposa tem preferência por atacar as partes reprodutivas das plantas, a espiga (milho), a vagem (soja e feijão) ou a maçã (algodão).

Um dos fatores desta disseminação foi à situação climática causando um desequilíbrio ambiental. Os anos-safra de 2011/2012 e o atual 2012/2013 foram bastante atípicos onde algumas regiões tiveram excesso de chuvas enquanto outras foram atingidas por longos períodos de estiagem. “Os maiores prejuízos foram na cultura da soja em mais de 160 milhões de reais”, enfatiza o Diretor da Aiba, Júlio Busato, mostrando o potencial destrutivo da Lagarta-das-Espigas quando não controlada de forma eficiente.

Os danos foram potencializados basicamente pela utilização de inseticidas ineficientes no manejo. “Por isso é hora de cuidar e difundir as ações estabelecidas para toda classe produtora, com as recomendações técnicas no combate à praga, para que possamos desfrutar de uma produção de qualidade”, afirma a Presidenta da Abapa, Isabel da Cunha, lembrando que na safra atual de 2012/2013 do Estado está com aproximadamente 270 mil hectares cultivados.

Fonte: <http://www.ecofinancas.com/noticias/governador-ba-pede-apoio-presidente-dilma-para-solucionar-grave-problema-agricultura-baiana>

Mapa registra 16 novas marcas de agrotóxicos biológicos

Em 2012, 16% dos produtos registrados foram biológicos e 5,6% químicos. Em 2011, havia somente 41 marcas de biológicos enquanto que em 2013 já são comercializadas 88, o que representa o dobro

Preocupado com a saúde humana e em preservar o meio ambiente, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) incentiva cada vez mais o produtor rural a utilizar os agrotóxicos biológicos no combate às pragas nas lavouras. Esses tipos de defensivos são menos agressivos que os químicos tradicionais. Das 16 novas marcas registradas em 2012, 16% foram de agrotóxicos biológicos e 5,6% de químicos. Em 2011, havia somente 41 marcas de biológicos enquanto que em 2013 já são comercializadas 88, o que representa o dobro.

De acordo com o Coordenador- Geral Substituto de Agrotóxicos e Afins, Álvaro Inácio, o registro de produtos biológicos é prioridade do Governo Federal. “Esse incentivo promovido pelo Ministério da Agricultura busca ampliar o uso de praguicidas desse tipo além de reduzir o prazo para avaliação dos pedidos de certificação. Se o produto for eficaz e menos tóxico, o agricultor passará a adotá-lo”, explicou.

Outro incentivo para o aumento do mercado de pesticidas biológicos foi a produção de alimentos orgânicos. Desde 2011, para estimular ainda mais o setor, o Mapa estabeleceu a venda livre (sem receita agrônoma) destes produtos fitossanitários para a agricultura orgânica. “As exigências da legislação da agricultura orgânica permitiram maior agilidade no registro desses produtos que são menos perigosos para o ser humano,” lembrou o coordenador.

Para registrar um agrotóxico biológico, o ministério da Agricultura oferece facilidades e aprova a legalização em menos tempo que um agroquímico. Enquanto o processo de registro convencional pode levar até cinco anos, o de um agente biológico tramita sob prioridade e pode ser finalizado em até 60 dias.

Fonte: <http://www.agricultura.gov.br/comunicacao/noticias/2013/03/mapa-registra-16-novas-marcas-de-agrotoxicos-biologicos>

07 Março 2013

Problemas causados por agrotóxicos e afins, em âmbito estadual, é discutido na 1ª Reunião Plenária de 2013.



O Fórum Baiano de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos (FBCA) iniciou as atividades do ano realizando, no dia 05 de março, às 14h, a 1ª Reunião Plenária, na sede do Ministério Público do Estado da Bahia (MP-BA), em Nazaré. O evento discutiu o Plano de Ação anual do referido Fórum e proporcionou, em âmbito estadual, o debate das questões relacionadas aos agrotóxicos, produtos afins e transgênicos, de modo a estimular ações integradas voltadas à saúde do trabalhador, do consumidor, da população e do ambiente em consequência dos males causados por essas substâncias.

Em seu Plano de Ação, o Fórum tem como atividades elaborar dossiê sobre agrotóxicos; criar site e cartilha do FBCA; realizar Ciclo de Conferências; produzir vídeo-documentário com o tema: Agrotóxicos. Estão previstos ainda encontros regionais, seminários e Audiência Pública visando fortalecer o controle social por meio da formação de uma rede articulada composta de representantes do poder público, trabalhadores, movimento social e consumidores bem como identificar, analisar e dar respostas aos problemas causados pelo uso de agrotóxicos, considerando a proteção à saúde do trabalhador, da população, do consumidor e do ambiente.



É importante salientar que o Brasil já ocupou, em 2008, o primeiro lugar em consumo de agrotóxicos e que a Bahia, além de doenças crônicas, possui um elevado número de intoxicações por essas substâncias. Destaca-se que o referido estado já ocupou o 7º lugar em consumo de agrotóxicos no Brasil, segundo dados da Agência de Defesa Agropecuária da Bahia (ADAB).

No Fórum estiveram presentes a Promotora de Justiça e coordenadora do Núcleo de Defesa da Bacia do São Francisco (NUSF), Luciana Espinheira da Costa Khoury; representantes da sociedade civil organizada; instituições

governamentais e não governamentais; bem como Inema, Campanha e Germen; SETRE, FETAG, SESAB, FUNDACENTRO, EBDA, ADAB; Embasa; Alba, FBCA.

Fonte: <http://www.ceama.mp.ba.gov.br/home-nusf/2044-problemas-causados-por-agrot%C3%B3xicos-e-afins,-em-%C3%A2mbito-estadual,-%C3%A9-discutido-na-1%C2%AA-reuni%C3%A3o-plen%C3%A1ria-de-2013.html>

08/03/2013 - 17h55 Comissões - Ciência e Tecnologia

CCT vota criação de política de apoio ao agrotóxico natural

Um dos projetos incluídos na pauta da reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) desta terça-feira (12) é o que institui a Política Nacional de Apoio ao Agrotóxico Natural, a fim de reduzir os perigos dos agrotóxicos nos alimentos.

De iniciativa da senadora Ana Rita (PT-ES), o [Projeto de Lei do Senado \(PLS\) 679/2011](#) altera a Lei dos Agrotóxicos ([Lei 7.802/89](#)) para criar uma política governamental que financie pesquisas e ofereça crédito aos produtores rurais que utilizarem defensivos agrícolas de baixo risco. O financiamento se dará pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e pelo Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA).

O projeto prevê ainda incentivos governamentais para o estabelecimento de unidades industriais de produção e distribuição de agrotóxicos de baixa periculosidade, além de oferta de crédito, assistência técnica e capacitação aos produtores rurais.

Segundo Ana Rita, além de representarem riscos à saúde, os agrotóxicos convencionais prejudicam as exportações, como ocorreu no início de 2012, quando o suco de laranja brasileiro foi barrado nos Estados Unidos devido ao uso de um agrotóxico proibido naquele país.

Relator da matéria na CCT, o senador Cyro Miranda (PSDB-GO) deu voto favorável ao projeto, classificando-o como “conveniente e oportuno”. O senador enfatizou que a Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, realizada em 2012, evidenciou a necessidade de o país acelerar as mudanças tecnológicas na agropecuária nacional, a fim de consolidar a sustentabilidade ambiental e a segurança alimentar da população e se adequar às exigências do mercado internacional.

O PLS 679/2011 já foi aprovado pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) e ainda será analisado, em decisão terminativa, pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA).

Audiências públicas

Na pauta da CCT constam ainda dois requerimentos do senador Zezé Perrella (PDT-MG), propondo a realização de audiências públicas. O primeiro solicita o comparecimento na comissão do ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, e do presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), João Batista de Rezende. O motivo da audiência seria os 15 anos da Lei Geral de Telecomunicações e a agenda do setor para 2013/2014.

A segunda audiência pública seria com o ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, Marco Antônio Raupp, para debater a agenda, as prioridades e as ações” do ministério para 2013 e 2014, além de programas de capacitação de inovação na indústria.

A CCT deve analisar também sete projetos de decreto legislativo autorizando associações a executar serviço de radiodifusão comunitária. A reunião está marcada para 9h, no Plenário 7 da Ala Alexandre Costa.

Fonte: <http://www12.senado.gov.br/noticias/materias/2013/03/08/cct-discute-criacao-de-politica-de-apoio-ao-agrotoxico-natural>

Publicado em 08 de março de 2013 - 9h22 **Dobra venda de agrotóxico biológico em 2013**

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) registrou em 2012, 16 novas marcas de agrotóxicos, sendo que 16% delas foram de agrotóxicos biológicos e 5,6% de químicos e constatou que em 2011, havia somente 41 marcas de biológicos enquanto que em 2013 já são comercializadas 88, o que representa o dobro.

De acordo com o coordenador geral substituto de Agrotóxicos e Afins, Álvaro Inácio, o registro de produtos biológicos é prioridade do Governo Federal. “Esse incentivo promovido pelo Ministério da Agricultura busca ampliar o uso de praguicidas desse tipo além de reduzir o prazo para avaliação dos pedidos de certificação. Se o produto for eficaz e menos tóxico, o agricultor passará a adotá-lo”, explica.

Outro incentivo para o aumento do mercado de pesticidas biológicos foi a produção de alimentos orgânicos. Desde 2010, para estimular ainda mais o setor, o Mapa estabeleceu a venda livre (sem receita agrônoma) destes produtos fitossanitários para a agricultura orgânica. “As exigências da legislação da agricultura orgânica permitiram maior agilidade no registro desses produtos que são menos perigosos para o ser humano,” lembrou o coordenador.

Fonte: <http://www.jornalcana.com.br/noticia/Jornal-Cana/52307+Dobra-venda-de-agrotoxico-biologico-em-2013>

Março 11, 2013

Agricultores da Bahia têm perdas de R\$1 bi por praga em 2 safras

SÃO PAULO/BRASÍLIA, 11 Mar (Reuters) - Produtores de algodão, milho e soja da Bahia registraram perdas expressivas da ordem de 1 bilhão de reais em duas safras por conta da infestação de uma lagarta, a helicoverpa, que está afetando a produtividade e gerando mais gastos com defensivos nesta temporada, apontaram especialistas. O Estado já vem lidando com a praga desde a safra anterior, mas recentemente o problema ganhou proporções mais graves. O prejuízo, que era estimado em cerca de 200 a 300 milhões de reais em 2011/12, incluindo as perdas com produtividade e gastos maiores para com defensivos para combater a lagarta, saltou para 800 milhões de reais na temporada 2012/13, segundo estimativa de associação de produtores do Estado. Previsão da Associação Baiana de Produtores de Algodão (Abapa) apontou produtividade de 180 a 200 arrobas por hectare, contra uma média histórica de 250 arrobas por hectare ano. Além da produtividade menor, que implica em menor rentabilidade, o produtor também acaba gastando mais no trato cultural ao aumentar o número de aplicações de defensivos na tentativa de erradicar a praga. Os produtores, no entanto, afirmam que o país não tem o agroquímico específico para o combate a esta lagarta e pedem ao governo a liberação de produtos mais eficazes. "Tem uma explosão populacional, uma epidemia na Bahia. E não tem registro de produto específico para a helicoverpa", afirmou o diretor da Abapa Celito Breda. Ele lembra a praga antes estava restrita ao milho, mas nos anos recentes acabou se alastrando para o algodão e a soja. A Bahia é o segundo maior produtor nacional de algodão, atrás apenas de Mato Grosso, e tem a sétima posição em soja e milho. A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) prevê queda de 16 por cento na produção estadual, para 403 mil toneladas. Para o Mato Grosso, líder em algodão no Brasil, a estimativa é de queda de 27 por cento, para 765,2 mil toneladas. As quedas também ocorrem em meio à redução no plantio da pluma, que sofreu severa competição com a soja por área em 2012/13. CLIMAO gerente da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) explicou que a praga acabou se alastrando mais por efeito do clima. "O problema foi devido à seca que levou a um desequilíbrio nas (populações) das pragas", disse o gerente da Conab Carlos Bestetti, que viaja nesta semana para avaliar a dimensão dos estragos. Ele disse que o retorno das chuvas depois de um ano de seca severa acabou fazendo com que os lagartos se desenvolvessem todos ao mesmo tempo. Normalmente, eles se desenvolvem por período mais longo, e os pássaros que se alimentam de insetos ajudam no controle. Os números recentes da Conab ainda não levam em consideração as perdas oriundas desta praga. Produtores e governo estiveram reunidos nesta

tarde em Brasília para discutir alternativas para combater a infestação.(Reportagem de Fabíola Gomes e Peter Murphy).

Fonte: <http://www.ecofinancas.com/noticias/agricultores-bahia-tem-perdas-r-1-bi-praga-2-safras>

14/03/2013

Liberados agrotóxicos para controle da lagarta na Bahia

O registro para utilização restrita dessas substâncias foi concedido em caráter emergencial após negociações entre os Ministérios da Agricultura, Saúde e Meio Ambiente

Para controlar o avanço da lagarta *Helicoverpa zea* que está atacando lavouras de algodão, na região Oeste da Bahia, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) autorizou o uso de dois produtos biológicos (Virus VPN HzSNPV e *Bacillus Thuringiensis*) e três químicos (Clorantraniliprole, Clorfenapyr e Indoxacarbe), no combate à praga. Estes agrotóxicos já possuem registro no Brasil e a extensão da aplicação destes será publicada no Diário Oficial da União (DOU) nesta sexta-feira, 15 de março. A partir desta data, os produtos já estarão disponíveis para comercialização.

A inserção para utilização restrita dessas substâncias foi concedida em caráter emergencial após negociações entre os Ministérios da Agricultura, Saúde e Meio Ambiente, no âmbito do Comitê Técnico para Assessoramento de Agrotóxicos (CTA). Outras estratégias também estão sendo estudadas para tratar das contingências e serão aprovadas ao longo da validade da emergência.

Atento aos fatos, o ministro Mendes Ribeiro Filho, entrou em contato com o governador da Bahia, Jacques Wagner, no início do mês de março, para informar sobre as medidas adotadas pelo ministério da Agricultura. Mendes Ribeiro também determinou que Embrapa designasse pesquisadores para acompanhar o assunto. Além disso, o Mapa criou ainda um gabinete de emergência fitossanitária, na Bahia, com o apoio da Agência de Defesa Agropecuária do Estado.

Fonte: <http://www.agricultura.gov.br/vegetal/noticias/2013/03/liberados-agrotoxicos-para-controle-da-lagarta-na-bahia>

18/03/2013

Liberado para a Bahia produto que pode salvar lavoura da soja e do algodão

O Comitê Técnico de Assessoramento para Agrotóxicos (CTA) formado por representantes dos ministérios da Agricultura, Meio Ambiente e Saúde, autorizou no final da tarde desta segunda-feira (18), exclusivamente para a Bahia, o pedido de registro do **Benzoato de Emamectina**, produto específico para combater a praga **Helicoverpa spp.** lagarta que está atacando a soja e o algodão no cerrado baiano, causando prejuízos que podem chegar a R\$ 1 bilhão. A aprovação do registro aconteceu menos de duas semanas depois que, autorizado pela presidente Dilma Rousseff, o Ministério da Agricultura, através da Secretaria de Defesa Agropecuária, publicou a Portaria nº 42, declarando emergência fitossanitária no País devido ao ataque da praga em lavouras de algodão e soja na safra 2012/2013.

O presidente da Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia (Aiba), Júlio Cesar Busato, comemorou a notícia, e agradeceu a participação do governador Jaques Wagner, “que foi sensível à solicitação das associações de produtores e intercedeu junto à presidente Dilma Rousseff para que ela autorizasse a decretação de emergência fitossanitária, condição indispensável para acelerar o registro do produto”. Busato destacou que “os produtores já estavam sem ter o que fazer, vendo a praga devastar a plantação, sem produto agroquímico específico e eficiente para o controle desta praga”.

Fonte:

<http://www.adab.ba.gov.br/comunicacao/noticias/Liberado%20para%20a%20Bahia%20produto%20que%20pode%20salvar%20lavoura%20da%20soja%20e%20do%20algod%C3%A3o.html>

19 de março de 2013

Pesquisa acaba com duvidas sobre efeitos de transgênicos para saúde

Pela primeira vez na história foi realizado um estudo completo e de longo prazo para avaliar o efeito que um transgênico e um agrotóxico podem provocar sobre a saúde pública. Os resultados são alarmantes. O transgênico testado foi o milho NK603, tolerante à aplicação do herbicida Roundup (característica presente em mais de 80% dos transgênicos alimentícios plantados no mundo), e o agrotóxico avaliado foi o próprio Roundup, o herbicida mais utilizado no planeta – ambos de propriedade da Monsanto.

O milho em questão foi autorizado no Brasil em 2008 e está amplamente disseminado nas lavouras e alimentos industrializados, e o Roundup é também largamente utilizado em lavouras brasileiras, sobretudo as transgênicas.

O estudo foi realizado ao longo de 2 anos com 200 ratos de laboratório, nos quais foram avaliados mais de 100 parâmetros. Eles foram alimentados de três maneiras distintas: apenas com milho NK603, com milho NK603 tratado com Roundup e com milho não modificado geneticamente tratado com Roundup. As doses de milho transgênico (a partir de 11%) e de glifosato (0,1 ppb na água) utilizadas na dieta dos animais foram equivalentes àquelas a que está exposta a população norte-americana em sua alimentação cotidiana.

Os resultados revelam uma mortalidade mais alta e frequente quando se consome esses dois produtos, com efeitos hormonais não lineares e relacionados ao sexo. As fêmeas desenvolveram numerosos e significantes tumores mamários, além de problemas hipofisários e renais. Os machos morreram, em sua maioria, de graves deficiências crônicas hepato-renais.

O estudo, realizado pela equipe do professor Gilles-Eric Séralini, da Universidade de Caen, na França, foi publicado 19/09/2012 em uma das mais importantes revistas científicas internacionais de toxicologia alimentar, a Food and Chemical Toxicology. Segundo reportagem da AFP, Séralini afirmou que “O primeiro rato macho alimentado com OGM morreu um ano antes do rato indicador (que não se alimentou com OGM), enquanto a primeira fêmea, oito meses antes. No 17º mês foram observados cinco vezes mais machos mortos alimentados com 11% de milho (OGM)”, explica o cientista. Os tumores aparecem nos machos até 600 dias antes de surgirem nos ratos indicadores (na pele e nos rins). No caso das fêmeas (tumores nas glândulas mamárias), aparecem, em média, 94 dias antes naquelas alimentadas com transgênicos.

O artigo da Food and Chemical Toxicology mostra imagens de ratos com tumores maiores do que bolas de pingue-pongue. Séralini também explicou à AFP que “Com uma pequena dose de Roundup, que corresponde à quantidade que se pode encontrar na Bretanha (norte da França) durante a época em que se espalha este produto, são observados 2,5 vezes mais tumores mamários do que é normal”. De acordo com Séralini, os efeitos do milho NK603 só haviam sido analisados até agora em períodos de até três meses.

No Brasil, a CTNBio (Comissão Técnica Nacional de Biossegurança) autoriza o plantio, a comercialização e o consumo de produtos transgênicos com base em estudos de curto prazo, apresentados pelas próprias empresas demandantes do registro.

O pesquisador informou ainda que esta é a primeira vez que o herbicida Roundup foi analisado em longo prazo. Até agora, somente seu princípio ativo (sem seus coadjuvantes) havia sido analisado durante mais de seis meses.

Um dado importante sobre esse estudo é que os pesquisadores trabalharam quase que na clandestinidade. Temendo a reação das empresas multinacionais sementeiras, suas mensagens eram criptografadas e não se falava ao telefone sobre o assunto. As sementes de milho, que são patenteadas, foram adquiridas através de uma escola agrícola canadense, plantadas, e o milho colhido foi então “importado” pelo porto francês de Le Havre para a fabricação dos croquetes que seriam servidos aos ratos.

A história e os resultados desse experimento foram descritos em um livro, de autoria do próprio Séralini, publicado na França em 26 de setembro sob o título “Tous Cobayes !” (Todos Cobaías!). Simultaneamente, será lançado um documentário, adaptado a partir do livro e dirigido por Jean-Paul Jaud.

Esse estudo coloca um fim à dúvida sobre os riscos que os alimentos transgênicos representam para a saúde da população e revela, de forma chocante, a frouxidão das agências sanitárias e de biossegurança em várias partes do mundo responsáveis pela avaliação e autorização desses produtos.

Fonte:

http://www.fbcs.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=7392&Itemid=62

publicado em 22 de março de 2013 às 18:27

Wanderlei Pignati: Até 13 metais pesados, 13 solventes, 22 agrotóxicos e 6 desinfetantes na água que você bebe



por **Manuela Azenha**, de **Cuiabá (MT)**

publicado originalmente em 25/03/2011

Há cinco anos, Lucas do Rio Verde, município de Mato Grosso, foi vítima de um acidente ampliado de contaminação tóxica por pulverização aérea. Wanderlei Pignati, médico e doutor na área de toxicologia, fez parte da equipe de perícia no local. Apesar de inconclusiva, ela revelava índices preocupantes de contaminação.

Em parceria com a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Pignati passou então a dirigir suas pesquisas à região Centro-Oeste. Professor na Universidade Federal do Mato Grosso, há dez anos ele estuda os impactos do agronegócio na saúde coletiva. É o estado onde mais se aplica agrotóxicos e fertilizantes químicos no Brasil, país campeão no consumo mundial dessas substâncias. Pignati alerta que três grandes bacias hidrográficas se localizam no Mato Grosso, portanto quando se mexe com agrotóxico no estado, a contaminação da água produz impacto enorme.

O projeto de pesquisa coordenado por Pignati tem o compromisso de levar às populações afetadas os dados levantados e os diagnósticos. Para ele, é fundamental promover um movimento social de vigilância sanitária e ambiental que envolva não só entidades do governo, mas a sociedade civil organizada e participativa.

Diferentemente da União Européia, aqui a legislação não acompanha a produção de conhecimento científico acerca do tema. Segundo Pignati, a legislação nacional, permissiva demais, limita a poluição das indústrias urbanas e rurais, enquanto paralelamente a legaliza.

As portarias de potabilidade da água, por exemplo, ampliaram cada vez mais o limite de resíduos tóxicos na água que bebemos. E na revisão da portaria que está prestes a acontecer, pretende-se ampliar ainda mais.

Pignati condena a campanha nacional em prol do álcool e do biodiesel, energias que considera altamente prejudiciais e poluentes para o país que as produz: “Se engendrou toda uma campanha para dizer que o biodiesel viria da mamona, do girassol, de produtos que incentivariam a agricultura familiar, mas é mentira, vem quase tudo do óleo de soja”.

Assim como a [pesquisadora cearense Raquel Rigotto \(leia aqui a entrevista dela ao Viomundo\)](#), Pignati também questiona a confiabilidade do “uso seguro dos agrotóxicos”, um aparato de normas e procedimentos que mesmo se contasse com estrutura para seu funcionamento ideal, ainda assim não garantiria o manejo absolutamente seguro dos venenos.

Para Pignati, a falta de investimento na vigilância à saúde e ao ambiente no Brasil é uma questão de prioridade: “Tem muito dinheiro para vigilância, mas não para o homem. Existe um verdadeiro SUS que cuida de soja e gado, produtos para exportação”.

Viomundo – Desde o acidente de Lucas do Rio Verde, o que o senhor vem pesquisando?

Wanderlei Pignati – Na verdade, faz mais de dez anos que pesquisamos os impactos do agronegócio ao homem e ao ambiente.

Na safra de 2009 pra 2010, Mato Grosso usou 105 milhões de litros de agrotóxico. O Brasil usou 900 milhões, quase 1 bilhão de litros de agrotóxicos. É o maior consumidor do mundo. E Lucas do Rio Verde usou 5 milhões em 2009. Aonde vai parar esse volume todo? É isso o que temos pesquisado.

Estudamos a contaminação das águas e para isso a gente trabalha com bacias. No Mato Grosso, você tem várias bacias. A bacia do Pantanal, que é do rio Paraguai e nasce aqui no estado. Tem a bacia do Araguaia, uma de suas grandes nascentes é o rio Morto, aqui em Campo Verde. E a bacia do Amazonas em Lucas do Rio Verde, cujas nascentes são os rios Verde e Teles Pires.

Portanto, quando você mexe com agrotóxico e fertilizante químico no Mato Grosso, está mexendo com as três grandes bacias do Brasil: a do Araguaia, a Amazônica e a do Pantanal. A bacia do Pantanal é uma questão mais séria ainda porque ela vai atingir outros países, como Paraguai, Argentina e Uruguai. Tem três grandes bacias e três biomas no estado: o pantanal, o cerrado e a floresta.

As nascentes dos rios dessas bacias estão dentro das plantações de soja. É o mesmo caso da bacia do Xingu, o maior parque indígena do Brasil. As suas nascentes estão nos municípios em volta, onde está cheio de plantação de

soja, de milho e algodão. Queriam implantar mais uma série de usinas de açúcar e álcool no entorno do pantanal, mas veio um decreto do presidente proibindo. O agronegócio não respeita essa questão das bacias e nem das nascentes dos rios. Essa problemática é o que estudamos.

Em Lucas do Rio Verde, em 2006, houve um acidente agudo que saiu na mídia. Na mídia daqui, saiu pouco porque é muito comprometida com quem a paga, que na época era o governador Blairo Maggi. Ele tem a mídia sob controle. Na época, estavam dissecando soja em torno das plantações, que se estendem até a beira da cidade. Planta-se e pulveriza-se com trator ou com avião. Em Lucas, pulverizava-se a soja transgênica, que é muito pior para o ambiente do que a soja normal.

Viomundo – A maioria da soja já é transgênica?

Wanderlei Pignati – No Mato Grosso, 80% dessa última safra já é. No Rio Grande do Sul, é 95%. Agora está entrando muito milho transgênico também. Aqui, tira-se a soja e planta-se o milho. São duas safras grandes de plantação aqui.

Viomundo – Os transgênicos exigem mais agrotóxicos?

Wanderlei Pignati –A soja transgênica sim, porque não é resistente à praga, ela é resistente a um agrotóxico, que é o glifosato. Esse é um agrotóxico bastante usado, que a Monsanto patenteou com o nome de *Roundup*. Na soja comum, você não pode usar o glifosato depois de ela ter nascido, porque ele mata o mato e a soja também. Mata minhoca, fungo, bactérias sensíveis a ele. Por biotecnologia, pegaram uma bactéria resistente ao glifosato e injetaram o DNA dessa bactéria no DNA da soja.

Então, o glifosato só era usado antes da soja nascer para matar as ervas daninhas. Agora, como é resistente, aplica-se o glifosato a cada quinze dias e o uso dele foi multiplicado na soja. Depois, precisa madurar e dissecar a soja rapidamente para plantar o milho. No meio natural, demora um mês e pouco. Com esse dissecante, em três dias a soja madura, seca e a máquina já pode entrar na plantação. Isso para aproveitar as chuvas da segunda safra e plantar o milho. Mas para dissecar agora já não se pode usar o glifosato, porque a soja é resistente a ele. Então usa-se outro tipo de agrotóxico, o *diquat* ou o *paraquat*, classificado como classe 1, extremamente tóxico. O glifosato é classe 4, tóxico também, mas pouco. O *paraquat* é proibido na União Européia.

Além de multiplicar o uso do glifosato, você agora usa um agrotóxico extremamente tóxico como secante [da soja]. E não é tóxico só para o humano, ele é altamente perigoso para o ambiente, porque mata tudo quanto é coisa, abelha, pássaro. E no caso de Lucas, eles estavam dissecando a soja de avião, usando *diquat* e *paraquat* em torno da cidade.

Uma nuvem foi para dentro da cidade e queimou todas as plantas medicinais. Tinha um horto de plantas medicinais com mais de 100 canteiros que abastecia

várias cidades. Foram queimadas as hortaliças e plantas ornamentais da cidade também. Deu um surto agudo de vômito, diarreia e alergia de pele em crianças e idosos. Os médicos classificaram como rotavirose.

Nós da Universidade Federal do Mato Grosso fomos chamados pelo Ministério Público de Lucas do Rio Verde e do estado para fazer uma perícia. A gente viu que a coisa era bastante séria, um acidente sério que acontece todo dia. É a chamada deriva de agrotóxico. É previsível, porque os agrônômicos sabem que tem vento, o vento não está parado. Então, você passa agrotóxico perto da cidade e o vento vai levá-lo para lá.

O pessoal se esconde por trás da palavra “deriva” para dizer que aquilo foi um acidente, mas é um acontecimento previsível. Passar um agrotóxico extremamente tóxico a partir de um avião é mais previsível ainda. Mesmo quando o agrotóxico já está no solo, ele depois se evapora. Jogar veneno é um ataque quase de guerra. Não se trata de pesticida ou defensivo agrícola. Na legislação, está como agrotóxico. O trabalhador que está passando o agrotóxico pode estar protegido com todos os EPI (equipamento de proteção individual), mas e o ambiente? Vai colocar EPI nas outras plantas? Querem matar os insetos, o fungo, a erva daninha. Então teria de colocar EPI nos outros animais, como no peixe e no cavalo.

O uso seguro do agrotóxico é altamente questionável. Pode ser seguro para o trabalhador, isso se ele usar todos os EPI. Mesmo assim, tem toda uma questão da eficiência e eficácia desses EPI. Sou também médico do trabalho e a gente vê isso. A eficiência e eficácia do EPI é de 90%, se [os trabalhadores] usarem máscara com o filtro químico adequado. E o resto do vestimento? Agrotóxico penetra até pelo olho! Pela mucosa, pela pele. Então teria que ter até um cilindro de oxigênio para respirar igual a um astronauta. O filtro pega 80% ou 90% dos tipos de agrotóxico. Hoje, você tem mais de 600 tipos de princípios ativos e são 1.500 tipos de produtos formulados. Tem agrotóxicos novos com moléculas muito pequenas que passam pelo filtro. Então, com toda a proteção ideal, você protege o trabalhador. Mas, e o ambiente?

Os resíduos vão sair na água, depois na chuva, vão ficar no ar, vão para o lençol freático. A gente viu isso na cidade, depois fizemos uma perícia mas ficou inconclusiva. Por isso, resolvemos fazer uma pesquisa junto com a Fiocruz. Ao mesmo tempo, estava-se articulando pesquisas em outros estados aqui da região Centro-Oeste. O nome da nossa pesquisa é “Avaliação do risco à saúde humana decorrente do uso do agrotóxico na agricultura e pecuária na região Centro-Oeste”. A gente pegou dois municípios e um município-controle, em que quase não se usa agrotóxico.

Viomundo – As pesquisas em Lucas do Rio Verde já estão bastante avançadas?

Wanderlei Pignati – Já. Talvez a análise do leite materno tenha sido um dos últimos tópicos, mas a gente continua com sapos e com peixes. Em outros municípios, a gente não fez o teste do leite, por exemplo. Mas isso porque

Lucas é o maior produtor de milho no estado do Mato Grosso, terceiro em produção de soja. Então achamos que era necessário o trabalho. Analisamos o leite materno de 62 mulheres em Lucas, 20% das nutrízes amamentando no ano passado. Todas as amostras revelaram algum agrotóxico. Mas o que mais deu nessas amostras é um derivado de DDT, que se usava na agicultura até 1985 e na saúde pública, até 1998, para combater a malária.

Só que ele é cumulativo, entra na gordura e não sai mais. O segundo que mais deu foi endossulfam, 40%. É um clorado proibido faz 20 anos na União Européia. E por ser um clorado também fica acumulado na gordura. Retirar o leite é uma maneira de analisar os resíduos de agrotóxico na gordura, menos agressiva que uma biópsia. Quando a mulher fabrica o leite, as gorduras mais antigas vão para o leite.

Depois desse acidente, despertou na população um movimento de querer saber o que está acontecendo.

Viomundo – E depois que a perícia averigua a causa do acidente, o que acontece?

Wanderlei Pignati – Algumas coisas você comprova na hora, outras demoram anos. Fazemos análise de resíduo de agrotóxico na água, no solo, na chuva, no leite.

Para avaliar o leite, a gente começou há três anos a desenvolver uma técnica para analisar dez agrotóxicos de uma só vez. Uma substância isolada é custosa em termos de dinheiro e tempo e, analisando dez substâncias, a chance de encontrar resíduos é maior. Das amostras, 100% deram pelo menos um tipo de agrotóxico. Pegamos os 27 tipos de agrotóxicos mais consumidos na região do Mato Grosso e fizemos as análises. Dentre os 27 mais consumidos, você não tem o glifosato, por exemplo, que é o herbicida mais usado no país, porque não tínhamos tecnologia no Brasil para analisá-lo. Hoje tem, mas é muito cara. Os únicos que fazem esse exame são meia dúzia de laboratórios.

Periodicamente a gente levanta dados, tem as dissertações de alunos. No nosso grupo de estudos, tem uma aluna que estuda resíduo de agrotóxico em leite, outra que estudou agrotóxicos e câncer. Onde tem a maior incidência de câncer aqui no MT? Justamente nas regiões produtoras do estado. Em torno de Sinop: Lucas do Rio Verde, Sorriso, Nova Mutum, que são os municípios no entorno. A região de Tangará da Serra, Sapezal, Campos Novos dos Parecis, que são os grandes produtores de soja. E a região de Rondonópolis, Primavera, Campo Verde, Itiquira, onde se produz muito algodão.

São as grandes regiões produtoras onde tem maior incidência de câncer, má formação, intoxicação aguda. Você tem 80% a 90% desmatado nesses lugares. Se está desmatado, é porque está se plantando soja, milho e algodão até a beira das casas. Mato Grosso produz 50% do algodão do Brasil e é justamente a cultura que mais usa agrotóxico. No Mato Grosso, em média, um

hectare de soja usa dez litros de agrotóxico: herbicida, inseticida, fungicida e o dissecante. O milho usa seis litros. A cana, quatro litros e o algodão, vinte.

Como a gente tem grande produção de soja — são seis milhões de hectares de soja no Mato Grosso —, dá 60 milhões de litros de agrotóxico na soja. Obtemos esses números no INDEA [Instituto de Defesa Agropecuária do Estado de Mato Grosso], onde todo receituário agrônomo e uso de agrotóxico é registrado. Na maioria dos estados não tem, mas deveria haver esse banco de dados. São 40 municípios que consomem 80% desses 100 milhões de litros de agrotóxicos.

No geral, ocorre uma contaminação, inclusive da chuva, que tem muito agrotóxico presente. Ele evapora, depois desce, principalmente no período de chuva, que é quando mais se usa agrotóxico. Na entressafra, chove pouquíssimo. Então, quase ninguém está plantando. O agrotóxico evapora, desce e vai para toda região, não só para aquele município onde foi aplicado. Vai para o ar também. Se você está pulverizando a alguns metros de uma escola, esse ar vai para os alunos, para os professores. E os poços artesianos a alguns metros de uma grande plantação de soja, milho ou algodão também se contaminam.

Com o tempo, o agrotóxico vai penetrando no solo e sai no poço, mesmo que esteja a 50, 60, 70 metros de profundidade. Isso é o que a gente chama de poço semi-artesiano e a maioria é assim. Uma região de cerrado tem pouco abastecimento por córrego, é mais por poço artesiano que as cidades e comunidades rurais se abastecem.

Encaminhamos o relatório dessa pesquisa para o CNPq [Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico]. Lá em Lucas, a gente já fez uma audiência pública na Câmara Municipal, onde apresentamos esses dados. Estavam presentes vários professores, vereadores, os secretários da saúde, educação e agricultura. As Secretaria da Agricultura e do Meio Ambiente são juntas em 140 dos 141 municípios de Mato Grosso. O grande poluidor do meio ambiente — a agricultura químico-dependente, que desmata e usa muito agrotóxico e fertilizante químico — tem o mesmo gestor e fiscalizador que o meio ambiente. A maioria dos secretários da agricultura é de fazendeiros, eles não vão denunciar a poluição dos colegas deles. Aqui no estado, a única exceção é Cuiabá, mas é onde não tem agricultura.

O MP [Ministério Público] está elaborando um termo de ajuste de conduta. Em Campo Verde também teve uma audiência pública para estabelecer uma legislação com os dados parciais que a gente já tinha e fazer uma legislação que determinasse a distância mínima para pulverização no entorno da cidade. O promotor recebeu o relatório e está preparando um ajuste de conduta também.

Esses lugares são semelhantes entre si, porque são dos 40 municípios do estado que consomem 80% dos agrotóxicos, dos fertilizantes químicos e das sementes. A dinâmica é parecida nesses 40 municípios. Desmata-se e

pulveriza-se até a beira do córrego, no entorno dele e nas nascentes. As comunidades rurais e a própria cidade ficam ilhadas no meio das plantações.

No pasto, usa-se muito herbicida e inseticida e isso vai entrar no ciclo da carne. Os outros suínos e as aves são contaminados pela soja e pelo milho, porque a ração desses animais é à base desses produtos. Dessa maneira, os resíduos do agrotóxicos vão parar nos alimentos.

O Ministério da Saúde analisou 20 tipos de alimentos e 30% pelo menos deram algum tipo de agrotóxico. A maioria dos agrotóxicos analisados — foram mais de cem — é autorizado aqui no Brasil.

Uma boa parte, uns 14, está sob revisão. Dois ou três foram proibidos e o endossulfam, bastante usado aqui e muito tóxico, vai ser proibido a partir de julho de 2013.

Metamidofós, outro fosforado, que dá muito problema no sistema nervoso, psiquiátrico, até doença de Parkinson, vai ser proibido a partir de julho do ano que vem. Esses são proibidos há vinte anos na União Europeia e aqui quando é proibido, é só partir de 2013. Sabe-se que o metamidofós é cancerígeno, neurotóxico e mesmo assim só será proibido a partir de julho do ano que vem.

Viomundo – Já existe conhecimento científico suficiente para uma política mais incisiva? Por que é tão permissiva a legislação brasileira em relação aos agrotóxicos?

Wanderlei Pignati – Você tem a lei do agrotóxico, a Lei 7.802 de 1989, depois regulamentada pelo decreto 4074, de 2002. Mas existem alguns furos. Primeiro, quem está fiscalizando? É um volume imenso de agrotóxicos, todos permitidos no Brasil. Teria de haver alguns critérios. E os critérios que existem, como a distância mínima de 500 metros de nascente de água, casas, criação de animais, ninguém respeita.

Viomundo – Mas os critérios no Brasil são diferentes? Por que os proibidos lá fora, aqui são permitidos?

Wanderlei Pignati – São diferentes. Os mais tóxicos são proibidos lá e aqui permitidos. Isso por causa da nossa dependência econômica. Quem governa o Brasil? Aqui, no Mato Grosso, os grandes governantes são fazendeiros, assim como no Goiás. Falo de governantes não só do executivo, mas do legislativo também. Deputados estaduais, os veradores, uma boa parte é fazendeiro e comprometido com esse modelo de desenvolvimento.

Não querem mudar agora o Código Florestal para devastar mais ainda? Aqui, no Mato Grosso, 80% estão devastados por quê? Na região Amazônica também. Segundo a lei, teria que desmatar 20% e preservar 80% nas áreas de floresta, de preservação permanente. No cerrado, você pode desmatar 70% e deixar 30%.

Os agrotóxicos são fabricados lá fora e vêm para o Brasil. O compromisso dos empresários que vendem esses produtos não é com a saúde. E o grande fazendeiro quer saber de matar o que ele chama de praga.

A gente tem que inverter isso, quem é a praga que começou a desmatar, depois a usar um monte de veneno? Dá para produzir sem o veneno? Dá, é o modelo da agroecologia. Entra no modelo dos orgânicos.

O maior produtor de açúcar e álcool orgânico é o Brasil. É produzido numa cidade do interior de São Paulo, Sertãozinho. São 16 mil hectares de cana num processo industrial semelhante ao outro, tem máquina cortando mas sem usar uma gota de fertilizante químico ou agrotóxico. Começou 30 anos atrás, selecionando as sementes, as mudas de cana resistentes. Montou-se um laboratório próprio, com biólogo, engenheiro, para eles mesmos selecionarem ao invés de comprar sementes já selecionadas.

Diferentemente dos outros produtores, que dependem da meia dúzia de empresas que dominam toda indústria de semente de soja, milho, algodão, feijão, arroz. Essas empresas não fazem seleção para não usar agrotóxico ou fertilizante químico, se não como vai ficar a indústria deles, de fertilizante e agrotóxico? O mesmo dono da patente da semente é o dono do agrotóxico e do fertilizante químico. E mais ainda: é o mesmo que produz o medicamento, da indústria química.

Hoje, uma boa parte de medicação que a gente usa para tratar pessoas que tiveram infecção aguda, câncer ou uma outra doença neurológica, psiquiátrica, é produzido por quem produz fertilizante químico e agrotóxico. É um complexo químico-industrial, estão todos ligados.

É um tanto esquizofrênico para essa sociedade que se diz desenvolvida. Tem que ser outro modelo de desenvolvimento, isso porque eu estou discutindo a área agrícola sem entrar na indústria urbana, que é semelhante.

Existe uma legislação para limitar a poluição e uma legislação paralela para legalizá-la. Os jornalistas perguntam quanto que é o limite máximo permitido de agrotóxico no litro d'água? A gente já chegou a esse grau de não questionamento, de não se indignar, de acatar isso.

Se você pegar a Portaria 518 de 2004, do Ministério da Saúde, que chama-se Portaria da Potabilidade da Água, dá pra ver o que é permitido ter na água hoje. A gente fala muito de coliformes fecais. Mas e os agrotóxicos são permitidos? E os solventes? E metais pesados? Todos eles são permitidos.

O litro de água que você bebe hoje, de acordo com essa portaria, pode ter 13 tipos de metais pesados, 13 tipos de solventes, 22 tipos de agrotóxicos diferentes e 6 tipos de desinfetantes. Hoje, a questão mais importante na contaminação da água não é mais a bactéria, mas toda essa contaminação química.

Viomundo – Essas portarias de potabilidade da água aumentaram cada vez mais o limite de contaminação. Por quê?

Wanderlei Pignati – Se você comparar essa portaria com a da União Européia, vai ver que aqui tem 22 tipos de agrotóxicos enquanto lá pode ter, no máximo, cinco. Os limites lá são ínfimos.

Enquanto lá você pode ter 20 microgramas de glifosato, aqui pode ter 500 microgramas. E ainda querem subir para mais. A primeira portaria, de 1977, podia ter 12 agrotóxicos, 10 metais pesados, zero solventes e zero derivados de desinfetantes. A seguinte já é de 1990. A vigente é de 2004. Isso acompanha o crescimento da população urbana e rural, que se reflete na água. Os agrotóxicos são a poluição rural. Não se faz um tratamento adequado da água, só tiram os coliformes, botam cloro e fazem um tratamento primário. Esse tratamento, de 100 anos atrás, é feito por decantação.

Você coloca o produto, ele decanta, vai todo para o fundo, aí você aspira. É como limpar uma piscina. E os produtos químicos que ficaram dissolvidos na água? Quem usa muito solvente são as indústrias urbanas. Metais pesados são usadas nas indústrias urbanas e na agricultura também, junto com os fertilizantes químicos. Aquilo se acumula durante anos e sai na água. A portaria da potabilidade da água reflete a legalização da poluição urbana e rural.

Viomundo – Como o desenvolvimento urbano e rural foi crescendo, as portarias foram permitindo cada vez mais?

Wanderlei Pignati – Sim, porque essas substâncias vão sendo usadas cada vez mais. Depois, na revisão da portaria, já querem aumentar o limite. Querem tirar alguns agrotóxicos antigos e colocar outros novos. É uma sociedade sem muita informação e sem muita indignação. A grande mídia fala de limite máximo de resíduo como se fosse uma banalidade. Tudo isso é permitido na água? O leite da vaca tem um monte de coisa permitida também, agrotóxicos que são muito usados no pasto e vão parar na carne e no leite.

Agora, quando é carne para exportar e existe esse limite de resíduo, aí fazemos as análises. Às vezes, volta soja e carne porque não foram aprovados pelo nível de resíduo de lá [do país importador]. Alguém já viu incinerar aqueles vários navios de soja que voltaram? Depois que o produto saiu da indústria e foi para o supermercado daqui, seja carne, frango, soja, milho, quem fiscaliza?

A vigilância sanitária do município ou do estado tem que ir fazer as análises, e não se faz isso de maneira rotineira. Quando fazem análise de algum produto, analisam o coliforme fecal. Vêem se aquele produto entrou em putrefação. Mas vai fazer análise de resíduo de agrotóxico, que é cara?

Viomundo – Não fazem as análises por falta de estrutura?

Wanderley Pignati – Por falta de estrutura, mas não tem estrutura porque não tem investimento. Mas para exportar não fazem as análises? E para cuidar da

saúde do boi e da soja? Existe muito dinheiro para a vigilância à saúde no Brasil, mas não para o homem. Existe a vigilância do boi e da soja. O SUS do boi e da soja. A vigilância do boi e da soja tem escritórios do governo do estado nos 142 municípios, com agrônomo, veterinário. Tem mais de 20 carros. Quem é que faz toda a estrutura para vacinar 27 milhões de cabeças de gado do Mato Grosso?

Fazem campanha, o veterinário vai todo mês na fazenda ver se vacinou ou não contra febre aftosa. O fazendeiro compra a vacina, tudo bem, que é o custo menor. Aqui, no Mato Grosso, você tem 500 mil crianças abaixo de cinco anos e qual é a cobertura contra sarampo, hepatite, meningite, tuberculose? Vacinou quantos por cento das crianças? As 27 milhões de cabeças [de gado] estão todas vacinadas, do contrário não são exportadas. A infraestrutura é com o dinheiro público, mas os bois são de dinheiro privado. Com a soja, é a mesma coisa. Tem toda uma estrutura para não espalhar a ferrugem, que é um fungo da soja. Os agrônomos da Saúde tiram amostra, orientam os fazendeiros, fazem análise. O boi para exportar recebe cuidado, mas o que fica aqui e vai parar no supermercado, não.

Viomundo – O Mato Grosso é o maior produtor agrícola e maior consumidor de agrotóxico do país. O senhor acha que a alta produtividade de Mato Grosso depende do agrotóxico?

Wanderlei Pignati – As duas coisas estão ligadas. Cada vez se consome mais. Há dez anos, o hectare de soja consumia 8 litros e não 10 litros de agrotóxico, como hoje. Porque hoje você tem uma série de plantas já resistentes aos vários tipos de agrotóxicos. Então, primeiro você usa mais para ver se resolve. Depois, você troca por outro mais tóxico.

Viomundo – Mas é viável eliminar os agrotóxicos?

Wanderlei Pignati – Se você partir do sistema e começar a substituir a semente, sair desse domínio da semente, lógico que é viável, em grande escala. Como acontece em Sertãozinho, o maior produtor de açúcar orgânico do mundo. Eles exportam 99,9% dos produtos para União Européia. Hoje em dia a UE está preferindo nossos produtos orgânicos. Hoje tem algumas fazendas produzindo soja orgânica ou mesmo a soja tradicional, não transgênica, que já consome menos agrotóxico.

A UE prefere a soja não transgênica não só por causa do gene da bactéria que foi colocado junto com o da soja, mas também por causa dos resíduos do agrotóxico. Tem um nível de glifosato maior e depois, para dissecar, é usado o diquat ou paraquat, que é proibido na UE. Na China, na Índia, nos países do Oriente Médio e da África, esses produtos entram. Vamos levar a poluição para os nossos irmãos da África, da Ásia, que lá não tem controle nenhum. A sociedade precisa abrir os olhos e se mobilizar.

Viomundo – O governo Lula manteve esse modelo de desenvolvimento?

Wanderlei Pignati – Manteve, inclusive incentivou muito. Ele entrou dizendo que faria reforma agrária e fez praticamente nada. Ele fez 10% do que foi prometido. Em relação aos fazendeiros, ajudou o investimento na produção do biodiesel, da cana, ajudou a arrumar os portos, as estradas, mantendo algumas coisas do Fernando Henrique Cardoso. Por exemplo, manteve a antiga lei Kandir, em que os produtos rurais são isentos de imposto de exportação e do ICMS, então produzem soja e não fica um tostão aqui. Só produto industrializado é que paga imposto. Então, por que a gente produz tanta soja, exporta e mantém pouca industrialização aqui?

A carne é a mesma coisa, se você industrializar o que tem no frigorífico e transformar em salsicha, linguiça, aí paga imposto. E ainda vieram os governos estaduais, acabando com o ICMS.

Agrotóxico não paga ICMS, mas medicamento paga. Carros usados na agricultura, como tratores, não pagam ICMS aqui em Mato Grosso. São um monte de benesses que os governos federal e estadual deram ao agronegócio. Para a agricultura familiar, deu um pouquinho, para não dizer que não deu nada. Deram 95% aos grandes e 5% para a agricultura familiar.

Essa assistência técnica que o governo dá para os grandes produtores de boi e soja não tem nos assentamentos rurais. O governo manteve o modelo e ampliou mais ainda com o negócio do biodiesel, do álcool, dizendo que é a energia mais limpa do mundo. É mais limpa quando está dentro do navio, pronta para exportar, pois aqui dentro o álcool é a energia mais suja do mundo. E agora o biodiesel. Tem que desmatar, usar agrotóxico, fertilizante químico, é o que mais emprega trabalho escravo, é o que mais está matando trabalhador na zona rural, inclusive de exaustão. Polui com os detritos dessas indústrias rurais.

Nossa gasolina tem que ter 20% de álcool e se consome muito nos carros a álcool. Agora, por decreto governamental, o diesel é 5% biodiesel. E de onde vem? Se engendrou toda uma campanha para dizer que viria da mamona, do girassol, de produtos que incentivariam a agricultura familiar. Mentira, hoje, 95% vem do óleo de soja. O Mato Grosso é um dos maiores produtores de biodiesel. Você pega o óleo de soja, que é um alimento, e transforma em óleo para ser misturado com o diesel lá em Paulínia [São Paulo]. O Lula incentivou isso. A maior indústria de biodiesel do Brasil fica aqui em Barra do Bugres e há dois anos o Lula veio aqui inaugurar. Agora já tem dezenas no país todo. Assim como o álcool, com o qual poderia se produzir açúcar e outros alimentos em vez de ser produzido para carros.

Viomundo – Do governo Dilma pode se esperar alguma mudança?

Wanderlei Pignati – É continuidade do governo que prioriza o desenvolvimento industrial urbano e rural nesse mesmo modelo. Pode piorar ainda mais se passar essa reforma do Código Florestal. Não é o governo da Dilma, é de vários partidos, como foi o do Lula. Um monte de empresários que permitem e mantêm esse modelo. A gente pensou que o governo Lula fosse

mudar, não digo acabar com o capitalismo, mas, pelo menos, mudar um pouco essa correlação. Melhorar a agricultura familiar, ir no sentido da agroecologia, dar o mesmo privilégio de financiamento para os grandes e pequenos produtores. Nada disso aconteceu.

Viomundo – Lula ampliou o sistema de crédito para a agricultura familiar. O senhor não acha o suficiente para inverter o rumo do desenvolvimento?

Wanderlei Pignati – Ele ampliou no orçamento, mas no financeiro, quem conseguiu pegar? Grande parte dos assentamentos não tem uma legalização que pode ir lá pegar o financiamento. E se conseguir pegar, cadê a assistência técnica para ele produzir? A agricultura familiar vive um drama. Os pequenos produtores podem pegar 10 mil reais e o grande pega 10 milhões, 20 milhões. Desses 10 milhões de reais, ele vai investir oito e com os outros dois milhões, ele compra apartamento, outras coisas.

O pequeno, que pegou 10 mil reais para produzir, é com muito sacrifício, bota toda a família para trabalhar. São políticas iguais para o grande e para o pequeno — e não funciona assim. Tem de ter uma estrutura de crédito, de manejo, de assistência, que hoje não há. O grande produtor tem seus agrônomos. O pequeno, não. Fica sendo uma política mais demonstrativa, “dei tantos milhões”. Mas quantos pegaram? E os que pegaram o financiamento, quantos cumpriram aquilo? O pequeno gosta de cumprir. Os grandes não precisam, porque depois vem a anistia, eles não pagam impostos.

Fonte: <http://www.viomundo.com.br/entrevistas/wanderlei-pignati-dinheiro-para-a-vigilancia-de-boi-e-soja-tem-para-a-saude-do-homem-nao.html>

25/03/ 2013

Lagarta que ataca safra atual é de espécie exótica, descobre Embrapa

Hipótese é que praga tenha entrado no Brasil por meio de importação de flores

Os pesquisadores da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) descobriram que a lagarta que vem atacando lavouras de algodão, milho e soja

em diversas regiões, em especial no oeste da Bahia, não é da espécie "zea", e sim a "helioverpa armigera", que ainda não havia sido identificada no Brasil. Os produtores baianos estimam que os prejuízos por menor produtividade e gastos no controle da praga somem R\$ 1 bilhão.

O presidente da Embrapa, Maurício Antônio Lopes, durante reunião nesta sexta-feira (22/3) no gabinete do ministro Antônio Andrade, da Agricultura, afirmou que, como se trata de uma praga nova, a "helioverpa armigera" será enquadrada na classificação de quarentenária A1. A classificação enquadra as pragas exóticas, não presentes no País, que podem causar importantes danos econômicos.

A hipótese mais provável apontada pela Embrapa é que a lagarta ingressou no Brasil por meio de importação de flores e outros materiais de propagação vegetativa.

Segundo a Associação Brasileira dos Produtores de Algodão (Abrapa), na reunião desta manhã o ministro Antônio Andrade garantiu que, a partir da classificação da praga, o governo vai liberar, em caráter emergencial, a importação e o uso de inseticidas à base do princípio ativo benzoato emamectina, reconhecidamente eficaz no combate à lagarta e utilizados em países como Austrália, Estados Unidos e Japão, bem como em toda a União Europeia e na África.

Gilson Pinesso, presidente da Abrapa, observa que a liberação dos inseticidas vai auxiliar o produtor, mas é preciso precaução com a safra 2013/2014. "Usar o produto agora vai ajudar o produtor a terminar a safra com mais segurança, mas é preciso pensar na liberação dele para o início da próxima, para não correremos o risco de enfrentar tudo novamente", disse, acrescentando que o ministro Antônio Andrade prometeu que a portaria será publicada na segunda-feira (25/3).

Pinesso afirmou que a Embrapa irá promover debates para a criação de um programa de manejo integrado da praga, com vistas a evitar a proliferação.

Pinesso também apresentou outras demandas dos cotonicultores ao novo ministro, principalmente a proposta de reajuste do preço mínimo de garantia. Ele lembra que o setor está há dez anos sem reajuste para o valor mínimo do algodão. "Acreditamos que com um preço mínimo de R\$ 63 por arroba, que é o

que estamos pedindo, o produtor voltará a se sentir incentivado a plantar", afirmou o presidente da Abrapa.

Fonte: <http://www.ecofinancas.com/noticias/lagarta-ataca-safra-atual-especie-exotica-descobre-embrapa>

07/04/2013 - 02h31

Liberação de agrotóxicos foi irregular, diz Procuradoria

Brasil aprovou produtos mais tóxicos do que equivalentes já no mercado. Mudança ocorreu depois que procurador da AGU orientou Anvisa a registrar produtos mais nocivos à saúde

Maior consumidor de agrotóxicos do mundo, o Brasil passou a liberar em 2012, de forma irregular, registros de defensivos mais nocivos à saúde, segundo o Ministério Público Federal. A Procuradoria afirma estar equivocado o parecer da Advocacia-Geral da União (AGU) que mudou no ano passado a interpretação da Lei dos Agrotóxicos, de 1989.

Até 2012, com base nessa lei, agrotóxicos mais danosos à saúde do que outros já no mercado com o mesmo fim e princípio ativo -os chamados produtos de referência- não podiam ser liberados. Mas um parecer da AGU mudou a prática. Ao menos dois produtos mais tóxicos que os de referência foram registrados.

A mudança atendeu a pedido da empresa CCAB Agro, que questionou a Anvisa porque estava prestes a ter um produto barrado por ser mais tóxico que o de referência.

Em resposta, o procurador Victor de Albuquerque e seu chefe, Maximiliano de Souza, orientaram a Anvisa a liberar agrotóxicos nessas condições, sob o argumento de que decreto de 2002 limitava a exigência de menor toxicidade a defensivos com princípio ativo novo no país.

A CCAB obteve então o registro do produto Acetamiprid CCAB 200 SP.

PARECER TÉCNICO

A mudança foi revelada pela **Folha** em novembro, na esteira das denúncias feitas pelo ex-gerente de toxicologia da Anvisa Luiz Cláudio Meirelles, exonerado enquanto fazia apurações internas.

Após a reportagem, o Ministério Público Federal abriu investigação sobre o caso e concluiu que o parecer está em desacordo com a lei. A Procuradoria no Distrito Federal recomendou à Anvisa, no mês passado, que suspendesse os registros dos produtos liberados com base na nova interpretação e readequasse seus procedimentos.

Se a diretoria da Anvisa não acatar a recomendação, afirmou o procurador Carlos Henrique Martins Lima, o Ministério Público Federal acionará a agência na Justiça. O prazo para a Anvisa responder ao Ministério Público Federal terminou quinta-feira, mas a agência pediu mais tempo ao procurador.

Fonte: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/1258603-liberacao-de-agrotoxicos-foi-irregular-diz-procuradoria.shtml>

Publicado em 10 de abril de 2013 às 4:12 pm

Shell e Basf irão pagar indenização por contaminação de ex-funcionários

Fábrica de agrotóxicos controlada pelas empresas funcionou de 1974 a 2002 em Paulínia, interior de São Paulo



Multinacionais assinam acordo se comprometendo a pagar atendimento médico a mais de mil ex-trabalhadores e indenização de R\$ 370 milhões

Foi homologado na última segunda-feira, 8, acordo de indenização milionário que Shell e Basf fecharam com os ex-trabalhadores da fábrica de agrotóxicos controlada pelas empresas que funcionou de 1974 a 2002 no município de Paulínia, no interior de São Paulo. As multinacionais comprometeram-se a pagar atendimento médico vitalício a mais de mil ex-trabalhadores, diretos e terceirizados, e seus dependentes, o que torna o caso um dos mais abrangentes da história do Tribunal Superior do Trabalho, onde a ação seria julgada se não houvesse o acordo.

Além disso, elas devem pagar ainda R\$ 200 milhões em indenização por danos morais coletivos e aproximadamente outros R\$170 milhões aos ex-trabalhadores e seus dependentes, a título de indenização individual.

A ação teve início em 2007, depois que diversos estudos ligando a contaminação do lençol freático pela empresa e a saúde dos trabalhadores foram analisados pelo Ministério Público do Trabalho (MPT). Para o MPT, além

de terem contaminado o meio ambiente por produzir agrotóxicos em desacordo com as normas ambientais, a Shell e a Basf foram negligentes “em relação à saúde, à vida e à integridade física e psíquica” dos trabalhadores.

Em nota, a Shell disse considerar o acordo “uma excelente oportunidade para o término da disputa judicial”, mas que não reconhece a contaminação dos trabalhadores: “A ocorrência de contaminação ambiental não implicou, necessariamente, em exposição à saúde de pessoas”. Em entrevista à Repórter Brasil, o advogado dos trabalhadores Vinícius Cascone ironizou o posicionamento da companhia: “Significaria dizer que eu pulei numa piscina cheia de água e, ao sair, não fiquei molhado”. A Basf, também em nota, confirmou o acordo e afirmou “compromisso em posicionar-se com transparência em todos os aspectos relacionados a este assunto”.

Os drins

Dentre os agrotóxicos produzidos pela fábrica estavam os chamados drins (Aldrin, Dieldrin e Endrin), que foram inventados nos EUA na década de 1940 e largamente utilizados no cultivo de algodão e milho, além do controle de cupins. Por possuírem alta persistência no meio ambiente e se propagarem pela cadeia alimentar, seu uso na agricultura foi banido em 1974 nos EUA depois que a Agência de Proteção Ambiental do país (Usepa) confirmou o alto risco de câncer em animais e contaminação em alimentos.

Assim, a Shell foi obrigada a fechar sua fábrica de pesticidas que estava em atividade desde 1948. No Brasil, os drins foram parcialmente proibidos para uso e comercialização somente em 1985. Em depoimentos registrados em vídeo pela reportagem, trabalhadores relatam que ficavam expostos aos produtos tóxicos com regularidade e que acidentes eram comuns. Hoje, sofrem com problemas graves de saúde.

drins

Dentre os agrotóxicos produzidos pela fábrica estavam os chamados drins (Aldrin, Dieldrin e Endrin), que foram inventados nos EUA na década de 1940 e largamente utilizados no cultivo de algodão e milho, além do controle de cupins. Por possuírem alta persistência no meio ambiente e se propagarem pela cadeia alimentar, seu uso na agricultura foi banido em 1974 nos EUA depois que a Agência de Proteção Ambiental do país (Usepa) confirmou o alto risco de câncer em animais e contaminação em alimentos.

Os drins fazem parte dos Poluentes Orgânicos Persistentes (POPs) e, em 1998, entraram em uma lista do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente que os colocou entre os doze POPs mais tóxicos do mundo.

A fábrica

Ainda em 1974 a Shell iniciou, no município de Paulínia, a construção de uma fábrica para a produção de diversos tipos de agrotóxicos, como os drins. A produção teve início três anos depois, em 1977. A construção foi fiscalizada pela Cetesb (Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental), que apontou, em 1975, que

a localização da fábrica não era “conveniente”: por estar muito próxima do rio Atibaia, haveria uma possibilidade, “ainda que remota”, de contaminação de suas águas.

O rio Atibaia tem mais de cem quilômetros de extensão. Suas águas, apesar de poluídas pelo esgoto despejado sem tratamento pelas cidades por onde passa, abastecem mais de 2 milhões de moradores do interior de São Paulo. A pesca no rio ainda é uma prática comum das populações locais.

Em 1993, como parte do acordo de venda da fábrica para a American Cyanamid Co. (comprada, em 2000, pela Basf), a Shell teve de fazer uma auditoria ambiental que constatou que o meio ambiente e o lençol freático estavam contaminados pelos produtos que fabricava. Segundo a companhia, no entanto, a contaminação estava restrita à área da fábrica.

Dois anos depois, a Shell foi obrigada a fazer uma autodenúncia à Curadoria do Meio Ambiente de Paulínia, reconhecendo os danos ambientais. Também se comprometeu a recuperar a área em um Termo de Ajuste de Conduta (TAC) firmado com o Ministério Público (MP). De acordo com a Shell, não havia qualquer risco de contaminação dos trabalhadores da fábrica. Em 2000, por pressão dos moradores das chácaras da região, a Cetesb coletou amostras de fora da área da fábrica. Eles alegavam que a água proveniente do lençol freático tinha um forte odor. A Cetesb, então, constatou que a contaminação havia extrapolado os limites da fábrica.

Em dezembro de 2002, a Basf anunciou o fechamento da fábrica e a demissão de todos os funcionários. No mesmo período, a vigilância sanitária de Paulínia interditou a área residencial onde ficavam as chácaras e evacuou o local.

Entre 1998 e 2006, dezenas de ex-trabalhadores e ex-moradores entraram com ações individuais contra as duas empresas por conta dos danos ambientais e dos alegados riscos à saúde humana a que foram submetidos. Em depoimento à Promotoria de Justiça, um dos ex-funcionários alegou que a Shell manteve quatro aterros clandestinos na área da fábrica e que o incinerador era utilizado também por outras empresas da região.

Nos anos seguintes, a área onde a fábrica ficava e as chácaras da região foram compradas pela Shell. Uma ex-moradora, no entanto, se recusa a aceitar as condições oferecidas pela companhia e mora há dez anos em um quarto de hotel à espera da resolução da disputa na Justiça.



Redondezas da fábrica foram interditadas em 2003 por “risco à saúde” (Foto: Divulgação)

Contaminação

A vigilância sanitária da Prefeitura de Paulínia produziu, em 2003, um estudo com 181 moradores (aproximadamente 70% da população) do bairro Recanto dos Pássaros,

onde a fábrica estava instalada. No sangue de muitas dessas pessoas foram detectados metais pesados – como chumbo, cádmio e arsênico – e os agrotóxicos DDT e Aldrin.

O estudo ainda pondera que, se a população do bairro tivesse sido retirada do bairro pelo “risco potencial” à saúde quando, em 1995, a companhia reconheceu perante à prefeitura os danos ambientais causados, quase metade (47%) dos moradores não teriam sido expostos aos contaminantes, pois haviam nascido ou se mudado para o Recanto dos Pássaros depois de 1995.

A Associação dos Trabalhadores Expostos a Substâncias Químicas (Atesq) levantou que, desde 2007, com o início do processo na Justiça, mais de 60 ex-

trabalhadores já faleceram e tinham, em média, 55 anos de idade. Ao menos 20 óbitos foram registrados em decorrência de algum tipo de câncer.

Dez anos morando em um quarto de hotel

Ciomara Rodrigues não tem tanto a comemorar, mesmo depois do acordo na Justiça. Há dez anos, ela briga na Justiça por uma indenização mais adequada para a chácara em que viveu de 1974 a 2003. Forçada a deixar o local há dez anos, quando as propriedades da região foram interditadas pela Prefeitura de Paulínia, em vez de vendê-la à Shell, como os demais moradores fizeram, ela preferiu acionar a Justiça. “O dinheiro que a empresa quer pagar pela minha propriedade não dá nem para comprar uma casinha na periferia de Paulínia”, diz.

Enquanto a ação não for julgada, a Justiça obrigou a Shell a pagar um quarto de hotel para Ciomara e seus dois filhos. Isso faz dez anos. O processo caminha ainda na primeira instância. Como o acordo homologado diz respeito somente aos trabalhadores, sua situação deve permanecer indefinida.

Revoltada, ela criou um blog que atualiza desde 2004 com cada novo andamento do caso. Como é uma das poucas que pode visitar a área interditada pela prefeitura – já que a chácara ainda é propriedade sua – ela denuncia irregularidades nas obras de recuperação ambiental.

Entre os problemas apontados por ela, está o fato de os operários que trabalham nas obras de recuperação do local não usarem o mesmo equipamento de proteção individual específico para se protegerem dos contaminantes, equipamento que ela é obrigada a usar toda vez que visita a área, conforme revelam as fotos ao lado, ambas reproduzidas de seu blog.

Fonte: <http://revistaforum.com.br/spressosp/2013/04/shell-e-basf-irao-pagar-indenizacao-por-contaminacao-de-ex-funcionarios/>

11/04/2013 07h00 - Atualizado em 11/04/2013 07h09

Liberação de agrotóxico novo causa polêmica em Brasília

Lagarta helicoverpa está atacando as lavouras de algodão e soja na BA. Técnicos da Agência de Defesa Agropecuária do estado estão em alerta.



O grupo operacional de emergência fitossanitária formado por fiscais da Adab, Agência de Defesa Agropecuária da Bahia, está percorrendo fazendas em todo o oeste do estado.

A ação é fruto de uma parceria com o [Ministério da Agricultura](#) e entidades do setor agrícola e busca reduzir as perdas na safra atual causadas pela lagarta helicoverpa armigera, que se alimenta principalmente da flor do algodão e a maçã da planta. No caso da soja, ela come a vagem em formação.

O ciclo do algodão deve durar mais um mês. Neste momento, a maior preocupação dos produtores é a migração da helicoverpa das lavouras de algodão já destruídas pela praga, para as plantações que ainda resistem ao ataque.

De acordo com os técnicos, as perdas até agora chegam a 50 arrobas por hectare no caso do algodão e até 20 sacas por hectare no caso da soja.

A lagarta helicoverpa armigera é considerada praga quarentenária, já que nunca foi registrada no país e porque pode causar grandes danos econômicos. Os inseticidas hoje existentes no mercado não têm conseguido controlar a praga, que se alimenta de várias culturas, inclusive do algodão transgênico, que foi desenvolvido para resistir ao ataque de lagartas.

Para resolver o problema, o Ministério da Agricultura autorizou em caráter emergencial o uso do princípio ativo chamado benzoato de emamectina, que está sendo importado para aplicação na Bahia.

Esta decisão passou por cima de um parecer da Anvisa. Em 2007, o benzoato teve seu registro negado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária por ser considerado tóxico para o sistema neurológico.

Agora, o pedido para usar o benzoato de emamectina partiu dos próprios produtores, mas tanto a Anvisa quanto o [Ibama](#) foram contra o registro emergencial do produto.

Em uma das reuniões do CTA, comitê técnico de assessoramento para agrotóxicos, formado pela Anvisa, Ibama e Ministério da Agricultura, ficou decidido que não há elementos que justifiquem o uso do benzoato de emamectina para o controle da praga, como registro emergencial.

A Anvisa afirma que trabalhos no Brasil atestam a eficiência de outros produtos para combater a lagarta. O CTA conclui: não há subsídios para se posicionar sobre a autorização de uso do benzoato.

Apesar das ponderações do comitê, o Ministério da Agricultura decidiu autorizar o uso do produto, com base na legislação de emergência fitossanitária, mas o governo diz que vai adotar medidas de controle de uso.

Em nota, o Ibama confirma que não há consenso para o registro emergencial do produto com base na legislação sobre agrotóxicos. A Anvisa não quis se manifestar sobre o assunto.

Fonte: <http://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2013/04/liberacao-de-agrotoxico-novo-causa-polemica-em-brasilia.html>

14 de abril de 2013

Agrotóxicos, saúde, meio ambiente e Justiça

O ser humano utiliza há séculos a agricultura, a fim de poder satisfazer suas necessidades alimentares. Todavia, a forma de plantio que se dava mais para a própria subsistência, a partir dos anos 1950 foi substituída. As práticas tradicionais da enxada e do arado deram lugar a tratores e colheitadeiras. O adubo orgânico cedeu espaço a produtos químicos usados para combater as pragas. Estas mudanças foram chamadas de “Revolução Verde”.

A exploração do campo passou a ser um negócio mais complexo e rentável. Por outro lado, a produção de alimentos em larga escala fulminou a previsão catastrófica de Malthus, para quem o aumento populacional significaria o fim da humanidade. No entanto, outros problemas surgiram. Entre eles o uso exacerbado de produtos químicos, sendo o Brasil o maior consumidor do mundo.

Os agrotóxicos, ensina Paulo A. Brum Vaz, “são toxinas utilizadas para matar, controlar ou afastar os organismos indesejados da lavoura, tais como: os

herbicidas (que matam plantas invasoras) e pesticidas, divididos em inseticidas (que matam diversas espécies de insetos), fungicidas (que matam fungos), acaricidas (que matam ácaros), bactericidas (que matam bactérias), algicidas (que matam algas), rodenticidas (que matam roedores), formicidas (que matam formigas), molusquecidas (que matam moluscos) e outros” (O Direito Ambiental e os Agrotóxicos, Livraria do Advogado, página 22).

Apesar de beneficiar a agricultura, eles trazem consigo uma carga de perigo. O alerta veio da bióloga norte-americana Rachel Carson, no livro “Primavera Silenciosa”, em 1962. Em linguagem simples e argumentos convincentes, Carson atacou o uso elevado de pesticidas, em especial o DDT, atribuindo-lhes a origem de doenças como o câncer, além de danos ao meio ambiente. Apesar de atacada pelas grandes corporações da área, ela conseguiu abolir o DDT e influenciar na criação da poderosa Agência de Proteção Ambiental.

No Brasil, o agronegócio assumiu um papel de grande relevância na economia nacional. Segundo Roberto Rodrigues, ex-Ministro da Agricultura, no ano passado foi ele a causa de exportações no valor de US\$ 95,8 bilhões. Na outra ponta, os problemas ambientais agravaram-se, atribuindo-se ao uso excessivo ou irregular dos agrotóxicos a poluição do solo, dos rios, morte de espécimes da fauna, além de fundadas suspeitas de aumento de doenças, como o câncer, nos seres humanos.

Que fazer diante desse cenário complexo e de difícil visualização? E o Direito, qual a sua importância nesse contexto?

A agricultura, tal qual a economia, está vinculada à proteção do meio ambiente, conforme dispõe o artigo 186, inciso II, da Constituição, e artigo 3º, inciso IV, da Lei 8.171/91, que trata da Política Agrícola. Partindo deste pressuposto, cumpre saber como os agrotóxicos entram no mercado. A autorização para a venda depende da aprovação do Comitê Técnico de Assessoramento para Agrotóxicos (CTA), que é composto por representantes do Ibama, Ministério da Agricultura e da Anvisa. São decisões complexas. Vejamos alguns exemplos.

Noticiou a Folha de S.Paulo, de 7 de abril de 2013, que a Anvisa não liberava agrotóxicos mais danosos à saúde do que outros já presentes no mercado com o mesmo fim e princípio ativo, chamados de produtos de referência. Todavia, com base em parecer emitido pela AGU, foi atendido pedido da CCAB Agro, com o registro do Acetamiprid. O fato foi analisado no Ministério Público Federal, que recomendou à Anvisa suspender o registro dos produtos liberados com base na nova interpretação. O desfecho certamente se dará no Judiciário.

O jornal O Estado de S. Paulo, de 10 de abril de 2013, informou que o Ministério da Agricultura liberou o uso de um agrotóxico contendo benzoato de emamectina não registrado no Brasil, para combater lagartas nas lavouras de algodão e soja. Ocorre que, em 2007, a Anvisa havia proibido essa substância por considerá-la tóxica para o sistema neurológico. Provavelmente, a questão irá terminar nos Tribunais.

Tramitou na Vara Ambiental da Justiça Federal em Curitiba, PR, ação civil pública proposta pelo Ministério Público Estadual e a Associação XAMA contra a Anvisa e o Ibama. Os autores pediram a proibição, cancelamento e impedimento de novo registro de qualquer agrotóxico que na sua composição química tivesse o produto 2,4-D. Após processada, decidiu a Juíza Sílvia Brollo, em 19 de fevereiro de 2013, referendar a atuação do Poder Público e a prova técnica realizada, julgando improcedente a ação (processo 2005.70.00.022808-4/PR).

A entrada de um produto autorizado no mercado dá-se através da venda, pelas grandes companhias do setor, que entregarão o material a revendedores que os estocarão, aguardando o comprador. Estas e outras medidas devem ser feitas com as cautelas previstas na Lei 7.802/89, no Decreto 4.074/02, Resolução Conama 334/03 e outros atos administrativos. Não estão nesta fase os problemas. As multinacionais cumprem as regras de cautela determinadas, não querem problemas. As dificuldades começam no momento posterior.

Os adquirentes dos produtos químicos, ou seja, os agricultores, estão obrigados a utilizá-los com toda cautela. Por exemplo, as embalagens devem ser devolvidas aos estabelecimentos comerciais revendedores no prazo de um ano (artigo 53 da Lei 4.074/02). O motivo é claro, elas podem conter resíduos que venham a envenenar o solo ou a água. Portanto, o intermediário os receberá do agricultor e os repassará à empresa de produtos químicos para que sejam reciclados.

Como se dá a fiscalização de tais atos, em fazendas espalhadas pelo imenso território nacional? Terão todos os estados meios de fiscalizar com o necessário rigor? São quase inexistentes precedentes judiciais discutindo as multas.

A fiscalização é feita por fiscais estaduais agropecuários, via de regra vinculados às Secretarias da Agricultura. No Paraná cabe à Adapar (Agência de Defesa Agropecuária do Paraná), vinculada à Secretaria da Agricultura e Abastecimento, a liberação do comércio destes produtos e a fiscalização no campo da correção do uso, uma vez que eles devem ser prescritos e usados com a estrita observância das recomendações de rótulo e bula que acompanham os produtos no mercado.

No âmbito civil, ou seja, ações inibitórias ou indenizatórias, a dificuldade persiste. Poucos são os precedentes. A jurisprudência do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul mostra que a dificuldade maior está em provar o nexo causal entre o uso dos defensivos e o dano ambiental causado (ACiv. 70007930837, julgada em 24 de maio de 2004), que é possível transferir ao réu o ônus da prova em casos de pulverização feita por aviões, que causem danos a vizinhos e ao meio ambiente (AI 70052261971, julgada em 28 de janeiro de 2013) e que o possuidor de área poluída não pode eximir-se da responsabilidade alegando não ser proprietário (AI 70034056036, julgado em 31 de março de 2010).

No âmbito penal também são poucos os julgamentos. A Polícia Civil, exceto em Delegacias especializadas, tem dificuldades em investigar este tipo de delito. Se não há investigação, não há precedentes. É rara a jurisprudência, sendo que boa parte diz respeito à importação irregular de agrotóxicos (v.g., TRF-4, HC [5005492-79.2013.404.0000](#), julgado em 21 de março de 2013). Em caso de capina química em lavoura, crime do artigo 15 da Lei 7.802/89, os réus foram absolvidos no TJ-RS por falta de perícia (ACr 70.030.511.372, j. 11 de março de 2010).

Vê-se, pois, que o uso dos agrotóxicos e seus efeitos eventualmente nocivos é ainda ignorado pela maioria da população e não tem merecido a atenção da comunidade jurídica. Pouco se sabe sobre o limite do risco, pelos efeitos cumulativos em nosso organismo, sobre os danos ambientais e à saúde. Tudo isto está a exigir discussões e debates mais claros, maior publicidade nas licenças e autorizações.

É necessário: a) conhecermos a posição da União Europeia, dos Estados Unidos e também dos nossos vizinhos mais próximos sobre a autorização para a venda de certos produtos; b) que os autos de infração administrativa dos fiscais agropecuários sejam remetidos à Polícia ou ao MP para apurar-se a responsabilidade penal; c) estender-se a competência para fiscalizar à Polícia Ambiental e aos órgãos municipais; d) o Judiciário ter jurisprudência consolidada sobre as questões mais polêmicas.

Enfim, necessitamos mais conhecimento e segurança.

Fonte: www.conjur.com.br/2013-abr-14/segunda-leitura-agrotoxicos-saude-meio-ambiente-justica

17.04.2013

Lagarta *Helicoverpa*: mais um sério problema

A lagarta *Helicoverpa armigera* (Lepidoptera; Noctuidae) vem atacando as culturas de soja, milho e algodão e já causou danos significativos para os produtores rurais, com prejuízos estimados em R\$ 2 bilhões, nas duas últimas safras, no Brasil.

Os estados brasileiros que já foram afetados por essa praga são MT, MS, MG, BA, PA, GO, PR, SP, MA e PI. Em março último foi decretada situação de emergência fitossanitária na Bahia, Estado que mais tem sofrido com essa praga, com prejuízos calculados em R\$ 1 bilhão. No algodão, os gastos passaram de US\$400 para US\$ 800 por ha.

Na Austrália, os produtores tiveram quebra de safra de algodão por três vezes, por causa dos problemas com pragas, inclusive com a *Helicoverpa*, e convivem com essa há mais de dez anos.

Na safra 2011/12, pesquisadores da Fundação Mato Grosso encontraram *H. armigera* em lavoura de milho, na região Sul e Sudeste do Estado. A olho nu parece-se com a lagarta das maçãs *Heliothis virescens*. O trabalho conjunto entre a Fundação MT, Universidade Federal de Goiás e EMBRAPA possibilitou a identificação da espécie da *Helicoverpa* presente em lavouras de feijão, sorgo e milheto, além de soja, milho e algodão, no Brasil.

A lagarta é muito agressiva, ataca folhas de plantas, vagens e consomem os grãos. Na cultura do algodão alimenta-se das folhas, flores e maçãs. Na Bahia, chegaram a fazer mais de 6 aplicações de inseticida. É uma praga com alta capacidade para adquirir resistência.

Tecnologia como o uso de cultivares resistentes deve ser adotada.

O monitoramento da lavoura é recomendado, enquanto não há um protocolo de manejo para o controle dessa praga.

Insetos do gênero *Trichogramma* são microvespas que parasitam os ovos de lepidópteros nocivos ao algodoeiro. A eficiência de parasitismo alcançada pela utilização de *Trichogramma*, visando à contenção de surtos populacionais do complexo de lagartas das maçãs, é da ordem de 70 a 80% para as lagartas dos gêneros *Heliothis*/*Helicoverpa* (Saran et al., 2007).

Com o intuito de conter *H. armigera*, praga quarentenária A-1, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) autorizou a importação e aplicação de produtos registrados em outros países, que tenham como ingrediente ativo único o Benzoato de Emamectina. A autorização foi publicada no DOU, em 4 de abril de 2013.

A inserção para utilização dessas substâncias foi concedida em caráter emergencial após negociações entre o MAPA, Ministério da Saúde e Ministério do Meio Ambiente, no âmbito do Comitê Técnico para Assessoramento de Agrotóxicos. Em 14 de março de 2013, o MAPA, também, publicou a autorização do uso de dois produtos biológicos (vírus VPN HzSNPV e *Bacillus thuringiensis*) e três químicos (Clorantpriliprole, Clorfenapir e Indoxacarbe) no combate à praga. Estes 5 agrotóxicos já possuem registro no Brasil.

Para regulamentar o uso de Benzoato de Emamectina, o MAPA irá publicar uma Instrução Normativa. Entre as principais regras destacam-se, aptos a usar o produto contendo o ingrediente ativo, as associações ou sindicatos de produtores rurais, cooperativas ou os próprios produtores, a partir dos planos técnicos aprovados pelas autoridades fitossanitárias dos estados.

A aplicação também será acompanhada por fiscais estaduais agropecuários e supervisionada por fiscais federais agropecuários. As propriedades que utilizarem os produtos serão objeto de fiscalização de uso, sendo monitoradas também as doses, número de aplicações e tecnologias utilizadas. O produto importado já é adotado no controle da lagarta, em países como os EUA, Japão, União Europeia e África.

Referência

Saran, P.E.; Thomazini, D.; Serra, A.P.; DeGrande, P.E. Manual dos insetos benéficos do algodoeiro. FMC. 2007. 220 p.

Fonte: http://www.biologico.sp.gov.br/artigos_ok.php?id_artigo=186

17.04.2013

VIÚVAS DO VENENO

Silêncio e dor se multiplicam nos campos brasileiros



Nesta série contamos a história de homens e mulheres vítimas da intoxicação por agrotóxicos na atividade agrícola e o que diz a política, a economia e a ciência

Para garantir a colheita e aumentar a produtividade, passou-se a usar o agrotóxico, que alguns chamam de defensivo químico ou agroquímico. O veneno usado para matar pragas nas lavouras chega com força ao ser humano e ao meio ambiente quanto maior e mais indiscriminado é o seu uso. Mortes silenciosas passam a

ocorrer nos campos agrícolas brasileiros e fora deles. Assim foi com Valderi, Wanderlei, Rosália, Liberato e Antônio. Estes são alguns entre milhares de nomes registrados pelo Sistema Nacional de Informações Toxicológicas (Sinitox) com óbitos por agrotóxico agrícola.

São trabalhadores rurais do Ceará, Pernambuco, Paraíba e Bahia, que conhecemos após percorrer quase 6 mil quilômetros. Os seus últimos anos de vida são narrados pelas esposas, as "viúvas do veneno". Entre as vítimas incluímos Rosália, que lavava diariamente as roupas do marido sujas de veneno. Morreu de leucemia. Deixou três filhos e Marizaldo, o viúvo desta série.

Maria da Conceição cuidou dos últimos dez anos de vida de Valderi. Mas os

cinco últimos valerem por outros dez. O agricultor foi perdendo partes do corpo. A reportagem conheceu Valderi logo após ele perder os primeiros dedos do pé, em 2005. Fizemos também a sua última foto em vida, em 2008.

Esta série especial não começa agora, mas há sete anos, em Limoeiro do Norte, cidade de José Maria Filho, uma das fontes exclusivas entre os moradores e lideranças na Chapada do Apodi. Sabíamos, dois anos antes, das ameaças de morte que sofria por denunciar a pulverização aérea onde hoje está um dos maiores polos fruticultores do Nordeste. Mesmo assim, ele insistia em não se calar. Quando foi assassinado, a comunidade de Zé Maria não se calou e os cientistas constataram as doenças causadas pelo veneno denunciado. A partir de amanhã, e até domingo, acontece a Semana Zé Maria do Tomé. Serão dias de protestos pela causa ambiental.

O Brasil é, há mais de quatro anos, o maior consumidor mundial de agrotóxicos. Somente em 2011 circularam cerca de US\$ 8,9 bilhões no comércio de veneno, dominado por nove empresas fabricantes que não concorrem entre si, pois, para cada cultura, uma delas produz um ou vários venenos específicos.

Em todo o País, foram confirmadas 171 mortes por agrotóxico agrícola somente em 2010, ano mais recente levantado pelo Sistema Nacional de Informações Toxicológicas. Mas a subnotificação é um dos grandes imbróglios neste setor. Para a Organização Mundial de Saúde (OMS), a cada caso notificado, existem outros 40 que não são.

E de quem é a culpa? Do modelo agrícola, da desinformação do trabalhador, do lobby dos fabricantes de venenos, da venda a qualquer custo? Desde a "revolução verde", há 50 anos, não se falou tanto em agrotóxicos no Brasil quanto nestas primeiras décadas do século XXI. "Delicado", "espinhoso", "polêmico", "necessário" são alguns adjetivos dados ao assunto, não importa qual opinião se tenha. No meio disso tudo, um fato: mais pessoas estão morrendo, o solo e a água estão com maiores teores de produtos químicos. Tudo de uma forma silenciosa, só definida com o tempo.

Estivemos também em Campinas (SP) reunidos com autoridades do agronegócio e representantes do segmento fabricante de agrotóxicos. Enquanto tudo isso, o mundo corre para garantir a segurança alimentar para 9 bilhões de pessoas até 2050. Há respostas de cunho político, econômico, social ou científico. Todas elas são consideradas nesta série especial inédita de hoje até o próximo dia 20 de abril.

Fonte: <http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=1255561>

17.04.2013

Brasil registra o aumento de mortes por agrotóxicos

Em 2010, 171 pessoas morreram intoxicadas por venenos de uso agrícola no País. Nordeste lidera casos

Campina Grande (PB). Poucos produtos conseguem quase dobrar a venda, na escala mundial, em um curto espaço de tempo. Os agrotóxicos tiveram crescimento de mercado mundial de 93% nos últimos dez anos. Não no Brasil, que teve avanço maior que 190%. Um mercado nacional que em 2002 representava R\$ 2,5 bilhões chega, passados dez anos, à cifra de R\$ 8,9 bilhões. Os estudos do impacto desses produtos não acompanham a própria liberação do comércio e, menos ainda, a informação sobre o uso. O resultado: mais pessoas estão morrendo por agrotóxico agrícola.

No Brasil, foram 4.789 casos registrados de intoxicação por esses produtos em 2010. No período, foram 86.700 casos totais de intoxicação sob diversos agentes, como agrotóxicos, animais peçonhentos, raticidas e dormissanitários. Os óbitos causados por veneno representam, por exemplo, 10% das mortes por trânsito nas estradas brasileiras; e o Brasil é o quarto país onde mais se morre no trânsito.

Mesmo os casos notificados levam muito tempo para chegar ao Sistema Nacional de Informações Toxicológicas (Sinitox). Por isso, o ano de 2010 é o mais recente. Somente quando todos os Estados repassam as informações um novo ano fica disponível para consulta. Assim, a reportagem buscou números mais atualizados nas gerências regionais dos Centros de Assistência Toxicológica (Ceatox) de alguns Estados brasileiros, conforme indica o infográfico ao lado.

A Região Sudeste apresentou, ainda em 2010, o maior número de casos de intoxicação: 2.145, seguida das regiões Sul (898), Centro-Oeste (808) e Nordeste (823). O Norte apontou 115 casos. Mas, no ranking de mortes, o Nordeste está em primeiro lugar. Foram 82 óbitos de um total de 171 em todo o País em 2010. Isso representa 47,9% de todas as mortes por agrotóxicos registradas no período. O total representa duas vezes mais que as mortes por medicamentos (67) no mesmo ano.

A média é acompanhada no levantamento de mortes entre 2001 e 2010. O Nordeste apresenta 37,7% das mortes, seguido de Sudeste (24,52%), Sul (18,40%), Centro-Oeste (17,24%) e Norte (2,65%).

São 17 categorias de circunstâncias apontadas no levantamento: acidente individual, acidente coletivo, acidente ambiental, ocupacional, uso terapêutico, prescrição médica inadequada, erro de administração, automedicação, abstinência, abuso, ingestão de alimentos, tentativa de suicídio, tentativa de aborto, violência/homicídio, uso indevido, ignorada e outra. Primeiro lugar. Foram 82 óbitos de um total de 171 em todo o País em 2010. Isso representa 47,9% de todas as mortes por agrotóxicos registradas no período. O total representa duas vezes mais que as mortes por medicamentos (67) no mesmo ano.

A média é acompanhada no levantamento de mortes entre 2001 e 2010. O Nordeste apresenta 37,7% das mortes, seguido de Sudeste (24,52%), Sul (18,40%), Centro-Oeste (17,24%) e Norte (2,65%).

São 17 categorias de circunstâncias apontadas no levantamento: acidente individual, acidente coletivo, acidente ambiental, ocupacional, uso terapêutico, prescrição médica inadequada, erro de administração, automedicação, abstinência, abuso, ingestão de alimentos, tentativa de suicídio, tentativa de aborto, violência/homicídio, uso indevido, ignorada e outra.

Suicídio

A facilidade com que se pode comprar o agrotóxico é um dos principais fatores para que estes produtos sejam bastante usados por quem tenta contra a própria vida. Em 2010, tentativa de suicídio representou 44,5% dos casos de intoxicação por agrotóxico agrícola e nada menos que 85% das mortes. A maior parcela desses suicídios se dá em zonas rurais, onde é mais fácil o contato com o veneno, cada vez mais abundante.

No perfil circunstancial, a maioria por pessoas que não têm contato com a atividade agrícola, mas sabem onde adquirir, de forma facilitada, o agrotóxico. Em linhas gerais, não fazem parte da estatística de intoxicação porque sofrem os trabalhadores expostos ao veneno.

Mas os números não dizem tudo. De acordo com a biofarmacêutica e doutora em Toxicologia Sayonara Fook, diretora do Ceatox de Campina Grande (PB), dentre as várias doenças causadas na intoxicação crônica por agrotóxico está a depressão. Alguns venenos atingem diretamente o sistema nervoso. "A

exposição ao produto pode gerar problemas crônicos e há, sim, casos de agricultores que cometem suicídio com o próprio produto que aplicavam".

É o caso de transtornos psíquicos causados pela exposição contínua aos agrotóxicos do tipo organofosforados, usados em grande escala em diversas lavouras. Este inseticida é um dos mais comuns no mundo. Aparentemente fornecem menor risco ao meio ambiente, por sua rápida decomposição após a aplicação. No entanto, é muito tóxico para ser humano e animais. Um exemplo comum é o metamidofós, encontrado na água para consumo doméstico em comunidades da Chapada do Apodi, em Limoeiro do Norte, no Ceará.

Como o metamidofós, outros produtos organofosforados estão em fase de reavaliação pela Anvisa. São conhecidas mais de 35 mil formulações desse composto, sendo a primeira usada o tetraetilpirofosfato, em 1854. Depois em 1932 como agente de guerra (matando por asfixia em câmaras de gás).

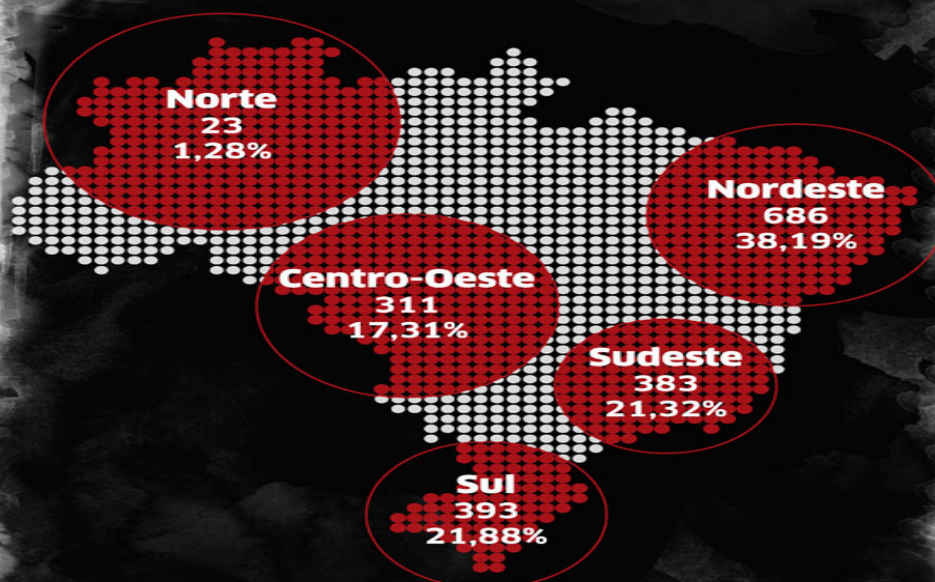
Subnotificação

Os dados que chegam aos centros de toxicologia ainda são precários. A maior parte nem chega. O Ministério da Saúde aponta que, para cada caso de intoxicação registrado, outros 40 não são notificados.

"Existe uma série de dificuldades para reconhecer o problema, principalmente se existe intoxicação crônica. Podemos ter resíduos de agrotóxicos, seja pela exposição ou pelos alimentos, mas dificilmente associamos a alguma doença que adquirimos. Queremos garantir que até 2015 todas as secretarias municipais de saúde tenham um protocolo para casos de intoxicação", afirma Guilherme Franco Netto, diretor do Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador do Ministério da Saúde.

MORTES

Por agrotóxicos (de 2001 a 2010)



Por intoxicação (de 2001 a 2010)

REGIÃO	ÓBITOS	REPRESENTAÇÃO
Nordeste	1.792	37,17%
Sudeste	1.182	24,52%
Sul	887	18,40%
Centro-Oeste	831	17,24%
Norte	128	2,65%

Saiba mais

Terminologia > A Lei 7.802 define como agrotóxicos "os produtos e os componentes de processos físicos, químicos ou biológicos destinados ao uso nos setores de produção, armazenamento e beneficiamento de produtos agrícolas, nas pastagens, na proteção de florestas nativas ou implantadas e de outros ecossistemas e também em ambientes urbanos, hídricos e industriais, cuja finalidade seja alterar a composição da flora e da fauna, a fim de preservá-la da ação danosa de seres vivos considerados nocivos, bem como substâncias e produtos empregados como desfolhantes, dessecantes, estimuladores e inibidores do crescimento".

Como se chega aos números > O Sistema Nacional de Informações Tóxico-Farmacológicas (Sinitox) é responsável pela coleta, compilação, análise e divulgação dos casos de intoxicação e envenenamento registrados pela Rede Nacional de Centros de Informação e Assistência Toxicológica (Renaciat).

Toxicidade aguda > Produzida por uma única dose, seja por via oral, dermal (pele) ou pela inalação dos vapores. O processo tóxico em que os sintomas aparecem nas primeiras 24 horas após a exposição às substâncias.

Toxicidade crônica > Sintomas aparecem após as primeiras 24 horas, ou mesmo após semanas e meses. Resulta da exposição contínua a um agrotóxico, que pode não causar toxicidade aguda por apresentar-se em baixas concentrações. Normalmente ocorre pela contaminação de alimentos ou lentamente no ambiente de trabalho.

FONTES: SINITOX, FIOCRUZ E MINISTÉRIO DA SAÚDE

Fonte: <http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=1255563>

17/04/2013 - 17h23min - Atualizado em 17/04/2013 - 17h23min

Rondônia promoverá Encontro Nacional de Fiscalização sobre agrotóxico

Será realizado em Porto Velho, entre os dias 11 e 14 de junho, o 11º Encontro de Fiscalização e Seminário sobre Agrotóxicos (Enfisa).

Rondônia - Será realizado em Porto Velho, entre os dias 11 e 14 de junho, o 11º Encontro de Fiscalização e Seminário sobre Agrotóxicos (Enfisa). O evento é uma realização da Coordenação Geral de Agrotóxicos e Afins da Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia (Idaron).

Nos dias 11 e 12, será realizado um seminário com palestras e mesas-redondas, aberto ao público, sobre temas ligados aos defensivos agrícolas. Já nos dias 13 e 14, será um encontro com discussões restritas aos gestores dos serviços oficiais de fiscalização de agrotóxicos, entidades de representação de produtores rurais e indústrias de insumos agrícolas e representantes dos Conselhos Regionais de Engenharia e Agronomia (CREA).

O estado de Rondônia possui um dos serviços de fiscalização de comércio e uso de agrotóxicos mais estruturados do Brasil. Para a gerente de Defesa Vegetal da Idaron, Rachel Barbosa, realizar a etapa nacional do Enfisa é uma honra e uma oportunidade de mostrar o trabalho desenvolvido no Estado. “Inovamos ao implantar a qualificação de aplicadores de agrotóxicos e o SUDE [Sistema Unificado para Devolução de Embalagens]”.

Durante o Seminário, estas duas iniciativas serão apresentadas. A gerente explica que a certificação é uma exigência do Ministério do Trabalho e tem impacto direto na redução de infrações de uso. “Assim reduzimos o risco de intoxicação do trabalhador rural e aumentamos a conformidade do produto quanto aos níveis aceitáveis de resíduos de defensivos”. Quanto ao SUDE, ela fala que o Sistema permite que o produtor rural devolva as embalagens em qualquer posto de recolhimento, diminuindo o passivo ambiental representado pelas embalagens.

A coordenadora do Serviço de Fiscalização de Agrotóxico da Idaron e da etapa nacional do Enfisa, Eutália Alves, complementa falando que a equipe está trabalhando para que o evento tenha grande qualidade técnica, com palestrantes notáveis do país. “Também queremos que os participantes levem uma imagem positiva da agropecuária de Rondônia”.

Segundo o presidente da Agência, Marcelo Henrique Borges, esta é a nova Idaron, referência nacional em quase todos os programas desenvolvidos. “O governador Confúcio determina que o trabalho da Agência deve ser focado na qualidade do que é produzido e na imagem da defesa sanitária como

diferencial dos nossos produtos em outros estados e países”, finaliza o presidente.

Fonte: <http://www.tudorondonia.com.br/noticias/rondonia-promovera-encontro-nacional-de-fiscalizacao-sobre-agrotoxico-,36336.shtml>

0.04.2013

Moradores bebem e pagam por água contaminada

O escoamento dos agrotóxicos para além das plantas revela o risco de intoxicação crônica silenciosa

Limoeiro do Norte (CE) / Petrolina (PE) / Lucas do Rio Verde (MT) / Juazeiro (BA). Desde 2011, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) aponta os agrotóxicos como a segunda maior causa de contaminação das águas no Brasil. Só perde para o esgoto doméstico. Pelo menos 25% dos municípios brasileiros registram contaminação do solo por agrotóxicos e fertilizantes. O descarte irregular de embalagens vazias é apontado como uma das principais causas de contaminação, embora se venha investindo muito na melhoria do recolhimento.



Garoto toma banho em canal para irrigação no Vale do São Francisco (BA).

Foto: Waleska Santiago

Controle de vetores

Um risco de contaminação por produtos químicos pode ser mais silencioso do que a de agrotóxico nos campos agrícolas: o de combate aos vetores causadores de doenças, como *Aedes aegypti*. "Um produto químico, mesmo em pequenas doses, pode causar reações diferentes em pessoas diferentes. Isso é muito relativo. O que não faz mal a um pode fazer a **outro**. O próprio Ministério da Saúde estimula o uso de larvicida quando não há estudos conclusivos, o que pode agravar casos de contaminação", afirma a médica Idê Gurgel, doutora em ciências da saúde e pesquisadora da Fiocruz no Estado de Pernambuco.

No dia 1º de março de 2013, 30 estudantes de Mirandiba, no sertão pernambucano, foram hospitalizados por suspeita de intoxicação, após consumir água do bebedouro. Os sintomas apresentados foram dores abdominais, náusea e vômitos. Investigações apontaram que a causa foi um larvicida colocado na caixa-d'água do colégio para combater a reprodução do mosquito da dengue.

Veneno na caixa-d'água, na torneira da cozinha, no canal, no tanque de abastecimento e até nas águas subterrâneas. A maior parte do agrotóxico usado na plantação escoa. Começa pela folha e tem vários outros caminhos: o ar, o solo e os rios. Dessa forma, várias comunidades em regiões agrícolas bebem água contaminada com veneno agrícola sem saber. Há estudos comprovando isso em Limoeiro do Norte (CE) e Lucas do Rio Verde (MT). Em Petrolina (PE), os **relatos** dos trabalhadores aumentam a suspeita de que parte das intoxicações ocorram a partir da água. Os dados foram compilados no Dossiê Agrotóxicos, organizado pela Associação Brasileira de **Saúde** Coletiva (Abrasco).

Veneno na torneira

No poço profundo no quintal da casa de Valdo de Cássia, na comunidade de Tomé, em Limoeiro, foram encontrados 12 tipos de agrotóxicos, entre eles glifosato, barbaril e carbofurano, altamente tóxico e com potencial carcinogênico. Outra leva de produtos é encontrada nas comunidades de Santa Maria, Santa Fé, Lagoa da Casca e Carnaúba. A pesquisa foi realizada em 2009 e divulgada no ano seguinte pelos especialistas.

Foram colhidas 24 amostras de água, levadas para análise no Laboratório do Núcleo Interdisciplinar de Estudos Ambientais Avançados da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Todas as amostras apontaram a presença de agrotóxicos. Vários desses elementos foram ou ainda estão em fase de reavaliação pela Anvisa, justamente pelo elevado nível de toxicidade. É o caso de glifosato, endosulfan e carbofurano.

A Federação das Associações de Produtores do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi (Fapija) alerta que as águas dos canais e dos reservatórios para as casas de bomba são proibidas para consumo humano, sendo de uso exclusivo para irrigação. Mas, como não há outra forma de levar água para centenas de famílias, o Serviço Autônomo de Água e Esgoto (Saae) capta água e faz o

tratamento com pastilhas de cloro, o que não combate os ingredientes ativos dos agrotóxicos.

A médica e pesquisadora Raquel Rigotto, da Universidade Federal do Ceará (UFC), considerou o uso intensivo de agrotóxicos nos plantios o responsável pelas contaminações verificadas. A Câmara de Vereadores de Limoeiro do Norte aprovou lei municipal que autoriza a pulverização aérea, embora atualmente esteja proibida no Estado do Ceará.

Curiosamente, no mesmo ano, a Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos (Cogerh), órgão da Secretaria Estadual dos Recursos Hídricos, apontou a presença de agrotóxicos em seis de dez amostras de poços profundos com água do aquífero Jandaíra, um dos maiores do Nordeste e situado entre os Estados do Ceará e do Rio Grande do Norte. De acordo com o estudo, o registro dos produtos químicos estava dentro dos limites permitidos pela legislação.

Os órgãos públicos de saúde ponderam qualquer nível de alarme com essa informação. Isso porque existem, normativamente, níveis permitidos de agrotóxicos na água para consumo. A permissividade tem aumentado com o tempo, na medida em que o mercado brasileiro apresenta novos componentes químicos na função de herbicidas, fungicidas e praguicidas.

Limites permitidos

A primeira norma de potabilidade de água no Brasil, de 1977, permitia a presença de 12 tipos de agrotóxicos, de dez produtos químicos inorgânicos (metais pesados), de nenhum produto químico orgânico (solventes). A segunda norma de potabilidade (1990) permitia a presença de 13 tipos de agrotóxicos; a terceira norma aumentou para 22 tipos de agrotóxicos. Por fim, a quarta e mais recente portaria do Ministério da Saúde passou a permitir a presença de 27 tipos de agrotóxicos.

"Esta ampliação pode levar a uma cultura de naturalização e consequente banalização da contaminação, como se esta grave forma de poluição fosse legalizada", conclui o Dossiê Agrotóxicos da Abrasco.

O município de Lucas do Rio Verde, no Estado do Mato Grosso, tem bem menos habitantes que Limoeiro do Norte, mas sua importância no PIB agropecuário brasileiro é de soma incomparável. Lá está a maior produção de

soja do Brasil. Também um dos maiores consumos de agrotóxicos - 136 litros per capita.

De 2007 a 2010, pesquisa da Universidade Federal do Mato Grosso, em parceria com a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), identificou que as pulverizações aéreas e por trator eram feitas a menos de 10 metros de fontes de água potável, córregos, de criação de animais, de residências e periferia da cidade. Isso desrespeita um decreto-lei estadual, de 2009, que dá o limite mínimo de 300 metros para aplicação. Essa medida, por sua vez, já representava uma flexibilização à Instrução Normativa do Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa), de 2008, que estabelecia 500 metros de distância.

Em setembro de 2012, o Estado do Mato Grosso flexibilizou ainda mais a distância de aplicação de cidades e nascentes. O que variava de 150 a 300 metros passou a ser de 90. O Instituto de Defesa Agropecuária do Mato Grosso (Indea-MT) afirma que foram realizados estudos técnicos antes do decreto.

"É uma situação insustentável. Aumenta o problema ambiental", afirma Wanderley Pignatti, médico sanitário e pesquisador da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT), coordenador dos principais estudos feitos naquele Estado sobre os impactos dos resíduos agrotóxicos na saúde humana e no meio ambiente.

Veneno na escola

Aplicação tão próxima de água facilita o relacionamento com outros dados da pesquisa: foram encontrados vários tipos de agrotóxicos em 83% das amostras de 12 poços de água potável em seis escolas públicas de Lucas do Rio Verde. Nos mesmos locais, agrotóxicos em 56% das amostras de chuva na área do pátio das escolas e em 25% das amostras de ar desses pátios, monitoradas por dois anos.

Em duas lagoas da cidade também foi registrada a presença de agrotóxicos e, mais do que isso, resíduos de veneno no sangue dos sapos e evidências de má formação congênita nas gerações seguintes desses anfíbios foram constatadas.

A exposição a agrotóxicos em Lucas do Rio Verde é tamanha que, em 2010, todas as amostras de leite materno coletadas de 62 mulheres lactantes

apresentaram contaminação com pelo menos um tipo de agrotóxico analisado pelos pesquisadores.

Mergulho impróprio

No Vale do Rio São Francisco, entre os Estados de Pernambuco e Bahia, o polo Petrolina-Juazeiro está cercado de canais para irrigação. Uva e manga estão entre as principais culturas. Mas a mesma água que semeia a uva lava os pratos, as panelas e mesmo o corpo todo das famílias no entorno do assentamento Santa Ana, em Juazeiro.

Sem achar que isso fará mal, crianças brincam dentro da água a apenas cinco metros da plantação que, em determinados meses do ano, recebe voos rasantes do avião pulverizador. Mas todo mês há outras formas de aplicação.

A realidade (e, portanto, a justificativa) é a mesma de Limoeiro do Norte, no Ceará: "não tem outra água pra se usar, é essa mesmo. Não sei se está contaminada. Mas se estiver, é melhor morrer mais pra frente do que morrer de sede, que mata logo", resume a agricultora Albertina Silva.

Constatação

25% dos municípios brasileiros registram contaminação do solo por agrotóxicos e fertilizantes. Descarte irregular de embalagens seria uma das causas. 24 amostras de água para consumo humano em comunidades da Chapada do Apodi, em Limoeiro do Norte (CE), apresentaram agrotóxicos, em 2010. 27 tipos de agrotóxicos são permitidos na água pela norma de potabilidade do Ministério da Saúde em níveis determinados de segurança para o corpo humano.

Fonte: <http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=1257298>

Agrotóxicos: Brasil já sofre colapso das colmeias



Fenômeno alastra-se. Ibama tenta limitar o uso de inseticidas nocivos às abelhas, mas recua, diante do poder das transnacionais junto ao Estado

A mortandade de abelhas tornou-se acontecimento corriqueiro no mundo do século XXI, inclusive no Brasil. O fenômeno foi batizado de Colony Collapse Disorder (CCD) e identificado inicialmente nos Estados Unidos no inverno em fins de 2006, quando apicultores relataram perdas de 30% a 90% de suas colmeias [1].

O mais recente caso no Brasil, com relato às autoridades, ocorreu em fevereiro na região de Dourados (MS), onde 70 colmeias de um único apicultor feneceram em poucos dias, selando o destino de quase 3,5 milhões de abelhas, que produziam mais de 1 tonelada de mel ao ano. “Há forte suspeita de que a morte das abelhas foi provocada pela aplicação de um inseticida da

classe dos neonicotinoides em um canavial”, conta Osmar Malaspina, professor do Instituto de Biociências da Unesp de Rio Claro (SP). O especialista ainda não possui detalhes da matança, que está sendo investigada pelo governo do Mato Grosso do Sul.

Foram casos como o de Dourados e evidências científicas recentes que levaram o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) a comprar uma briga – desigual – com a indústria dos agrotóxicos, ao proibir temporariamente a aplicação de quatro inseticidas em lavouras que recebem insetos polinizadores: fipronil (um pirazol) e três neonicotinoides, imidacloprido, clotianidina e tiametoxam ([Veja o comunicado](#)). “O Ibama apanhou muito da indústria e do Ministério da Agricultura por causa da medida”, revela uma fonte de fora do governo, que prefere não se identificar.

Acosado pelo poderoso lobby do agronegócio, a agência ambiental teve de ceder e assinou duas instruções normativas conjuntas com a Secretaria de Defesa Agropecuária (SDA), órgão do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). A de outubro passado liberou a pulverização aérea dos quatro agrotóxicos, e [a publicada no início de janeiro](#) flexibilizou ainda mais a medida original, apenas resguardando a floração.

De qualquer maneira, as instruções normativas não mexeram na reavaliação do registro do imidacloprido, prevista pelo comunicado do Ibama para terminar em junho próximo. “Voltamos praticamente à estaca zero pois foi ignorado solenemente o efeito bordadura da vegetação adjacente, que fornece pólen e néctar aos polinizadores”, protesta Aroni Sattler, pesquisador do laboratório de apicultura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Para o presidente da Confederação Brasileira de Apicultura (CBA), José Cunha, a flexibilização foi obra da pressão da indústria e da inexistência de agrotóxicos alternativos no País. “A exceção para a fase da floração atenua o problema”, diz.

A reportagem insistiu, mas não conseguiu agendar entrevista com o porta-voz do Ibama. Não há dados oficiais sobre o tamanho do declínio nas populações de abelhas domésticas e silvestres no Brasil, mas os relatos de apicultores e cientistas sobre a mortandade em massa das colmeias recomendam ações urgentes por parte do governo e do setor privado.

Campeão de vendas no mercado mundial de inseticidas, o imidacloprido foi desenvolvido nos anos 1970 pela Shell e na década de 1980 pela Bayer. Estima-se que as vendas globais de imidacloprido somem pouco mais de US\$ 1 bilhão, vindo depois o tiametoxan, da Syngenta, com faturamento anual de mais de US\$ 600 milhões. As empresas não divulgam os dados. Os

neonicotinoides funcionam como neurotoxinas que interferem no sistema nervoso dos insetos, prejudicando o olfato e a memória, elementos essenciais para a manutenção das colmeias, como mostram inúmeras pesquisas recentes.

Princípio da Precaução atropelado

Na opinião da bióloga Maria Cecília Rocha, doutoranda em Ecologia na Universidade Federal da Bahia (UFBA), o princípio da precaução está sendo atropelado pela concorrência entre as empresas de agrotóxicos. A pesquisadora assinala, ainda, que o surgimento de resistência de diversas pragas aos venenos existentes força a indústria de agrotóxicos a uma correria na elaboração de novos compostos. “Os novos produtos precisam ser aprovados o mais rápido possível, tornando relapsos os testes sobre controle e previsão de possíveis situações de contaminação do ambiente”, critica Maria Cecília. Ela é coautora de estudo publicado pelo Ibama em outubro e acessível [no link](#).

Procurado para esclarecer a posição da indústria, o Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Agrícola (Sindag) preferiu enviar uma nota por email. Nela, a entidade informa que participa do grupo de trabalho formado pelo Ministério da Agricultura para estudar possíveis decorrências de eventual proibição a determinados usos de agroquímicos. A Associação Nacional de Defesa Vegetal (Andef), que reúne as principais companhias do setor, também foi procurada, mas não designou representante para falar com a reportagem.

Parece irônico que o lobby do agronegócio se volte contra uma medida que visa proteger um serviço ambiental que aumenta a produtividade das lavouras em até 20%, ensina o pesquisador Aroni Sattler. Segundo a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), as [abelhas, sobretudo as silvestres](#), polinizam 71 de pouco mais de 100 culturas que respondem por 90% da oferta global de alimentos.

Nos Estados Unidos, a polinização das plantações por abelhas e outros insetos [contribuiu com US\\$ 29 bilhões](#) na receita dos produtores agrícolas em 2010 [6]. O lobby da indústria também tem sido bastante ativo no Velho Continente, onde a Comissão Europeia tenta suspender por dois anos a aplicação dos três inseticidas neonicotinoides sob cerco do Ibama. Apesar dos prognósticos sombrios para os polinizadores, a percepção de sua relevância para uma economia limpa e próspera poderá salvá-los da extinção.

[1] O CCD é provavelmente efeito de uma combinação de fatores, especialmente perda de habitat, doenças e agrotóxicos.

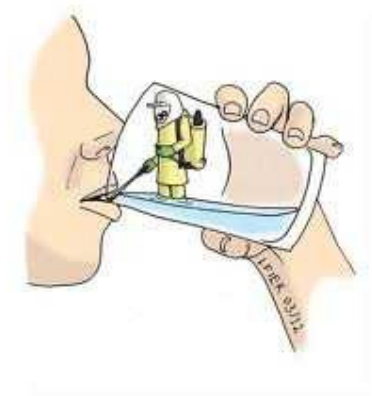
Fonte: <http://www.revistasina.com.br/portal/meio-ambiente/item/9226-agrot%C3%B3xicos-brasil-j%C3%A1-sofre-colapso-das-colmeias>

Enviado Quarta, 23 Abril 2013 11:37

A saúde da população esta em risco devido a cumplicidade do estado com o agronegócio

*Por Cleber Folgado **

Dois dias após a data comemorada como dia mundial da saúde, o governo brasileiro publicou no DOU a liberação do uso de um agrotóxico que não é liberado no país, trata-se de venenos que tenham em sua composição o benzoato de amamectina, substância que causa problemas no sistema neurológico das pessoas.



Segundo a Lei de agrotóxicos (7.802/89) regulamentada pelo Decreto 4074/02, para a liberação do uso de agrotóxicos no país, é necessário que tal produto seja primeiro registrado, e para se obter o registro é necessário o parecer positivo dos três órgãos responsáveis (IBAMA, ANVISA e MAPA) cada um segundo a sua área de competência.

Desde 2007 a ANVISA deu parecer negativo a liberação do benzoato de amamectina em função dos sérios problemas causados pela substância no sistema neurológico, infelizmente mesmo assim o MAPA decidiu sozinho por liberar através de uma Instrução Normativa o uso do benzoato de amamectina com o argumento de ser algo emergencial para eliminar a ação de uma largata (helicoverpa) que ataca as lavouras de soja e algodão no sul da Bahia.

É desprezível a atitude do MAPA e pior ainda a omissão do centro do governo frente a liberação de um veneno que comprovadamente causa danos a saúde humana, pelo simples fato de atender com os interesses do agronegócio. Nos perguntamos, com que o estado deve se preocupar mais, com as pessoas que estarão sujeitas a intoxicações que podem causar doenças agudas e crônicas que as afetarão por toda a vida, ou com os números de lucro dos latifundiários do agronegócio?

Como se não bastasse, vemos ainda frente os acontecimentos na ANVISA no ano passado, onde irregularidades na liberação de agrotóxicos foram

denunciadas pelo Gerente Geral de Tóxicologia Luís Claudio Meireles (o que custou a sua exoneração) e até agora nenhuma providência contundente foi adotada.

No ano passado o registro do agrotóxico acetamiprid CCAB 200 SP da empresa CCAB foi liberado pela ANVISA após pressão da AGU que fez uma interpretação equivocada e tendenciosa da lei de agrotóxicos ao indicar a liberação do produto (acetamiprid) quando este é mais danoso à saúde do que outros produtos já existentes no mercado com o mesmo fim e princípio ativo. Segundo a lei de agrotóxicos produtos de referência nestas condições não podem ser liberados.

De que vale a lei de agrotóxicos? A serviço de quem estão os órgãos responsáveis pela liberação dos venenos que afetam a saúde da população?

Podemos afirmar sem nenhuma dúvida de que a Lei de agrotóxico tem sido atropelada pelos órgãos e que estes órgão tem demonstrado claramente que não estão a serviço do conjunto da população brasileira. Não é atoa que vamos para o sexto ano consecutivo como o país que mais consome agrotóxicos no mundo, e isso não tem nada haver com produtividade haja visto que entre os anos de 2004 e 2008 tivemos o crescimento de 4,59% da área cultivada no país, porém no mesmo período o uso de agrotóxicos cresceu para 44,6%, ou seja, quase 10 vezes mais. Desde então ocupamos o primeiro lugar no ranking de consumo de venenos.

No dia mundial da saúde (7 de abril) a Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida completou dois anos de atuação, nesse período mais de 60 organizações nacionais se juntam e construíram comitês em 22 estados, e para comemorar a data previa-se a entrega das assinaturas de um abaixo assinado que pede o banimento de vários ingredientes ativos que são liberados no país e proibidos em diversos países do mundo em função das comprovações dos problemas gerados por eles a saúde humana. Em alguns casos as empresas oriundas destes países onde tais agrotóxicos são proibidos estão aqui produzindo e comercializando tais venenos. Tal irresponsabilidade só tem gerado problemas para a saúde da população.

No Brasil as intoxicações por agrotóxicos já ocupam o segundo lugar entre as intoxicações exógenas. No período de 2006 a 2010, cerca de 73% dos casos de intoxicação por agrotóxicos envolveu o grupo dos inseticidas organofosforados, piretróides e carbamatos.

Dentre os problemas de saúde causados, o que mais chama atenção é o câncer. Segundo o Instituto Nacional do Câncer – INCA, teremos cerca de 1 milhão de novos casos de câncer entre os anos de 2012 e 2013 e deste

total 40% irão a óbito. Ou seja, 400 mil pessoas vão morrer, e muitos desses cânceres estão diretamente relacionados à contaminação por agrotóxicos, exemplo disso são

as regiões com alto uso de agrotóxicos que apresentam a incidência de câncer bem acima da média nacional e mundial. Em Unaí – MG, por exemplo ocorrem cerca de 1.260 casos ao ano para cada 100 mil pessoas (a média mundial não ultrapassa 400 casos a cada 100 mil pessoas por ano).

Várias foram as tentativas de sermos atendidos pelo governo, mas infelizmente não obtivemos respostas. Isso deixa claro, a covardia do governo em discutir com a sociedade os problemas gerados pelo agronegócio que por sua vez é quem mais usa venenos no país e pressiona pela sua liberação e uso desenfreado.

Não existem dúvidas de que se não construirmos um Plano Nacional de Enfrentamento ao uso de Agrotóxicos, toda a população sofrerá com as consequências, pois tais substâncias tem a cada dia gerado problemas de contaminação dos alimentos, da água, dos animais e principalmente das pessoas, seja através do contato direto ou do contato indireto através do consumo de alimentos contaminados.

Infelizmente a saúde da população brasileira esta em risco, devido à cumplicidade do governo com os interesses do agronegócio, quando devia para cumprir com a sua tarefa dada pelo povo através do voto, zelar pelo bem do conjunto da população e não pelos interesses econômicos de alguns poucos.

** Da coordenação da Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida, e militante do Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA/Via Campesina.*

Enviado por mpa em ter, 23/04/2013 - 18:01

FONTE:<http://www.mpabrasil.org.br/noticias/saude-da-populacao-esta-em-risco-devido-cumplicidade-do-estado-com-o-agronegocio>

25/04/2013 07h09

Jovem britânica morre após tomar agrotóxico vendido como remédio para emagrecer

Uma investigação sobre a morte de uma estudante de medicina britânica de 23 anos concluiu que ela morreu após ingerir um agrotóxico que comprou pela internet como pílula para emagrecer. Sarah Houston, da cidade de Chesham, na Inglaterra, foi encontrada morta em seu quarto em setembro do ano passado.

Apesar de proibido para consumo humano, o DNP (cujo composto ativo é o dinitrofenol) está disponível para compra online por seu uso legítimo como herbicida.

Os pais da jovem, Geoff e Gina Houston, disseram à BBC esperar que a morte de Sarah sirva de alerta para o perigo do consumo do DNP por outras pessoas.

"Esta é a terceira morte nos últimos seis meses. O consumo deve ser muito mais amplo do que imaginamos. Queremos que as pessoas saibam que estão correndo um grande perigo", disse o pai da jovem.

Ele fez ainda um apelo aos fornecedores da substância que estão oferecendo o produto em cápsulas de emagrecer para compra online. "Por favor, por favor, parem, se vocês tiverem alguma noção de decência. Essas pílulas estão matando pessoas", apelou Geoff.

A mãe, tentando justificar por que a filha recorreu à substância para emagrecer, contou que Sarah tinha um problema de autoestima, se achava acima do peso e se recuperava também de uma bulimia. "Ela se achava gorda, apesar de nunca ter sido", disse ela.

Falência dos órgãos

Gina explicou que o DNP age acelerando o metabolismo do organismo e aumenta a temperatura corporal para queimar gordura. "Basicamente, isso leva à falência dos órgãos. É um caminho sem volta, você cozinha por dentro. E foi isso que matou nossa filha", disse Gina que, junto ao marido, disse que não

sabia que Sarah estava tomando a substância "extremamente perigosa". "Só descobrimos depois dos resultados do relatório toxicológico", afirmou a mãe da jovem.

Além do DNP, a estudante de medicina também estava tomando um remédio para tratar bulimia, que pode ter como efeito colateral o aumento da temperatura corporal. Na avaliação da mãe de Sarah, isto pode ter "mascarado" os sintomas letais provocados pelo DNP.

Em um comentário na Câmara dos Comuns sobre os resultados do inquérito sobre a morte da jovem, o primeiro-ministro britânico, David Cameron, disse que vai discutir com o governo formas eficientes de alertar as pessoas sobre o perigo deste tipo de substância.

Fonte: <http://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/bbc/2013/04/25/jovem-britanica-morre-apos-tomar-agrotoxico-vendido-como-remedio-para-emagrecer.html>

26/04/2013 - 15h40min - Atualizado em 26/04/2013 - 15h40min

Idaron capacita servidores em Fiscalização de Agrotóxico

A Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia (Idaron) de Itapuã do Oeste realizou curso de capacitação de servidores em Fiscalização de Agrotóxico.

O curso foi ministrado pelo fiscal da Unidade e engenheiro agrônomo Leonardo Marcelo Barbiero.

A parte teórica abordou sobre a legislação estadual sobre agrotóxicos e na parte prática foram oportunizadas atividades de inspeção de estabelecimentos comerciais, com verificação de armazenamento, conferência de estoques e documentação obrigatória de produtos fitossanitários.

Também foi realizada a prática de fiscalização reversa, que consiste na abordagem de produtores rurais em suas propriedades. Nesta parte do curso,

ocorreu a inspeção e orientação aos produtores sobre o uso de agrotóxicos e destinação das embalagens vazias.

O fiscal Barbiero afirma que a capacitação de servidores é a única maneira de nivelar o conhecimento dos servidores. "É um meio de se conseguir uma

equipe de trabalho coesa e compromissada com os objetivos da Agência

Para o servidor José Cavalcanti Bezerra, o curso foi uma excelente oportunidade para aumentar seu conhecimento sobre o assunto e tirar eventuais dúvidas a respeito da produção, transporte, comercialização e uso de produtos agrotóxicos dentro do que diz a legislação estadual e a prática de fiscalização.

O presidente da Idaron, explica que a capacitação de servidores e a educação sanitária estão no planejamento da Agência. “Queremos adquirir conhecimento e repassá-lo ao produtor, visando tê-lo como parceiro neste projeto que engloba questões de sanidade, ambientais e de saúde pública, pois o produtor mal orientado pode colocar em risco sua saúde e de sua família”.

<http://www.tudorondonia.com.br/noticias/idaron-capacita-servidores-em-fiscalizacao-de-agrotoxico-,36570.shtml>

Publicado 29/04/13 - 12h46

Comissão Europeia suspende uso de pesticida acusado de ameaçar abelhas



BRUXELAS- A Comissão Europeia decidiu nesta segunda-feira que irá impor uma proibição temporária no uso de três dos pesticidas mais usados no mundo, a partir de dezembro, todos à base de neonicotinoides, por causa do temor de seu prejuízo à cultura de abelhas. A comissão propôs a proibição em janeiro, depois que cientistas da União Europeia (UE) haviam declarado que os produtos químicos representavam um risco agudo para as abelhas que

polinizam muitas das culturas cultivadas comercialmente no continente. A moratória será de dois anos.

A decisão desta segunda-feira ocorreu apesar do fracasso dos governos da União Europeia em concordarem com a questão. Os neonicotinoides são mais eficientes do que outros agrotóxicos no controle de pragas, produzidos principalmente pela alemã Bayer e a Syngenta, da Suíça, mas cobram um preço alto. Eles afetam o sistema

nervoso de insetos polinizadores, o que restringe sua área de atuação e, assim, o rendimento de diversas culturas. Resíduos de agrotóxico foram encontrados em culturas de girassol, algodão e milho, onde há uma grande presença de abelhas.

Fabricantes de pesticidas e alguns cientistas dizem que nenhuma ligação foi comprovada entre o uso dos neonicotinoides e um acentuado declínio no número de abelhas na Europa nos últimos anos - um fenômeno conhecido como "colapso das abelhas".

No total, 15 países da UE votaram a favor - dois a mais que a última vez que os governos votaram sobre a questão, em março - mas eles não conseguiram alcançar a maioria necessária para adotar a proibição total e, por isso, a decisão passou à Comissão Europeia.

A proibição se aplica ao uso de neonicotinoides em todas as culturas, exceto cereais de inverno e plantas não atraentes para as abelhas, como a beterraba sacarina. A proibição entra em vigor cinco meses mais tarde do que o inicialmente proposto pela Comissão.

Nos EUA, as abelhas estão no centro de uma disputa judicial por causa dos neonicotinoides, cuja fórmula conta com nicotina sintética. Ambientalistas e apicultores entraram com uma ação contra a Agência de Proteção Ambiental (EPA, na sigla em inglês) do país, exigindo que o órgão crie um registro dos agrotóxicos que provocam danos aos insetos.

Fonte:<http://oglobo.globo.com/ciencia/comissao-europeia-suspende-uso-de-pesticida-acusado-de-ameacar-abelhas-8240585>

03 de maio 2013

Falta de crédito desafia a economia solidária', diz Paul Singer

São Paulo – O economista Paul Singer avalia que os desafios enfrentados pela economia solidária atualmente são permanentes, de capital, e estruturais. “As cooperativas são pobres e não têm capital próprio e precisam de crédito até que possam gerar sua própria renda.”, disse, em entrevista após palestra que teve como tema “Sindicalismo e Economia Solidária”, realizada ontem (26), na Escola de Ciências do Trabalho do Dieese, em São Paulo.

Singer está à frente da Secretaria Nacional de Economia Solidária – ligada ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) –, que existe desde 2003 e tem o objetivo de fomentar atividades de apoio à economia solidária. “Estamos desenvolvendo um sistema de finanças solidárias sobre a forma de cooperativas de crédito, e fundos rotativos, que são grupos de famílias que juntam sua poupança para investir em economia solidária e em bancos comunitários”, contou.

Os bancos comunitários são associativos e de propriedade das comunidades de determinados municípios, e também são responsáveis por sua gestão, voltados para a geração de renda que promova a economia solidária.

Enquadram-se neste ramo da economia solidária atividades organizadas sob a forma de autogestão, que procura a valorização da ação humana conjunta. A economia solidária nasceu como resposta ao capitalismo industrial, que se firmou como modo de produção hegemônico depois da Revolução Industrial do século 18, e implica reversão da lógica capitalista de exploração da mão de obra e dos recursos naturais, explica o professor. “A economia solidária é resultado do desespero dos trabalhadores que foram arruinados pelas inovações técnicas da Revolução Industrial. As pessoas estavam desempregadas. Juntas, suas chances eram maiores. A economia solidária foi o modo de sobrevivência encontrado por elas.”

Segundo Singer, há 103 bancos comunitários no país, que “irão se multiplicar”. O sistema de produção agrícola dos assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), por meio da agricultura camponesa familiar – que produz alimentos livres de agrotóxicos – e a experiência de 67 empresas do país recuperadas da falência e assumidas por trabalhadores de forma autogestionária são apontadas como experiências concretas de funcionamento exitoso da economia solidária pelo professor.

“Com o cooperativismo resolvemos a questão imposta pela Revolução Industrial, que colocava os trabalhadores para lidar com meios de produção que não eram seus”, explica. A democratização econômica que se dá com a economia solidária, de acordo com Singer, segue na lógica de que o capital é propriedade coletiva de quem lida com ele. “Com a recuperação de massas falidas há um ganho enorme para toda a sociedade, e os trabalhadores

passam a ser donos de seus próprios destinos, eles são emancipados.” A revolução é hoje

“A revolução industrial não acabou, vivemos ela hoje.” Para Singer, a “3ª Revolução Industrial” pela qual passa a sociedade contemporânea é caracterizada pelo uso cada vez mais frequente de computadores em atividades econômicas. “Na robótica, principalmente, o computador foi a ruína de trabalhadores de todo o mundo.”

O movimento operário e o sindicalismo foram lembrados por ele como uma reação à invenção de máquinas de energia hidráulica e a vapor no século 18 e 19. “Quem pagou o pato foi o trabalhador. É claro que houve reação, então, surge o movimento operário. A associação de trabalhadores, os sindicatos, nascem junto com o capitalismo industrial.”

A economia solidária e o sindicalismo têm suas origens na reação dos trabalhadores às precárias condições de trabalho impostas pelo capitalismo industrial, frisou Singer. “O sindicalismo e a economia solidária são irmãos. A economia solidária, o sindicalismo e a democracia são os grandes caminhos para que a felicidade seja um direito humano.”

Fonte:

http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=7507&Itemid=62

Uso de agrotóxico importado no Oeste preocupa Ministério Público

04/05/2013



O uso de um agrotóxico não registrado no Brasil, o benzoato de emamectina, para combater a lagarta *heliothis armigera*, que vem devastando lavouras no oeste baiano, está autorizado por 90 dias, desde que seja feita a devida fiscalização e monitoramento indicados pelo Ibama e Anvisa. A definição foi feita em uma reunião realizada ontem, dia 02, em Brasília, entre promotores de Justiça do Ministério Público do Estado da Bahia, procuradores da República e representantes do Ministério da Agricultura, Ibama, Anvisa, Embrapa e do Governo da Bahia.

A importação do produto, que possui alta toxicidade, foi liberada no mês passado pelo Ministério da Agricultura em razão de uma emergência fitossanitária, pois a praga exótica está destruindo rapidamente diversas lavouras. O pedido foi feito pela Secretaria Estadual de Agricultura da Bahia (Seagri), em razão dos grandes prejuízos causados pela devastação de lavouras de algodão e soja no estado. A liberação do produto, que teve o registro indeferido pela Anvisa há seis anos, foi feita sem aprovação do órgão e do Ibama. Diante disso, o promotor de Justiça Regional Ambiental de Barreiras, Eduardo Bittencourt, instaurou um inquérito civil e promoveu uma reunião no último dia 25 de abril com a Seagri, Adab e Ministério Público Federal, por intermédio do procurador da República José Ricardo Alves, para debater a situação. Por envolver questões de âmbito federal e estadual, o caso foi levado à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF, onde foi realizada a reunião de ontem. Na oportunidade, o coordenador do Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente e Urbanismo (Ceama), do MP baiano, promotor de Justiça Marcelo Guedes, frisou que a preocupação do Ministério Público é que sejam garantidos os aspectos de defesa da saúde e do meio ambiente, uma vez que não existem dados sobre os efeitos do uso do produto. Por essa razão, ao final da reunião ficou decidido que a aplicação do produto será monitorada pela Adab e os seus efeitos sobre o meio ambiente e a saúde, bem como a efetividade do combate à praga, deverão constar em um relatório a ser apresentado e discutido pelo Ministério da Agricultura, Ibama e Anvisa em 90 dias. Até lá, caso seja constatado qualquer impacto nocivo à saúde ou meio ambiente e/ou haja o descumprimento de qualquer das diretrizes do Ibama e Anvisa, o uso do agrotóxico será suspenso e o Ministério Público adotará as medidas pertinentes.

Também participaram da reunião, o subprocurador-geral da República, Mario José Gisi; os promotores de Justiça Luciana Khoury e André Bandeira de Melo, da Comarca de Luís Eduardo Magalhães; o presidente do Ibama, Volney Zanardi; o coordenador geral de Registro de Agrotóxicos e Afins do Ministério da Agricultura, Luís Eduardo Pacifici Rangel; o secretário de Agricultura da Bahia, Eduardo Salles; dentre outros. A matéria é da ascom do MP/Bahia.

Fonte: <http://jornaloexpresso.wordpress.com/2013/05/04/uso-de-agrotoxico-importado-no-oeste-preocupa-ministerio-publico/>

Sábado, 04 de Maio de 2013 - 10:00

Agrotóxico proibido poderá ser usado no oeste baiano



A utilização de um agrotóxico não registrado no Brasil foi autorizado por 90 dias, com o monitoramento e fiscalização do Ibama e da Anvisa. A medida, definida após uma reunião entre promotores de Justiça do Ministério Público do Estado da Bahia, procuradores da República e representantes do Ministério da Agricultura, Ibama, Anvisa, Embrapa e do Governo da Bahia, se baseia na necessidade de combate à lagarta helicoverpa armigera, que ataca lavouras de soja e algodão do oeste baiano. O benzoato de emamectina possui uma alta toxicidade e havia tido o pedido de liberação negado, há seis anos, pelo Ibama. O pedido foi feito pela Secretaria Estadual de Agricultura da Bahia (Seagri) e caso seja constatado algum impacto nocivo à saúde ou ao meio ambiente, o uso deve ser suspenso e o MP adotará as medidas pertinentes.

Fonte: <http://www.bahianoticias.com.br/principal/noticia/135927-agrotoxico-proibido-podera-ser-usado-no-oeste-baiano.html>

Nota de Repúdio à Pulverização Aérea

Brasília, 06 de maio de 2013

Desde abril de 2011, as mais de 60 organizações que compõem a Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida reivindicam como uma de suas principais bandeiras o banimento da pulverização aérea de agrotóxicos no Brasil. Infelizmente, o trágico episódio ocorrido no último dia 3 em Rio Verde (GO), quando um avião pulverizou uma escola e intoxicou dezenas de crianças e funcionários, não foi um fato isolado e não pode ser chamado de acidente.

A situação é tão grave que o agrotóxico que foi usado na pulverização é exatamente um dos que o IBAMA havia proibido a aplicação em pulverização aérea devido à morte de abelhas e depois voltou atrás, sucumbindo ao lobby das empresas.

O Engeo Pleno (nome do agrotóxico aplicado) é um inseticida da Syngenta (empresa que comercializa o agrotóxico) e é constituído por uma mistura de

lambda cialotrina e tiametoxan. O último é um neonicotinóide que está sendo proibido na Europa devido à associação com o colapso das colmeias.

De norte a sul do país, cada vez mais comunidades vivem cercadas pelo agronegócio e sofrem diariamente com banhos de agrotóxicos nos períodos de pulverização. Recentemente, alguns outros casos ganharam destaque. Um deles foi em Lucas do Rio Verde (MT), quando um avião pulverizou a cidade, e pesquisas feitas logo em seguida demonstraram contaminação da água da chuva, dos rios, e até do leite materno. Em 26 de dezembro de 2012, indígenas Xavante denunciaram despejo de agrotóxico próximo a Terra Indígena (TI) Marãwaitisé. Um avião teria pulverizado uma área próxima a aldeia durante 20 minutos, e índios relataram ter sentido fortes dores de cabeça e febre alta após a ação. Estes e outros casos estão fartamente documentados nas 3 edições do dossiê "Um alerta sobre os Efeitos dos Agrotóxicos na Saúde" produzido pela ABRASCO e a Campanha Permanente Contra Agrotóxicos e pela Vida*.

A luta pela proibição da pulverização aérea já obteve algumas vitórias no país. No municípios capixabas de Nova Venécia e Vila Valério, movimentos sociais conseguiram barrar a aplicação aérea de venenos. Em Limoeiro do Norte (CE), a proibição foi conquistada, mas durou pouco tempo. Zé Maria do Tomé, principal liderança dos agricultores, foi assassinado em 21 de abril de 2010, e antes de sua missa de sétimo dia a proibição da pulverização aérea já havia sido revogada.

A utilização de agrotóxicos representa por si só um grave problema para a saúde dos brasileiros e para o meio-ambiente. A aplicação de venenos através de aviões é ainda mais perversa, pois segundo dados do relatório produzido pela subcomissão especial que tratou do tema na câmara federal, 70% do agrotóxico aplicado por avião não atinge o alvo. A chamada "deriva" contamina o solo, os rios, as plantações que não utilizariam agrotóxicos (agroecológicas) e, como vimos agora, populações inteiras. Dados do Censo Agropecuário de 2006, do IBGE, mostram que apenas 0,73% das propriedades rurais que usam agrotóxicos o fazem através de aeronaves, mas dados do setor indicam que 30% do uso de agrotóxicos no país se dá por meio da aplicação aérea.

Além disso, a aplicação de agrotóxicos representa apenas uma pequena parte dos serviços realizados pelo setor de aeronaves agrícolas. Por meio delas são realizados também plantio e combate a incêndios, de modo que a proibição da aplicação aérea de agrotóxicos não inviabilizaria a existência e continuidade do setor de aeronaves agrícolas no país. É claro e notório que mesmo sendo a pulverização aérea a única forma de aplicação de agrotóxicos regulamentada, ela apresenta graves riscos a saúde e ao meio ambiente.

Diante disso, as organizações que apoiam a Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos vêm por meio desta nota exigir

- Rigorosa apuração do caso ocorrido em Rio Verde e punição dos responsáveis;
- Uma audiência pública sobre pulverização aérea com os Ministérios da Saúde, Meio Ambiente e Agricultura;
- Rápida tramitação do Projeto de Lei que propõe o fim da pulverização aérea no Brasil.

Certos da compreensão da gravidade que este problema apresenta para a saúde da população brasileira, subscrevemos.

Fonte: <http://www.contraosagrototoxicos.org/index.php/325-campanha-contra-os-agrototoxicos-divulga-nota-de-repudio-a-pulverizacao-aerea>

07/05/2013 11h16 - Atualizado em 07/05/2013 11h16

Técnico é multado por indicar uso do agrotóxico que intoxicou alunos

Veneno deve ser usado em lavouras de soja, não de milho, diz Agrodefesa. Produto foi pulverizado por avião agrícola que sobrevoou escola em Goiás.



A Agência Goiana de Defesa Agropecuária (Agrodefesa) autuou o técnico responsável por recomendar o uso do veneno engeo pleno para o combate de pragas na lavoura de milho. Ao ser jogado de um avião, o inseticida intoxicou crianças e professores da Escola Municipal São José do Pontal, na zona rural de Rio Verde, no sudoeste de Goiás, na sexta-feira (3).

De acordo com o fiscal da Agrodefesa Giovani Bastos de Miranda, o veneno deveria ser usado em plantação de soja e não de milho. O técnico foi multado em mais de R\$ 1 mil. **Devido à contaminação, a escola ainda está fechada.**

O fiscal comentou ainda que foi constatado erro na aplicação do produto ao analisar o plano de voo da aeronave. “Houve medição da lavoura até a escola,

o que dava menos de 20 metros. A legislação preconiza que a distância da aplicação seja de 500 metros de locais que tenham povoamento ou circulação de pessoas”, ressalta.

A Polícia Civil de Rio Verde continua com as investigações. Segundo o delegado Danilo Carvalho, 40 pessoas devem ser ouvidas nesta terça-feira (7). Os depoimentos de crianças, professores e moradores da região começaram a ser colhidos no início da manhã. “Esperamos concluir a oitiva das pessoas nessa semana. Outras diligências também serão realizadas para que a gente possa somar todas as provas e subsidiar o inquérito policial”, informa o delegado.

Danilo Carvalho afirmou que aguarda o resultado do exame de corpo delito das vítimas. Além disso, o delegado solicitou que um médico especialista em casos com esse tipo de agrotóxico analise os efeitos em longo prazo dessa intoxicação. “Precisamos tipificar a conduta no que diz respeito a gravidade das lesões produzidas nas crianças”, argumenta o representante da Polícia Civil.

O delegado estranha o fato de o piloto não ter visto as crianças, pois meninos estavam brincando na quadra da escola na hora do acidente. “Pela perícia e pela nossa presença, a conclusão é de que é fácil a visualização do local. Isso nos leva a entender que havia condições visíveis de ter visto estas crianças e evitar que isso acontecesse”, ressalta.

A proximidade com que o avião sobrevoou a escola foi registrado em um vídeo feito por um dos alunos da escola. Com o celular, ele flagrou a aeronave voando bem baixo, perto do colégio.

Prisão

A Polícia Civil decretou a prisão do piloto, de um funcionário e do dono da empresa de aviação. Eles estavam detidos na delegacia de Rio Verde desde sexta-feira, mas foram soltos na tarde de domingo (6), por uma decisão da Justiça. Eles pagaram fiança de R\$ 25 mil.

O delegado regional de Rio Verde, Danilo Carvalho, afirmou que os três devem ser responsabilizados, uma vez que não tomaram as medidas necessárias para a utilização do produto. “Eles colocaram em risco todas aquelas crianças. Portanto, eles incorreram em pelo menos dois crimes: um ambiental e um relacionado à utilização de agrotóxico”, argumenta o delegado.

Intoxicação

O avião que pulverizou o veneno na quadra de esportes da escola passou pelo local na manhã de sexta-feira. O colégio fica no Assentamento Pontal dos Buritis, às margens da GO-174, a cerca de 130 km de Rio Verde. No momento em que o agrotóxico foi despejado, mais de 100 alunos estavam na escola.

De acordo com o Corpo de Bombeiros, 37 pessoas foram intoxicadas, sendo oito adultos. As 29 crianças, com idade entre seis e 14 anos, foram atingidas enquanto brincavam na quadra de esportes.

Segundo o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu), 42 alunos chegaram a ser levados para hospitais de Rio Verde e Montividiu vomitando, sentido tonturas e fortes dores de cabeça, que segundo o órgão, é comum em casos de intoxicação. Desses, 29 ficaram internados. O diretor e uma professora da escola que tentaram retirar os alunos da quadra também precisaram ser atendidos.

Na manhã de sábado, a maioria dos estudantes foi liberada. Apenas três crianças continuam internadas, mas saíram da unidade de saúde na segunda-feira. Mesmo após elas voltarem para casa, os pais terão de ficar atentos pelos próximos cinco dias por causa de possíveis sintomas como dor de cabeça, vômito e coceira.

Fonte: <http://g1.globo.com/goias/noticia/2013/05/tecnico-e-multado-por-indicar-uso-do-agrotoxico-que-intoxicou-alunos.html>

PRAGA ATACA PLANTAÇÃO DE SOJA NA BAHIA E AUTORIDADES DESCONFIAM DE BIOTERRORISMO

12/mai/2013 . 9:53 | Autor: Seu Pimenta



Helicoverpa causa prejuízos de aproximadamente R\$ 1 bilhão no oeste baiano.

Uma espécie de lagarta está destruindo plantações de soja e algodão no oeste baiano e em quatro estados brasileiros. O ataque da lagarta *Helicoverpa armigera*, segundo o secretário estadual de Agricultura (Seagri), Eduardo Salles, é suspeito. A desconfiança das autoridades é de que a praga que já resulta em prejuízos de R\$ 1 bilhão tenha sido introduzida nas lavouras baianas numa ação bioterrorista.

Por meio de sua assessoria, Salles disse que a suspeita de ação criminosa está sendo investigada pela Polícia Federal e pela Agência Brasileira de Inteligência (Abin). O caso foi discutido por autoridades, em Barreiras, neste fim de semana.

Além do municípios de Barreiras, São Desidério, Luís Eduardo Magalhães, Baianópolis, Formosa do Rio Preto, Riachão das Neves, Correntina, Jaborandi e Cocos, na Bahia, a praga já se dissemina por plantações de soja e algodão nos estados de Goiás, Mato Grosso, Paraná e Piauí.

Na reunião deste final de semana, produtores e autoridades sanitárias trataram de definir ações e regras para aplicar um produto, o Benzoato de Amamectina, inicialmente, em 10 propriedades atingidas na região.

Fonte: <http://www.pimenta.blog.br/2013/05/12/praga-ataca-plantacao-de-soja-na-bahia-e-autoridades-desconfiam-de-bioterrorismo/>

12/05/2013 08h00 - Atualizado em 12/05/2013 08h00

Tipo de agrotóxico suspeito de matar abelhas no mundo é usado no país

Brasil estuda impacto dos neonicotinoides na apicultura nacional. Europa proibiu produtos por dois anos; EUA analisam impacto nos insetos.



Está em discussão no Brasil a possível proibição de defensivos agrícolas neonicotinoides, produtos sob suspeita de serem nocivos para abelhas, insetos que têm registrado um aumento da taxa de mortalidade em diversas partes do mundo.

O governo alega que não há motivo para pânico no país, mesmo após a decisão da União Europeia em proibir por dois anos a comercialização desses agrotóxicos e receber notícias alarmantes de mortes de abelhas nos Estados Unidos.

No fim de abril, a UE votou por implantar uma moratória de dois anos, valendo a partir de julho, para este grupo químico de inseticidas, que emprega compostos como a clotianidina, a imidacloprida e o tiametoxam. A decisão foi tomada mesmo com manifestações contrárias do setor agrícola, que alega não haver dados suficientes sobre o impacto destes produtos nas populações de abelhas.

Já os Estados Unidos, que também analisam o emprego desses compostos, divulgaram no começo de maio que quase um terço das abelhas de colônias morreu no último inverno (2012-2013) e, nos últimos seis anos, as taxas de mortalidade atingiram 30,5%. A exposição a inseticidas é uma das hipóteses avaliadas pelo Departamento de Agricultura do país.

Investigações científicas sugerem que os neonicotinoides provocam uma intoxicação nas abelhas, um fenômeno chamado de “distúrbio do colapso das colônias”, que causa um "curto-circuito" no corpo devido à exposição aos agrotóxicos

Colônias em colapso

De acordo com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (Ibama), apesar de preocupante, a situação do Brasil não é alarmante.

Segundo Marcio Freitas, coordenador geral de avaliação de substâncias químicas do Ibama, a possível relação do uso dos neonicotinoides (que tem origem na molécula de nicotina) com as mortes de abelhas começou ser discutida internacionalmente partir de 2008.

Há três anos o instituto investiga o impacto de inseticidas na apicultura nacional. Entre 2010 e 2012, identificou mais de cem casos de mortes em massa de abelhas pelo país, e todas elas estariam relacionadas à pulverização de agrotóxicos.

Investigações científicas publicados em periódicos como a “Nature” sugerem que tais produtos provocam uma intoxicação nas abelhas, um fenômeno chamado de “distúrbio do colapso das colônias”, quando os insetos não retornam às colmeias e morrem fora dela, após o corpo sofrer um "curto-circuito" devido à excessiva exposição aos componentes químicos.

Prejuízo na economia

Em 19 de julho de 2012, uma portaria publicada no “Diário Oficial da União” proibiu temporariamente a pulverização de defensivos com clotianidina, imidacloprida e tiametoxam por via aérea, até que uma reavaliação dos produtos fosse feita.

Porém, explica Freitas, por ser prejudicado com a medida, o setor agrícola do país, incluindo o Ministério da Agricultura, se mobilizou contra a decisão, que foi alterada por uma nova portaria, desta vez publicada em janeiro deste ano. A regra também valia para o fipronil.

Com isso, as culturas de soja, trigo, arroz, algodão e cana-de-açúcar poderiam continuar a pulverização com agrotóxicos neonicotinoides na safra 2012/2013, exceto no período de floração, mas teriam que notificar apicultores ao menos 48 horas antes de as aplicações ocorrerem. “O setor agrícola elencou uma série de prejuízos econômicos se o uso desses produtos fosse interrompido”, disse Freitas.

Em termos globais, os serviços de polinização prestados pelas abelhas, no ecossistema ou nos sistemas agrícolas, são avaliados US\$ 54 bilhões/ano.

Ainda segundo Freitas, apesar de o Brasil utilizar os mesmos tipos de agrotóxicos empregados na Europa e nos EUA, a decisão de seguir o caminho da União Europeia, vetando de vez os produtos, causaria um impacto muito maior na agricultura brasileira. Para ele, a Europa tem uma quantidade muito menor de insetos e, por isso, a percepção da redução ficou amplificada.

De acordo com o representante do Ibama, produtoras de defensivos já realizam testes adaptados à realidade brasileira, seguindo metodologias criadas na Europa. “Vamos saber se, de fato, o uso desses defensivos causa a toxicidade crônica das abelhas. Isso pode determinar a alteração na condição do registro desses produtos, levando à proibição ou limitação de uso para determinadas culturas”, explica Freitas.

Resultados sobre a reavaliação dos compostos químicos devem ser divulgados até o fim do ano, segundo o Ibama. Inicialmente, apenas a imidacloprida está em análise. Ao mesmo tempo, o Ministério da Agricultura pesquisa compostos alternativos para substituir defensivos agrícolas neonicotinoides.

Risco para a polinização

Segundo a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO, na sigla em inglês), estima-se que 73% das espécies vegetais cultivadas no mundo sejam polinizadas por alguma espécie de abelha.

Em termos globais, os serviços de polinização prestados por estes insetos – seja no ecossistema ou nos sistemas agrícolas -- são avaliados em US\$ 54 bilhões por ano.

De acordo com José Gomercindo Correa da Cunha, presidente da Câmara setorial do Mel no Ministério da Agricultura, a mortalidade de abelhas preocupa várias entidades e os produtores de mel, que são cerca de 350 mil.

“No Brasil temos as abelhas africanizadas (resultantes do cruzamento de abelhas africanas e europeias), além de 150 espécies nativas, que produzem polinização especializada e contribuem com a biodiversidade. Já existem defensivos menos agressivos ao meio ambiente. Essa sinalização da Europa certamente será acompanhada de perto”, disse Cunha.

Usa-se muito a informação de que o Brasil é o celeiro do mundo, mas a que preço estamos nisso”

Ricardo Camargo, pesquisador da Embrapa Meio Ambiente

'Celeiro do mundo'

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontam um aumento no uso de agrotóxicos entre 2000 e 2009, quando a relação de quilos por hectare aumentou de 3 kg para mais de 3,5 kg. Em 2010, o país ultrapassou a marca de um milhão de toneladas, segundo dados da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

Em 2008, o Brasil se destacou como o maior consumidor do produto no mundo, respondendo por 86% da quantidade de agrotóxico vendida na América Latina. Entre os agrotóxicos mais usados no país destacam-se os herbicidas (71,1%), os inseticidas (66,4%) e os fungicidas (55,3%).

De acordo com Ricardo Camargo, pesquisador da Embrapa Meio Ambiente, a atual prática agrícola do Brasil oferece risco a todos os animais polinizadores (insetos, aves e mamíferos).

“Não há prática sustentável, mas sim aplicação massiva de defensivos, com muita gente usando doses acima dos limites permitidos e materiais que já foram banidos em outros países”, explica.

“Toda a biodiversidade está sendo prejudicada quando se passa um pesticida, que pode tentar matar um agente, mas pode impactar o seu redor. Usa-se muito a informação de que o Brasil é o celeiro do mundo, mas a que preço estamos nisso?”, complementa o pesquisador.

Fonte: <http://g1.globo.com/natureza/noticia/2013/05/tipo-de-agrotoxico-suspeito-de-matar-abelhas-no-mundo-e-usado-no-pais.html>

13/05/2013 12h55 - Atualizado em 13/05/2013 15h39

Praga atinge plantações de algodão; prejuízos superam R\$ 1 bi, diz Seagri

Produtores na região oeste da Bahia sofrem com destruição na lavoura. Secretaria diz que 228 mil hectares de algodão estão comprometidos.



As plantações de algodão no oeste da **Bahia** sofrem com o ataque de uma praga, o que afeta a produção na região. De acordo com o secretário da Agricultura da Bahia, Eduardo Salles, a suspeita é que a praga, causada pela lagarta *Helicoverpa Armigera*, já tenha provocado prejuízos superiores a R\$ 1 bilhão e compromete 228 mil hectares de algodão somente na Bahia.

A Seagri afirma que, além das plantações de algodão, as lavouras de soja em nove municípios do oeste baiano e em outros quatro estados brasileiros (Paraná, Goiás, Piauí e Mato Grosso,) também são destruídas pela praga.

O secretário esteve em uma reunião em **Barreiras**, no oeste do estado, na sexta-feira (10) e conversou com produtores locais sobre o assunto. Em entrevista ao **G1** nesta segunda-feira (13), Eduardo Salles disse que os produtores baianos levaram a situação ao conhecimento da Seagri há cerca de

dois meses e que o cenário atual é muito grave, podendo até comprometer a próxima safra de algodão.

"Na verdade, as informações que temos é que a Abin [Agência Brasileira Inteligência] e a Polícia Federal estão envolvidas na questão de suspeita de bioterrorismo. Isso nos foi falado em uma reunião. É uma praga que não existia no país. Essa praga ela vem, qualquer agrônomo sabe que quando ela vem, entra circunscrita por alguém. Ela não aparece em diversos locais ao mesmo tempo. Acho que isso embasa a suspeita maior e acho que por isso colocaram a Abin e a Polícia Federal no caso", disse Salles.



Praga provocada por ação de lagarta destrói produtos
(Foto: Reprodução/TV Oeste)

Segundo o secretário da Agricultura da Bahia, grande parte da produção de algodão está comprometida na região oeste. As lavouras da região sudoeste não foram atacadas pela lagarta. Eduardo Salles afirmou que a grande preocupação no momento é com o algodão porque a soja já está sendo colhida e não pode ser pulverizada. Para tentar reverter a situação nas plantações de algodão, o Brasil importou o produto agroquímico "Benzoato de Amamectina", que deve ser usado para combater a praga.

"O produto já está no Brasil, foi autorizada a importação pelo Ministério da Agricultura e está sendo liberado para ir para a Bahia. Nós tivemos uma reunião em Brasília, com o Ibama e a com a Anvisa e acordamos que será feito um termo de referência para controle e monitoramento da aplicação do produto. Ele [Benzoato de Amamectina] já é usado no Japão, Austrália e Estados Unidos. Hoje a única arma eficaz que temos", disse.

De acordo com o secretário, na Bahia, o produto vai ser usado em um projeto piloto, que será feito em dez propriedades com plantação de algodão localizadas nas cidades de Luís Eduardo Magalhães, São Desidério e Barreiras, todas na região oeste. "Vamos fazer a aplicação em 10

propriedades, com monitoramento e envio de relatório em 90 dias, para embasamento para o futuro", afirmou.

Segundo Eduardo Salles, a aplicação do produto não vai contaminar o algodão. Ele diz que o Benzoato de Amamectina é usado em alimentos como o tomate, fora do Brasil, sem registros de contaminação.

Para o secretário, caso a praga não seja controlada, o Brasil pode entrar em caos econômico. "A gente pode correr risco de, na próxima safra, o Brasil sofrer um dano econômico muito grande. A importância [do algodão] é muito grande para a indústria têxtil brasileira. A indústria têxtil é uma das maiores empregadoras do Brasil. Ele tem uma competitividade de produção muito grande, perde com logística e estrutura [para outros países], mas da porteira para dentro, nenhum país tem compensação de custo com produção. A gente incomoda o mundo com essa capacidade", disse o secretário da Agricultura da Bahia.

Fonte: <http://g1.globo.com/bahia/noticia/2013/05/praga-atinge-plantacoes-de-algodao-prejuizos-superam-r-1-bi-diz-seagri.html>

13 de maio de 2013

Bioterrorismo: lagartas atacam plantações de algodão na Bahia

Uma praga de lagartas *Helicoverpa Armigera* está atingindo plantações de algodão e soja em nove municípios do Oeste baiano e outros quatro estados brasileiros - Paraná, Goiás, Piauí e Mato Grosso -, segundo a Secretaria Estadual da Agricultura (Seagri). Os prejuízos já ultrapassam mais de R\$ 1 bilhão e compromete 228 mil hectares de algodão apenas na Bahia.

Há suspeitas de que o problema pode estar ligado ao bioterrorismo. O caso, inclusive, está sendo investigado pela a Polícia Federal (PF) e pela Agência Brasileira de Inteligência (Abin) investigam a suspeita. De acordo o titular da Seagri, Eduardo Sales, há risco do problema atingir outras regiões do Brasil.

Ele se reuniu com promotores do Ministérios Públicos do Estado (MPE) e do Trabalho (MPT), com o diretor geral e do diretor de Defesa Vegetal da Adab, Paulo Emílio Torres e Armando Sá; produtores e secretários de Agricultura, de Saúde e do Meio Ambiente dos municípios de Barreiras, São Desidério, Luís Eduardo Magalhães, Baianópolis, Formosa do Rio Preto, Riachão das Neves, Correntina, Jaborandi e Cocos.

A reunião tratou das regras para aplicação do produto Benzoato de Amamectina, que já foi usado em outros países no combate à *Helicoverpa*. O produto deve chegar na quarta (15), mas só deve ser utilizado em 10

propriedades para análise de testes. Só depois, poderá ser usado nas lavouras atingidas. As autoridades afirmam que esse tipo de praga, quarentenária A1, não existia no país.

Fonte: <http://www.bonfimagora.com.br/2013/05/bioterrorismo-lagartas-atacam.html>

/05/2013 06:48

Uso indiscriminado de agrotóxico ameaça a vida no planeta

Às vésperas do Dia Internacional da Biodiversidade, Viva Maria registra a chegada de uma carta que parece ter sido feita de encomenda para a reflexão sobre a diversidade biológica do Brasil, cada vez mais ameaçada. Elisa Pereira dos Anjos, do Assentamento Califórnia, no Tocantins, denuncia a devastação e o envenenamento da terra.

Veja em anexo o link da carta.

<http://radioagencianacional.ebc.com.br/assunto/viva-maria>

27/05/2013 - 12h23 | Atualizado em 02/06/2013 - 15h19

Seminário apresentará plano de ação contra excesso de agrotóxicos no Piauí

Será nesta terça e quarta-feira (29), no Diferencial Buffet, em Teresina

De acordo com a revista Radis, editada pela Fiocruz, o Brasil é o país que mais consome agrotóxico no mundo. Com base nesse diagnóstico, o Ministério da Saúde elaborou um documento intitulado “Modelo de Vigilância em Saúde de População Expostas a Agrotóxico” e orientou que todos os estados da federação estruturassem seus modelos de vigilância em saúde, observando a realidade de cada estado.

No Piauí, um seminário realizado pela Secretaria de Estado da Saúde (SESAPI) nesta terça e quarta-feira (29), no Diferencial Buffet, marca a apresentação do plano Estadual de Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos.

“O excesso de exposição a agrotóxico implica em risco à saúde humana por comprometer o ecossistema, a água consumida pela população, o solo e ar, podendo originar vários tipos de doenças agudas e/ou crônicas na população, que podem evoluir para óbito”, afirma Inácio Lima, coordenador estadual de Vigilância Ambiental em Saúde.

O seminário contará com a participação de representantes de todos os municípios, bem como de técnicos do Ministério da Saúde, Adapi, Emater, Semar e Ministério Público.

“Diversas áreas da SESAPI têm-se debruçado desde janeiro do corrente ano sobre este importante problema de saúde pública, resultando na elaboração de um plano estadual contendo ações de vigilância em saúde a serem implementadas junto aos municípios do Piauí”, explica Inácio.

Segundo ele, a realização do seminário tem por objetivo dar conhecimento do mesmo às instituições federais, estaduais, municipais, controle social e a sociedade em geral. “Em apoio institucional, duas técnicas do Ministério da Saúde encontram-se em Teresina prestando assessoria técnica à comissão estadual constituída pela SESAPI para elaborar e conduzir as atividades do estadual, assim como para participar do seminário. É um momento importante para a troca de experiências, socializar o plano e estreitar entendimentos e parcerias frente ao trinômio: agronegócio, agrotóxicos e saúde pública”, finaliza o coordenador.

Fonte: <http://www.saude.pi.gov.br/noticias/2013-05-27/5203/seminario-apresentara-plano-de-acao-contra-excesso-de-agrotoxicos-no-piaui.html>

27/05/2013

Agrotóxicos: 63% dos comerciantes entregaram o relatório de controle no prazo ao IMA

Apenas 660 comerciantes de agrotóxicos dos 1.057 existentes em Minas Gerais enviaram, dentro do prazo, ao Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA), o relatório de controle de agrotóxicos. Este número representa 63% dos revendedores mineiros. O prazo para o envio do relatório, referente ao segundo semestre de 2012 (1º de julho a 31 de dezembro), foi o dia 20 de maio.

O Sistema de Controle e Comércio de Agrotóxicos e Afins - Sicca, além do cumprimento do arcabouço legal visa obter dados confiáveis do comércio e do uso do produto em Minas Gerais. O não cumprimento do prazo de envio configura em uma irregularidade, sendo, portanto, lavrado auto de infração e aberto processo administrativo contra os estabelecimentos comerciais inadimplentes.

O diretor-geral do IMA, Altino Rodrigues Neto, alerta que o envio do relatório além de ser obrigação do comerciante é importante para o controle do comércio de agrotóxicos no Estado. “O envio do relatório semestral nos permite controlar detalhadamente a comercialização dos agrotóxicos em Minas e fiscalizar mais efetivamente a atividade”, afirma.

Todo estabelecimento que comercializa ou aplica agrotóxicos e afins em Minas Gerais deve manter a relação do estoque existente, nome comercial dos produtos, a quantidade comercializada e remetê-las ao IMA semestralmente, por meio do Sicca.

Os relatórios subsequentes (1º semestre e 2º semestre de 2013) manterão as datas habituais de comprovação: no 5º dia útil de julho (referente ao 1º semestre) e no 5º dia útil de janeiro de 2014 (referente ao 2º semestre de 2013).

Embalagem Vazia de Agrotóxico

É obrigação do Estabelecimento Comercial de Agrotóxicos estar credenciado junto a uma unidade ou central de recebimento de embalagens vazias de agrotóxicos e afins, atualmente existem 11 Centrais e 51 postos de recebimento no Estado de Minas Gerais.

Por se tratar de produto tóxico para o homem, animais e meio ambiente, o agrotóxico exige cuidados especiais na sua armazenagem, comercialização e uso, podendo ser adquirido, somente, com a apresentação da receita agronômica, emitida por profissional legalmente habilitado.

Fonte: <http://www.agricultura.mg.gov.br/noticias/2666-agrotoxicos-63-dos-comerciantes-entregaram-o-relatorio-de-controle-no-prazo-ao-ima>

27/05/13

Monsanto perde processo criminal contra movimentos sociais



A transnacional entrou com processo criminal contra integrantes de organizações e movimentos sociais em 2005. A decisão do TJ demonstra o reconhecimento da legitimidade dos sujeitos coletivos de direitos em meio ao processo de democratização da sociedade brasileira.

A transnacional Monsanto está em mais de 80 países, com domínio de aproximadamente 80% do mercado mundial de sementes transgênicas e de agrotóxicos. Em diferentes continentes, a empresa acumula acusações por violações de direitos, por omissão de informações sobre o processo de produção de venenos, cobrança indevida de royalties, e imposição de um modelo de agricultura baseada na monocultura, na degradação ambiental e na utilização de agrotóxicos.

No Brasil, a invasão das sementes geneticamente modificadas teve início há uma década, com muita resistência de movimentos sociais, pesquisadores e organizações da sociedade civil. No Paraná, a empresa Monsanto usou a via da criminalização de militantes como forma de responder aos que se opunham aos transgênicos.

Na última quinta-feira (23), desembargadores do Tribunal de Justiça (TJ) absolveram por unanimidade cinco militantes acusados injustamente pela Monsanto de serem mentores e autores de supostos crimes ocorridos em 2003. A transnacional entrou como assistente de acusação na ação criminal em resposta à manifestação de 600 participantes da 2ª Jornada de Agroecologia, na estação experimental da empresa, em Ponta Grossa, para denunciar e protestar contra a entrada das sementes transgênicas no estado e as pesquisas ilegais e outros crimes ambientais praticados pela empresa.

Foram acusados Célio Leandro Rodrigues e Roberto Baggio, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, José Maria Tardin, à época integrante da AS-PTA – Assessoria e Serviços em Agricultura Alternativa, Darci Frigo, da Terra de Direitos, e Joaquim Eduardo Madruga (Joka), fotógrafo ligado aos movimentos sociais. Em claro sinal de criminalização, a transnacional atribuiu à manifestação, feita por mais de 600 pessoas, como responsabilidade de apenas cinco pessoas, usando como argumento a relação genérica dos acusados com os movimentos sociais.

Em sentido contrário, a decisão do TJ demonstra o reconhecimento da legitimidade dos sujeitos coletivos de direitos na sociedade brasileira. Segundo José Maria Tardin, coordenador da Escola Latina Americana de Agroecologia e da Jornada de Agroecologia do Paraná, o ato na sede da Monsanto em 2003 e

posterior ocupação permanente da área chamaram a atenção em âmbito nacional e internacional para a ilegalidade das pesquisas com transgênicos.

Nos anos seguintes às denúncias, a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) e equipe técnica ligada ao governo do estado realizaram vistorias detalhadas nos procedimentos da transnacional. Foram confirmadas ilegalidades que violavam a legislação de biossegurança vigente.

A área ficou ocupada por trabalhadores sem terra durante aproximadamente um ano. Neste período, os camponeses organizaram o Centro Chico Mendes de Agroecologia e cultivaram sementes crioulas. Para Tardin, a agroecologia é o “caminho da reconstrução ecológica da agricultura, combatendo politicamente o modelo do agronegócio e do latifúndio”.



Charge: Latuff

Criminalização

A denúncia da Monsanto se fundamentou apenas em matérias jornalísticas, sem qualquer outra prova. Assim com outras ações judiciais que utilizam a mesma lógica, o processo está baseado na criminalização de integrantes de movimentos sociais em situações de manifestação.

A empresa participou como assistente privada no processo, o que ocorre excepcionalmente em processos criminais, já que o Ministério Público entrou como titular. “Esse caso apresenta um sério risco com as grandes empresas começaram a tomar o papel do Estado. Elas desequilibram a situação pelo peso econômico e político que exercem sobre os agentes públicos”, avalia Darci Frigo, coordenador da Terra de Direitos, considerando também a influência da Monsanto sobre o parlamento para a aprovação de legislações no Brasil.

Os trabalhadores foram defendidos pela Terra de Direitos, com apoio do professor Juarez Cirino dos Santos. O Programa Nacional de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos se pronunciou ao longo do processo contra a criminalização dos militantes. Do outro lado, a Monsanto contratou o escritório do Professor René Dotti para fazer a acusação.

Mundo contra a Monsanto

Mais de 50 países aderiram à “Marcha contra Monsanto” no último sábado (25), em protesto contra a manipulação genética e a monopólio da multinacional na agricultura e biotecnologia. A campanha contra a empresa teve como estopim o suicídio de agricultores indianos, que se endividam após serem forçados pelo mercado a ingressar na lógica de produção do agronegócio, tornando-se, anos mais tarde, reféns das sementes geneticamente modificadas, agrotóxicos e outros insumos vinculados a esta lógica produtiva.

Com sede no estado de Missouri (EUA), a Monsanto desponta como líder no mercado de sementes e é denunciada nesta marcha por não levar em consideração os custos sociais e ambientais associados a sua atuação, além de ser acusada de biopirataria e manipulação de dados científicos em favor dos transgênicos.

A empresa é líder mundial na produção de agrotóxico glifosato, vendido sob a marca Roundup. O Brasil é o segundo maior consumidor dos produtos da Companhia, ficando atrás apenas da matriz americana. O lucro da filial brasileira em 2012 foi de R\$3,4 bilhões.

Syngenta

No Paraná, a [transnacional Syngenta](#) também foi denunciada pelos movimentos sociais por realizar experiências e plantio ilegal de transgênicos no município de Santa Tereza do Oeste, na área de amortecimento do Parque Nacional do Iguaçu. Durante a ocupação da área, seguranças contratados pela empresa assassinaram um trabalhador rural sem terra. Seis anos depois, o caso segue impune.

O IBAMA impôs multa de um milhão de reais à empresa pela realização de experimentos ilegais com transgênicos na área, porém, o valor não foi pago até hoje. A luta dos movimentos sociais resultou na desapropriação da área para a criação do Centro de Agroecologia, que leva o nome do militante assassinado, Valmir Mota de Oliveira, conhecido como Keno.

Fonte: <http://terradedireitos.org.br/biblioteca/casos-emblematicos/monsanto-perde-processo-criminal-contra-movimentos-sociais/>

29.05.2013 | Atualizado em 29.05.2013 - 12:55

Justiça suspende autorização de uso de agrotóxico na Bahia

Sesab e Inema recomendaram a não utilização do produto considerando os riscos à saúde da população e ao meio ambiente



Anvisa considerou o produto altamente neurotóxico

Da Redação

Quarenta e quatro toneladas de agrotóxicos com benzoato de emamectina foram apreendidas no final da tarde desta quarta-feira (28), no município de Luís Eduardo Magalhães, no oeste baiano. O mandado de busca e apreensão do produto foi expedido pela juíza da 1ª Vara da Fazenda Pública de Barreiras, que concedeu liminar solicitada pelo Ministério Público do Estado da Bahia em ação civil pública proposta em face do Estado e a Agência de Defesa Agropecuária da Bahia (Adab).

A decisão judicial determinou ainda a não aplicação, em território baiano, de agrotóxicos que contenham o benzoato de emamectina, substância de alta toxicidade e de uso proibido no Brasil pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

A Secretaria Estadual de Agricultura da Bahia (Seagri) solicitou a importação do produto para combater a lagarta helicoverpa armigera, que vem devastando lavouras de algodão e soja no estado. No entanto, segundo o MP, pareceres técnicos da Secretaria Estadual de Saúde (Sesab) e do Instituto de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Inema) recomendaram a não utilização do produto, considerando os riscos à saúde da população e ao meio ambiente.

Um parecer técnico emitido pela Anvisa considerou o produto altamente neurotóxico e, por isso, contrariou a sua utilização em todo o território nacional, devido aos grandes riscos para a saúde humana.

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), porém, através de Portaria nº 42 declarou a situação como “emergência fitossanitária” e,

mesmo com a manifestação contrária do Comitê Técnico de Assessoramento para Agrotóxicos e do Ibama, autorizou a importação do produto para controle da praga de lagartas.

Os promotores de Justiça Eduardo Bittencourt, Luciana Khoury, e André Bandeira alertam que existem alternativas técnicas para controle da praga das lagartas identificadas nas lavouras da região apontadas pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e que “não há sequer certeza científica da eficiência do benzoato de emamectina para controle da helicoverpa armigera em território brasileiro”, uma vez que não foi testada no país a eficiência agronômica do produto.

Fonte: <http://www.correio24horas.com.br/noticias/detalhes/detalhes-1/artigo/justica-suspende-autorizacao-de-uso-de-agrotoxico-na-bahia/>

29.05.2013

Banalização do uso de agrotóxicos

O Brasil é o maior consumidor de agrotóxicos do mundo. E dos 50 produtos mais usados no país, 22 são proibidos na Europa e EUA. Com esses números é fácil perceber que estamos usando errado e em excesso. Mas preocupa muito também a banalização do uso dos venenos e a forma descuidada como eles têm sido empregados.

Recentemente um avião de pulverização agrícola contaminou 37 pessoas, sendo 29 crianças, em uma escola rural em Goiás. Todos apresentaram coceiras, vômito e irritação nos olhos. Esses sintomas visíveis são os menos graves, pois os agrotóxicos podem causar problemas neurológicos, respiratórios, má-formação fetal, puberdade precoce, disfunções no fígado, nos rins e até câncer. Como será o futuro dessas crianças que receberam uma chuva de veneno durante 20 minutos? Não se sabe se a escola foi pulverizada por engano ou se o vento levou o produto.

Segundo dados da Embrapa, mesmo em condições ideais, apenas 32% do produto fica nas plantas, 49% caem no solo e 19% nas áreas vizinhas. E o agrotóxico nem era autorizado para pulverização aérea nem registrado para o milho. A legislação é frágil e a fiscalização é precária.

A cada ano, no Brasil, mais produtos têm a aplicação por avião proibida e depois são banidos, mas isso é muito lento e insuficiente. Vários estados têm discutido a proibição da pulverização aérea e alguns locais já conseguiram. No Paraná, o deputado Luiz Eduardo Cheida (PMDB) encaminhou em 2012 um projeto de lei com esse intuito, que foi barrado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e recém-arquivado.

A pulverização de inseticidas sobre as pessoas se tornou tão banal que poucos se dão conta. O “fumacê”, por exemplo, não recomendado pela OMS, é veneno

pulverizado sobre os cidadãos. Mata adultos do mosquito na hora, enquanto milhares de novos adultos emergirão no dia seguinte. Mas as pessoas já terão recebido o veneno na pele e em seus pulmões. Será esse um saldo positivo?

Quem vai de avião para a Argentina recebe pulverizações de agrotóxico dentro da aeronave fechada. A comissária diz que o produto é inócuo, claro, e todos respiram sem a menor preocupação. E o uso generalizado nas casas? Na dedetização? Nas plantas do jardim? Nos terrenos baldios? É a primeira opção. Qualquer inseto que apareça já recebe uma borrifada de veneno. O inseto e mais a pessoa que pulveriza, as crianças que estão em volta, que muitas vezes brincam no chão, os animais, a água.

Agrotóxicos não são produtos de limpeza e nem remédios. São venenos. Seu uso continuado promove a contaminação crônica de adultos e crianças. Assim como para o cigarro, os comerciais para seu uso doméstico deveriam ser proibidos, pois induzem as pessoas a acharem que estão se protegendo. É preciso que cada cidadão se conscientize desses riscos para escolher, com o necessário cuidado, as práticas que utiliza em seu dia a dia e passe a exigir das autoridades medidas de proteção responsáveis e mais ágeis.

***Sueli Martinez** é bióloga, PhD em Entomologia

Fonte:

<http://www.jornaldelondrina.com.br/colunistas/conteudo.phtml?id=1376950>

29.05.2013

O poder das corporações que controlam o comércio dos agrotóxicos



O tema agrotóxico vem sendo tratado nas últimas décadas, por organizações ambientais, universidades e entidades científicas, como um dos assuntos mais complexos e preocupantes quanto aos impactos provocados por seus princípios ativos na dinâmica da biótica planetária.

por Jairo Cezar*

No entanto, embora os alertas tenham sido freqüentes e permanentes acerca dos perigos resultantes do uso de tais substâncias, o que preocupa é o

crescimento vertiginoso de novas marcas de herbicidas, fungicidas, inseticidas etc., liberadas pela Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) para o combate às "pragas" - porém, quando ingeridas pelo ser humano através dos alimentos, produzem alterações significativas no genoma humano, contribuindo para o aumento da incidência de doenças degenerativas, dentre elas, o câncer.

Foi a partir do fim da segunda guerra mundial que grandes empresas fabricantes de armamentos e substâncias químicas usadas para enfrentar os inimigos, dentre eles o gás mostarda e o desfolhante laranja, como forma de evitar a ruína financeira, reformularam seus parques industriais, passando a fabricar tratores e implementos agrícolas em vez de tanques; agrotóxicos para uso agrícola em vez de gás mostarda para uso bélico. Começava aí a longa e paradoxal epopéia de um novo modelo de agricultura, que rapidamente se espalharia por toda a Europa e os Estados Unidos e que chegaria ao Brasil a partir do começo da década de 1960, com a denominada "Revolução Verde". Com a política desenvolvimentista adotada pelo regime militar, cuja proposta era expandir a fronteira agrícola em direção ao Centro Oeste e Norte do Brasil, transformando o país em um dos principais celeiros agrícolas mundiais, dezenas de corporações multinacionais ligadas às commodities foram atraídas, encontrando aqui ambiente propício para multiplicar suas fortunas e também se tornando co-responsáveis pela degradação de todo um ecossistema.

País do agrotóxico

A idéia de tornar o Brasil principal fornecedor de commodities, de recursos naturais e produtos agrícolas continuou pairando no imaginário das autoridades e do agronegócio até os dias atuais. Acreditava-se que, com a ascensão de governos populares, como a que ocorreu em 2002 com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, haveria uma transformação significativa nas políticas que vinham sendo adotadas na área econômica, abrindo caminhos para um grande debate nacional a fim de discutir qual o tipo de desenvolvimento melhor se adequaria aos interesses da maioria da sociedade brasileira. Tanto não aconteceu, como foram mantidas as mesmas políticas dos governos anteriores, e com um agravante: intensificou-se a degradação do ecossistema brasileiro com as políticas de incentivo ao agronegócio, de uso de agrotóxicos, de construção de barragens na Amazônia e de desestruturação das sociedades tradicionais, indígenas e quilombolas.

As políticas de incentivo ao agronegócio vêm cada vez mais aguçando os interesses de grandes companhias transnacionais ligadas à produção e

comercialização de máquinas agrícolas, fertilizantes e "defensivos" agrícolas, que encontram no Brasil um porto seguro para multiplicar seus ganhos financeiros. Com todas as facilidades oferecidas pelo Estado às multinacionais ligadas ao agronegócio, e com a fragilidade dos órgãos fiscalizadores, um mercado paralelo ligado aos agrotóxicos também vem criando corpos mediante o aval de organismos públicos - Anvisa e Embrapa - e privados, que fazem vistas grossas quando da liberação a comercialização de substâncias tóxicas para uso agrícola, proibidas nos seus países de origem.

Para se ter noção da dimensão desse mercado, nos últimos três anos, o Brasil se tornou o maior consumidor de agrotóxicos, perto de um bilhão de litros utilizados, um crescimento de 190% em dez anos. Soja, cana-de-açúcar, algodão, tabaco e eucalipto são as variedades agrícolas que lideram no consumo de agrotóxicos. Nesse conjunto, destacam-se os agrocombustíveis e as espécies exóticas empregadas no reflorestamento (pinos e eucaliptos) ou para a queima nos fornos das siderúrgicas de ferro-aço.

Um dado estarrecedor é em relação ao volume de agrotóxicos movimentados no segundo semestre de 2012. Do total de 936 mil toneladas comercializadas, 833 mil foram produzidas no Brasil; o restante, 245 mil, foi importado. Somente as lavouras de milho, soja, algodão e cana-de-açúcar absorveram 80% do volume total comercializado. Em comparação aos demais países, em 2010 o Brasil comercializou 19% do total global de agrotóxicos, movimentando cifras equivalentes a US\$ 7,3 bilhões. Este percentual garante ao Brasil um triste título de maior consumidor do planeta, ficando atrás apenas dos EUA, que movimentaram 51,2 bilhões de dólares. Entre as variedades de agrotóxicos com maior demanda agrícola, os herbicidas são os preferidos, representando 45% do total comercializado. Em segundo plano, estão os fungicidas, com 14%, inseticidas, 12%, e os demais, que, juntos, totalizam 29%. No ano de 2011, dos 75 milhões de hectares plantados com culturas temporárias - soja, cana-de-açúcar, milho e algodão - e as permanentes - cítricas, café, frutas e eucaliptos -, o montante consumido chegou a 853 milhões de litros de agrotóxicos, sendo 12 litros por hectare ou 4,5 litros por habitante.

De acordo com dados do IBGE, entre os anos de 2002 a 2011, o consumo de pesticidas em milhões de litros saltou de 599,5 milhões para 852,8. Já o mercado de fertilizantes, que era de 491 milhões de litros, passou para 674,3. Diante desse quadro ameaçador, a flexibilização da legislação federal e do próprio código florestal, patrocinada pela bancada ruralista, que representa o agronegócio, tornando legal o cultivo e comercialização de espécies transgênicas, vem provocando discussões acaloradas quanto aos riscos

dessas variedades modificadas para espécies da fauna, flora e a saúde humana. O que é visível nesse imbróglio legislativo são os lobbies patrocinados por grandes companhias que controlam as pesquisas e patentes das sementes e dos agrotóxicos. Além do mais, as mesmas empresas que são detentoras dos monopólios das variedades modificadas, especialmente das sementes de soja, dominam o mercado dos agrotóxicos, do fungicida glifosato, que é aplicado no combate da ferrugem asiática.

Dentre as variedades agrícolas cultivadas no Brasil, a soja participou com 40% do volume dos herbicidas, fungicidas, inseticidas, acaricidas entre outros, vindo em seguida o milho, com 15%; cana-de-açúcar e algodão, com 10%; cítricos, com 7%; café, trigo e arroz, com 3%; feijão, com 2%; pastagem e tomate, com 1%; maçã, com 0,5%; banana, com 0,2%; e demais culturas, com 3,3%. Sobre os registros no Ministério da Saúde e do Meio Ambiente, são 434 ingredientes ativos e 2.400 formulações. Dos 50 tipos de agrotóxicos mais utilizados nas lavouras do Brasil, 22 deles estão proibidos na União Européia. Em relação ao percentual de aplicação nas lavouras entre os estados da federação, o Mato Grosso do Sul lidera o ranking com 18,9%, ficando à frente de São Paulo, com 14,5%; Paraná, com 14,3%; Rio Grande do Sul, com 10,8%; Goiás, com 8,8%; Minas Gerais, com 9%; Bahia, com 6,5%; Mato Grosso, com 4,7%; Santa Catarina, com 2,1%; e os demais juntos somam 10,4%.

De acordo com as estimativas de crescimento das commodities/produtos primários, para 2020 a 2021, haverá um acréscimo significativo do consumo de agrotóxicos para três lavouras específicas: a soja, 55%; milho, 56,46%; e cana-de-açúcar, 45,8%. Análises laboratoriais realizadas em 63 amostras de alimentos apresentaram contaminações por metais pesados. Do total de ingredientes ou princípios ativos analisados, 28% deles não são autorizados pela Anvisa. As pesquisas comprovam que, nos últimos trinta anos, o governo brasileiro lançou quatro portarias visando a legalização de agrotóxicos para uso agrícola. A primeira delas ocorreu em 1977, quando foram homologados 12 tipos; em 1990, foram 13; em 2004, foram 22 tipos; enquanto que, em 2011, o governo legalizou 27. Portanto, entre a primeira e a última portaria, houve um aumento de novas marcas que superou 100%.

Mercado em expansão

Durante algum tempo o problema dos agrotóxicos era exclusivo das regiões centro sul do Brasil. Atualmente, a incidência de tais substâncias vem se espalhando para outras regiões do Brasil, dentre elas o Nordeste, que tem na fruticultura uma das suas principais matrizes econômicas. Por ser uma

atividade que se sustenta graças à irrigação, a aplicação de substâncias tóxicas em quantidades elevadas está agravando a qualidade do solo e dos mananciais hídricos, que abastecem a população da região. Situação semelhante ocorre no Centro Oeste do Brasil, mais especialmente no estado do Mato Grosso do Sul, cujas águas dos rios e a própria chuva vêm apresentando elevadas incidências de contaminação por metais pesados.

Como se não bastasse o problema dos agrotóxicos, está em discussão no Conama (Conselho Nacional do Meio Ambiente) a liberação de portaria visando a reutilização de resíduos industriais, como sobras de fundição de siderurgia, para a produção de micronutrientes a serem empregados na produção de fertilizantes agrícolas. O que causa preocupação é a quantidade de metais pesados presentes nos insumos, como chumbo, arsênico, cádmio, mercúrio manganês etc. A pressão de entidades ambientais e científicas contrárias a esta aberração é em decorrência da insustentabilidade da proposta de resolução do Conama.

No primeiro Congresso Mundial de Nutrição e Saúde, ocorrido no Rio de Janeiro em 2012, além das diversas temáticas que foram abordadas no campo da alimentação sustentável, o que marcou o encontro foi o manifesto promovido pelos presentes contrários à resolução do Conama, que tenta liberar a produção de micronutrientes para a produção de fertilizantes a partir de resíduos industriais. Pois, ocorrendo a liberação, intensificará a contaminação do solo e dos alimentos, com impactos imprevisíveis ao ambiente e à saúde humana. O mercado dos agrotóxicos, insumos e das sementes, além de movimentar cifras bilionárias anualmente, que supera o PIB de vários países, tem a fabricação e comercialização desses produtos controladas por um cartel (acordos entre si) constituído por seis grandes multinacionais - Basf, Bayer, Dupont, Monsanto, Syngenta e Dow. O poder é tanto que, em países com pouca tradição democrática, como o Brasil, muitos dos agrotóxicos e sementes modificadas liberados para comercialização ocorreram mediante acordos públicos envolvendo empresas como a Embrapa, considerada uma das mais conceituadas no campo das pesquisas agropecuárias no mundo.

Em se tratando de Brasil, nas empresas gigantes do agronegócio, 90% dos produtos formulados para a produção de inseticidas, fungicidas, herbicidas etc. são de matéria prima oriunda da China. Outro dado assustador é o modo como são comercializados esses produtos: 44% ocorrem direto com o cliente; 24% vão para a indústria; e 32% têm como destino a revenda. Com base nesses números, o que fica evidenciada é a situação de risco no qual a população brasileira está assentada. Não há como controlar tamanha aberração e o pior

de tudo é o desconhecimento quase por completo do teor de toxidade dos alimentos consumidos atualmente pela população. Uma das saídas, como forma de evitar possíveis contaminações, seria procurar caminhos alternativos, como o consumo de orgânicos, porém, os preços cobrados inviabilizam a aquisição dessas variedades, especialmente pela população de baixa renda.

Falta de rigor na regulação

Outro aspecto estarrecedor é quanto ao valor pago à Anvisa pelas multinacionais para registrar um novo produto. A cada nova marca registrada, a Agência reguladora recebe noventa reais. Nos Estados Unidos, o valor cobrado pela EPA chega a 600 mil dólares. Além do mais, lá existem 854 técnicos trabalhando na regularização dos registros de agrotóxicos, enquanto no Brasil o número de profissionais é de aproximadamente 50.

Como foi anteriormente descrito acerca dos oligopólios que controlam o mercado dos agrotóxicos, na área da alimentação, o domínio se dá através do comércio varejista, reunindo três grandes multinacionais - a Nestlé, com 26%, vindo atrás as empresas Coca Cola e Pepsi. Na área dos fertilizantes, o controle é dividido entre a holandesa Bunge, Yara e Mosaic. Um dado importante acerca do mercado dos fertilizantes no Brasil, no começo da década de 1990, empresas estatais como a Fosfertil e Ultrafertil mantinham o controle desse segmento. Com a abertura econômica patrocinada pelo ex-presidente Fernando Collor de Mello e levada adiante pelos sucessores, as empresas transnacionais vinculadas ao agronegócio encontram no Brasil espaço fértil para expandir seus negócios, aproveitando as vantagens oferecidas pelo Estado mediante subsídios fiscais.

Com essas políticas, abriram-se as portas para que companhias estrangeiras conquistassem no Brasil status de poder capaz de influenciar os poderes legislativos e executivos na regulação de leis menos restritivas, especialmente no que tange a comercialização de fertilizantes e agrotóxicos. Nesse aspecto, diante da concepção de economia sustentável que o governo brasileiro tenta incutir no imaginário social, na defesa de uma alimentação mais saudável e nutritiva, esconde-se uma política perversa e terrorista, dominada por setores agroquímicos, que vêm introduzindo a venda casada de sementes geneticamente modificadas e agrotóxicos.

O argumento utilizado para justificar essas políticas de estímulo à transgenia refere-se à escassez de alimentos em face de forte demanda populacional. O problema, no entanto, não está na escassez, e sim na forma como é distribuído o alimento, onde se privilegiam os países mais ricos, que absorvem maior

parcela do que é produzido globalmente. Com isso, o combate à fome e à pobreza extrema exige enfrentamento de suas causas profundas, que estão na forma como tais sociedades foram organizadas, divididas em classes, uma que detém a maior parcela das riquezas produzidas, e outra, que congrega a base da pirâmide social, refém das políticas assistencialistas dos governos e condicionada à dependência da classe dominante. No caso brasileiro, o problema da fome e da miséria está vinculado ao modo como a propriedade agrícola está constituída, controlada por grandes corporações do agronegócio, pautadas numa matriz agrícola baseada na monocultura de exportação.

Pautada numa política de custo-benefício, a introdução dos transgênicos se apresenta como um divisor de água entre o tradicional e o moderno no que tange a cultura de alimentos. É preciso relativizar os argumentos lançados por entidades científicas acerca da segurança do consumo das variedades geneticamente modificadas. Além do fato de a semente passar por um processo de mutação genética, que não se sabe ainda qual o risco que pode provocar nos organismos vivos, há ainda o agravante de que a mesma se torna resistente a certos agrotóxicos.

Epidemia de contaminações?

Em relação às substâncias tóxicas, de acordo com informações do Ministério da Saúde, anualmente 400.000 mil pessoas são contaminadas, totalizando quatro mil mortes. Porém, esses dados são relativos em virtude da precariedade dos órgãos da saúde que monitoram os dados. Muitas pessoas, ao procurarem a unidade de saúde apresentando algum sintoma suspeito de intoxicação, não têm, nos prontuários apresentados, relatos de ingestão ou contaminação por algum tipo de substância proveniente do manejo de agrotóxico.

Portanto, admite-se que, de cada indivíduo avaliado com intoxicação, outros cinquenta ficam de fora. O processo de contaminação do solo, dos alimentos e da intoxicação das pessoas no Brasil é ainda maior quando se sabe que expressiva parcela da população residente no campo, que apresenta baixa escolaridade. Outro fator é a falta de treinamento oferecido para o seu manejo dos instrumentos e aplicação dos produtos. Muitas vezes, por falta de instrução, o agricultor aplica inúmeras vezes o produto no solo, esperando uma resposta imediata. Não tem o conhecimento de que, quando aplicados no solo os aditivos que compõem o produto, como o glifosato, considerado um dos

mais comuns, o mesmo sofre transformações moleculares, destruindo por completo os microorganismos responsáveis pela biodegradação - tanto das plantas, como do próprio componente químico, cuja durabilidade ou tempo de vida no solo pode ser pequena, média ou grande.

Também a falta dos microorganismos afeta a qualidade das plantas, tornando-as suscetíveis a novas pragas, cada vez mais resistentes aos venenos, fazendo com que o agricultor faça mais aplicações. Dentre as substâncias mais utilizados estão aqueles cuja composição química é formada pelos "organofosforados". Análises feitas em abelhas em Itajaí/SC constataram a presença desse componente no seu organismo. Outro exemplo de contaminação ocorreu na cidade de Gavião Peixoto, interior de São Paulo, onde foi presenciada grande mortandade de abelhas. Após análises feitas, constatou-se que as mesmas apresentavam no seu organismo partículas de Fibrinil, inseticida utilizado nos canaviais da região.

Em relação às abelhas, esse inseto está no planeta há mais de sessenta milhões de anos, e desenvolveu um sistema mutualista perfeito com os vegetais. São ou eram 40 mil espécies conhecidas no mundo; somente no Brasil esse número chegava a três mil. Das 250 mil variedades de plantas conhecidas e que produzem flores, 90% delas depende dos insetos para a polinização, sendo as abelhas uma das principais responsáveis pela dispersão do pólen. Porém, nos últimos anos, em decorrência do crescimento do uso de veneno na agricultura, vem se registrando o desaparecimento de milhares de colméias, especialmente nos países onde a aplicação de inseticidas e outras substâncias tóxicas têm sido maior, como nos Estados Unidos, alguns países europeus e o próprio Brasil.

Diante desse fenômeno, a EFSA, agência europeia que regula a comercialização de agrotóxicos, exigiu que fossem submetidos a exames três inseticidas da classe dos neonicotinoides produzidos pela Bayer. A entidade reguladora alega que estaria na aplicação desse inseticida uma das possíveis causas pelo desaparecimento das abelhas. Como tentativa de resolver o problema, países como Itália, França, Alemanha e Eslovênia proibiram o comércio dessa substância na agricultura. Além de a contaminação se dar sob a forma indireta, ou seja, mediante pulverização, outro processo que já está se tornando corriqueiro é a comercialização de sementes com veneno, que, ao germinarem, introduzirão no DNA das plantas partículas tóxicas que se acumularão no pólen das plantas.

O problema da fiscalização acerca do comércio dos agrotóxicos no Brasil é imenso, situação essa constatada quando da análise feita em alimentos, onde

foi verificada a presença de partículas do agrotóxico "Metamidofós". O estranho é que tal produto foi proibido na China junto com outros cinco produtos em 2007. A Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) confirmou que, depois da sua proibição, houve aumento de importação do mesmo em 2008, e os gastos para sua aquisição superaram os 15 milhões de dólares.

Outro ingrediente ativo para vários inseticidas, herbicidas e acaricidas, o "Endossulfam", considerado muito perigoso, o governo brasileiro proibiu sua importação a partir de 2011. No entanto, mesmo proibido, sua fabricação continuou até 2012, e, mesmo após essa data, a comercialização foi mantida, cujo prazo expirará em 31 de julho de 2013. Portanto, tal ingrediente continua fazendo parte dos agrotóxicos utilizados na agricultura brasileira. O que assusta em relação ao Endossulfam é que partículas desse ingrediente, em contato com o organismo humano, alteram o sistema imunológico, provocando doenças degenerativas como o câncer e lesões no fígado, rins e testículos, reduzindo a fertilidade. Com relação ao Endossulfam, em Petrolina e Juazeiro, municípios do estado de Pernambuco, cuja economia está baseada na fruticultura de irrigação, duas marcas de agrotóxicos que têm como base ativa o Endossulfam estavam entre as mais vendidas.

Como não bastasse o envenenamento da população pelas empresas que controlam o comércio de agrotóxicos, essas mesmas multinacionais jogam toda responsabilidade pela coleta e reciclagem das embalagens para o município ou para os próprios agricultores, que são forçados a promoverem campanhas de tripla lavagem dos equipamentos e das embalagens dos agrotóxicos. No manuseio dos equipamentos e dos frascos, o agricultor corre novamente o risco de sofrer nova contaminação, como também a contaminação dos mananciais.

A região Centro Oeste do Brasil, onde estão concentradas as nascentes dos principais rios que alimentam o Amazonas e a Bacia do Rio da Prata, sofre com o processo de contaminação proveniente da expansão da fronteira agrícola. Dentre as dezenas de substâncias tóxicas aplicadas na agricultura de milho, algodão, cana-de-açúcar, o DDT faz parte do pacote, produto esse banido no Brasil desde 1985.

*Jairo Cezar é professor de História da Escola de Educação Básica de Araranguá/SC - E-mail: [jairocesa\(0\)yahoo.com.br](mailto:jairocesa(0)yahoo.com.br)>jairocesa(0)yahoo.com.br
<http://www.patrialatina.com.br/editorias.php?idprog=d41d8cd98f00b204e9800998ecf8427e&cod=11570>

29/05/2013

Paraná recolhe 1,2 mil t de agrotóxicos proibidos.

Dois mil agricultores aderiram ao programa criado pelo governo paranaense

Mais de 1,2 mil toneladas de agrotóxicos proibidos no país desde a década de 1980 foram recolhidos no Paraná. A principal substância devolvida pelos agricultores do estado foi o BHC ou hexaclorobenzeno.

Os defensivos fazem parte da lista dos 21 Poluentes Orgânicos Persistentes, conhecidos como POPs na lista da Convenção de Estocolmo. Pelo tratado ratificado por diversos países em 2004, diversas substâncias devem ser extintas por causar grandes males à saúde humana e ao meio ambiente.

No Paraná, pelo menos 2 mil agricultores aderiram ao programa criado pelo governo, por fabricantes de agrotóxicos e por representações do setor produtivo, como o Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), a Organização das Cooperativas do Estado do Paraná (Ocepar) e a Federação da Agricultura do Estado do Paraná (Sistema Faep).

O uso intenso desses defensivos no estado ocorreu até o fim dos anos 1970, quando o Paraná era apontado como um dos principais produtores de café do país e os defensivos eram usados para evitar pragas resistentes nessas plantações. Com a geada que afetou as lavouras em 1975, queimando milhões de pés de café, os produtos excedentes ficaram guardados nos imóveis.

“O estado tinha um problema com produtos obsoletos. Esses defensivos foram banidos em 1985, mas ainda tinham registros no estado e estavam escondidos nas propriedades. Se o agricultor declarasse a posse, teria que se responsabilizar pela disposição final do produto, que é cara e pouco conhecida. Sem solução, ele deixava aquilo na propriedade”, contou João Rando, diretor-presidente do Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias (inpEV), que representa a indústria fabricante do produto e o sistema de logística reversa de embalagens do produto, conhecido como Sistema Campo Limpo.

A tentativa de recolher os defensivos começou em 2009, quando os agricultores que tinham essas substâncias estocadas começaram a declarar a posse do material com a garantia de isenção de qualquer penalidade, já que as substâncias não poderiam ter sido guardadas. Mais de 2 mil agricultores e instituições declararam a existência de mais de 600 toneladas do produto inicialmente.

“A partir daí, estabelecemos a logística para que o agricultor pudesse devolver o produto, com as cooperativas, a Federação de Trabalhadores e as secretarias de governo [Meio Ambiente e Agricultura]. Criamos armazéns temporários para recolher tudo que, depois, foram desmontados. Todo o produto foi incinerado em condições adequadas”, disse Rando, lembrando que o programa durou nove anos, desde os primeiros debates sobre a situação no Paraná, iniciados em 2004.

A quantidade de defensivos entregue no ano passado superou as expectativas iniciais do grupo e a nova estimativa passou a ser a retirada de mais de 1,2 mil toneladas do campo, que foi concluída neste mês. O projeto tirou do meio ambiente esse volume de produto que colocava em risco a questão ambiental e a saúde”, completou.

Especialistas explicam que os medicamentos e os agrotóxicos como o BHC estão entre os mais persistentes no ambiente, podendo ser absorvidos por animais em toda a cadeia alimentar e alcançar os seres humanos, provocando doenças nervosas, imunológicas, reprodutivas e câncer.

Segundo Rando, o estado de São Paulo está desenvolvendo um programa nos mesmos moldes do projeto paranaense. Mesmo ocupando uma área maior, o uso de defensivos pelos agricultores paulistas não deve superar a marca do Paraná.

“Esse trabalho passa a servir como modelo. O projeto de São Paulo já tem quase dois anos e, como os POPs, não são um problema exclusivo do Brasil, esse programa pode ajudar até outros países que têm que eliminar essas substâncias”, concluiu.

Fonte: <http://jornale.com.br/index.php/parana/item/2412-pr-recolhe-12-mil-toneladas-de-agrot%C3%B3xicos-proibidos>

30/05/2013 - 08h42

Municípios expõem dificuldades no combate aos agrotóxicos

55 municípios participaram do Seminário em Saúde de Populações Expostas aos Agrotóxico

55 municípios participaram do Seminário em Saúde de Populações Expostas aos Agrotóxico

Os representantes dos 55 municípios prioritários que participaram do Seminário Estadual em Saúde de Populações Expostas aos Agrotóxicos, realizado pela Secretaria de Estado da Saúde (Sesapi) nessa terça (28) e quarta-feira (29) em Teresina, pontuaram, dentre outros assuntos, as dificuldades encontradas na hora do combate à comercialização e ao manejo de agrotóxico no interior do Piauí. O evento contou com a participação de técnicos do Ministério da Saúde. A ideia inicial foi implantar um Plano Estadual para ser executado pelas cidades que mais sofrem com essa problemática.

A veterinária do município de Lagoa do Sítio, Vera Gabriel, salientou a importância de se manter as comunidades mais carentes informadas sobre os perigos dos agrotóxicos. “A maioria da população do nosso município ainda não tem noção do perigo e, muitas vezes, usa recipientes que contêm algum tipo de substância para armazenar alimentos e isso deve ser combatido com mais rigor”, relata.

O Seminário traçou as atividades que serão implantadas pela Sesapi através do Plano Estadual. A meta é melhorar o conhecimento do risco que os trabalhadores rurais e a população em geral estão sujeitos ao entrarem em contato com esse tipo de produto.

“O excesso de exposição ao agrotóxico implica em risco à saúde humana por comprometer o ecossistema, a água consumida pela população, o solo e o ar, podendo originar vários tipos de doenças agudas e/ou crônicas na população, que podem evoluir para óbito. Por isso, queremos executar essas propostas definidas, junto com nossos parceiros, a fim de melhorar a qualidade de vida dos nossos trabalhadores rurais e da população em geral”, disse Inácio Lima, coordenador estadual de Vigilância Ambiental em Saúde.

Fonte: <http://www.saude.pi.gov.br/noticias/2013-05-30/5214/municipios-expoem-dificuldades-no-combate-aos-agrotoxicos.html>

31 de maio de 2013

Mais de 40 toneladas de agrotóxicos foram apreendidas na Bahia



Produto era usado para conter a praga de lagartas que ataca as lavouras de soja e algodão

Foto: internet

A Justiça determinou a apreensão de 44 toneladas de agrotóxicos a base de benzoato de emamectina, utilizado para combater a lagarta helicoverpa armigera, que vem devastando lavouras de algodão e soja no interior da Bahia. Os produtos estavam no município de Luís Eduardo Magalhães, no oeste do Estado.

O mandado de busca e apreensão foi expedido pela 1ª Vara da Fazenda Pública de Barreiras, a 905 km de Salvador, atendendo a uma solicitação do Ministério Público da Bahia (MP-BA), por meio de uma ação civil pública. A decisão judicial determinou a não aplicação, em território baiano, de agrotóxicos que contenham o benzoato de emamectina, substância de alta toxicidade e de uso proibido no Brasil pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

A importação do produto foi solicitada pela Secretaria Estadual de Agricultura da Bahia (Seagri). Mas, pareceres técnicos da Secretaria Estadual de Saúde (Sesab) e do Instituto de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Inema) recomendaram a não utilização do produto, considerando os riscos à saúde da população e ao meio ambiente.

Um parecer técnico emitido pela Anvisa também considerou o produto altamente neurotóxico e, por isso, contrariou a utilização em todo o território nacional, devido aos grandes riscos para a saúde humana. Entretanto, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), por meio da Portaria nº 42 declarou a situação como "emergência fitossanitária" e, mesmo com a manifestação contrária do Comitê Técnico de Assessoramento para Agrotóxicos e do Ibama, autorizou a importação do produto para controle da praga de lagartas.

"Diante de diversos documentos técnicos contrários ao uso da substância benzoato de emamectina e da intenção da Seagri permitir a aplicação do produto, não restou ao Ministério Público alternativa senão buscar a via judicial para impedir que a população e o meio ambiente fossem submetidos a tão grave risco", explicou o promotor Eduardo Bittencourt, titular da Promotoria Regional Especializada em Meio Ambiente de Barreiras.

A ação também foi assina pelos promotores de Justiça Luciana Khoury, coordenadora do Núcleo de Defesa do Rio São Francisco (Nusf), e André Bandeira, titular da 1ª Promotoria de Justiça de Luís Eduardo Magalhães. Segundo os promotores, a ação considera os possíveis impactos socioeconômicos, sem deixar lado o controle da emergência fitossanitária na região por uma via que resguardasse, acima de tudo, a saúde pública e o meio ambiente.

A decisão da Justiça ainda garante a suspensão de todas as autorizações de aplicação da substância, além de proibir o governo do Estado e a Agência de Defesa Agropecuária da Bahia (Adab) estão proibidos de expedir novas autorizações. Os promotores argumentaram que há alternativas técnicas para controle da praga das lagartas identificadas nas lavouras da região apontadas pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

"Não há sequer certeza científica da eficiência do benzoato de emamectina para controle da helicoverpa armigera em território brasileiro, uma vez que não foi testada no país a eficiência agronômica do produto", afirma o texto da ação. O Fórum Estadual de Combate aos Efeitos dos Agrotóxicos, colegiado integrado por diversas instituições, também repudiou veementemente a utilização do benzoato de emamectina na Bahia e alertou para a responsabilidades legais dos envolvidos.

Fonte: <http://ne10.uol.com.br/canal/cotidiano/nordeste/noticia/2013/05/31/mais-de-40-toneladas-de-agrotoxicos-foram-apreendidas-na-bahia-422727.php>

02/06/2013 - 12h23

Seminário apresentará plano de ação contra excesso de agrotóxicos no Piauí

Será nesta terça e quarta-feira (29), no Diferencial Buffet, em Teresina

De acordo com a revista Radis, editada pela Fiocruz, o Brasil é o país que mais consome agrotóxico no mundo. Com base nesse diagnóstico, o Ministério da Saúde elaborou um documento intitulado “Modelo de Vigilância em Saúde de População Expostas a Agrotóxico” e orientou que todos os estados da federação estruturassem seus modelos de vigilância em saúde, observando a realidade de cada estado.

No Piauí, um seminário realizado pela Secretaria de Estado da Saúde (SESAPI) nesta terça e quarta-feira (29), no Diferencial Buffet, marca a apresentação do plano Estadual de Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos.

“O excesso de exposição a agrotóxico implica em risco à saúde humana por comprometer o ecossistema, a água consumida pela população, o solo e ar, podendo originar vários tipos de doenças agudas e/ou crônicas na população, que podem evoluir para óbito”, afirma Inácio Lima, coordenador estadual de Vigilância Ambiental em Saúde.

O seminário contará com a participação de representantes de todos os municípios, bem como de técnicos do Ministério da Saúde, Adapi, Emater, Semar e Ministério Público.

“Diversas áreas da SESAPI têm-se debruçado desde janeiro do corrente ano sobre este importante problema de saúde pública, resultando na elaboração de um plano estadual contendo ações de vigilância em saúde a serem implementadas junto aos municípios do Piauí”, explica Inácio.

Segundo ele, a realização do seminário tem por objetivo dar conhecimento do mesmo às instituições federais, estaduais, municipais, controle social e a sociedade em geral. “Em apoio institucional, duas técnicas do Ministério da Saúde encontram-se em Teresina prestando assessoria técnica à comissão estadual constituída pela SESAPI para elaborar e conduzir as atividades do estadual, assim como para participar do seminário. É um momento importante para a troca de experiências, socializar o plano e estreitar entendimentos e parcerias frente ao trinômio: agronegócio, agrotóxicos e saúde pública”, finaliza o coordenador.

Fonte: <http://www.saude.pi.gov.br/noticias/2013-05-27/5203/seminario-apresentara-plano-de-acao-contr-excesso-de-agrotoxicos-no-piaui.html>

Publicada em 03/06/2013 - 13h29min

Encontro Nacional de Fiscalização sobre agrotóxico acontece dia 11

Nos dias 11 e 12, será realizado um seminário com palestras e mesas-redondas, aberto ao público

Encontro de Fiscalização e Seminário sobre Agrotóxicos (Enfisa) é o principal fórum de discussão sobre temas ligados à regulamentação de agrotóxicos no Brasil. Em sua 11ª edição, o Enfisa Etapa Nacional de 2013, acontecerá esse ano no estado de Rondônia, no município de Porto Velho, no período de 11 a 14 de junho, no auditório do Aquarius Selva Hotel, e contará com a presença do governador Confúcio Moura.

Nos dias 11 e 12, será realizado um seminário com palestras e mesas-redondas, aberto ao público, sobre temas ligados aos defensivos agrícolas. Já nos dias 13 e 14, será um encontro com discussões restritas aos gestores dos serviços oficiais de fiscalização de agrotóxicos, entidades de representação de produtores rurais e indústrias de insumos agrícolas e representantes dos Conselhos Regionais de Engenharia e Agronomia (Crea).

Para o presidente da Agência Idaron, Marcelo Henrique Borges, a Agência é referência nacional em quase todos os programas desenvolvidos. “Estamos com um bom relacionamento com Brasília, os nossos técnicos já ministraram curso para o estado do Amazonas e Acre, também recebemos uma comissão do Mercosul no ano passado, fruto do trabalho e dedicação dos servidores da Agência Idaron que tem intensificado a fiscalização e lutado pela defesa animal e vegetal em Rondônia”. O presidente da Agência Idaron, ressaltou ainda que o governador Confúcio determina que o trabalho da Agência deve ser focado na qualidade do que é produzido e na imagem da defesa sanitária como

diferencial dos nossos produtos em outros estados e países, finaliza o presidente.

A gerente de Defesa Vegetal da Idaron, Rachel Barbosa, explica que é uma honra e uma oportunidade de mostrar o trabalho desenvolvido no Estado de Rondônia. “A Agência Idaron tem inovado ao implantar a qualificação de aplicadores de agrotóxicos e o Sistema Unificado para Devolução de Embalagens (Sude). Estamos trabalhando para que o evento tenha grande qualidade técnica, com palestrantes notáveis do país”.

Os interessados a participar do Enfisa 2013 podem se inscrever no site; www.enfisa.com.br ou buscar informações na Gerência de Inspeção e Defesa Sanitária Vegetal (GIDSV), pelo telefone 3216-5222/5223.

Fonte: <http://www.rondoniadinamica.com/arquivo/encontro-nacional-de-fiscalizacao-sobre-agrotoxico-acontece-dia-11-,52011.shtml>

Publicado em 03/06/2013 19:29

Anvisa garante que não aprovará agrotóxico contra a helioverpa "sob pressão"

BRASÍLIA - Não se deixar levar por pressões do setor produtivo para aprovar novos agrotóxicos. Essa é a posição da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) frente às constantes reclamações de representantes de agricultores do país em relação à atuação da agência.

A principal demanda do setor hoje é por novos princípios ativos contra o fungo da ferrugem asiática. A Anvisa, criticada pela demora, informou que a análise "está sendo extremamente complexa" e que "não irá aprovar de maneira irresponsável nenhum agrotóxico".

Segundo a agência, estão sendo analisadas duas substâncias para combater a ferrugem da soja. Ambas foram consideradas cancerígenas para pelo menos uma espécie animal, demandando a análise de estudos que comprovem que este efeito não seria prejudicial ao homem. "Para esta análise, não existem protocolos de condução de estudo já aprovados e é necessário uma profunda avaliação que assegure que não estaremos aprovando um produto com esta preocupante característica, que é proibitiva de registro no Brasil", informou ao Valor a Anvisa.

Desde o ano passado, a falta de novas opções de defensivos no mercado tem respingado na agência. A Anvisa se defendeu das críticas de demora na análise dos ingredientes e disse que a demora acontece não só no Brasil, mas "também nos Estados Unidos e na União Europeia, ainda mais com substâncias cuja avaliação demonstra problemas graves e que necessitam de comprovação da não relevância do efeito ao ser humano".

O presidente da Associação dos Produtores de Soja (Aprosoja), Glauber Silveira, disse que o problema da ferrugem é sério, já que gera perdas de produtividade e eleva os custos com a aplicação de defensivos que estão perdendo a eficácia. "Mesmo que a Anvisa libere os produtos nos próximos dias, as empresas ainda irão demorar a começar a fabricar os produtos. O prejuízo está sendo grande e precisamos de resultados práticos rapidamente", disse.

Além de explicar os motivos, a Anvisa reiterou que não se deixará levar por pressões. "Os técnicos que estão analisando estes pleitos estão trabalhando exclusivamente nesta atividade, mas não serão pressionados a tomar decisões precoces", disse a agência, em nota.

Silveira também criticou a importação de soja de países vizinhos que usam defensivos proibidos no Brasil. "Esse é um ato irresponsável, porque o Brasil acaba em desvantagem quando comparado a países como o Uruguai, o Paraguai e a Argentina que tem esse tipo de produtos liberados", disse.

A agência se defendeu da soja importada e disse que as importações de produtos vindos do exterior “supostamente contaminados com agrotóxico não autorizado no Brasil, deve ser formalizada uma denúncia junto ao Ministério da Agricultura”. Segundo a Anvisa, o ministério é o órgão federal responsável por esse tipo de fiscalização.

Fonte: <http://www.valor.com.br/agro/3147900/anvisa-garante-que-nao-aprovara-agrotoxicos-por-pressao>

6/06/2013 08h45 - Atualizado em 16/06/2013 08h45

Praga destrói lavouras de soja, milho e algodão por todo o Brasil

Prejuízos são grandes e as estratégias de combate são poucas ainda. Em GO, pequenos sitiantes estão perdendo toda a produção.

Do Globo Rural

12 comentários



Uma lagarta que cresce rapidamente, multiplica-se com velocidade e se alimenta de maneira voraz.

No oeste da Bahia, em uma região de cerrado que engloba municípios como Barreiras, [São Desidério](#) e Luiz Eduardo Magalhães, as terras são de grandes planícies, com centenas de fazendas modernas, mecanizadas, que cultivam de tudo.

O algodão é um dos principais produtos. As lavouras se espalham por 147 propriedades e 260 mil hectares.

Todas as áreas já foram invadidas pela nova praga, caso da fazenda Santo Inácio, que fica no município de São Desidério. Uma propriedade típica do oeste baiano,

tocada por agricultores que vieram do Sul do Brasil. Marcelo Kappes e o pai, Lauri, cultivam 1,2 mil hectares de algodão e atravessam um momento de crise.

Marcelo mostra de perto o estrago nas lavouras da família. Segundo ele, as primeiras lagartas apareceram no ano passado, mas foi só este ano que o ataque se tornou mais crítico.

Marcelo conta que se alimentando do botão floral, a planta não desenvolve as flores e sem flores, não forma o algodão.

A lagarta também pode comer outras brotações do algodoeiro ou ainda perfurar o fruto em uma fase mais avançada. De uma forma ou de outra, o ataque reduz a produtividade das lavouras, às vezes, de maneira violenta.

O problema se repete em todo o oeste da Bahia, mas a intensidade dos ataques varia bastante de uma fazenda para outra. Nas contas da Associação Baiana dos Produtores de Algodão, a helicoverpa deve provocar, nesta safra, uma queda na produção de cerca de 15%.

Além de atacar o algodão, a lagarta também tem provocado estragos em outras culturas do oeste baiano, como milho, soja, feijão e sorgo. Segundo as associações de produtores, os prejuízos na região já passam de R\$ 1 bilhão.

Na Esalq, Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, que pertence a Universidade de São Paulo, trabalham alguns dos principais pesquisadores do Brasil no ramo do controle de pragas.

Celso Omoto é entomologista, especialista em insetos, e explica que o gênero helicoverpa é tido como extremamente prejudicial a nossa agricultura. "A helicoverpa armígera foi identificada recentemente no Brasil e esse relato foi comprovado pelos pesquisadores da Embrapa e da Universidade Federal de Goiás", diz.

Um dos comportamentos que fazem da lagarta uma praga tão perigosa é justamente a capacidade de se alimentar de tudo o que é tipo de lavoura.

Técnicos e autoridades não sabem ao certo quando a praga entrou no Brasil, muito menos como e porque isso ocorreu. A helicoverpa armígera pode ter vindo com mudas ou plantas importadas, pode ter migrado naturalmente e há quem acredite em uma ação criminosa contra a agricultura brasileira.

O certo é que já há registros da lagarta em estados como Bahia, Minas Gerais, Goiás, Distrito Federal, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, São Paulo, Piauí e Maranhão, Tocantins, Paraná e Rio Grande do Sul. Em alguns lugares, a espécie já foi identificada por cientistas, em outros ainda falta a confirmação oficial.

Fonte: <http://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2013/06/praga-destrói-lavouras-de-soja-milho-e-algodao-por-todo-o-brasil.html>

14/06/2013 - 14:45

Veneno utilizado no dendê preocupa comunidades no Pará
Moradores da região nordeste do Estado, onde o plantio disparou, reclamam de problemas de saúde e da perda de pequenas criações de aves

os últimos cinco anos, os dendezais tomaram conta da paisagem do nordeste paraense, apontado pelo Zoneamento Agroecológico da cultura como a região mais propícia ao seu desenvolvimento. Apoiada financeira e politicamente pelos governos estadual e federal, o dendê (ou palma), uma espécie exótica à Amazônia, ocupa, de acordo com o governo paraense, cerca de 166 mil hectares no Estado – um aumento de quase 100% em relação à área ocupada em 2008. Junto com a proliferação de grandes monocultivos de dendê, o solo da região nordeste do Estado passou a receber quantidades cada vez maiores de agrotóxicos e outros venenos, indispensáveis, segundo as normas agrônomicas adotadas pelo setor, ao bom desenvolvimento e à produtividade da palmeira. O problema é um dos temas do relatório “Expansão do dendê na Amazônia brasileira: uma análise dos impactos sobre a agricultura familiar no nordeste do Pará”, produzido pelo Centro de Monitoramento de Agrocombustíveis da Repórter Brasil divulgado na última quarta-feira, 12 de junho.



Igarapés, como o Curuperê, na comunidade quilombola de mesmo nome, podem estar sofrendo contaminação fotos: Verena Glass

Não faltam relatos de indícios de contaminação entre os ribeirinhos. Na comunidade Murutinga, localizada à margem da rodovia PA-252 no município de Abaetetuba, moradores afirmam que mulheres que lavam roupa no igarapé

de mesmo nome e que tangencia as plantações de dendê, têm se queixado frequentemente de coceiras e erupções na pele. “Já não dá mais pra usar a água do Murutinga, tá tudo envenenado”, afirma seu Sebastião, dono de um restaurante na beira da estrada.

O problema se estende também aos moradores de comunidades vizinhas aos plantios, muitos dos quais estão vendendo suas áreas. Em Concórdia do Pará, o agricultor Antônio Ribeiro possui um pequeno lote na comunidade Castanhalzinho (próxima à comunidade quilombola Curuperé), localizado diretamente na fronteira de um grande plantio de dendê da empresa Biopalma Vale. Segundo Antônio Ribeiro, nos dias de aplicação de veneno no dendê a família tem sofrido com fortes dores de cabeça (“ontem mesmo passei 24 horas no hospital por conta da dor”), e não é possível manter nenhuma criação de aves, como galinhas e patos. “Eu até tentei, mas aí elas ficam doentes, começa a melar o bico, e elas morrem. Não sei dizer se é por causa do veneno, mas acredito que sim”, diz o agricultor. O principal problema da família, no entanto, é que a única fonte de água para consumo, um poço artesiano, está localizado a menos de 50 metros do dendezal.

O igarapé Curuperé, que passa no interior da área de dendê em questão, é um dos principais cursos d’água que alimentam a comunidade quilombola de Curuperé. Segundo José Francisco Maciel, dirigente da Associação de Remanescentes de Quilombos de Nova Esperança de Concórdia (Arquinec), a população local está apreensiva sobre a possibilidade de contaminação com agrotóxicos, principalmente sobre as crianças. “O igarapé é um dos principais locais de lazer da comunidade, há muito medo do que possa acontecer se suas águas estiverem sendo envenenadas”, explica Maciel.



Antonio Ribeiro tira água de poço localizado a menos de 50 m de dendezal

Volume

De acordo com o técnico da Secretaria de Agricultura do Pará (Sagri), Arnaldo Martins, a média de aplicação de herbicida em um hectare de dendê é de 2 litros por ano, sendo feitas duas aplicações anuais. Tomando como base a estimativa da própria Sagri (166 mil hectares de dendezais), pode-se projetar

que são ou serão aplicados todos os anos cerca de 332 mil litros/ano de herbicida na cultura, a depender de sua fase de desenvolvimento.

A isto, pode-se adicionar, na mesma lógica, outros venenos listados na tabela-referência de insumos para a dendeicultura na agricultura familiar, elaborada pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). De acordo com o órgão, o dendê exige a aplicação de raticida em volume de 20kg em 10 ha, o que significa 33,2 toneladas/ano nos 166 mil ha de dendezaís do nordeste paraense. A aplicação de inseticida (10 litros em 10 ha) totaliza 166 mil litros/ano; formicida isca (10 kg/10 ha), 166 toneladas/ano; e inseticida armadilha (12 cápsulas/10 ha), 19.920 cápsulas/ano.

Estes cálculos obviamente são imprecisos em função da peculiaridade de cada área produtiva e da idade dos dendezaís. Além disso, as indicações da Embrapa se baseiam em unidades familiares, e estima-se que o uso de venenos nos grandes plantios seja bem maior. Fato é que a aplicação de agrotóxicos em áreas anteriormente pouco atingidas por estes produtos, com alta ocorrência de cursos d'água e altos índices de pluviosidade, pode estar se tornando um risco para comunidades na região, apontam agricultores, ribeirinhos e quilombolas.

Fonte: <http://reporterbrasil.org.br/2013/06/veneno-utilizado-no-dende-preocupa-comunidades-no-para/>

16.06.2013 | 12h24

Praga destrói lavouras de soja, milho e algodão por todo o Brasil

Prejuízos são grandes e as estratégias de combate são poucas ainda

PORTAL G1

Uma lagarta que cresce rapidamente, multiplica-se com velocidade e se alimenta de maneira voraz. No oeste da Bahia, em uma região de cerrado que engloba municípios como Barreiras, São Desidério e Luiz Eduardo Magalhães, as terras são de grandes planícies, com centenas de fazendas modernas, mecanizadas, que cultivam de tudo. O algodão é um dos principais produtos. As lavouras se espalham por 147 propriedades e 260 mil hectares. Todas as áreas já foram invadidas pela nova praga, caso da fazenda Santo Inácio, que fica no município de São Desidério. Uma propriedade típica do oeste baiano, tocada por agricultores que vieram do Sul do Brasil. Marcelo Kappes e o pai, Lauri, cultivam 1,2 mil hectares de algodão e atravessam um momento de crise.

Marcelo mostra de perto o estrago nas lavouras da família. Segundo ele, as primeiras lagartas apareceram no ano passado, mas foi só este ano que o



ataque se tornou mais crítico. Marcelo conta que se alimentando do botão floral, a planta não desenvolve as flores e sem flores, não forma o algodão. A lagarta também pode comer outras brotações do algodoeiro ou ainda perfurar o fruto em uma fase mais

avanzada. De uma forma ou de outra, o ataque reduz a produtividade das lavouras, às vezes, de maneira violenta. O problema se repete em todo o oeste da Bahia, mas a intensidade dos ataques varia bastante de uma fazenda para outra. Nas contas da Associação Baiana dos Produtores de Algodão, a helicoverpa deve provocar, nesta safra, uma queda na produção de cerca de 15%. **PREJUÍZO BILIONÁRIO** Além de atacar o algodão, a lagarta também tem provocado estragos em outras culturas do oeste baiano, como milho, soja, feijão e sorgo. Segundo as associações de produtores, os prejuízos na região já passam de R\$ 1 bilhão. Na Esalq, Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, que pertence a Universidade de São Paulo, trabalham alguns dos principais pesquisadores do Brasil no ramo do controle de pragas.

Celso Omoto é entomologista, especialista em insetos, e explica que o gênero helicoverpa é tido como

extremamente prejudicial a nossa agricultura. "A helicoverpa armígera foi identificada recentemente no Brasil e esse relato foi comprovado pelos pesquisadores da Embrapa e da Universidade Federal de Goiás", diz. Um dos comportamentos que fazem da lagarta uma praga tão perigosa é justamente a capacidade de se alimentar de tudo o que é tipo de lavoura. **OCORRÊNCIA** Técnicos e autoridades não sabem ao certo quando a praga entrou no Brasil, muito menos como e porque isso ocorreu. A helicoverpa armígera pode ter vindo com mudas ou plantas importadas, pode ter migrado naturalmente e há quem acredite em uma ação criminosa contra a agricultura brasileira. O certo é que já há registros da lagarta em estados como Bahia, Minas Gerais, Goiás, Distrito Federal, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, São Paulo, Piauí e Maranhão, Tocantins, Paraná e Rio Grande do Sul. Em alguns lugares, a espécie já foi identificada por cientistas, em outros ainda falta a confirmação oficial.

Fonte: <http://www.jornalodiario.com.br/TNX/conteudo.php?cid=28175&sid=182>

17 de junho de 2013

DEMANDAM AOS GOVERNOS LIMITAR O USO DE PESTICIDA ENCONTRADO EM HUMANOS

WASHINGTON / BRUXELAS (BÉLGICA) Internacional demandou hoje aos governos do mundo a que limitem o uso do pesticida glifosato, depois que resultados de análises de laboratório publicados na semana passada demonstraram a presença de restos do pesticida em pessoas de 18 países europeus. [1]

As análises sem precedentes, que realizou Amigos da Terra Europa, revelaram que 44% das amostras de 182 voluntários de 18 países europeus continham restos do pesticida [2].

O glifosato é um dos pesticidas mais utilizados no mundo por agricultores, governos locais e jardineiros, e se aplica de forma extensiva nos cultivos geneticamente modificados (GM).

Nos Estados Unidos e na América Latina, os agricultores estão utilizando cada vez maior quantidade de pesticidas (entre eles o glifosato), em grande medida devido a adoção em grande escala de cultivos geneticamente modificados [3].

A empresa de biotecnologia estadunidense Monsanto, a maior produtora de glifosato no mundo, vende o produto com o nome de "Roundup".

Lisa Archer, diretora do programa Alimentos e Tecnologia de Amigos da Terra Estados Unidos, declarou:

"Descobrir restos de glifosato e, pessoas na Europa nos coloca varias perguntas graves: Como chegou lá? Por que os governos não estão analisando sua presença em humanos? Também pode encontrar-se em cidadãos americanos? A diferença de Europa, os Estados Unidos planta grandes quantidades de cultivos resistentes ao glifosato, o que tem provocado uma utilização massiva de pesticidas e as denominadas 'superpragas'. Algumas delas já estão fora de controle. A recente descoberta de trigo geneticamente modificado (não autorizado) da Monsanto em plantações nos Estados Unidos soou o alarme e confirma a necessidade de impor controles mais estritos aos agronegócios".

Em maio de 2013, um tipo de trigo geneticamente modificado resistente ao glifosato foi encontrado em uma granja em Oregon, Estados Unidos. O trigo foi desenvolvido pela Monsanto, que o submeteu a análises entre 1998 e 2005, mas nunca foi aprovado nem comercializado. Desde então os sócios comerciais dos Estados Unidos tem imposto restrições ou tem submetido a análises o trigo importado de Estados Unidos [4].

Adrian Bebb, porta-voz de Amigos da Terra Europa, afirmou:

“O agronegócio que promove os cultivos geneticamente modificados e os pesticidas quer fazer de conta que tem a situação sob controle, mas a descoberta de restos deste pesticida na urina de pessoas sugere que estamos sendo expostos ao glifosato em nossas vidas cotidianas e, assim mesmo, não sabemos de onde vem, que tão ampla é sua presença no meio ambiente, nem como está afetando nossa saúde”.

“Os governos de todo o mundo devem limitar o uso de glifosato, aumentar as investigações e garantir que se coloquem os interesses das pessoas e do meio ambiente frente aos de algumas poucas empresas”, acrescentou.

Segundo cifras de 2010, 70% de todo o milho plantado nos Estados Unidos foi modificado geneticamente para resistir ao pesticida, igual que 78% do algodão e 93% da soja [5].

Na Europa tem havido oposição generalizada aos cultivos transgênicos. Se bem somente um cultivo geneticamente modificado tem sido cultivado para fins comerciais, há 14 solicitações para a plantação de cultivos resistentes ao glifosato que a União Europeia está considerando.

Na Argentina se utilizam 200 milhões de litros de pesticidas a base de glifosato ao ano, somente em plantações de soja[6]. O Brasil é o maior consumidor de pesticidas do mundo desde 2009, quando o volume de herbicidas vendidos no país foi de 430 milhões de litros, sendo 280 milhões de litros apenas de glifosato.

Fonte: <http://amigosdaterrabrasil.wordpress.com/2013/06/18/demandam-aos-governos-limitar-o-uso-de-pesticida-encontrado-em-humanos/>

29% dos alimentos contém agrotóxicos além do permitido

por Leonardo Gottems

Nada menos que 29% dos alimentos 'in natura' consumidos pela população contém agrotóxicos acima do limite permitido por lei. A revelação consta em um estudo realizado pela Embrapa Meio Ambiente chamado "Análise das violações encontradas em alimentos nos programas nacionais de monitoramento de agrotóxicos"

"Em todos os anos de monitoramento é possível observar um número significativo de amostras classificadas como insatisfatórias, que englobam presença de agrotóxicos em níveis acima do Limite Máximo de Resíduos (LMR), com presença de agrotóxicos não autorizados para a cultura (NA) e [ambos juntos]", denuncia o estudo, assinado por engenheiros agrônomos e químicos.

Os resultados do Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos (PARA) 2009 mostraram um percentual alarmante de amostras com violações. Do total de 3.130 analisadas, 907 (29%) foram consideradas insatisfatórias pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). A maioria (23,8% do total) é referente ao uso não autorizado de agrotóxicos na cultura analisada.

De acordo com o estudo, o percentual de violações variou de forma expressiva entre as culturas. As que apresentaram os maiores percentuais foram: pimentão, uva, pepino e morango. Os menores índices ficaram com banana, batata, feijão e maçã.

Para a Embrapa, os resultados "são recorrentes e não podem ser atribuídos a fatores casuais". "O percentual de amostras insatisfatórias na cultura do morango, por exemplo, manteve-se acima de 35% desde 2002. As culturas de pimentão e uva, incluídas no programa em 2008, também apresentaram percentual de violações bastante elevado, correspondendo a 64,36% e 32,67% de amostras insatisfatórias", afirma o estudo.

Os resultados indicaram que uma parte dos agrotóxicos não está sendo utilizada de acordo com as informações que constam no rótulo e bula destes produtos. São desconsideradas orientações sobre a dose recomendada, o número de aplicações e o intervalo entre a última aplicação e a colheita, entre outras.

Outro fator que explica as violações é a falta de produtos adequados no mercado. Muitas empresas que desenvolvem ou formulam agrotóxicos optam por não comercializar substâncias para culturas com menor retorno financeiro. Com isto, os produtores utilizam agrotóxicos não autorizados, em razão da falta de produtos registrados.

A Embrapa denuncia ainda a presença de substâncias “banidas do Brasil, ou que nunca foram registradas”, como o heptenofos, clortiofos, PBO (piperonylbutoxide), dieldrina, azinfos-metílico, dodecacoloro, parationa-etílica e monocrotofos. A constatação destas substâncias indica que pode estar ocorrendo “contrabando do ingrediente ativo, com posterior processo de formulação dentro do país; contrabando do produto formulado, pronto para comercialização; venda ilegal de agrotóxicos banidos no Brasil; e utilização de estoques antigos de agrotóxicos banidos”.

“É fundamental o fortalecimento de canais de comunicação que possibilitem um maior esclarecimento dos produtores, seja por intermédio dos serviços de extensão rural, da indústria de agrotóxicos ou de órgãos de capacitação, como o SENAR. Além disso, a fiscalização deve ser exercida constantemente por parte dos órgãos competentes. Neste quesito, a rastreabilidade é também um importante fator que pode agir conjuntamente com a fiscalização”, conclui o estudo.

Entre os autores da pesquisa estão os engenheiros agrônomos Robson Rolland Monticelli Barizon (Doutor em Solos e Nutrição de Plantas), Claudio Aparecido Spadotto (PhD em Agronomia) e Manoel Dornelas de Souza (Doutor em Física de Solos). Também assinam a publicação as Ph. D. em Química Sonia Cláudia Nascimento de Queiroz e Vera Lúcia Ferracini.

Fonte:

<http://www.agrolink.com.br/noticias/NoticiaDetalhe.aspx?codNoticia=174781>

4/07/2013 - 15h27

Apicultores apontam agrotóxicos como culpados por mortes de abelhas

Aplicação de determinados tipos de defensivos agrícolas poderiam causar a morte dos insetos, responsáveis pela polinização de plantas utilizadas na alimentação. Tanto a falta de abelhas quanto a restrição ao uso de agrotóxicos pode causar perdas para a agricultura.

Zeca Ribeiro / Câmara dos Deputados



A morte de abelhas provocada pelo uso de agrotóxicos é estudada no Brasil há quatro anos.

Um desafio se impõe a produtores rurais e ambientalistas no País. Como utilizar agrotóxicos em determinadas culturas sem provocar a morte de abelhas responsáveis pela polinização de plantas utilizadas na alimentação? O problema vem sendo estudado no Brasil há pelo menos quatro anos e foi discutido nesta quinta-feira (4) em audiência pública promovida pela Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, a pedido do deputado Antônio Roberto (PV-MG).

Representantes dos apicultores e do Ministério do Meio Ambiente relataram casos de mortalidade e apontaram como maior culpado o uso de agrotóxicos neonicotinoides. Há suspeitas de que a substância cause a morte de abelhas ou provoque lesões como a perda de orientação no espaço ou de olfato.

“Abelhas saem e não voltam para as colmeias porque perdem a orientação. Ou não encontram as flores a serem polinizadas porque não têm olfato”, explicou o presidente da Confederação Brasileira de Apicultura (CBA), José Cunha, representante de 350 mil apicultores. Segundo ele, não se conhece um número exato de mortes no Brasil, mas o fenômeno é mundial.

Zeca Ribeiro / Câmara dos Deputados



Márcio Freitas, do Ibama: não há controle sobre toda a aplicação aérea de agrotóxicos no País

Proibição

No ano passado, o Brasil, de forma semelhante a países da Europa, proibiu a pulverização aérea de agrotóxicos neonicotinoides que contenham os ingredientes ativos Imidacloprido, Tiametoxam, Clotianidina ou Fipronil. Por outro lado, na Câmara tramita um projeto de decreto legislativo (PDC 809/12) que prevê a suspensão da medida, prevista em decisão do Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

O PDC está pronto para análise da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural e recebeu parecer pela aprovação do deputado Duarte Nogueira (PSDB-SP). O deputado Antônio Roberto, no entanto, adiantou que, quando a proposta chegar à Comissão de Meio Ambiente, trabalhará por sua rejeição.

O argumento de Duarte Nogueira é de que o Ibama extrapolou suas atribuições legislativas e que a medida pode causar prejuízos ao País. O coordenador-geral de Avaliação e Controle de Substâncias Químicas do Ibama, Márcio Freitas, porém, rebateu dizendo que cabe ao Ibama regular agrotóxicos. Ele disse ainda que, em resposta às demandas dos produtores, o Ibama flexibilizou a regra, permitindo a pulverização dos agrotóxicos nas culturas de soja, cana, trigo e arroz fora da floração.

“Não temos nada contra a aplicação aérea, mas dizer que ela é segura é complicado. A gente sabe que não há controle sobre toda a aplicação aérea no País”, disse Márcio Freitas. Na avaliação do coordenador, faltam regulações claras, o que teria levado, em maio deste ano, em Rio Verde (GO), um avião a pulverizar em cima de uma escola, intoxicando 42 crianças.

Fonte: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/MEIO-AMBIENTE/446839-APICULTORES-APONTAM-AGROTOXICOS-COMO-CULPADOS-POR-MORTES-DE-ABELHAS.html>

04/07/2013 - 15h26

A cultura de grãos depende de agrotóxicos, diz Embrapa

Zeca Ribeiro / Câmara dos Deputados



Cattelan: não é apenas o uso de pesticidas que leva ao enfraquecimento das abelhas.

Na audiência sobre o uso de agrotóxicos e a mortalidade de abelhas realizada nesta quinta-feira (4), o chefe-geral do Centro Nacional de Pesquisa de Soja da Embrapa, Alexandre José Cattelan, ressaltou que não há como prescindir do uso de agrotóxicos na cultura do grão. “O percevejo é uma das principais pragas que atacam a cultura de soja e 27% do controle no Brasil é por aplicação aérea. O não controle do percevejo implica em uma redução média de 20% na produtividade”, observou Cattelan.

Ele lembrou que uma conjunção de fatores leva ao enfraquecimento das abelhas e do seu sistema imunológico, não apenas o uso de pesticidas. O argumento foi reforçado pela diretora-executiva do Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Agrícola (Sindag), Silvia de Toledo Fagnani Ligabó.

Ela disse que não se devem comparar as abelhas brasileiras às da Europa ou dos Estados Unidos, onde a mortalidade é alta, pois as espécies estariam sujeitas a diferentes fatores, como clima, alimentação e vulnerabilidade a ácaros e fungos. “A abelha brasileira, africanizada (híbrida), é mais resistente que a europeia, que é pura”, declarou.

Ela também ressaltou a importância dos agrotóxicos para a agricultura brasileira. “O Brasil produz hoje 166 milhões de toneladas de grãos em 55 milhões de hectares. Se os índices de produtividade fossem os mesmos de 1972, seriam necessários 155 milhões de hectares”, comparou.

Silvia reconheceu, no entanto, a importância dos polinizadores, cuja falta pode gerar perdas de 10% na agricultura. Segundo ela, a indústria de defensivos tem trabalhado em alternativas de manejo para mitigar o risco e atualizado materiais educativos destinados a apicultores e agricultores.

Alternativas

Apesar de reconhecer que a culpa pela mortalidade de abelhas não é do agricultor, o secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente, Roberto Brandão Cavalcanti, recomendou eliminação dos produtos mais tóxicos já proibidos por outros países, o desenvolvimento de tecnologias de aplicação e o investimento na pesquisa de técnicas alternativas.

Em todo o mundo, 87,5% das espécies de plantas com flores conhecidas dependem de polinizadores, entre insetos, pássaros e mamíferos. Entre as culturas para alimentação humana, 75% delas dependem desses animais para produzir frutos e sementes, como caju, pimentão, morango, tomate e girassol. O trabalho dos polinizadores é avaliado em 153 bilhões de euros (R\$ 425 bilhões) por ano.

Proteção

O deputado Antônio Roberto (PV-MG) lembrou que está pronto para análise do Plenário o Projeto de Lei 1634/07, que prevê proteção especial às abelhas polinizadoras. A proposta obriga os apicultores a fornecer informações para um banco de dados sobre a dinâmica populacional dessas abelhas, que, por meio da polinização, garantem a reprodução de várias plantas. Roberto foi relator da proposta na Comissão de Meio Ambiente.

O colegiado aprovou ainda na quarta-feira (3) proposta que obriga empresas de aviação agrícola a enviar aos órgãos responsáveis pela agricultura e pela proteção do meio ambiente da União e dos estados e do Distrito Federal, cópias das receitas agronômicas utilizadas na compra e na aplicação de **agrotóxicos. A medida está prevista no Projeto de Lei 3615/12.**

Fonte: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/MEIO-AMBIENTE/446842-A-CULTURA-DE-GRAOS-DEPEND-DE-AGROTOXICOS,-DIZ-EMBRAPA.html>

05/07/2013 | 20h16
DEFESA AO CONSUMIDOR

Comissão aprova informação sobre agrotóxico em rótulo de alimentos

Fabricantes também devem comunicar a existência componentes de origem animal nos produtos, medida que irá agradar os vegetarianos Comissão de Defesa do Consumidor aprovou, nesta semana, o Projeto de Lei 6448/09, do deputado Sarney Filho (PV-MA), que obriga as indústrias de alimentos a incluírem nos rótulos informações sobre todos os tipos de agrotóxicos, medicamentos e substâncias similares empregados na fabricação dos produtos de origem vegetal e animal colocados à venda.

O relator na comissão, deputado Ricardo Izar (PSD-SP), ressaltou que os produtos alimentícios estão relacionados diretamente com a saúde, e o direito à informação é um dos direitos básicos do consumidor.

– Nada mais justo que o cliente seja informado sobre quais substâncias está consumindo juntamente com o produto que adquire – declarou.

O projeto havia sido rejeitado pela Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, sob a alegação de que seria economicamente inviável prestar as informações. Para Izar, no entanto, essas dificuldades precisam ser superadas.

O texto aprovado é um substitutivo do relator, que acatou o voto em separado do deputado Aureo (PRTB-RJ). Uma das emendas acrescentadas ao texto original inclui a necessidade de os fabricantes informarem ao cidadão a existência de algum componente de origem animal nos produtos.

– O motivo é para informar ao grande público vegetariano sobre a eventual existência de componentes de origem animal nos alimentos – explicou Izar.

Se os produtos forem vendidos a granel ou in natura diretamente ao consumidor, as informações deverão constar nos recipientes e nos documentos fiscais. Quanto aos produtos de origem animal, são obrigatórios dados sobre os medicamentos utilizados.

O projeto será analisado ainda pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ), antes de seguir para o plenário. Como duas comissões divergiram sobre o mérito, o texto perdeu o caráter conclusivo de sua tramitação.

Fonte: <http://agricultura.ruralbr.com.br/noticia/2013/07/comissao-aprova-informacao-sobre-agrotoxico-em-rotulo-de-alimentos-4191519.html>

6/07/2013 06h40 - Atualizado em 06/07/2013 12h20

Cada tipo de agrotóxico é indicado para uma espécie diferente de praga
Substâncias atuam sobre a estrutura e o funcionamento das células



Em geral, cada agrotóxico é voltado para um tipo diferente de praga (Foto: Thinkstock/Getty Images)

Insetos, fungos, bactérias, pequenos vermes. Existe uma infinidade de pragas que atacam as lavouras e elas são de diversos reinos biológicos, cada uma com uma bioquímica diferente. Por isso, existem diversos agrotóxicos no mercado, cada um voltado para uma espécie diferente. "Há alguns anos era comercializado um agrotóxico que matava todas as espécies. Mas seu efeito era tão nocivo à natureza e aos trabalhadores agrícolas que foi banido", comenta Luís Rangel, técnico do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Ele comenta que todas as substâncias que controlam praga são chamadas agrotóxicos, mas cada uma recebe uma classificação diferente de acordo com a praga que combate: "Se o alvo é erva daninha, ele se chama herbicida. Se é inseto, inseticida. Para fungos, temos o fungicida", conta.

Bioquímica diferente

O que determina o tipo de agrotóxico a ser utilizado na lavoura é a espécie da praga. Os chamados herbicidas são utilizados no combate a vegetais invasores, as chamadas ervas daninhas. Insetos e larvas são combatidos com os inseticidas. Quando o agrotóxico é utilizado no combate às formigas, ele é denominado formicida. Há ainda os acaricidas, usados para combater ácaros invasores das plantações. Rangel destaca que mesmo dentro dos reinos, o agrotóxico que atinge uma espécie pode não fazer tão mal a outras.

Essa grande variedade de agrotóxicos se dá pela diferença entre as fisiologias dos organismos. Átila Iamarino, microbiologista da Universidade de São Paulo (USP), explica que cada organismo tem células com estruturas e funcionamento diferentes. Muitos agrotóxicos agem nessas estruturas específicas, passando por

outras células de forma imperceptível. Há ainda as substâncias que agem no metabolismo celular. “Se um herbicida atua na fotossíntese, ele não vai afetar os organismos que não a realizam”, explica.

Apesar dessa especificidade, existem agrotóxicos que atingem diversas espécies, inclusive o ser humano. “É o chamado efeito *cross contamination* (contaminação cruzada, em tradução livre). No início dos anos 2000, surgiu um agrotóxico muito eficiente, mas que podia causar efeitos colaterais nos seres humanos”, comenta Rangel. Ele explica que o agrotóxico foi testado em laboratório com ratos, que tiveram sérios problemas de saúde após a exposição. Ele destaca que, para um agrotóxico ter seu uso liberado, a indústria deve desenvolver um antídoto ou um tratamento à exposição do agrotóxico.

Agrotóxicos menos tóxicos

Além da indicação para que tipo de organismo o agrotóxico é desenvolvido, existe uma outra classificação, que se refere ao risco que ele oferece ao ser humano e ao meio ambiente. A potência do agrotóxico é indicada por uma escala de cores.

Embalagens com indicação verde identificam substâncias pouco tóxicas. Para matar um ser humano, seria preciso ingerir de um copo a um litro do agrotóxico. Classificação azul indica substâncias medianamente tóxicas. É fatal para o ser humano em uma quantidade que varia de uma colher de sopa a um copo. Amarelo indica altamente tóxico. Mortal quando se ingere de uma colher de chá a uma colher de sopa. E o vermelho é extremamente tóxico. Capaz de matar em algumas gotas.

Rangel destaca que a ciência trabalha para desenvolver agrotóxicos cada vez menos nocivos ao ser humano e ao meio ambiente. “Sempre vamos adequando as regras para o uso dos agrotóxicos com menores efeitos colaterais. Atualmente, o técnico destaca duas substâncias com grande potencial. A primeira é um inseticida amplamente utilizado e que, apesar de ser alvo de críticas, segundo o especialista, não há com o que se preocupar. “Ele é muito interessante. Se degrada rápido, não deixa resíduos e se transforma em nitrogênio, substância que favorece o crescimento de plantas”, conta.

Outra substância cada vez mais comum nas lavouras é a diamina. Inseticida indicado para lagartas, muito eficiente e, ao mesmo tempo, praticamente inofensivo para os seres humanos. “A diamida é menos tóxica que o aspartame, usado para adoçar cafezinho”, comenta. Rangel ressalta, no entanto, que, apesar da eficiência, o uso prolongado da diamida pode criar uma resistência nas pragas. Por isso, é importante intercalar seu uso com o de agrotóxicos mais antigos. “É o chamado manejo integrado. O controle das pragas fica mais eficiente e o impacto à saúde e ao meio ambiente é muito menor”, destaca. Fungos e bactérias se aliam aos

químicos tradicionais para aumentar a eficiente e sustentabilidade no controle de pragas.

Para diminuir os casos de contaminação dos trabalhadores da agricultura, o Governo atua em duas frentes. A primeira é a fiscalização, que muitas vezes é falha, por conta da grande extensão ocupada pela agropecuária no Brasil. “A segunda estratégia é educativa, de mudança cultural”, comenta Rangel. O coordenador explica que são desenvolvidas atividades de conscientização junto a agricultores e empresas, sobre os perigos do mau uso dos agrotóxicos. “Estimulamos as empresas a desenvolverem programas de educação e treinamento”, conta Rangel. De acordo com ele, são desenvolvidas cartilhas e treinamento de funcionários.

Fonte: <http://redeglobo.globo.com/globociencia/noticia/2013/07/cada-tipo-de-agrotoxico-e-indicado-para-uma-especie-diferente-de-praga.html>

Atualizado: 6/07/13 - 21h15

Praga 'importada' se alastra por 12 estados e prejudica lavouras. Só na Bahia, perda foi de R\$ 1,5 bilhão. Transgênicos são suspeitos Perigosa. A mariposa "helioverpa armigera": uma nova versão de soja transgênica é resistente à praga devastadora

BRASÍLIA E RIO – O governo acionou a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) e demais órgãos de inteligência da esfera federal para investigar a origem de uma praga devastadora que colocou o país em uma inédita situação de alerta fitossanitário. A helioverpa armigera, que está fora de controle, é uma espécie de mariposa que foi trazida do exterior recentemente e já causou prejuízo de R\$ 1,5 bilhão apenas nesta safra de algodão no oeste da Bahia, onde foi vista pela primeira vez no país. A praga causa estragos também no cultivo de milho, soja, sorgo, feijão e tomate, e já afetou 12 estados brasileiros.

Sua entrada pode ter sido involuntária, mas relatórios feitos pela Abin e entregues ao Gabinete de Segurança Institucional (GSI) e à própria Presidência da República trabalham também com a hipótese de contaminação não acidental. O governo constatou ainda que, enquanto a disseminação traz danos enormes para a agricultura nacional, ao mesmo tempo beneficia empresas internacionais.

Monsanto refuta suspeitas

Suspeitas são levantadas contra empresas de transgênicos que já trabalhavam com genes resistentes à *helicoverpa armigera*, antes mesmo de o inseto ser visto no país. A Monsanto reconhece que já pesquisava no Brasil genes que colaboram para a supressão da praga, mas aponta que o pedido de registro dos ativos sequer considerava essa hipótese. Mesmo assim, a venda dessas sementes na próxima safra será "ínfima", segundo Luciano Fonseca, líder de gestão responsável de produto da Monsanto. Para ele, é uma "irresponsabilidade" levantar a hipótese de um ato voluntário, principalmente considerando-se o envolvimento da indústria de insumos.

Leonardo Bastos, diretor de Marketing da empresa, informou, porém, que 10% da produção brasileira de soja da próxima safra já serão com as sementes resistentes à praga.

- Empresa de insumo vive em função do sucesso do produtor, não do fracasso- disse Fonseca, lembrando que outras concorrentes já se mobilizam para fornecer genes resistentes à mariposa.

A praga já contaminou gigantescas áreas na Austrália, na Índia e na Europa. No Brasil, pelo menos a Bahia já declarou situação de emergência e Mato Grosso e Goiás estão para fazê-lo. As linhas de investigação passam pela comparação de marcadores no DNA da espécie vista no país com exemplares de outros cantos do mundo.

hipóteses incluem Sabotagem

É possível que o caminho exato da larva nunca seja descoberto ou que seja comprovadamente fortuito, mas o governo não descarta a possibilidade de sabotagem, uma vez que o Brasil vem se consolidando como protagonista agrícola no mundo. A hipótese de bioterrorismo já foi considerada pelo menos por Eduardo Salles, secretário de agricultura da Bahia. A vassoura-de-bruxa, fungo que reduziu a partir de 1989 de maneira permanente a competitividade do cacau brasileiro, é outra praga que chegou ao Brasil em condições até hoje suspeitas.

Os transgênicos podem ser parte do problema e parte da solução para o extermínio da *helicoverpa armigera*. O Ministério da agricultura tem três vertentes para o controle da lagarta: o aumento da quantidade de sementes transgênicas protegidas; pesquisas da Embrapa para entender melhor o inseto; e estudos de produtos que possam combatê-lo sem prejudicar a saúde humana. A multiplicação pelo país da mariposa (que coloca 1.500 ovos a cada 40 dias) deixou exposta a vulnerabilidade do

sistema de proteção nacional, que o governo agora corre para rever.

- Eu passei 40 anos no campo e nunca vi nada tão agudo. Não tem aftosa, vaca louca, nada igual a isso - disse o secretário de Defesa Agropecuária do Ministério da agricultura, Ênio Marques.
- O Brasil não pode ser ingênuo ao achar que todos nos amam - completou.

Na visão de Rui Prado, da Confederação da agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), a praga veio da Austrália:

- Estamos vivendo um problema (desde 2001) até hoje da ferrugem asiática da soja, que ainda causa um prejuízo grande. A gente aprendeu a controlar, mas essas coisas têm um custo na produção - disse.

Para Leonardo Melgarejo, técnico do Incra e membro da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio), os transgênicos têm responsabilidade na expansão da helicoverpa armigera e o uso de mais variações genéticas para combatê-la pode levar a um problema sistêmico maior.

- A sucessão de uso dessas culturas transgênicas vai criar desequilíbrios ambientais que ainda não podemos avaliar. Quando se libera comercialmente um produto, esse uso massivo gera variáveis incontroláveis, não percebidas nos canteiros experimentais - disse (Colaborou Henrique Gomes Batista).

Fonte: <http://oglobo.globo.com/economia/praga-importada-se-alastra-por-12-estados-prejudica-lavouras-8943632>

O Globo, 07.07.2013

Antídoto ao inseto é muito tóxico aos seres humanos e seu uso gera polêmica. Ministério da agricultura quer liberar a utilização do veneno.

A primeira arma comprovadamente eficiente para conter a helicoverpa armigera não foi usada na Bahia nesta safra por conta de um entrave institucional, o que acabou colaborando para a expansão da praga. O benzoato de emamectina é um veneno com alto grau tóxico para os seres humanos, por isso o seu uso não foi aprovado pelo comitê técnico de avaliação de agrotóxicos - composto pelos ministérios da agricultura, Saúde e Meio Ambiente.

De maneira unilateral, a agricultura assumiu a responsabilidade pelo ato e aprovou a importação do agrotóxico, que chegou ao país, mas não foi usado porque o Ministério Público da Bahia conseguiu barrá-lo na Justiça.

- O governo decidiu, mas os promotores por aqui impediram o uso - disse Celito Breta, presidente da Associação Baiana de Produtores de Algodão (Abapa). - Eles estão por fora, ouviram só parte do assunto - completou.

- É absurdo o uso de um veneno que afeta o sistema neurológico das pessoas - disse o deputado Sarney Filho (PV-MA), coordenador da Frente Parlamentar Ambientalista.

Governo prepara decreto

Diante do impasse, o governo prepara um decreto para detalhar condições e prerrogativas que devem ser adotadas em casos de ameaças similares. A norma deverá ser lançada no dia 30, criando o programa nacional de Manejo Integrado de Pragas, que será detalhado em seminário sobre o tema. Ele envolve não apenas seleção de insumos, mas ações de técnica agrônoma, como rotação de culturas e regras de rodízio.

- Constatamos que precisamos melhorar a regulamentação. Até então lidamos com emergências não-agudas e não tenho dúvida de que vamos passar a ter mais situações de urgência, por conta da forma como o ambiente tem sido usado e pela introdução de espécies exóticas no país - disse o coordenador geral de avaliação de substâncias químicas do Ibama, Marcio Freitas.

- Com o manejo integrado e biofábricas para controle biológico espalhadas pelo país, é possível que essa praga esteja sob controle no período de apenas uma safra - avalia Jefferson Costa, assessor da Embrapa. (Danilo Fariello)

Praga 'importada' se alastra por 12 estados e prejudica lavouras. Só na Bahia, perda foi de R\$ 1,5 bilhão. Transgênicos são suspeitos
Danilo Fariello

Perigosa. A mariposa "heliothis armigera": uma nova versão de soja transgênica é resistente à praga devastadora

BRASÍLIA E RIO

O governo acionou a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) e demais órgãos de inteligência da esfera federal para investigar a origem de uma praga devastadora que colocou o país em uma inédita situação de alerta fitossanitário. A helicoverpa armigera, que está fora de controle, é uma espécie de mariposa que foi trazida do exterior recentemente e já causou prejuízo de R\$ 1,5 bilhão apenas nesta safra de algodão no oeste da Bahia, onde foi vista pela primeira vez no país. A praga causa estragos também no cultivo de milho, soja, sorgo, feijão e tomate, e já afetou 12 estados brasileiros.

Sua entrada pode ter sido involuntária, mas relatórios feitos pela Abin e entregues ao Gabinete de Segurança Institucional (GSI) e à própria Presidência da República trabalham também com a hipótese de contaminação não acidental. O governo constatou ainda que, enquanto a disseminação traz danos enormes para a agricultura nacional, ao mesmo tempo beneficia empresas internacionais.

Monsanto refuta suspeitas

Suspeitas são levantadas contra empresas de transgênicos que já trabalhavam com genes resistentes à helicoverpa armigera, antes mesmo de o inseto ser visto no país. A Monsanto reconhece que já pesquisava no Brasil genes que colaboram para a supressão da praga, mas aponta que o pedido de registro dos ativos sequer considerava essa hipótese. Mesmo assim, a venda dessas sementes na próxima safra será "ínfima", segundo Luciano Fonseca, líder de gestão responsável de produto da Monsanto. Para ele, é uma "irresponsabilidade" levantar a hipótese de um ato voluntário, principalmente considerando-se o envolvimento da indústria de insumos.

Leonardo Bastos, diretor de Marketing da empresa, informou, porém, que 10% da produção brasileira de soja da próxima safra já serão com as sementes resistentes à praga.

- Empresa de insumo vive em função do sucesso do produtor, não do fracasso- disse Fonseca, lembrando que outras concorrentes já se mobilizam para fornecer genes resistentes à mariposa.

A praga já contaminou gigantescas áreas na Austrália, na Índia e na Europa. No Brasil, pelo menos a Bahia já declarou situação de emergência e Mato Grosso e Goiás estão para fazê-lo. As linhas de investigação passam pela comparação de marcadores no DNA da espécie vista no país com exemplares de outros cantos do mundo.

hipóteses incluem Sabotagem

É possível que o caminho exato da larva nunca seja descoberto ou que seja comprovadamente fortuito, mas o governo não descarta a possibilidade de sabotagem, uma vez que o Brasil vem se consolidando como protagonista agrícola no mundo. A hipótese de bioterrorismo já foi considerada pelo menos por Eduardo Salles, secretário de agricultura da Bahia. A vassoura-de-bruxa, fungo que reduziu a partir de 1989 de maneira permanente a competitividade do cacau brasileiro, é outra praga que chegou ao Brasil em condições até hoje suspeitas.

Os transgênicos podem ser parte do problema e parte da solução para o extermínio da *helicoverpa armigera*. O Ministério da agricultura tem três vertentes para o controle da lagarta: o aumento da quantidade de sementes transgênicas protegidas; pesquisas da Embrapa para entender melhor o inseto; e estudos de produtos que possam combatê-lo sem prejudicar a saúde humana. A multiplicação pelo país da mariposa (que coloca 1.500 ovos a cada 40 dias) deixou exposta a vulnerabilidade do sistema de proteção nacional, que o governo agora corre para rever.

- Eu passei 40 anos no campo e nunca vi nada tão agudo. Não tem aftosa, vaca louca, nada igual a isso - disse o secretário de Defesa Agropecuária do Ministério da agricultura, Ênio Marques. - O Brasil não pode ser ingênuo ao achar que todos nos amam - completou.

Na visão de Rui Prado, da Confederação da agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), a praga veio da Austrália:

- Estamos vivendo um problema (desde 2001) até hoje da ferrugem asiática da soja, que ainda causa um prejuízo grande. A gente aprendeu a controlar, mas essas coisas têm um custo na produção - disse.

Para Leonardo Melgarejo, técnico do Incra e membro da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio), os transgênicos têm responsabilidade na expansão da *helicoverpa armigera* e o uso de mais variações genéticas para combatê-la pode levar a um problema sistêmico maior.

- A sucessão de uso dessas culturas transgênicas vai criar desequilíbrios ambientais que ainda não podemos avaliar. Quando se libera comercialmente um produto, esse uso massivo gera variáveis incontroláveis, não percebidas nos canteiros experimentais - disse (Colaborou Henrique Gomes Batista).

Fonte: <http://oglobo.globo.com/economia/praga-importada-se-alastra-por-12-estados-prejudica-lavouras-8943632>

8 de julho de 2013

Comissão aprova informação sobre agrotóxico em rótulo de alimento

A Comissão de Defesa do Consumidor aprovou, na quarta-feira (3), o Projeto de Lei 6448/09, do deputado Sarney Filho (PV-MA), que obriga as indústrias de alimentos a incluírem nos rótulos informações sobre todos os tipos de agrotóxicos, medicamentos e substâncias similares empregados na fabricação dos produtos de origem vegetal e animal colocados à venda.

O relator na comissão, deputado Ricardo Izar (PSD-SP), ressaltou que os produtos alimentícios estão relacionados diretamente com a saúde, e o direito à informação é um dos direitos básicos do consumidor. "Nada mais justo que o cliente seja informado sobre quais substâncias está consumindo juntamente com o produto que adquire", disse.

O projeto havia sido rejeitado pela Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, sob a alegação de que seria economicamente inviável prestar as informações. Para Izar, no entanto, essas dificuldades precisam ser superadas. "O que nos interessa é bem informar o consumidor e deixá-lo fazer suas opções baseado em boas e completas informações para seu consumo", disse.

Emendas

O texto aprovado é um substitutivo do relator, que acatou o voto em separado do deputado Aureo (PRTB-RJ). Uma das emendas acrescentadas ao texto original inclui a necessidade de os fabricantes informarem ao cidadão a existência de algum componente de origem animal nos produtos. "O motivo é para informar ao grande público vegetariano sobre a eventual existência de componentes de origem animal nos alimentos", explicou Izar.

Se os produtos forem vendidos a granel ou in natura diretamente ao consumidor, as informações deverão constar nos recipientes e nos documentos fiscais. Quanto aos produtos de origem animal, são obrigatórios dados sobre os medicamentos utilizados.

Tramitação

O projeto será analisado ainda pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ), antes de seguir para o Plenário. Como duas comissões divergiram sobre o mérito, o texto perdeu o caráter conclusivo de sua tramitação.

Fonte: <http://www.mst.org.br/Comiss%C3%A3o-aprova-informa%C3%A7%C3%A3o-sobre-agrot%C3%B3xico-em-r%C3%B3tulo-de-alimento>

Terça, 09 Julho 2013 12:19

O Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional enviou no dia 1o de julho uma exposição de motivos à presidenta Dilma Rousseff sobre a agenda de enfrentamento ao uso de agrotóxicos no Brasil. Esta exposição de motivos foi fruto de um importante debate realizado por uma Mesa de Controvérsia sobre Agrotóxicos e Segurança Alimentar e Nutricional. Confira:

"Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

O Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), reunido em plenária no dia 19 de junho de 2013, discutiu e aprovou o encaminhamento das propostas resultantes dos debates ocorridos durante a Mesa de Controvérsias sobre Agrotóxicos, realizada em Brasília, nos dias 20 e 21 de setembro de 2012. A atividade contou com a participação de especialistas, pesquisadores(as), representantes de governo e da sociedade civil, sendo organizada por este Conselho com o objetivo de estimular o Governo Brasileiro a adotar iniciativas concretas de curto, médio e longo prazo para a redução do uso dos agrotóxicos. As propostas constantes neste documento também se fundamentam nas proposições aprovadas na 4ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, realizada em Salvador, em novembro de 2011.

A disseminação do uso intensivo das substâncias que se abrigam sob o termo agrotóxicos tornou-se massiva após a implementação do processo de modernização agrícola conhecido como “Revolução Verde”, que, a partir da década de 1970, transformou o modelo de produção agrícola, principalmente em países periféricos do capitalismo mundial, em estruturas monocultoras e altamente dependentes de insumos químico-industriais. O Governo Brasileiro, no ano de 1975, por meio do Plano Nacional de Desenvolvimento e Programa Nacional de Defensivos Agrícolas, adotou várias medidas de incentivo econômico, educacional, de pesquisa e de assistência técnica para que a “Revolução Verde” fosse assimilada pelo setor agrícola de forma que esse

paradigma perdura até os dias atuais, sendo ainda a diretriz de muitas políticas governamentais."

Fonte: <http://www.contraosagrototoxicos.org/>

11 de julho de 2013

Agrotóxicos: Anvisa divulga orientação sobre alteração pós-registro



Em reunião da diretoria colegiada da Anvisa realizada no dia 4 de julho de 2013, foram ratificadas as medidas definidas nas reuniões do Comitê Técnico de Assessoramento para Agrotóxicos (CTA) relativas à inclusão da marca comercial do produto técnico no agrotóxico comercializado.

Na 5ª Reunião Ordinária do CTA, ocorrida em 18 de junho de 2013, foi definido que "o órgão registrante emitirá o Certificado de Registro de produtos formulados contendo a marca comercial e o número do registro do produto técnico em substituição às razões sociais e endereços dos fabricantes".

Dessa forma, toda alteração de fabricante no produto técnico recairá no produto formulado. O órgão registrante (Ministério da Agricultura, para produtos de uso agrícola, Ministério do Meio Ambiente para produtos de uso em ecossistemas e ambientes urbanos e Ministério da Saúde para produtos de uso em campanhas de saúde e ambientes urbanos) também irá publicar no Diário Oficial da União a exigência para as empresas atualizarem os rótulos e bulas colocando a marca comercial do(s) produto(s) técnico(s) com seus respectivos números de registro. Esta medida se aplica inclusive aos pleitos de inclusão em tramitação nos órgãos .

As alterações de registro de agrotóxicos de natureza técnica são regulamentadas por meio do Art. 22 do Decreto nº4074/02, que define as alterações que devem ser analisadas pelos órgãos competentes das pastas da Saúde, Agricultura e Meio Ambiente. Dentre essas alterações, estão previstas as inclusões de novo fabricante no produto técnico já registrado, que é um dos componentes do agrotóxico, assim como sua inclusão no agrotóxico comercializado.

De acordo com a gerente geral de Toxicologia da Anvisa, Ana Maria Vekic,

aproximadamente 43% dos pleitos de alteração pós-registro em trâmite na Anvisa atualmente correspondem a este tipo de inclusão (inclusão de fabricante no produto formulado). Todos os fabricantes do produto técnico são e continuarão a serem avaliados pelos três órgãos, seja no registro inicial do produto técnico, seja por ocasião de inclusões pós-registro, considerando-se a relevância toxicológica dessa atividade.

Também foi definido na 5ª Reunião Extraordinária do CTA de 26 de junho de 2013 que "a inclusão de novo produto técnico (PT) em produto formulado somente poderá ser avaliada quando o PT for referência ou registrado por equivalência ou ainda possuir dossiê completo nos três Ministérios".

Fonte:

<http://portal.anvisa.gov.br/wps/content/anvisa+portal/anvisa/sala+de+imprensa/menu+-+noticias+anos/2013+noticias/agrotoxicos+anvisa+divulga+orientacoes+sobre+alteracoes+pos-registro>

11/07/2013 16:12 Legislação

Norma define procedimentos para licenciamento de importação de agrotóxicos

Texto da instrução normativa foi submetido à consulta pública visando às boas práticas regulatórias

Com o objetivo de orientar as empresas importadoras de agrotóxicos, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) publicou nesta quinta-feira, 11 de julho, no Diário Oficial da União, Instrução Normativa com os formulários e procedimentos que devem ser seguidos para o pedido de importação desses produtos. Em 2012, mais de 22 mil licenciamentos foram concedidos.

Para que a importação seja feita, a empresa deve preencher o requerimento para importação de agrotóxicos e entregar em uma das 27 Superintendências Federais de Agricultura (SFAs). Após a solicitação, o Mapa tem 30 dias para responder ao pedido.

A norma esclarece que antes de solicitar o licenciamento da importação de um agrotóxico, a empresa deve possuir registro no órgão competente do estado ou do Distrito Federal e o agrotóxico deve estar registrado no Mapa.

Para que o licenciamento seja concedido atualmente, o procedimento de checagem de dados e de concessão da licença de importação é feito manualmente com o auxílio de três sistemas, o Siscomex, Agrofit e o Sigvig. A norma prevê que quando os sistemas trabalharem de forma integrada o pedido de autorização prévia seja feito e analisado apenas via sistema.

O texto da instrução normativa foi disponibilizado para consulta pública em novembro de 2012 e recebeu sugestões de sindicatos, associações e empresas do setor privado. Para acessar a norma na íntegra, clique [aqui](#).

Fonte: <http://www.agricultura.gov.br/comunicacao/noticias/2013/07/norma-define-procedimentos-para-licenciamento-de-importacao-de-agrotoxicos>

16/07/2013 - 13h59

A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural aprovou na quarta-feira (10) proposta (PDC [809/12](#)) que revoga a proibição da pulverização aérea com agrotóxicos que contenham Imidacloprido, Tiametoxam, Clotianidina ou Fipronil.

Comissão aprova pulverização aérea de agrotóxico potencialmente nocivo a abelhas

Tanto a falta de abelhas quanto a restrição ao uso de agrotóxicos pode causar perdas para a agricultura.

A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural aprovou na quarta-feira (10) proposta (PDC [809/12](#)) que revoga a proibição da pulverização aérea com agrotóxicos que contenham Imidacloprido, Tiametoxam, Clotianidina ou Fipronil. A proibição atualmente está prevista em [comunicado](#) do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e vale para esses componentes isolados ou em misturas com outros ingredientes ativos.



Duarte Nogueira: pulverização aérea nem sempre pode ser substituída pela terrestre.

Segundo o Ibama, o objetivo da proibição é evitar os efeitos adversos a abelhas associados a agrotóxicos, observados em estudos científicos e em diversas partes do mundo. As abelhas são responsáveis pela polinização de plantas utilizadas na alimentação.

Os autores do projeto, deputados Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB-SP) e Reinaldo Azambuja (PSDB-MS), consideram, no entanto, que não há estudos

no Brasil que comprovem ou justifiquem o risco iminente à flora, à fauna ou a seres humanos com o uso desses agrotóxicos.

O relator da proposta, deputado Duarte Nogueira (PSDB-SP), argumentou que o Ibama extrapolou suas atribuições legislativas e que a medida pode causar prejuízos ao País.

Duarte Nogueira lembrou que essas substâncias são empregadas no controle de pragas em algodão, arroz, cana-de-açúcar, soja e trigo. Ele ressaltou que, em cerca de 27% da área cultivada com soja no Brasil, o controle do percevejo é feito pela pulverização aérea com esses inseticidas.

“Muitas vezes, em razão de fatores como clima, solo, extensão e estágio de desenvolvimento da lavoura, a pulverização aérea não pode ser substituída pela terrestre”, acrescenta o relator.

Advertência

No comunicado, além de proibir a pulverização aérea, o Ibama exige que os fabricantes de agrotóxicos que contenham os princípios ativos anexem, às embalagens dos produtos, folhetos ou etiquetas com a frase de advertência: "Este produto é tóxico para abelhas. A aplicação aérea não é permitida. Não aplique este produto em época de floração, nem imediatamente antes do florescimento ou quando for observada visitação de abelhas na cultura. O descumprimento dessas determinações constitui crime ambiental, sujeito a penalidades."

Em audiência pública promovida no último dia 4 pela Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, o coordenador-geral de Avaliação e Controle de Substâncias Químicas do Ibama, Márcio Freitas, afirmou que cabe ao Ibama regular agrotóxicos. Ele disse ainda que, em resposta às demandas dos produtores, o Ibama flexibilizou a regra, permitindo a pulverização dos agrotóxicos nas culturas de soja, cana, trigo e arroz fora da floração.

Tramitação

O projeto será analisado pelas comissões de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; e de Constituição e Justiça e de Cidadania antes de ser votado pelo Plenário.

Fonte: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/MEIO-AMBIENTE/447616-COMISSAO-APROVA-PULVERIZACAO-AEREA-DE-AGROTOXICO-POTENCIALMENTE-NOCIVO-A-ABELHAS.html>

Quarta, 17 Julho 2013 11:02

Agrotóxico na merenda: protestos eclodem na Índia após morte de 22 crianças por merenda contaminada

Dezenas de alunos de escola em vilarejo estão recebendo tratamento; segundo médicos, corpos exalam cheiro de pesticida.

Protestos violentos eclodiram no Estado de Bihar, na Índia, após a morte de pelo menos 22 crianças por causa de merenda escolar contaminada.

Multidões armadas com paus atacaram veículos policiais na cidade de Chapra, para onde foram levadas várias crianças que adoeceram depois de comer a refeição em uma escola no vilarejo de Masrakh.

Dezenas de crianças, todas com menos de 12 anos, estão sendo tratadas em hospitais da cidade de Chhapra e na capital do Estado, Patna. Muitas delas estão em estado grave.

Segundo o ministro da Educação do Estado, P.K. Shahi, médicos disseram que os corpos exalavam cheiro de organofosforados, usados em pesticidas.

Autoridades estão investigando o caso. As famílias das vítimas receberam ofertas de indenização de (US\$ 3.370) cada.

O programa de merenda escolar indiano, conhecido como Merenda Escolar do Meio-Dia, oferece refeições gratuitas às crianças como estratégia para aumentar o índice de presença escolar, mas geralmente é afetado por condições higiênicas precárias.

O pai de um dos estudantes, Raja Yadav, contou que o filho começou a vomitar após chegar da escola e teve de ser levado às pressas para o hospital.

Inseticidas

Os médicos que estão atendendo as crianças confirmaram que a causa das 21 mortes foi intoxicação alimentar.

'Nós suspeitamos que os legumes ou o arroz estivessem contaminados com inseticidas', disse à BBC Amarjeet Sinha, autoridade da rede de educação local.

Outro médico acredita que o óleo vegetal estava contaminado.

A jornalista Amarnath Tewary disse que moradores do vilarejo relataram que este não é o primeiro caso de comida contaminada no programa de merenda escolar.

O governador do Estado de Bihar, Nitish Kumar, convocou uma reunião de emergência e enviou uma equipe de peritos à escola.

Bihar é um dos Estados mais pobres e populosos da Índia.

A merenda escolar do meio-dia é o maior programa de alimentação escolar do mundo, alcançando 120 milhões de crianças em 1,2 milhões de escolas espalhadas pela Índia, informou o governo.

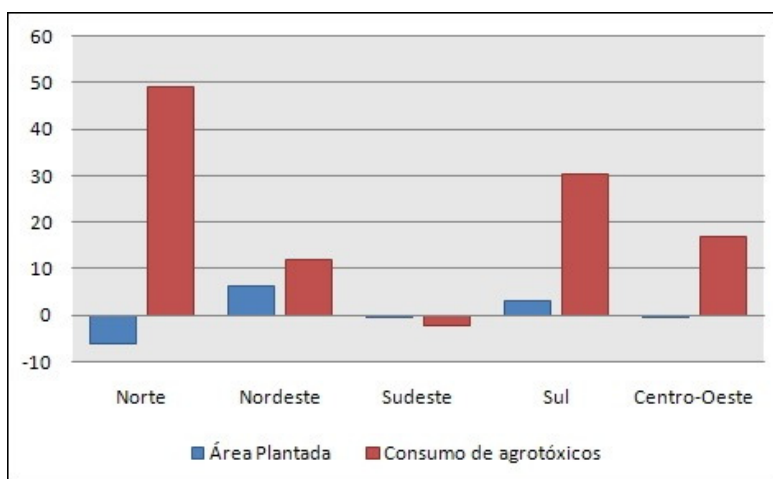
O esquema começou em 1925 na cidade de Chennai, no sul do país, para atender crianças pobres. Segundo correspondentes na Índia, no Estado de Bihar o programa já foi alvo de várias acusações de corrupção.

Fonte: <http://www.contraosagrotoxicos.org/index.php/noticias/agrotoxicos/349-protestos-eclodem-na-india-apos-morte-de-22-criancas-por-merenda-contaminada>

Sexta-feira, julho 19, 2013

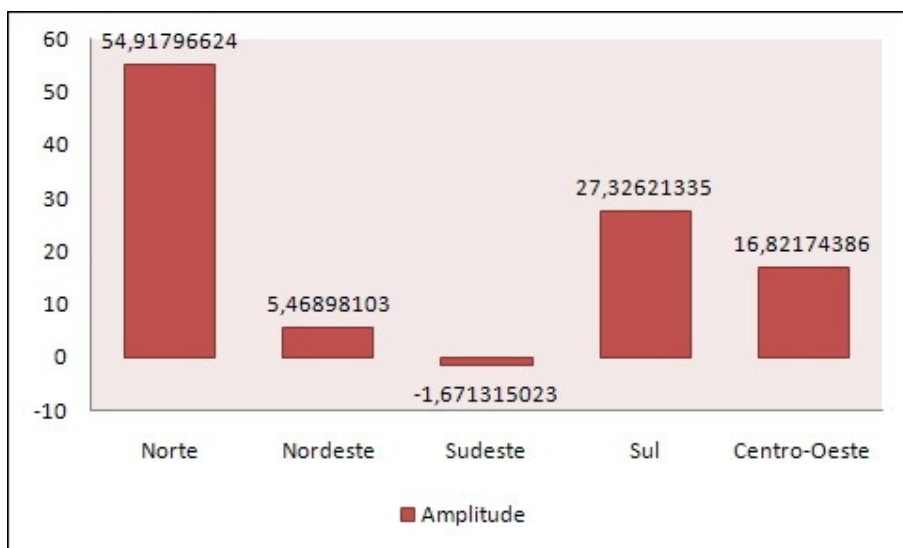
[BRASIL] Área plantada e consumo de agrotóxicos por Unidade da Federação - 2005/2009

A seguir os cartogramas gerados com base em dados de consumo de agrotóxicos por Unidade da Federação para os anos de 2005 e 2009, segundo os **Indicadores de Desenvolvimento Sustentável - Edição 2013**, Dimensão Ambiental – Terra - Consumo de Agrotóxicos: Tabela 772 - Área plantada das principais culturas e Consumo de agrotóxicos e afins - Ano 2005 e 2009. Para o Brasil os números indicam um crescimento de 1,76% na área plantada das principais culturas (*hectares*), entre 2005 e 2009, enquanto o consumo de agrotóxicos e afins (*toneladas de ingrediente ativo*) para o período foi de 13,7%. Por região geográfica, temos o seguinte gráfico:

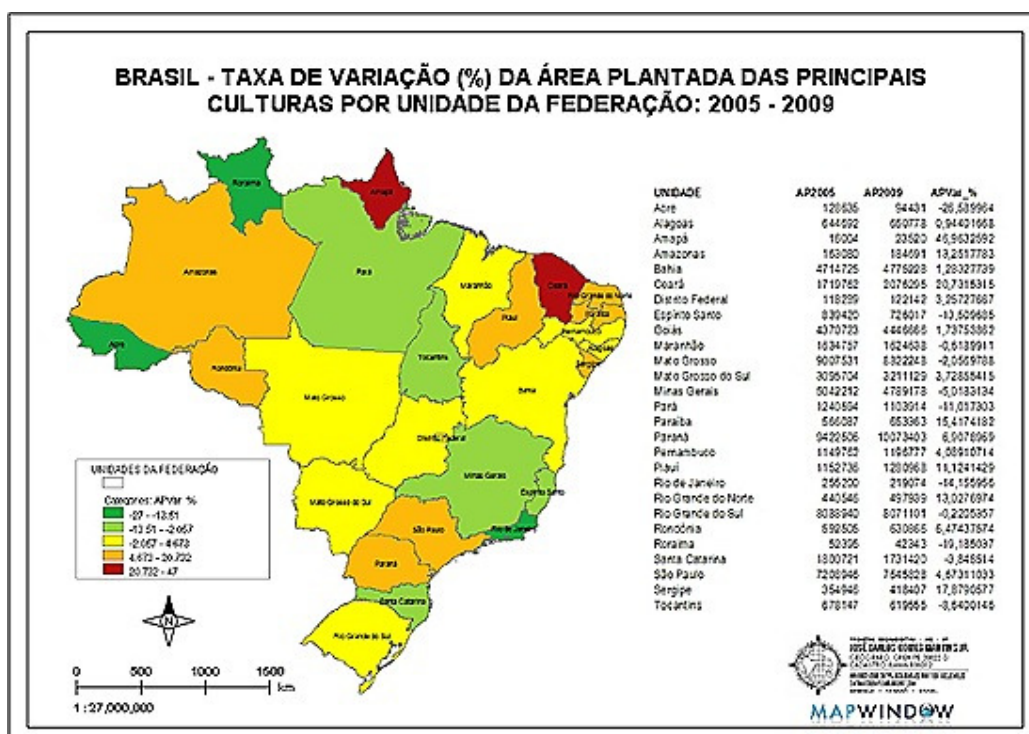


No gráfico acima temos a representação da taxa de variação (%) das áreas plantadas em hectares, das principais culturas, e o consumo de agrotóxicos e afins, por toneladas de ingrediente ativo, para os anos de 2005 e 2009. A Região NORTE apresentou a maior queda no total de área plantadas, embora tenha apresentado o maior crescimento do consumo de agrotóxicos para o período. A variação da sua área plantada foi de -5,99%, enquanto a sua variação no consumo de agrotóxicos foi de 48,93%. Em seguida temos as regiões SUL, com variações de 2,91% e 30,24%, em área plantada e consumo de agrotóxicos, respectivamente, seguida pela região CENTRO-OESTE, com 0,059% e 16,88%, a região NORDESTE, com 6,43% e 11,9%, fechando com a região SUDESTE, que apresentou queda nas duas variáveis, com -0,49% em áreas plantadas, e -2,16% em consumo de agrotóxicos para o período.

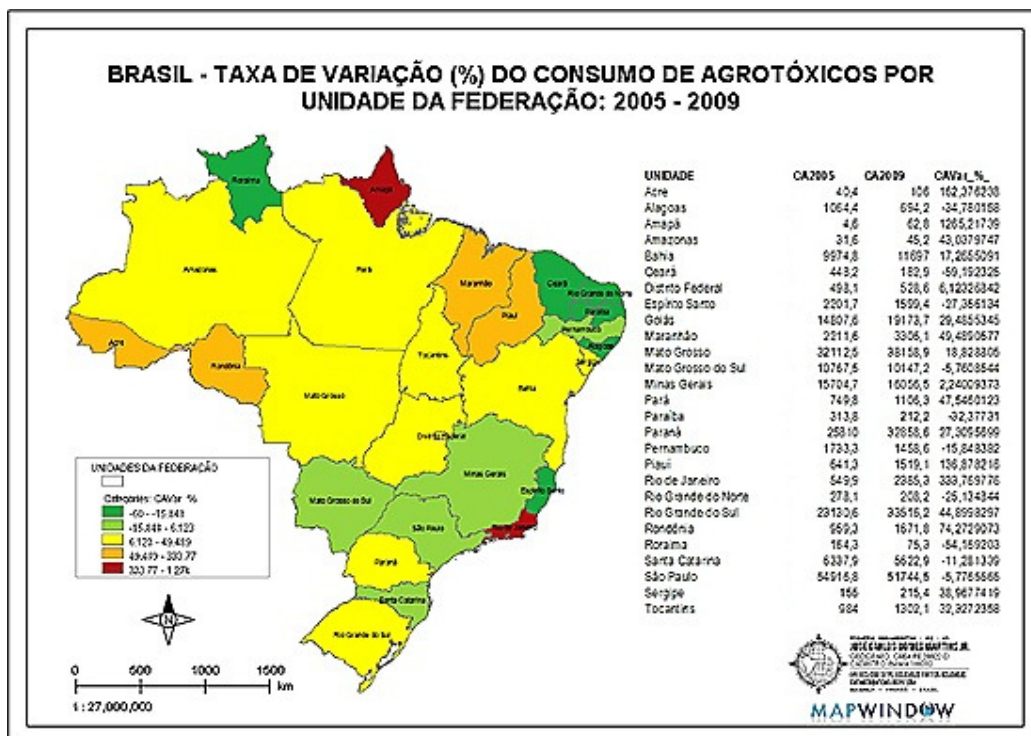
Ao observarmos a amplitude (intervalo) das taxas de variação das áreas plantadas e do consumo de agrotóxicos, temos o gráfico logo abaixo:



Quanto às demais UNIDADES DA FEDERAÇÃO, eu optei por apresentá-los através de um cartograma, em razão da quantidade de dados a ser representados.



Apresentaram o maior crescimento nas áreas plantadas das principais culturas os estados do AMAPÁ (AP), com 46,96%, seguido pelo CEARÁ, com 20,73%, e SERGIPE (SE), com 17,87%. Nesses estados houve uma expansão das áreas plantadas com as principais culturas em 2009, em comparação com 2005. As menores variações foram verificadas nos estados do ACRE (AC), com -26,58%, seguido por RORAIMA (-19,18%) e RIO DE JANEIRO (RJ), com -14,15%. Nesses estados houve uma redução das áreas plantadas com as principais culturas em 2009, em comparação com 2005.



Já os estados com as maiores taxas de variação no consumo de agrotóxicos no Brasil foram AMAPÁ (AP), com 1.265,2%, seguido pelos estados do RIO DE JANEIRO (RJ), com 333,76%, e ACRE (AC), com 162,37%. Nesse estados houve um aumento no consumo de agrotóxicos e afins por tonelada de ingrediente ativo. Já as menores variações foram verificadas nos estados do CEARÁ (CE), com -59,19%, seguido pelos estados de RORAIMA (RR), com -54,16%, e ALAGOAS (AL), com -34,78%. Nesses estados houve uma diminuição no consumo de agrotóxicos e afins por tonelada de ingrediente ativo.

UNIDADE	AP2005	AP2009	Varia_%	CA2005	CA2009	Varia_%2
Brasil	64439565	65631919	1,7555394	206591,7	234983,8	13,7430981
Norte	2871360	2699320	-5,9915859	293,4	4369,5	48,92638037
Nordeste	12378013	13174393	6,43382746	16820,4	18822,5	11,90280849
Sudeste	13345778	13280097	-0,4921482	73373,1	71785,7	-2,16346318
Sul	19312167	19875924	2,91918043	55278,5	71997,7	30,24539378
Centro-Oeste	16592247	16602185	0,05989544	58185,7	68008,4	16,8816393
Rondônia	592505	630866	6,47437574	959,3	1671,8	74,27290733
Acre	128635	94431	-26,5899639	40,4	106	162,3762376
Amazonas	163080	184691	13,2517783	31,6	45,2	43,03797468
Roraima	52395	42343	-19,1850367	164,3	75,3	-54,16920268
Pará	1240594	1103914	-11,017303	749,8	1106,3	47,54601227
Amapá	16004	23520	46,9632592	4,6	62,8	1265,217391
Tocantins	678147	619555	-8,64001463	984	1302,1	32,32723577
Maranhão	1634757	1624638	-0,61899108	2211,6	3306,1	49,4890577
Piauí	1152736	1280968	11,1241429	641,3	1519,1	136,8782161
Ceará	1719762	2076295	20,7315315	448,2	182,9	-59,19232485
Rio Grande do Norte	440546	497939	13,0276974	278,1	208,2	-25,13484358
Paraíba	566087	653363	15,4174182	313,8	212,2	-32,37731039
Pernambuco	1149762	1196777	4,08910714	1733,3	1458,6	-15,8483817
Alagoas	644692	650778	0,94401668	1064,4	694,2	-34,78015784
Sergipe	354946	418407	17,8790577	155	215,4	38,96774194
Bahia	4714725	4775228	1,28327739	9974,8	11697	17,26550908
Minas Gerais	5042212	4789178	-5,01831339	15704,7	16056,5	2,24009373
Espírito Santo	839420	726017	-13,5096853	2201,7	1599,4	-27,3561339
Rio de Janeiro	255200	219074	-14,1559561	549,9	2385,3	333,7697763
São Paulo	7208946	7545828	4,67311033	54916,8	51744,5	-5,776556536
Paraná	9422506	10073403	6,9078969	25810	32858,6	27,30956993
Santa Catarina	1800721	1731420	-3,84851401	6337,9	5622,9	-11,28133924
Rio Grande do Sul	8088940	8071101	-0,22053569	23130,6	33516,2	44,89982966
Mato Grosso do Sul	3095704	3211129	3,72855415	10767,5	10147,2	-5,760854423
Mato Grosso	9007531	8822248	-2,05697877	32112,5	38158,9	18,82880498
Goiás	4370723	4446666	1,73753862	14807,6	19173,7	29,48553446
Distrito Federal	118289	122142	3,25727667	498,1	528,6	6,12326842

FONTE: IBGE. SIDRA. Indicadores de Desenvolvimento Sustentável. Tabela 772 - Área plantada das principais culturas e Consumo de agrotóxicos e afins. Acesso em 19/07/2013.

É interessante observar os dados apresentados pelos estados do RIO DE JANEIRO (RJ) e ACRE (AC), que, apesar de terem indicado uma queda significativa nas áreas plantadas, com -14,15% e -26,58%, respectivamente, apresentaram um crescimento vertiginoso no consumo de agrotóxicos, de 333,76% no RIO DE JANEIRO e de 162,37% no ACRE (AC). Cabe aos respectivos órgãos estaduais de defesa agropecuária apresentarem as justificativas para esse crescimento.

Apresentaram as menores variações relativas (*amplitude entre o consumo de agrotóxicos e a expansão das áreas plantadas mais próximas a ZERO*) entre 2005 e 2009 o DISTRITO FEDERAL e os estados de MINAS GERAIS e SANTA CATARINA.

Fonte: <http://cartageografica.blogspot.com.br/2013/07/brasil-area-plantada-e-consumo-de.html>

Segunda, 22 Julho 2013 15:54

Muito usado e pouco conhecido

A utilização de agrotóxicos aumenta sem controle no Uruguai, junto a doenças associadas

Afecções nervosas, problemas respiratórios e câncer são algumas das doenças crônicas associadas com a exposição aos agrotóxicos, cujo uso no Uruguai se realiza em quantidades cada vez maiores. Segundo especialistas, a ausência de pesquisas a respeito, o pouco respeito às normas e a falta de informação e de cuidados na hora de aplicar os produtos fazem com que a situação seja cada vez pior.

Este tema deu lugar ao seminário regional “Agrotoxicos en el Cone Sur” realizado ontem pelo PIT-CNT, a Confederação de Operários e Funcionários do Estado, Redes-Amigos da Terra Uruguai, a Comissão Nacional em Defesa da Água e da Vida e o Programa Uruguai Sustentável.

Nesta instância, a doutora e ex-diretora do Departamento de Toxicologia do Hospital de Clínicas Mabel Burger assinalou que, se é verdade que os agrotóxicos são utilizados muitas vezes de maneira incorreta, também são bem empregados; entretanto, estão deixando sequelas cada vez maiores. No seu entender, as mudanças nos processos produtivos no âmbito agrícola trouxeram consigo um aumento de volume no uso de agrotóxicos. Segundo dados do Ministério da Pecuária, Agricultura e Pesca, em 2006 foram importados herbicidas no valor de 30 milhões de dólares, enquanto que em 2011 o

montante foi de 75 milhões. “Para avaliar qualquer substância química, um dos critérios de risco é o volume de uso; se este aumentou na mesma superfície, vou estar mais exposto. Esta mudança se deu de forma evidente com os transgênicos [...]. Hoje em dia o Uruguai recebe toneladas de agrotóxicos, com gente que segue sem estar capacitada para utilizá-los, e com populações que estão sofrendo repercussões. Não se respeitam as normas de aplicação. As autoridades do governo tomam conhecimento tarde. [...] O trâmite dentro do ministério pode durar dois anos, explicou Burger.

A ausência de trabalhos de investigação em saúde é outro grande problema. “Hoje conhecemos as doenças agudas e crônicas que existem por conta dos agrotóxicos, mas não temos dados do Uruguai, e é muito importante ter-los. Aqui o único que sabemos é que existe um aumento do número de consultas por efeitos nocivos agudos. E está associado ao uso do glifosato, o número um dos herbicidas neste momento, mas vai durar pouco”, disse.

Vigilância difícil

Com relação aos efeitos crônicos que os agrotóxicos produzem nas pessoas que se expõem a eles, Burger, destacou que as doenças mais freqüentes são a neuropatia periférica, segundo explicou, se trata de uma doença dos nervos; a hiperatividade respiratória, gerada pela inalação do produto; e a sensibilidade química múltipla, mediante a qual se desenvolve uma sensibilidade especial a múltiplos produtos químicos, o que faz com que o afetado muitas vezes fique incapacitado para qualquer tipo de trabalho que implique o uso de substâncias químicas. O câncer é outra doença ligada aos agrotóxicos, e segundo a especialista “já não é um tema de divagações intelectuais, se não uma realidade”. Outra dificuldade é a disrupção endócrina, que gera doenças em nível de tireóide, no pâncreas e nos hormônios sexuais.

A seu entender, o problema maior é a toxicidade genética que está se desenvolvendo. “Realizou-se um trabalho em um pequeno povoado perto a Bella Unión, cuja pediatra pneumóloga fez uma consulta porque a maioria era asmática. Estudaram e encontraram um dano genético em grande parte deles, que se documenta por meio do que se chama o ‘efeito cometa’, ou seja, as células rompem todo o seu núcleo e degeneram como a cauda de um cometa; essa célula pode morrer, pode ser reparada ou sofrer uma mutação e ser um promotor de câncer. Existem investigações que sugerem a associação com a exposição dos pais”, explicou.

Por sua parte, a representante da Área de Saúde Ocupacional da Faculdade de Medicina Stella de Bem, assinalou que “se dá uma exposição a substâncias como inseticidas, fungicidas e agrotóxicos, o que faz com que a toxicidade seja diferente e variável. A exposição é crescente e torna difícil a vigilância da saúde. É necessário conhecer bem a substância que está se aplicando para poder fazer um controle orientado a avaliar os riscos a saúde”.

Por Inés Acosta, com tradução de Yamira Rodrigues

Fonte: <http://www.contraosagrototoxicos.org/index.php/350-muito-usado-e-pouco-conhecido>

Data: 24/07/2013

Fórum de combate a agrotóxicos programa encontro nacional

Brasília/DF - O Ministério Público do Trabalho (MPT) participou na quarta-feira (24) da reunião do Fórum Nacional de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos, realizada em Brasília. Os participantes devem planejar o encontro anual do fórum, previsto para outubro, e incluir o tema dos alimentos transgênicos no regimento interno do evento, por estar relacionado com pesticidas. Além disso, busca-se dar apoio a fóruns estaduais sobre o assunto e fechar uma agenda de trabalho até o final do ano.

Um representante do fórum deverá participar do curso sobre biossegurança de transgênicos na América Latina, promovido pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) em parceria com uma equipe de cientistas noruegueses que desenvolvem pesquisas sobre o assunto. Serão oferecidas 40 vagas, sendo 10 para brasileiros.

Participaram da reunião o procurador regional do Trabalho Pedro Luiz Gonçalves Serafim da Silva (coordenador do fórum), o procurador de Justiça Saint-Clair e o agrônomo Marciano Toledo da Silva (secretário executivo interino do fórum). As próximas reuniões do grupo estão agendadas para setembro e novembro, também em Brasília.

Conscientização

O fórum foi instituído em 2009 com o objetivo de conscientizar a sociedade sobre os prejuízos dos pesticidas e intervir em situações que ponham em risco a saúde do trabalhador, do consumidor, da natureza e do meio ambiente de trabalho. Além do MPT, outras 16 instituições participam do grupo, como o Ministério Público Federal (MPF); o Ministério da Saúde, por meio da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e a Associação Brasileira do Ministério Público do Meio Ambiente (Abrampa).

A Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJ), a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), a Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar do Brasil (Fetraf-Brasil) e a Rede de Ação em Agrotóxicos e suas Alternativas para a América Latina também participam do fórum.

Benzoato

Articulações do grupo de trabalho já tiveram conquistas importantes, como a liminar que em maio proibiu o uso de Benzoato de Emamectina na Bahia. A substância seria testada em dez propriedades rurais no estado para combater uma suposta praga. A decisão foi concedida pela 1ª Vara da Fazenda Pública de Barreiras (BA), em ação ajuizada pelo fórum por causa da concessão

indevida de registro do pesticida pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Pela Lei, qualquer agrotóxico deve ser registrado para só depois ser utilizado, mesmo em caráter emergencial. O registro passa pelos ministérios da Saúde, do Meio Ambiente, por meio do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), e da Agricultura. No caso do Benzoato de Emamectina na Bahia, a permissão foi concedida apenas pelo Ministério da Agricultura. A meta do fórum agora é tentar na Justiça a proibição do uso do Benzoato em território nacional.

Outra atuação relevante do fórum foi a proposta de realizar duas audiências públicas na Câmara dos Deputados, que ocorrerão em agosto, sobre a contaminação de uma escola pública na zona rural de Rio Verde (GO). Em maio deste ano, a escola foi atingida por agrotóxico jogado de um avião da empresa Aerotex Aviação Agrícola, intoxicando 37 pessoas, entre alunos e professores.

Fonte:

<http://www.protecaozero.com.br/noticias/eventos/forum-de-combate-a-agrotoxicos-programa-encontro-nacional/AJyAA5y5>

24 de julho de 2013 em Tocantins .

Cresce em 79,7% o recolhimento de embalagens vazias de agrotóxicos

A cadeia produtiva tocantinense demonstrou mais uma vez o compromisso com o meio ambiente e a sustentabilidade. De acordo com o Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias (Inpev), o Tocantins está entre os três Estados que mais evoluíram na devolução de embalagens vazias, ficando atrás somente de Alagoas e Rio Grande do Norte. O comparativo avaliou o primeiro semestre de 2012 e 2013. Na avaliação, de janeiro a junho deste ano, o Tocantins registrou um crescimento de 79,7% em relação ao ano passado. Em 2012 foram removidos do campo 75.805 toneladas embalagens vazias de defensivos agrícola; já em 2013 o número subiu para 136.246 toneladas destes produtos. “Acreditamos que este resultado é o reflexo de um trabalho de conscientização com os empresários, indústrias e produtores rurais”, disse o diretor de Defesa, Inspeção e Sanidade Vegetal da Agência de Defesa Agropecuária (Adapec), Luis Henrique Michelin. De acordo com Michelin, a Adapec é responsável por licenciar e fiscalizar os revendedores de agrotóxicos e conscientizar os agricultores sobre a destinação correta dos recipientes. “Temos responsabilidades distintas para que o

processo tenha resultado positivo”, afirmou. Cabe a indústria recolher as embalagens, aos revendedores fica a obrigação de disponibilizar o local de recebimento deste material e ao produtor fica a responsabilidade de realizar todo o processo correto de devolução, num prazo de até um ano.

Unidades de Recebimento

O Tocantins conta com seis unidades de recebimento de embalagens vazias de agrotóxicos e estão localizadas nos municípios de: Pedro Afonso e Silvanópolis (centrais); Tocantinópolis, Colinas, Araguaína e Lagoa da Confusão (postos).

Fonte: <http://www.folhadobico.com.br/07/2013/cresce-em-797-o-recolhimento-de-embalagens-vazias-de-agrotoxicos.php>

Publicado em 30 de julho de 2013

Aumentam suspeitas de Bioterrorismo contra o Brasil.

Multiplicam-se as suspeitas de casos de Bioterrorismo contra o setor produtivo brasileiro.

Nem mesmo nós brasileiros nos damos conta da extensão da rede de monitoramento e espionagem da Agência de Segurança Nacional (NSA) estadunidense operando sobre o Brasil e outra ameaça igualmente grave entra na pauta das preocupações do País: **o bioterrorismo**.

A suspeita, que já mobiliza a Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) e outros órgãos federais, envolve a presença de uma espécie de mariposa até há pouco inexistente no território nacional, que está se espalhando sem controle e afetando os cultivos de algodão, milho, soja, sorgo, feijão e tomate, em 12 estados. Apenas no oeste da Bahia, onde surgiu no ano passado, o inseto já causou prejuízos de R\$ 1,5 bilhão à safra de algodão deste ano (*O Globo*, 6/07/2013).



A *Helicoverpa armigera* é uma espécie encontrada em vastas áreas da Europa, Ásia, África e Oceania, mas a sua presença ainda não havia sido registrada no continente americano. Mas desde o início do ano vem atacando as culturas de soja, milho e algodão e já causou danos significativos para os produtores rurais, com prejuízos estimados em R\$ 2 bilhões, nas duas últimas safras, no Brasil.

Os primeiros espécimes foram coletados e identificados, no início do ano, em Goiás, Mato Grosso e Bahia, por pesquisadores da Universidade Federal de Goiás e da Fundação Mato Grosso. A espécie é altamente agressiva para vários cultivos, causando prejuízos anuais na casa dos bilhões de dólares, em vários países, principalmente, a China, Índia e Espanha. Na Austrália, os produtores tiveram quebra de safra de algodão por três vezes, por causa dos problemas com pragas, inclusive com a *Helicoverpa*, e convivem com essa há mais de dez anos.

Mas o potencial de devastação da praga pode ser avaliado pela velocidade com que se espalhou pelo País (Cecília Czepak *et alii*, "Primeiro registro de ocorrência de *Helicoverpa armigera* (Hübner) (Lepidoptera: Noctuidae) no Brasil", *Pesq. Agropec. Trop.*, Goiânia, v. 43, n. 1, p. 110-113, jan./mar. 2013). Com o intuito de conter *H. armigera*, praga quarentenária A-1, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) autorizou a importação e aplicação de produtos registrados em outros países, que tenham como ingrediente ativo único o Benzoato de Emamectina. A autorização foi publicada no DOU, em 4 de abril de 2013.

A inserção para utilização dessas substâncias foi concedida em caráter emergencial após negociações entre o MAPA, Ministério da Saúde e Ministério do Meio Ambiente, no âmbito do Comitê Técnico para Assessoramento de Agrotóxicos. Em 14 de março de 2013, o MAPA, também, publicou a autorização do uso de dois produtos biológicos (vírus VPN HzSNPV e *Bacillus thuringiensis*) e três químicos (Clorantiraniliprole, Clorfenapir e Indoxacarbe) no combate à praga. Estes 5 agrotóxicos já possuem registro no Brasil.

A velocidade da propagação da praga levanta graves suspeitas de bioterrorismo. Muito embora não possa ser de todo descartada a possibilidade de que o inseto tenha chegado ao Brasil de forma acidental, a hipótese de uma ação intencional – ou seja, bioterrorismo – está sendo seriamente considerada pela ABIN, em relatórios já entregues ao Gabinete de Segurança Institucional (GSI). Em especial, a agência observa que, ao mesmo tempo em que acarreta grandes prejuízos à agricultura nacional, a praga beneficia empresas internacionais que produzem cultivares geneticamente modificados (transgênicos) para resistir a ela, como a Monsanto.

Coincidentemente, a empresa estadunidense admite que já pesquisava agentes genéticos contra a praga, mas considera “uma irresponsabilidade” que se levante sequer a hipótese de envolvimento no caso. No entanto, a presciência da empresa fará com que, já na próxima safra de soja, 10% da produção envolverão sementes resistentes à praga. Afinal, como afirma o diretor de Marketing Leonardo Bastos, “empresa de insumo vive em função do sucesso do produtor, não do fracasso”.

A hipótese do bioterrorismo é levantada pelo secretário de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Ênio Marques: “Eu passei 40 anos no campo e nunca vi nada tão agudo. Não tem aftosa, vaca louca, nada igual a isso. O Brasil não pode ser ingênuo ao achar que todos nos amam (*O Globo*, 6/07/2013).”

Com ele faz coro o secretário de Agricultura da Bahia, Eduardo Salles, que lembra a praga da vassoura-de-bruxa do cacau, um fungo que surgiu no sul da Bahia no final da década de 1980, em condições misteriosas, e devastou de tal forma os cultivos de cacau, que, em uma década, a participação brasileira na produção mundial de cacau caiu de quase 15% para menos de 5%.

O secretário Ênio Marques tem razão: como o escândalo da NSA está demonstrando, os brasileiros precisam deixar de ser “ingênuos” – continuando a (ou, em certos casos, fingindo) acreditar que o resto do mundo, principalmente, as potências hegemônicas, determinam as suas práticas comerciais pelas regras oficiais e pela ideologia dos mercados livres. Espionagem eletrônica, bioterrorismo, a promoção do ambientalismo e do indigenismo e outras operações do gênero, integram, desde há muito, o arsenal de recursos que os governos daqueles países colocam à disposição das suas grandes empresas transnacionais. Portanto, é mais que hora de que o País deixe tais ilusões para trás e passe a encarar a sério os desafios do mundo real, preparando-se adequadamente para neutralizar as ameaças colocadas em seu caminho

Fonte: <http://edwardluz.wordpress.com/2013/07/30/aumentam-suspeitas-de-bioterrorismo-contra-o-brasil/>

04/08/2013 14h14 - Atualizado em 04/08/2013 14h14

Horta na BA tem mais de 50 tipos de hortaliças cultivadas sem agrotóxicos

Iniciativa de moradores do município de Juazeiro beneficia 70 famílias. Ação ganhou certificação que atesta qualidade dos alimentos produzidos

oradores do município de **Juazeiro**, localizado na bacia do Rio São Francisco, na Bahia, cultivam uma horta comunitária, que conta com mais de 50 tipos de hortaliças produzidas sem nenhum tipo de agrotóxico, nem adubos químicos.

São três hectares cultivados e outros dois que estão sendo preparados para ampliação da horta. Dentro da propriedade há um pequeno criatório de caprinos e ovinos para produção de esterco, que é usado como adubo natural. As verduras e hortaliças colhidas são vendidas em supermercados, feiras e quitandas da cidade.

A horta fica no bairro de João Paulo II e beneficia cerca de 70 famílias da comunidade. Devido ao trabalho desenvolvido, a horta ganhou, há um ano, uma certificação que atesta a qualidade dos alimentos produzidos no local.

“A gente conseguiu com a parceria com a Codevasf [Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba], Sebrae, Senai. A gente se uniu a outros horticultor [sic] lá de **Petrolina**, se juntou, e a ideia foi criar uma feira de orgânicos lá em Petrolina. E se juntamos e conseguimos esse certificado”, relata o agricultor João Soares Santos.

A horta foi implantada há 26 anos. Ela fica em um terreno doado pela Diocese de Juazeiro, cujo objetivo da ação era oferecer uma opção de sustento para famílias de baixa renda. Por mês, cada associado consegue, em média, um salário mínimo com a venda das hortaliças.

A horta trouxe benefícios não somente para a renda das famílias, mas também para a saúde dos moradores, que deixaram de consumir produtos industrializados. “Eu não uso remédio nenhum químico. Quando eu sinto alguma coisa eu vou lá, faço teste. É só à base de chá e de sumo”, conta a agricultora Jovita Pereira da Silva.

A iniciativa dos moradores despertou o interesse dos estudantes do curso de Engenharia Agrônômica, da Universidade do Estado da Bahia (Uneb) de Juazeiro. Eles foram até o bairro conhecer esta modalidade de agricultura sustentável. “É um bem para a comunidade em geral, pra todas as pessoas que consomem isso aqui. É algo feito de maneira a preservar o ambiente, a conservação do ambiente e também que conserva a nossa saúde. É muito importante para nossa saúde”, opina a estudante Renata Lopes Carvalho.

“Eu considero isso aqui uma experiência de proteção de recursos naturais que está dando certo. É uma produção orgânica, que conseguiram certificado, comercializam e que contribuem com a saúde da população”, afirma a professora Herbênia Cruz.

Fonte: <http://g1.globo.com/bahia/noticia/2013/08/horta-na-ba-tem-mais-de-50-tipos-de-hortalicas-cultivadas-sem-agrotoxicos.html>

Terça-feira, 13 de agosto de 2013

Suspensa comercialização de três produtos agrotóxicos no RS

Decisão do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Joaquim Barbosa, suspende a comercialização, no Rio Grande do Sul, de três produtos agrotóxicos, baseados nas substâncias paraquat e trifenil hidróxido de estanho, que tiveram cadastro negado pela Fundação Estadual de Proteção Ambiental do estado (Fepam). A decisão, tomada nos autos da Suspensão de Liminar (SL) 683, vale até o julgamento de mérito de um mandado de segurança (MS) impetrado no Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJ-RS) para discutir a questão.

A empresa que teve o pedido de cadastramento negado impetrou mandado de segurança no TJ-RS para questionar a decisão da Fepam, que indeferiu seu pleito. A fundação se baseou em normas estaduais – entre elas a Lei 7.747/1982 (RS) – segundo as quais a licença estaria condicionada à comprovação de que o uso dos produtos é autorizado nos seus países de origem. Para a empresa, essas normas seriam inconstitucionais, por invadirem matéria de competência privativa da União para legislar sobre comércio exterior e interestadual, conforme prevê o artigo 22, inciso VIII, da Constituição Federal. Alegou, também, que a decisão da Fepam feriu os princípios do contraditório e da ampla defesa.

O juiz de primeiro grau negou o pedido de liminar no MS, mas essa decisão foi cassada pela 21ª Câmara Cível do TJ-RS que, ao julgar agravo de instrumento interposto contra essa decisão, considerou ter havido, no caso, a alegada ofensa aos princípios do contraditório e da ampla defesa.

O MP-RS interpôs Recurso Extraordinário contra essa decisão e, ao mesmo tempo, ingressou com a SL 683 no Supremo, por considerar que haveria manifesta e flagrante lesão à ordem jurídica, política e social.

Segundo o MP-RS, ao cassar a decisão do juiz de primeiro grau e liberar o cadastro e comercialização dos produtos, o TJ-RS sustentou que a legislação estadual inclui uma exigência não contida na legislação federal que rege o tema, a Lei federal 7.802/89, que prevê que os fornecedores de agrotóxicos estão obrigados a registrar os produtos nos órgãos competentes. Segundo o TJ, a lei federal não exige a comprovação de liberação do uso no país de origem.

Para o MP, contudo, a condição contida na legislação estadual tem o claro propósito de ampliar a proteção ao meio ambiente e à saúde pública, consoante o que pretende a legislação federal e o que determina a Constituição Federal de 1988.

Toxicidade

Em termos técnicos, o MP gaúcho revela que o parecer da Fepam aponta que os produtos que contêm a substância “paraquet” superariam os níveis aceitáveis para a saúde dos trabalhadores, mesmo com a utilização de equipamentos de proteção individual. Seus efeitos seriam irreversíveis, não havendo antídotos que possam combater a intoxicação por ele causada.

Já a substância trifenil hidróxido de estanho foi banida da União Europeia por força de decisão da Comissão da Comunidade Europeia, datada de junho de 2002, revelou o MP. De acordo com o parecer da Fepam, o trifenil seria

extremamente tóxico à vida marinha e aos pássaros, apresentando marcante neurotoxicidade e imunotoxicidade.

Com esses argumentos, o MP pediu ao STF a suspensão imediata da decisão da 21ª Câmara Cível do RS, que liberou a comercialização dos produtos questionados.

Ao analisar o pedido, o presidente do STF lembrou que no julgamento do RE 286789, a Segunda Turma do STF afirmou a recepção da Lei estadual 7.747/1982 pela Constituição. Mas, para o ministro Joaquim Barbosa, a discussão no sentido de a recepção da norma incluir ou não a possibilidade de vedar a comercialização do produto no território estadual é matéria que deve ser alvo de indagação no momento oportuno, na análise do recurso extraordinário interposto.

Ao deferir o pedido de suspensão de liminar, o ministro disse entender que deve prevalecer a atuação estatal, em atenção ao princípio da precaução, uma vez que, neste momento, está suficientemente demonstrada a existência de risco à saúde e ao meio ambiente. Com isso, a decisão questionada, que liberou a comercialização dos produtos, fica suspensa até o julgamento de mérito do mandado de segurança em curso no TJ-RS.

Fonte:

<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=245516>

Brasil recebe apoio inglês para projeto de agricultura sustentável

14/08/2013 - 15h30

Repórter da Agência Brasil

Brasília - Com o objetivo de reduzir a emissão de carbono, além de recuperar e proteger florestas de áreas rurais nos biomas Amazônia e Mata Atlântica, o governo federal lançou hoje (14) o Projeto Agricultura Sustentável para o Desenvolvimento Rural, que vai beneficiar diretamente mais de 3.700 produtores rurais de 70 municípios brasileiros em sete estados: Mato Grosso, Pará, Rondônia, Bahia, Minas Gerais, Paraná e Rio Grande do Sul.

A iniciativa é uma cooperação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) com o Ministério do Meio Ambiente, da Alimentação e dos Assuntos Rurais (Defra) do Reino Unido, além de apoio do Fundo Internacional para o Clima, do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), responsável pela gestão e implementação técnica.

O lançamento ocorreu no auditório da Embrapa, com a presença do embaixador inglês, Alex Ellis, e da representante do BID, Daniela Carrera

Marquis. De acordo com o Mapa, a Inglaterra vai investir R\$ 80 milhões a fundo perdido (o recurso não precisará ser devolvido) no projeto.

Segundo o ministro da Agricultura, Antônio Andrade, a iniciativa visa à adoção ampla pelos produtores rurais brasileiros de tecnologias agrícolas de baixa emissão de carbono, para que recuperem o potencial produtivo de áreas agrícolas degradadas e possam restaurar áreas de manutenção legal de vegetação nativa.

O ministro destacou que recuperar áreas degradadas é uma preocupação do governo, assim como reduzir a emissão de carbono no ar. “O produtor rural é o grande beneficiado com isso, pois terá água para cultivar sua produção. Ao mesmo tempo, o consumidor também tem benefícios quando oferecemos produtos de boa qualidade a preços mais baixos”.

Antônio Andrade ressaltou que a agricultura brasileira está sempre crescendo e apresentando resultados importantes para a balança comercial, com as exportações atingindo mais de US\$ 49 bilhões no primeiro semestre deste ano, Ele ressaltou também que a atual safra brasileira deverá chegar a 186 milhões de toneladas, com a expectativa de que, em 2013/2014, alcance 190 milhões de toneladas.

O Projeto Agricultura Sustentável para o Desenvolvimento Rural tem como principais objetivos aumentar a sustentabilidade da produção agrícola preservando o meio ambiente; reduzir a pressão para desmatamento de novas áreas; diminuir a emissão de gases do efeito estufa; aumentar os estoques de carbono; e conservar a biodiversidade e melhorar a renda no meio rural.

Para o embaixador do Reino Unido, Alex Ellis, o Brasil é uma grande potência, que atinge todo o mundo com a sua agricultura. “A nossa relação é de parceria. Já trabalhamos com a Embrapa em outras ocasiões e ela tem muito a nos ensinar. O país reduziu o desmatamento em 80% e isso mostra a competência da gestão brasileira”, ressaltou.

Os editais de seleção das unidades demonstrativas devem sair dentro de seis meses, e os produtores vão receber financiamentos para custear os serviços ambientais e a implantação das unidades.

Fonte: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2013-08-14/brasil-recebe-apoio-ingles-para-projeto-de-agricultura-sustentavel>

21.08.2013 | 08h39

Filme reafirma MT como campeão em agrotóxico

Documetário será lançado em Cuiabá na próxima quinta-feira, dia 22, às 13h30, em um evento na Escola de Saúde Pública



Em 25 minutos, o documentário mostra os riscos da cultura do agrotóxico para quem pulveriza as lavouras e para quem come os alimentos.

CENTRO BURNIER

O filme “Nuvens de Veneno”, do cineasta e professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Beto Novaes, reafirma Mato Grosso como campeão nacional em uso de venenos agrícolas, principalmente no plantio de grãos.

Em 25 minutos, o documentário mostra os riscos da cultura do agrotóxico para quem pulveriza as lavouras e para quem come os alimentos. O filme será lançado em Cuiabá na próxima quinta-feira, dia 22, às 13h30, em um evento na Escola de Saúde Pública, que abordará a saúde do trabalhador da cidade e do campo em Mato Grosso.

Trata-se do I^o Seminário de Educação Permanente para a Vigilância em Saúde do Trabalhador: Desafios e Perspectivas E XIV Seminário de Segurança e Saúde do Trabalhador do Estado de Mato Grosso – V Encontro dos Técnicos em Segurança do Trabalho. De 21 a 23 de agosto.

É um evento governamental, mas articula também sindicatos patronais e de trabalhadores, para buscarem saídas possíveis, contra o adoecimento daqueles que atuam não só em lavouras, mas em outras atividades comerciais

típicas da zona rural, como madeiras, e em empregos urbanos, como frigoríficos.

A pulverização de venenos é tão perniciosa que afeta até leite materno e a água que bebemos, conforme vem falando insistentemente o professor Wanderlei Pignati, da Saúde Coletiva da UFMT. Veja essa entrevista com ele.

Os focos principais desse encontro serão os braços do agronegócio e das grandes obras da Copa.

“Esse trabalhador adoentado cai na rede pública de saúde. Se a gente consegue evitar que ele adoença, isso também desafia o SUS”, explica a pedagoga e mestrandia em vigilância e saúde do trabalhador, Carmen Machado, da organização do seminário.

Estará presente no evento o pesquisador Carlos Gomez Mimayo, referência nacional e internacional em saúde do trabalhador.

Fonte: <http://www.midianews.com.br/conteudo.php?sid=3&cid=169971>

03/09/2013 16h56

Uso indevido de agrotóxicos afeta 20% de grãos e frutas no Brasil

O Ministério da Agricultura publicou nesta terça-feira (3) o resultado do plano de controle de resíduos e contaminantes em alimentos referente à safra 2012/2013, no qual identificou que pelo menos 20% das amostras apresentavam alguma inconformidade, relacionada, principalmente, ao uso de químicos não permitidos para a cultura ou de defensivos (agrotóxicos) cujo uso é proibido no país.

Do total de 163 amostras analisadas de 12 culturas (abacaxi, amendoim, arroz, café, feijão, mamão, manga, milho, soja, tomate, trigo e uva), 33 estavam com algum tipo de problema.

As amostras foram coletadas por fiscais federais agropecuários do ministério em propriedades rurais, estabelecimentos beneficiadores e em centrais de abastecimento em todos os Estados do Sul do país, em Tocantins, Minas

Gerais, Goiás, São Paulo, Espírito Santo, Paraíba, Bahia e Rio Grande do Norte. Após coletadas, foram enviadas aos Laboratórios da Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários.

Amostras de abacaxi de Minas Gerais tinham presença de produto proibido

O abacaxi foi a cultura que apresentou o mais baixo índice de conformidade (25%) entre as analisadas no país. Das 8 amostras dessa fruta, apenas 2 estavam sem problemas.

Na produção de Minas Gerais, nenhuma das seis amostras analisadas tinham sido produzidas de acordo com as regras vigentes no país no tocante ao uso de agrotóxicos. Foram encontrados quatro tipos de agrotóxicos não indicados para essa cultura, além do princípio ativo triclorfon, cujo uso é proibido no país.



Confira o índice de agrotóxico encontrado em alguns alimentos 8 fotos

Pimentão: no Para (Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos de Alimentos) de 2011 da Anvisa, mais de 90% das amostras de pimentão possuíam agrotóxicos em excesso, ou produtos proibidos no Brasil .

No caso do mamão, foram analisadas 40 amostras, entre as quais 13 tinham algum índice de problema. A maior incidência deles foi encontrada em amostras da Bahia, onde 5 das 12 analisadas estavam em desacordo quanto

ao uso de agrotóxicos, segundo levantamento do Mapa.

Na produção de manga também foram identificados problemas. Das 15 amostras analisadas, 5 tinham algum tipo de inconformidade, sendo que as amostras produzidas em Minas Gerais estavam inconformes em 60% dos casos.

Foi encontrado nessa cultura a presença do princípio ativo ometoato, de uso proibido no país, além de quatro defensivos não permitidos para essa cultura.

Milho, trigo e tomate também tiveram problemas com agrotóxicos

No milho, as análises indicaram inconformidade em 2 das 12 amostras avaliadas. Entre elas, está uma do Estado da Bahia e outra, em uma amostra do Estado de São Paulo.

As amostras de trigo e tomate coletadas no Rio Grande do Sul apresentaram também problemas. No caso do cereal gaúcho, 4 das 15 amostras apresentaram inconformidades. Em linhas gerais, foram encontrados a presença do princípio ativo tricloform, de uso proibido no país, além de dois defensivos não permitidos para essa cultura.

No caso do tomate cultivado no Rio Grande do Sul, o problema ocorreu em 3 das 5 amostras analisadas. O laboratório identificou a presença de ometoato, também de uso proibido no país, além de defensivos de uso não permitido para essa cultura.

O Programa de Monitoramento realizado pelo Plano de Controle de Resíduos e Contaminantes em Produtos de Origem Vegetal (PNCRC/Vegetal) tem como objetivo monitorar a segurança dos produtos de origem vegetal, produzidos e importados pelo país, quanto à presença de resíduos de agrotóxicos não autorizados, assim como resíduos de agrotóxicos e contaminantes acima dos limites máximos permitidos pela legislação em vigor.

Ampliar



Aplicativos para smartphones e tablets, softwares e bancos de dados acessíveis por computador facilitam a vida dos agricultores, permitindo acompanhar a produtividade das lavouras e controlar a operações de máquinas agrícolas, entre outras tarefas. Conheça, a seguir, dez programas voltados para o campo e veja o que eles podem fazer pelo produtor rural. *Arte/UOL*

Fonte: <http://economia.uol.com.br/noticias/valor-online/2013/09/03/uso-indevido-de-agrotoxicos-afeta-20-de-graos-e-frutas-no-brasil.htm>

09/09/2013 - 17:25

Monocultivo e veneno ameaçam Chapada do Apodi (RN)

Documentário “Chapada do Apodi – morte e vida” reúne críticas a projeto que ameaça 6 mil agricultores familiares. Assista ao vídeo e leia artigo do diretor.

Nas gravações de “Chapada do Apodi – morte e vida”, conhecemos José Holanda. Agricultor sem terra, durante 12 anos, foi peão na fazenda Boca da Mata, no alto da Chapada do Apodi, no Rio Grande do Norte. Ganhava muito pouco, comprava na bodega do fazendeiro, não podia criar animais e, de tempos em tempos, pulverizava com agrotóxico uma lavoura de algodão, usando nas costas uma bomba que acabava derramando veneno em seu corpo. Em 1997, ele e os companheiros que trabalhavam naquela fazenda se organizaram para ocupá-la e exigir sua desapropriação para a reforma agrária. Conseguiram: a antiga fazenda Boca da Mata é hoje o Assentamento Moaci Lucena.

Em 2013, 15 anos depois do que José chama de “o nascimento de uma nova vida”, o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) quer implementar nesta porção potiguar da chapada, que fica na divisa entre os estados do Ceará e do Rio Grande do Norte, um projeto de irrigação que pretende levar água para o alto da serra.

A pior seca dos últimos 50 anos não meteu medo nos 6 mil agricultores familiares que vivem em Moaci Lucena e em dezenas de outras comunidades desse pedaço do Rio Grande do Norte. Seguiram produzindo polpa de frutas, mel, hortaliças e criando pequenos animais para o consumo dos centros urbanos próximos e das próprias famílias, graças às tecnologias de convivência com o semiárido de que se apropriaram e desenvolveram.

Veneno

Mas o projeto de irrigação do DNOCS, esse sim, tem lhes tirado o sono. O projeto prevê o monocultivo de cacau e uva no sertão potiguar, com uso intensivo de agrotóxicos – inclusive com a temida pulverização aérea, que, com sua potência e imprecisão, acerta seus alvos e tudo o mais que está em volta – e foi elaborado sem qualquer participação das comunidades que há tempos vivem e produzem naquele território. Comunidades inteiras deverão ser desalojadas. Para quem conviveu com veneno e pobreza por anos a fio e hoje vive com autonomia, saúde e dinheiro no bolso, isto é um retrocesso escandaloso.



As promessas desse tipo de projeto são bem conhecidas desses agricultores. Não muito longe dali, no fim dos anos 1980, o mesmo DNOCS emplacou um projeto de irrigação no lado cearense da Chapada do Apodi. A área irrigada, que alcança os municípios de Limoeiro do Norte, Quixeré e Russas, foi ocupada por cinco grandes empresas de fruticultura, desestruturando a produção de milhares de pequenos agricultores.



Líder comunitário foi assassinado. Imagens: Reprodução

Nessas três cidades, a incidência de câncer é 38% maior do que em cidades com população semelhante, mas que não estão expostas a tanto veneno. No bairro da Cidade Alta, em Limoeiro, onde vivem muitos dos trabalhadores da fruticultura irrigada, não é preciso ir longe pra ouvir histórias de intoxicação aguda. Ali, há três anos, o líder comunitário Zé Maria do Tomé foi assassinado por denunciar a contaminação por agrotóxicos dos canais de irrigação que servem tanto às lavouras quanto às comunidades. O gerente de uma das empresas fruticultoras é acusado de ser o mandante do crime.

A violência, o envenenamento, o uso irresponsável dos recursos naturais, a destruturação de cadeias produtivas e o desaparecimento de saberes construídos na luta pela terra e na convivência harmônica com o meio ambiente parecem ser o preço a pagar por esse modelo de desenvolvimento que “mata uns de fome e outros de barriga cheia”, como diz José Holanda. Mas nem os trabalhadores rurais de Limoeiro do Norte, explorados e intoxicados, nem os agricultores da chapada potiguar, ameaçados, se dão por vencidos.

É o que sentimos nas filmagens, na convivência com os trabalhadores da fruticultura que defendem a dignidade possível com humor e solidariedade com os companheiros, enquanto buscam novas alternativas de vida e profissão. É o que está em toda parte em Moaci Lucena: no bebê de Zé Holanda, nas crianças sabidas e sadias, nos quintais produtivos, no rebanho de bodes que espera o fim da estiagem pra voltar a se multiplicar. O que está em disputa na Chapada do Apodi é nada a menos do que o direito à saúde, que separa a vida da morte.

Fonte: <http://reporterbrasil.org.br/2013/09/monocultivo-e-veneno-ameacam-chapada-do-apodi-rn/>

09/09/2013 17:45

Produtores rurais da Bahia vão à Casa Civil pedir ação efetiva contra a Helicoverpa

Uma audiência para tratar sobre o Decreto Emergencial Fitossanitário, a liberação do uso dos defensivos agrícolas a base de Neonicotinoides para a cultura do algodão e o registro de mais produtos para o controle da Ferrugem Asiática na soja. Estes foram os motivos que levaram o presidente da Aiba, Júlio César Busato, e o presidente da Abrapa, Gilson Pinesso, à Brasília, no dia 4 de setembro, para uma reunião com a Ministra da Casa Civil, Gleisi Hoffmann.

O presidente da Abrapa, Gilson Pinesso, falou sobre a importância do uso dos Neonicotinoides para controlar pragas frequentes no algodão como Pulgões e Mosca Branca.

Representando os produtores do Oeste da Bahia, o presidente da Aiba, Júlio César Busato, relatou à Ministra da Casa Civil todo o trabalho que vem sendo feito para combater a Helicoverpa Armígera, praga quarentenária que já causou um prejuízo de cerca de R\$1,6 bilhão aos produtores do Oeste baiano e pode comprometer a safra 2013/14 caso uma medida urgente não seja tomada.

Segundo Busato, faz um ano que todo o processo de busca por solução para combater a praga foi iniciado e, até o presente momento, nada de concreto foi feito pelo governo federal para resolver o problema.

“O governo não está dando a importância devida a esta praga que, dentre as 100 piores no mundo, é considerada a mais agressiva porque ataca feijão, arroz, soja, milho, algodão, tomate, café. O Oeste da Bahia é responsável por 5% da produção agrícola brasileira mantendo, há mais de uma década, resultados positivos no saldo da balança comercial brasileira e contribuindo com o PIB nacional. Nós gostaríamos muito que o governo desse à agricultura a importância que ela tem, tratando como atividade fundamental para a segurança nacional”, disse Júlio César Busato.

Busato falou também sobre a necessidade de se atualizar a legislação. “Ficou explícito que o Brasil não está preparado para enfrentar uma praga como a Helicoverpa Armígera, pois a legislação que rege estas ações são de 1934, quando o Brasil era um grande importador de alimentos. Hoje o país se tornou exportador mundial de soja, milho, carne bovina e suína, frangos, entre outros. Precisamos, urgentemente, que esta questão seja revista e que o Ministério da Agricultura tenha mais poderes para decidir estas questões”.

A ministra da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, reafirmou a preocupação do governo em resolver o problema e disse que, no prazo de cinco dias, dará uma resposta sobre as solicitações que foram feitas.

A audiência foi marcada pelo deputado federal, Oziel Oliveira, e também contou com a presença do Ministro da Agricultura, Antônio Andrade e deputados da Frente Parlamentar.

Fonte: <http://www.jornalnovafronteira.com.br/?p=MConteudo&i=9459>

11/09/2013 14h33 - Atualizado em 11/09/2013 14h33

Mais de 130 mil quilos de embalagens de agrotóxicos são recolhidos, em RO.

Dados do Inpev contabilizam quantidade entre janeiro a julho deste ano. Vilhena teve maior recolhimento de embalagens em 2012 com 227 mil quilos.



Entre janeiro e julho deste ano, foram recolhidos mais de 130 quilos de vasilhames de agrotóxicos em Rondônia (Foto: Idaron/Divulgação)

Aproximadamente 136 mil quilos de embalagens de agrotóxicos foram recolhidos entre janeiro e julho deste ano em Rondônia, pelo Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias de Agrotóxicos (Inpev). No mesmo período de 2012, a quantidade recolhida foi de cerca 110 quilos de vasilhames. Na arrecadação total do ano anterior, [Vilhena](#) foi o município com maior recolhimento de embalagens, compreendendo em 227 mil quilos dos 413 mil recolhidos no estado. O menor foi [Porto Velho](#) com três mil.

Rondônia conta com 13 postos de recolhimento, junto com o posto central localizado em [Cacoal](#), mas para o Inpev, o número é insuficiente para atender a demanda de devolução. Para conter este problema, coletas itinerantes são realizadas em propriedades rurais mais distantes. A coordenadora do programa de agrotóxico da Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de

Rondônia (Idaron), Eutália Alves, afirmou que o número de recolhimento vem crescendo a cada ano e que a expectativa seja de mais aumento.

"A gente consegue ver esse crescimento em Porto Velho, por exemplo. A arrecadação total em 2011 foi aproximadamente de 2 mil embalagens, já no ano passado foi de 3 mil. Então, o crescimento é constante", ressalta a coordenadora.

Eutália afirmou que todo o processo de recolhimento, desde a aquisição do produto até à devolução da embalagem, é fiscalizado. No ato da compra do produto, a nota fiscal emitida é encaminhada ao Idaron. O produtor é orientado a fazer a entrega da embalagem do agrotóxico após o uso.

Ao fim da utilização, o pecuarista deve fazer a tríplice lavagem - prática de misturar o produto com água por três vezes, até o consumo total do agrotóxico - e, então, levar para a entrega em um dos postos de recolhimento.

No posto, o funcionário verifica se a embalagem foi lavada ou se está 'contaminada' com o produto. Caso o vasilhame esteja limpo, segue para o posto central em Cacoal e lá é prensado e levado para o processo de reciclagem. Se a embalagem estiver contaminada, Eutália diz que o material é incinerado.

"90% dos vasilhames seguem para a reciclagem. Os outros 10% é um desafio a ser superado", comenta a coordenadora do programa. Para quem não devolver a embalagem em até um ano após a compra, a Idaron pode aplicar multa.

Fonte: <http://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2013/09/mais-de-130-mil-quilos-de-embalagens-de-agrotoxicos-sao-recolhidos-em-ro.html>

12/09/2013 21h26 - Atualizado em 12/09/2013 21h26

Coleta de embalagens de agrotóxicos aumenta 43% em RO, diz Idaron

De janeiro a agosto deste ano foram recolhidas 175 toneladas. Procedimento é obrigatório pelo perigo que representa ao meio ambiente.

Rondônia registra aumento de 43% no número de recolhimento de embalagens de agrotóxico em 2013 se comparado ao ano passado. O procedimento é obrigatório pois mesmo a embalagem vazia representa perigo ao meio ambiente. De janeiro a agosto de 2012 foram coletadas 123 toneladas de material. No mesmo período deste ano foram recolhidas 175 toneladas.

Os agrotóxicos como defensivos agrícolas ou pesticidas são aliados de produtores para combater pragas nas lavouras. A utilização assim como o descarte é fiscalizado pela Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia (Idaron).

O descarte incorreto das embalagens também pode gerar multa ao produtor. Rondônia é o primeiro estado da região Norte em recolhimento de embalagens vazias de agrotóxicos, mas conta apenas com 13 postos de coleta.

A devolução das embalagens é obrigatória no prazo de um ano após a compra do produto. Algumas são encaminhadas para incineração por oferecerem risco de contaminação. Todo o material recolhido é encaminhado para uma central que fica em Cacoal (RO) onde são prensados e destinados a reciclagem.

Fonte: <http://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2013/09/coleta-de-embalagens-de-agrotoxicos-aumenta-43-em-ro-diz-idaron.html>

12/09/2013 - 20:00

Neonicotinoides: que são e como podem afetar você

Aprovados apressadamente, novos agrotóxicos são devastadores para abelhas — mas podem contaminar milhares de outras espécies e água que bebemos

Só agora, quando os neonicotinoides já são os inseticidas mais usados no mundo, é que estamos começando a compreender a extensão dos impactos ambientais que causam. Assim como a fabricante do DDT, as corporações que produzem essas toxinas alegaram que eram inofensivas para outras espécies, além das pragas que eram seu alvo. Como no caso do DDT, ameaçaram pessoas que se mostraram preocupadas, publicaram argumentos enganosos e fizeram de tudo para ludibriar o público. E, como para garantir que a história segue o velho roteiro, governos colaboraram com esse esforço. Entre os mais (ir)responsáveis está o do Reino Unido.

Como mostra o professor Dave Goulson neste artigo sobre os impactos desses pesticidas, ainda não sabemos quase nada sobre como eles afetam a maioria das formas de vida. Mas, à medida em que as evidências se acumulam, os cientistas começaram a descobrir que eles provocam impactos numa enorme diversidade de vida selvagem.

Quem ler o artigo tomará contato com provas que apontam os neonicotinoides como uma das principais causas do declínio das populações de abelhas e outros polinizadores. Aplicados nas sementes de várias culturas, esses pesticidas permanecem nas plantas conforme elas crescem, e matam os insetos que as comem. A quantidade necessária para destruir os insetos é incrivelmente pequena: os neonicotinoides são 10 mil vezes mais potentes que o DDT. Basta que as abelhas sejam expostas a 5 nanogramas para que a metade delas venha a morrer. Assim como as abelhas, borboletas, mariposas, besouros e outros polinizadores que se alimentam das flores de espécies domesticadas pelo ser humano podem, ao que parece, absorver veneno em quantidade suficiente para comprometer sua sobrevivência.

Mas somente uma pequena parte do volume de neonicotinoides utilizados pelos agricultores é absorvida pelo pólen ou néctar da flor. Estudos realizados até agora sugerem que apenas de 1,6% a 20% do pesticida usado nas sementes de fibras têxteis são de fato absorvidos pelas plantas — muito menos do que quando as toxinas são pulverizadas sobre as folhas. Parte dos resíduos é levada pelo vento e provavelmente causará estragos nas populações de muitas espécies de insetos, nas sebes e *habitats* das proximidades. Mas a grande maioria, diz Goulson — “normalmente, mais de 90%” — do veneno aplicado às sementes penetra no solo. Em outras palavras, a realidade é bem diferente da visão criada pelos fabricantes, que continuam descrevendo a cobertura de sementes com pesticidas como “intencional” e “precisa”.

Os neonicotinoides são químicos altamente persistentes, que se mantêm (segundo os poucos estudos publicados até aqui) no solo por mais de 19 anos. Como são persistentes, tendem a se acumular: a cada ano de aplicação o solo se torna mais tóxico.

Ninguém sabe o que esses pesticidas provocam no solo, já que ainda não foram feitas pesquisas suficientes. Mas – mortais para todos os insetos e possivelmente para outras espécies em concentrações mínimas – é provável que acabem com grande parte da fauna do solo. Isso inclui as minhocas? Os pássaros e mamíferos que comem minhocas? Aves e mamíferos que se alimentam de insetos e sementes pulverizadas? Ainda não sabemos dizer.

Isso é o que você continuará ouvindo sobre esses pesticidas: passamos a utilizá-los cegamente. Nossos governos aprovaram seu uso sem a mais pálida ideia das prováveis consequências.

Você pode ter tido a impressão de que os neonicotinoides foram banidos da União Europeia. Mas não foram. O uso de alguns poucos desses pesticidas foi suspenso por dois anos, mas apenas para determinados propósitos. Ao ouvir os legisladores, seria talvez levado a acreditar que abelhas melíferas são os únicos seres que eventualmente são afetados, e que somente flores de plantas cujas sementes foram pulverizadas podem matá-los.

Mas os neonicotinoides são também borrifados sobre folhas de ampla variedade de culturas. Estão ainda espalhados em pastagens e parques, em pequenos grãos, para matar insetos que vivem no solo e comem raízes da grama. Essas aplicações, e muitas outras, permanecem legalizadas na União Europeia – embora não saibamos a gravidade e extensão de seus impactos. Sabemos o suficiente, contudo, para concluir que são provavelmente nefastos.

Claro, nem todos os neonicotinoides que penetram no solo alojam-se ali indefinidamente. Você ficará aliviado ao saber que alguns deles são lavados, quando, então... ah sim, acabam em águas subterrâneas ou rios. O que acontece ali? Alguém sabe? Os neonicotinoides não são sequer mencionados entre as substâncias monitoradas pelos órgãos que cuidam da água, de modo que não temos ideia sobre quais concentrações se encontram nos líquidos que nós e muitas outras espécies usamos.

Mas estudo realizado na Holanda revela que a água de algumas áreas de horticultura é tão fortemente contaminada por esses pesticidas que poderia ser usada para tratar piolhos. O mesmo estudo mostra que, mesmo em concentrações muito baixas – não superiores aos limites definidos pela União Europeia – os neonicotinoides que penetram nos sistemas fluviais acabam com metade das espécies de invertebrados que esperaríamos encontrar nos rios. Essa é outra maneira de dizer que destroem grande parte da cadeia alimentar.

Fui motivado a escrever este artigo por uma horrível notícia sobre o Rio Kennet, no sul da Inglaterra: um ecossistema altamente protegido. No mês passado, alguém – um fazendeiro, dono de casa, ainda não se sabe – jogou outro tipo de pesticida, o clorpirifós, na pia. A quantidade era equivalente – em substância pura – a duas colheres de chá. O veneno passou pelas obras de esgoto da região de Marlborough e exterminou a maior parte dos invertebrados existentes numa extensão de 24 quilômetros do rio.

A notícia me atingiu em cheio. O melhor trabalho que já tive foi, durante as férias de verão da universidade, como zelador da água no trecho do rio Kennet pertencente ao espólio Sutton (*Sutton estate*). Foi um trabalho difícil e, na maioria das vezes, só fiz bobagem. Mas vim a conhecer e amar esse trecho do rio, e me maravilhei com a profusão impressionante de vida contida naquelas águas claras. Mergulhado nela até a altura do peito durante a maior parte do dia, fiquei imerso na ecologia, e passei muito mais tempo do que devia observando pequenos castores e maçaricos; cabozes gigantes abanando as suas barbatanas à sombra das árvores; grandes trutas tão leais a seus postos que branqueavam o cascalho do leito do rio sob suas caudas; lagostins nativos; libélulas; larvas de moscas d'água; camarões de água doce e muitas outras espécies.

À noite, em busca de companhia e igualmente fascinado pelos protestos e pelas pessoas notáveis que ele atraiu, eu acabava no campo de paz, na frente dos portões da base nuclear de Greenham Common. Conteí sobre a estranha história que rolou nessas minhas visitas em outro post.

Ativistas que procuram proteger o rio já descreveram como, após a contaminação, ele cheirava mal por causa dos cadáveres de insetos e camarões em decomposição. Sem insetos e camarões para se alimentar, os peixes, aves e anfíbios que utilizam o rio tendem a desaparecer e morrer.

Depois de digerir esta notícia, lembrei-me do estudo holandês, e me pareceu que os pesticidas neonicotinoides provavelmente estão, em muitos lugares, minando a vida dos rios onde entram de forma semelhante: não uma vez, mas durante todo o tempo em que estão entranhados no terreno à sua volta.

Richard Benyon, ministro do Meio Ambiente do Reino Unido, supostamente encarregado de proteger a vida selvagem e a biodiversidade – e que coincidentemente possui direito de pesca em parte do Rio Kennet e representa o eleitorado da região por onde ele passa –, expressou sua “raiva” pelo envenenamento por clorpirifós. Não deveria ele também se indignar contra o envenenamento rotineiro dos rios por neonicotinoides?

Se fizesse isso, ficaria em maus lençóis com seu chefe. Assim como envenenam sistematicamente nossos ecossistemas, os neonicotinoides também envenenaram as políticas (já reconhecidamente bem tóxicas) do departamento que deveria regulá-los. Em abril, Damian Carrington expôs, escrevendo no *Observer*, a carta enviada pelo ministro encarregado do Departamento de Meio Ambiente, Alimento e Negócios Rurais, Owen Paterson,

à Syngenta, fabricante desses pesticidas. Paterson prometia à multinacional que seus esforços para evitar a proibição de seus produtos “continuarão e se intensificarão nos próximos dias”.

E de fato, o Reino Unido recusou-se a apoiar as proibições temporárias propostas pela Comissão Europeia tanto em abril como em julho, a despeito do número enorme de petições e dos 80 mil emêios sobre o assunto que Paterson recebeu. Quando ele e o departamento que dirige viram-se frente à escolha entre a sobrevivência da natureza e os lucros das multinacionais dos pesticidas, não houve muita dúvida sobre onde pular. Felizmente, eles fracassaram. (...)

No início de agosto, como para nos recordar do quanto este governo está capturado pelas corporações que deveria regular, o cientista que liderou as inúteis experiências que Walport e Paterson citaram como desculpa, deixou o governo para assumir um novo posto na... Syngenta. Parece que ela já estava trabalhando para eles, na verdade.

Portanto, temos aqui um departamento que cambaleia como um bêbado portando uma metralhadora carregada, assegurando-nos de que é perfeitamente seguro. As pessoas que deveriam estar defendendo a natureza têm conspirado com os fabricantes de biocidas de largo espectro para permitir níveis de destruição que só podemos imaginar. Ao fazê-lo, eles parecem estar arquitetando uma outra primavera silenciosa.

Fonte: <http://reporterbrasil.org.br/2013/09/neonicotinoides-que-sao-e-como-podem-afetar-voce/>

MPF/DF quer suspender registro do agrotóxico com carbendazim no Brasil

Fungicida é usado em culturas como citrus, soja e feijão



DO PORTAL DO AGRONEGÓCIO

O Ministério Público Federal no Distrito Federal (MPF/DF) entrou com ação na Justiça para suspender o registro de agrotóxicos formulados com carbendazim no Brasil. Segundo o MPF, a proibição do uso do fungicida deve ser adotada até que a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) conclua o processo de reavaliação da toxicidade do princípio ativo, "considerado nocivo à saúde humana por diversos estudos científicos".

O carbendazim é registrado no Ministério da Agricultura para pulverização das culturas de citros, algodão, feijão, soja e trigo, além do tratamento de sementes de algodão, feijão, milho e soja. No caso dos citros, o uso do produto para controle da pinta preta foi suspenso no início do ano passado pelo Fundo de Defesa da Citricultura (Fundecitrus), mantido por produtores e indústrias, após o embargo pelos Estados Unidos de 20 carregamentos de suco concentrado com níveis de carbendazim acima dos níveis tolerados pelas autoridades norte-americanas.

O MPF/DF, ao defender a suspensão do carbendazim, argumenta que o fungicida é proibido nos Estados Unidos e faz parte do programa de revisão de substâncias da União Europeia. "Aqui, a última avaliação do ingrediente foi realizada pela Anvisa em 2002. Desde então, centenas de novas pesquisas apontaram riscos na ingestão do produto, que pode causar danos aos sistemas endócrino, hepático e reprodutor", diz o MPF, citando que o uso do carbendazim é associado, por exemplo, a doenças de pele, problemas no fígado, diminuição da produção de espermatozoides, infertilidade, malformações fetais, distúrbios hormonais e câncer.

Segundo o MPF/DF, a própria Anvisa reconhece a necessidade de reavaliar os riscos da substância, mas informou que só fará a análise depois de concluir a reavaliação de outros 14 ingredientes ativos, previstos na Resolução RDC 10/2008, mas não há data prevista para o término dos trabalhos. "A inércia da autarquia coloca em risco a saúde da população brasileira", dizem os procuradores, que defendem o princípio da precaução. "Para que a saúde seja efetivamente tutelada, devem ser aplicadas pelo Estado, de acordo com as suas capacidades, medidas preventivas onde existam ameaças de riscos sérios ou irreversíveis. Não será utilizada a falta de certeza científica total como razão para o adiamento de medidas eficazes", diz na ação o procurador da Anselmo Henrique Cordeiro Lopes.

Fonte: <http://www.midianews.com.br/conteudo.php?sid=4&cid=173419>

23/09/2013

Brasil não tem lei sobre contaminação de águas subterrâneas por agrotóxicos

legislação brasileira não estabelece nenhuma normatização sobre a contaminação das águas subterrâneas por agrotóxicos, o que torna este problema uma ameaça real para a qualidade da água. A lacuna chamou a atenção do advogado e mestrando em Direito Ambiental da Escola Superior Dom Helder Câmara, Paulo Engel Viera, que decidiu abordar o problema em sua tese de mestrado. O trabalho, que teve como tema “A Teoria da Agroartificialidade e o uso de agrotóxicos no Brasil: uma releitura da tutela jurídica das águas subterrâneas”, foi apresentado à banca examinadora na última sexta-feira (20) e foi aprovado com louvor, sendo, inclusive, indicado para publicação.

A relação com o tema está no DNA de Paulo e faz parte da sua história de vida. Natural de Alfenas, no Sul de Minas, ele é de uma família de agricultores. “Trabalhando no campo, a gente tem a lida e a experiência diária de que os agrotóxicos estão sendo utilizados de uma forma indiscriminada e sem qualquer controle, seja pelo Estado, na fiscalização, ou até mesmo pelos emitentes das receitas agrônômicas”, ressaltou o advogado.

Durante o processo de pesquisa, Paulo estudou agronomia e concluiu que a ciência está avançada no que diz respeito à proteção das águas subterrâneas, faltando apenas uma área do Direito para nortear e fiscalizar o uso e a consequente contaminação por agrotóxicos. “Não tem um ramo do Direito que cuida especificamente disso, obrigando esses profissionais e usuários a se atentarem para essa prevenção. É exatamente esse o núcleo do trabalho. Está faltando o Direito lançar mão de seus mecanismos para regular essa atividade, colocando em prática o que ciência da agronomia já possui”, explicou.

Segundo pesquisa da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), o Brasil é responsável por 1/5 do consumo mundial de agrotóxicos, utilizando 19% de todos os defensivos agrícolas produzidos no mundo. Diante dos dados preocupantes e da falta de legislação para proteger a qualidade as águas subterrâneas, o agora mestre em Direito Ambiental faz um alerta.

“Se a gente continuar nesse caminho de uso indiscriminado, talvez, daqui a algumas dezenas de anos, poderemos sim chegar a esta constatação infeliz”, disse.

Água da mina

Paulo explica que a contaminação das águas subterrâneas acontece de maneira invisível: o agrotóxico infiltra no solo, chega até o lençol freático e contamina a água. Dessa forma, muitas pessoas podem ingerir essa água sem imaginar que ela esteja envenenada, o que representa um risco para saúde humana.

Apesar de Paulo ter mudado para Belo Horizonte, sua família continua em Alfenas e preserva uma tradição: o pai dele sempre vai ao sítio, localizado na zona rural de Alfenas, para buscar água mineral na mina e distribuir entre os parentes. “Quando você passa a contaminar essa água subterrânea você está contaminando a possibilidade de, no futuro, ter água pura”, ressaltou Paulo.

Mestrado

Paulo enalteceu a qualidade do mestrado em Direito Ambiental oferecido pela Dom Helder Câmara. Na avaliação dele, não é um curso apenas para ganhar um título e ter a possibilidade de dar aulas, pois oferece o aprofundamento numa área carente de profissionais práticos e também teóricos. “Ou seja, no meu caso, estamos falando sobre um específico que não tem sequer uma lei que visa preservar essa água subterrânea do agrotóxico. Ou seja, precisamos desenvolver o tema na academia e levar para a sociedade depois”, finalizou.

Fonte: <http://www.domtotal.com/noticias/detalhes.php?notId=673754> revista

sexta-feira, 27 de setembro de 2013

Autorizado uso de novo agrotóxico para a ferrugem da soja

A Anvisa autorizou nesta semana um novo fungicida para o combate à ferrugem da soja. O produto é resultado da combinação de um novo princípio ativo, a fluxapyroxade, com a piraclostrobina, já existente em formulações prontas.

A avaliação é resultado de uma priorização dada pelo governo para a avaliação e registro de produtos que ataquem uma das principais pragas que afetam as lavouras de soja no Brasil.

O novo ingrediente ativo é mais uma ferramenta no combate à ferrugem da soja, que exige ainda uma ação de manejo integrado para evitar a proliferação da praga.

A priorização de análise de produtos agrotóxicos, a pedido do Ministério da Agricultura, tem sido adotada como estratégia para permitir que os produtos mais importantes sejam avaliados. Isso porque, segundo pesquisa da Universidade Federal do Paraná (UFPR), 50% dos produtos avaliados e aprovados pela Anvisa não chegam a ser comercializados pelas indústrias. O objetivo é que os agrotóxicos que representem um avanço real para a agricultura brasileira estejam disponíveis para os agricultores.

Fonte:

<http://portal.anvisa.gov.br/wps/content/anvisa+portal/anvisa/sala+de+imprensa/menu+-noticias+anos/2013+noticias/autorizado+uso+de+novo+agrotoxico+para+a+ferrugem+da+soja>

01/10/13, 07:37

Praga na lavoura de soja faz Piauí iniciar combate em 25 municípios

Lagarta já causou prejuízos na Bahia e será combatida com agrotóxico para salvar produção de grãos.

A Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Piauí (Adapi) declarou como zona interdita a região de 25 municípios para que seja combatida a praga *Helicoverpa armigera*, uma lagarta que se espalha pelas lavouras de grãos do Brasil e já afeta a produção de soja na região dos cerrados.

Fotos: Fabiano Bastos/Embrapa



A portaria declara como zona interdita os municípios de Porto Alegre do Piauí, Antônio Almeida, Landri Sales, Ribeiro Gonçalves, Uruçuí, Sebastião Leal, Baixa Grande do Ribeiro, Alvorada do Gurguéia, Palmeira do Piauí, Currais, Bom Jesus, Redenção do Gurguéia, Monte Alegre do Piauí, Santa Filomena, Gilbués, São Gonçalo do Gurguéia, Corrente, Sebastião Barros, Cristalândia do Piauí, Barreiras do Piauí, Piracuruca, Regeneração, Guadalupe, Jerumenha e Marcos Parente.



Nas cidades listadas, a Defesa Sanitária Vegetal deverá adotar medidas para combater a praga. Entre as ações emergenciais está o uso de agrotóxico com a substância Benzoato de Emamectina, cuja utilização já foi motivo de ação judicial na Bahia. Em portaria publicada no Diário Oficial de segunda-feira (30), a Adapi lista uma série de exigências para autorizar a aplicação do produto.

Segundo o Ministério da Agricultura, os primeiros relatos sobre a praga foram feitos em dezembro do ano passado. Só depois de muitos estudos, a Embrapa conseguiu identificar qual espécie de *Helicoverpa* estava gerando os prejuízos. Desde então, além da Bahia e Piauí, já existem ocorrências no Paraná, Mato Grosso e Distrito Federal.

Uma das dificuldades para o combate é a resistência da *Helicoverpa armigera*, que fica no solo mesmo na mudança entre uma safra e outra. Resistente a inseticidas, também tem alta capacidade de se reproduzir e se adaptar a diversos ambientes. Feijão, algodão e milho também podem ser atingidos.

"No Piauí ela foi detectada no ano passado e os produtores já estão preocupados com o que aconteceu na Bahia. Nós não temos a dimensão (dos danos), mas na Bahia foi um prejuízo de mais de R\$ 1 milhão", declarou ao Cidadeverde.com o diretor-geral da Adapi, José Antônio Filho.

O diretor acrescenta que está sendo montada uma força tarefa com Ministério da Agricultura, Embrapa, Fetag, SDR, Emater e outros órgãos para controlar a situação. "A praga não se erradica. Nós temos que controlar, conviver com ela, para que ela não venha a inviabilizar o nosso agronegócio", concluiu José Antônio Filho.

Fonte: <http://www.cidadeverde.com/praga-na-lavoura-de-soja-faz-piaui-iniciar-combate-em-25-cidades-144730>

03/10/2013 17:16, última modificação 03/10/2013 17:16

Uso de agrotóxico acefato no País ganha novas regras

Acefato não poderá ser aplicado em estufas, nem ser utilizado em produtos de uso domissanitário ou em jardinagem



Divulgação/Fundacentro

Acefato só poderá ser comercializado em embalagens hidrossolúveis

O agrotóxico Acefato terá novas regras para ser utilizado no Brasil. A Anvisa publicou nesta quinta-feira (03) o resultado da avaliação do produto, excluindo algumas modalidades de aplicação e de culturas em que o produto não poderá mais ser empregado.

De acordo com a resolução RDC 45/2013, o Acefato não poderá ser aplicado em estufas, de forma manual e costal, nem ser utilizado em produtos de uso domissanitário ou em jardinagem. A nova monografia da substância também proíbe a aplicação nas culturas de cravo, crisântemo, fumo, pimentão, rosa e tomate de mesa.

Nas culturas de brócolis, couve, couve-flor e repolho o produto poderá ser utilizado somente até que sejam registrados agrotóxicos substitutos ao Acefato. A norma determina ainda que a Anvisa dê prioridade no registro de substitutos para estas culturas. Em outras oito culturas, o produto continuará a ser utilizado.

Outra novidade é que o agrotóxico Acefato só poderá ser comercializado em embalagens hidrossolúveis. Neste tipo de embalagem não há contato do agricultor com o produto, já que a embalagem é colocada fechada dentro do equipamento de aplicação e se dissolve durante a preparação do produto. A partir de 31 de janeiro de 2015, somente este tipo de embalagem poderá ser utilizada na comercialização do Acefato. As empresas também terão que fornecer aos agricultores cartilhas informativas sobre os riscos associados ao ingrediente.

Desde 2008, a Anvisa está reavaliando 14 agrotóxicos por diferentes motivos. No caso do Acefato, houve suspeita de carcinogenicidade, toxicidade reprodutiva para seres humanos, e efeitos neurotóxicos, além da necessidade

de revisar a Ingestão Diária Aceitável (IDA). A nova IDA do Acefato ficou definida em 0,0012mg/kg de peso corpóreo/dia, a mesma utilizada nos Estados Unidos.

A Consulta Pública sobre o produto recebeu 1.471 contribuições de cidadãos, instituições de pesquisa, produtores rurais, setor produtivo, governo, além de um abaixo assinado da Associação Brasileira de Agroecologia.

Fonte: <http://www.brasil.gov.br/saude/2013/10/uso-de-agrotoxico-acefato-no-pais-ganha-novas-regras>

11/10/2013 - 15h50 Comissões - Meio Ambiente

CMA pode votar limites para pulverização aérea de lavouras



Reprodução/Asa Brasil

VEJA MAIS

[Veja a pauta completa da CMA](#)

A definição de limites específicos para a pulverização aérea de agrotóxicos estará em análise na próxima terça-feira (15), a partir das 8h30, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

O relator, Anibal Diniz (PT-AC), apresenta voto favorável à aprovação da matéria, mas propõe, por meio de substitutivo, que as restrições e proibições sejam estabelecidas a partir de regulamentação da Lei dos Agrotóxicos (Lei [7.802/1989](#)). A autora do projeto (PLS [681/2011](#)), senadora Ana Rita (PT-ES), propunha no texto original que fosse proibida a pulverização aérea de agrotóxicos para qualquer finalidade. O relator reconheceu que esse modo de defensivos apresenta “elevado potencial de contaminar áreas adjacentes, quando comparado às demais formas”. No entanto, Anibal Diniz considerou inadequado proibir totalmente a pulverização, com o argumento de que pode ser esse um procedimento necessário para controle de doenças ou pragas em regiões extensas ou de difícil acesso.

No substitutivo, o relator também não aceitou proposta de Ana Rita de proibir o registro de agrotóxicos elaborados com glifosato, cihexatina, endosulfan, abamectin, fosmete, parathion, metamidofós, forate, triclorfom, carbofuram, paraquate e latofemcujas. Anibal Diniz argumenta que a proibição de

ingredientes ativos deve ser feita pelos órgãos técnicos, conforme já estabelecido pela Lei dos Agrotóxicos.

Depois de análise na CMA, a matéria será encaminhada às Comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). Nesta última, o projeto irá tramitar em decisão terminativa.

Na mesma reunião, a CMA deve analisar projeto que trata dos rótulo dos produtos *light* (PLS [336/2012](#)) e o que estabelece a contagem do período de defeso, em que a pesca é proibida ou controlada, como tempo de contribuição e aposentadoria especial dos pescadores (PLS [150/2013](#)). Ambos os projetos ainda serão apreciados pela CAS.

Fonte: <http://www12.senado.gov.br/noticias/materias/2013/10/11/cma-pode-votar-limites-para-pulverizacao-aerea-de-lavouras>

13/10/2013 09:21

Helicoverpa armígera é tema de audiência pública na Bahia



A Comissão de Agricultura e Política Rural da Assembleia Legislativa da Bahia realizou uma audiência pública, no dia 08 de outubro, para discutir sobre o ataque da praga *Helicoverpa Armígera* às lavouras do Estado, especialmente na região Oeste. A Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia (Aiba) e a Associação dos Produtores de Algodão da Bahia (Abapa) participaram da audiência.

O presidente da Aiba, o engenheiro agrônomo Júlio César Busato, falou sobre os prejuízos causados pela praga na região, o que já ultrapassa R\$ 2 bilhões e ressaltou a necessidade da autorização emergencial do uso do Benzoato de Emamectina para controlar a praga. “Precisamos que este assunto seja tratado de uma forma suprapartidária, com a união de todos, pois esta praga vai atacar os pequenos, médios e grandes produtores do Estado, causando grandes prejuízos nas lavouras”, explicou Busato.

A secretaria estadual de Agricultura chegou a obter a autorização para importar o produto de forma emergencial, mas a carga foi apreendida pelo Ministério Público ao entrar no país. Depois disso, foi solicitada à ministra da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, a criação de uma MP que autorizasse o uso do defensivo agrícola em território nacional. Aprovada pela Câmara e pelo Senado, a MP 619 aguarda aprovação da presidente Dilma Rousseff. “Solicitamos que o governador do Estado reafirme, junto a presidente Dilma, a importância da aprovação imediata da MP 619”, disse Busato.

Segundo ele, os produtores já estão aportando parte dos recursos necessários a implantação do Programa Fitossanitário, através dos Fundos existentes, mas precisam que os governos federal e estadual também aportem parte destes recursos. “É para isto que estamos buscando auxílio aqui na Assembleia Legislativa”, explicou Júlio Busato.

“Este produto é registrado em 90 países, inclusive, na União Europeia, onde o controle é rigoroso, além do Japão, Estados Unidos e Austrália. Ele é semelhante a qualquer outro já utilizado no país e, portanto, seguro”, garantiu o secretário da Agricultura, Eduardo Salles, também presente a audiência.

Programa Fitossanitário

O presidente do Conselho Técnico da Aiba e representante da Abapa, Antônio Grespan, também convidado a participar da audiência, relatou que quando os primeiros focos da praga foram identificados, a Abapa organizou uma missão a Austrália, país que desde a década de 90 aprendeu a conviver com a Helicoverpa. A partir daí e considerando a realidade do Oeste da Bahia, foi elaborado, no primeiro semestre de 2013, um Programa Fitossanitário de combate à praga, orientado pelos melhores entomologistas do país e da Austrália, por agrônomos da região, pesquisadores da Fundação Bahia e técnicos da Agência de Defesa Agropecuária da Bahia (Adab), sob a coordenação da Aiba e Abapa.

“O Programa consiste em um conjunto de medidas técnicas, que inclui o encurtamento do calendário de plantio, para que a praga tenha menos ciclos de vida; a realização do vazio sanitário (período sem cultura); o combate biológico (inimigos naturais como vírus, bactérias e fungos) e a liberação do Benzoato de Emamectina; dentre outras ações”, explicou Grespan, acrescentando que a implantação do Programa vai custar cerca de seis milhões e trezentos mil reais, sendo fundamental o apoio financeiro dos governos estadual e federal.

Participaram também da audiência, a representante do Instituto de Meio Ambiente da Bahia (Inema), Lúcia de Fátima; o diretor de Defesa Sanitária Vegetal da Adab, Armando Sá; as deputadas Neusa Cadore e Kelly Magalhães; os deputados Cacá Leão, Mario Negromonte Junior, Marquinhos Viana e o vice-presidente da Comissão, Hebert Barbosa.

Fonte: <http://www.jornalnovafronteira.com.br/?p=MConteudo&i=9704>

Domingo, 20 de outubro de 2013

Lago de Sobradinho está contaminado por agrotóxicos, metais pesados e outras substâncias



O que apenas era uma especulação, se confirmou: a água do Rio São Francisco que banha quatro municípios baianos (Sobradinho, Sento Sé, Remanso e Casa Nova) apresenta indícios de contaminação por resíduos químicos e biológicos. Em vários pontos do Lago, metais pesados, coliformes fecais e substâncias químicas já se misturam à água em proporções acima da permitida pela legislação brasileira.

De acordo com as pesquisadoras, as análises das amostras identificaram teores totais de metais pesados – Ferro (Fe) e Cádmio (Cd) – superiores aos que são permitidos por lei. E o aumento da concentração desses elementos na época de cheia do rio pode estar relacionada entre muitos outros fatores.

Para os pesquisadores da Embrapa, a presença de metais pesados na água, que conhecidamente estão presentes em alguns fertilizantes e agrotóxicos normalmente utilizados na atividade agrícola da região, são indicativos da influência desta atividade na qualidade da água do Lago de Sobradinho.

Outras substâncias, como o acefato, metalaxil, oxyfluorfen, pendimetalina, e carbendazim, foram detectadas em 90% das amostras, indicando o potencial de contaminação da água do Lago por agrotóxicos muito utilizados nos cultivos de cebola. Um dado que também merece atenção é o que constata que 99% das amostras de água coletadas em áreas rurais ribeirinhas nos municípios de Sobradinho, Casa Nova, Sento Sé e Remanso apresentaram altas concentrações de coliformes fecais. A contaminação detectada decorria da presença de esterco de animais.

Entre os quatro pontos de coleta do município de Remanso, de acordo com as pesquisadoras, apenas num lugar, identificado como Salgadinho, a água estava apropriada para uso pelos agricultores e suas famílias. Rebert Coelho

Correia, pesquisador da Embrapa Semiárido e coordenador do projeto, explica que embora os dados ainda não sejam os definitivos, eles apontam uma situação preocupante e dão uma noção da gravidade da realidade atual e dos riscos que representa sua evolução, se mantido o atual modelo de agricultura praticado na região.

“Nós vamos buscar as prefeituras, que são parceiras na execução do projeto, e a sociedade desses municípios para discutirmos o problema que o estudo das pesquisadoras aponta. Precisamos alterar essa situação, com rapidez”, afirma. As informações são da Embrapa.

Fonte: <http://www.assisramalho.com.br/2013/10/lago-de-sobradinho-esta-contaminado-por.html>

21/10/2013 12h02

Brasil descarta corretamente 32 mil toneladas de embalagens de agrotóxicos em 2013

Resultado conquistado pelo Sistema Campo Limpo entre janeiro e setembro é 12% maior se comparado o mesmo período do ano anterior

Resultado conquistado pelo Sistema Campo Limpo entre janeiro e setembro é 12% maior se comparado o mesmo período do ano anterior

Victor José, repórter do Portal Transporta Brasil



O Sistema Campo Limpo, grupo de logística reversa formado por agricultores, fabricantes representados pelo inpEV (Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias) e canais de distribuição encaminhou corretamente, entre janeiro e setembro deste ano, 32.041 toneladas de recipientes de agrotóxicos em todo o Brasil.

Número representa um crescimento de 12% em relação ao mesmo período de 2012. O balanço realizado pelo instituto aponta que os Estados que mais encaminharam para a destinação final foram: Mato Grosso, Paraná, São Paulo, Goiás e Rio Grande do Sul, que juntos correspondem a 70% do total devolvido

pelos agricultores no Brasil. Rio Grande do Norte, Rondônia, Maranhão e Piauí obtiveram os maiores crescimentos percentuais no período analisado.

Segundo o diretor-presidente do inpEV, João Cesar. M. Rando, a expectativa é destinar de forma ambientalmente adequada 40 mil toneladas de embalagens em 2013. No ano passado, foram 37.390 toneladas.

Fonte: <http://www.transportabrasil.com.br/2013/10/brasil-descarta-corretamente-32-mil-toneladas-de-embalagens-de-agrotoxicos-em-2013/>

21/10/2013 às 11h54

Consea pede veto a proposta que flexibiliza agrotóxicos

Discurso da presidenta do Consea no Dia Mundial da Alimentação

Há um significado especial em celebrar o Dia Mundial da Alimentação na Conferência Nacional do Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário. Um espaço bastante propício para a abordagem do tema escolhido pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), porque dialoga com os conteúdos e propostas aqui debatidos.

Falar de Sistemas Alimentares Sustentáveis significa em primeiro lugar o reconhecimento dos sujeitos de direitos - povos do campo, da floresta e das águas, com as suas expressões identitárias e culturais que tem contribuído através da história para a conservação da biodiversidade e a diversidade de nossa alimentação.

Por isso, a incorporação do etnodesenvolvimento como uma diretriz do desenvolvimento rural sustentável e solidário, e que também adotamos nas políticas de Segurança Alimentar e Nutricional, representa um avanço. Precisamos rejeitar firmemente as ações políticas e propostas de mudanças na legislação, que impliquem em qualquer tipo de ação etnocida, integracionista, ou a agressão aos direitos dos povos indígenas, povos e comunidades tradicionais que estão assegurados pela Constituição Federal, e em convenções e tratados internacionais assinados pelo Brasil.

A participação das mulheres que alcançou 50% dos participantes nesta conferência é uma importante conquista na história de sua organização e a expressão de sua cidadania. Seu papel ativo na defesa da soberania e segurança alimentar e nutricional, precisa se traduzir na garantia do acesso igualitário às políticas públicas, no seu reconhecimento como sujeito político e afirmação de sua autonomia.

Também quero saudar a presença da juventude e as perspectivas para a construção de sua autonomia e emancipação com propostas de políticas que apontem alternativas para sua vida no campo.

Uma importante conquista no quadro das políticas públicas se anuncia com a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. A efetiva implantação do Plano Nacional coloca-nos diante do desafio de reconstruir os instrumentos

de ação pública tendo como norte o paradigma da agroecologia. Precisaremos com certeza inovar nesse campo e adotar referências distintas das orientações que tem presidido as políticas para o campo até o momento.

Diversas proposições aqui debatidas enfatizam as diferentes dimensões envolvidas nos processos de transição agroecológica: financiamentos adequados à produção sem uso de agrotóxicos, disponibilidade e acesso a sementes crioulas, apoio às tecnologias sociais, assistência técnica pública, apoio à comercialização e compras governamentais de produtos agroecológicos, pesquisas públicas participativas e integração ensino e pesquisa com base na agroecologia. Destaca-se ainda um conjunto de proposições voltadas para o manejo sustentável de sistemas agroflorestais - extrativismo, áreas de preservação permanente, de reservas legais, sistemas agrossilvopastoris, entre outros.

O lançamento do Plano Nacional nos estimula a avançar no debate e propostas que se articulam com a construção do caminho da soberania e segurança alimentar e nutricional, identificando as perspectivas positivas, mas também as profundas contradições, que o modelo de desenvolvimento brasileiro nos impõe e que marcham no sentido de negá-las.

Cito aqui, como exemplo, dois temas que nos tem mobilizado nesses dias: a ameaça de liberação da tecnologia “terminator” e mais uma proposta de flexibilização da legislação sobre agrotóxicos.

Acabamos de conseguir hoje uma vitória parcial com a retirada de pauta da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara Federal do projeto de lei que autoriza a produção e comercialização de sementes transgênicas suicidas (PL 268/2007). Um abaixo assinado com mais de 15 mil assinaturas coletadas pelas organizações da sociedade brasileira em apenas três dias demonstra claramente a rejeição desta tecnologia. A manifestação da plenária desta Conferência seguramente influenciou também nessa decisão. Mas precisamos continuar mantendo uma grande mobilização, pois a retomada da proposta no Congresso também põe em risco a Moratória Internacional da Convenção da Diversidade Biológica (CDB), da qual o Brasil é parte.

Quero reiterar também, em nome do Consea, a recomendação para que seja parcialmente vetado o artigo nº 53 do Projeto de Lei de Conversão nº 25/2013, em substituição ao texto da Medida Provisória nº 619/2013.

O dispositivo do artigo concede ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) poderes que subjugarão as competências de órgãos como a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e o Instituto Brasileiro

do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), flexibilizando normas de controle já definidas (nas Leis nº 8.171/1991 e nº 7.802/1989, e o Decreto nº 5.741/2006).

Além de retirar a obrigatoriedade de registro dos agrotóxicos dos órgãos responsáveis, não estão previstos os critérios para a definição do que é “emergencial e temporário” e autoriza, sem necessidade de teste e avaliação, produtos importados que são utilizados em outros países.

Em lugar de nos mantermos como campeões de uso de agrotóxicos que contaminam nossos alimentos e agredem nossa saúde, defendemos com veemência uma Proposta de Plano Nacional de Redução de Uso de Agrotóxicos, com o banimento de agrotóxicos já proibidos em outros países, a suspensão da pulverização aérea, a eliminação de subsídios e isenção nos impostos para os agrotóxicos, destinando a arrecadação destes ao fortalecimento dos sistemas agroecológicos, dentre outros.

Manifesto, em nome no Consea, a indignação em relação ao tratamento desumano que está sendo dispensado aos agricultores e agricultoras presos que operam o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), no Paraná. Soubemos que Marli foi transportada de uma cidade a outra com os pés e mãos algemados. É inaceitável que um Estado Democrático e de Direito aceite esta situação. Concordamos que sejam apuradas eventuais irregularidades na operacionalização desse complexo Programa. Mas, a agricultura familiar que abastece nossas mesas e promove a vida, deve ser questão de políticas públicas e não de polícia.

O PAA representa uma de nossas importantes conquistas, com o seu caráter inovador que reside na resposta aos anseios da democracia, da cidadania e da equidade. A base legal do PAA (art. 19 da Lei 10.696 de 2003) garantiu que a aquisição de produtos oriundos da agricultura familiar também seja possível com dispensa do procedimento licitatório. Criou as condições necessárias para os agricultores e agricultoras familiares participarem do mercado institucional.

As vozes dos 185 mil agricultores familiares e comunidades tradicionais que produzem centenas de variedades de alimentos; das 19.681 entidades da rede socioassistencial que os recebem nos municípios de todas as regiões do país clamam para que o programa seja valorizado e ampliado, fortalecendo a rede do tecido associativo e cooperativo no país.

Com certeza a garantia de sistemas alimentares sustentáveis depende de ações coerentes e coordenadas dos três poderes e a permanente mobilização da sociedade com o fim de garantir o direito humano à alimentação adequada.

Fonte: <http://www2.planalto.gov.br/consea/comunicacao/discursos/discurso-da-presidenta-do-consea-no-dia-mundial-da-alimentacao>

22/10/13

Dez anos de transgênicos no Brasil: primeiro dia de debates traz balanço crítico da liberação dos “OGMs” no país



Por Anderson Moreira, Plataforma Dhesca Brasil

Foto: Joka Madruga

Começou ontem (21) o Seminário Internacional “10 anos de Transgênicos no Brasil”, que conta com a participação de especialistas e integrantes de organizações e movimentos sociais nacionais e internacionais.

O objetivo do seminário é debater criticamente as consequências da liberação dos transgênicos e fortalecer modelos alternativos de agricultura. Os Organismos Geneticamente Modificados (OGMs) estão há uma década na agricultura e na mesa dos brasileiros, com muitas controvérsias sobre os riscos sociais, políticos, ambientais, econômicos e à saúde humana.

Na abertura do encontro foi realizada uma homenagem ao agricultor sem terra Valmir de Oliveira Mota, o “Keno”, que foi assassinado no dia 21 de outubro de 2007 por seguranças da empresa Syngenta.

Dados apontam crescimento dos transgênicos no país



Larissa Packer, pesquisadora em biodiversidade, apresentou alguns dados que mostram o crescimento dos OGMs desde sua liberação. Segundo ela, 60% do território brasileiro, que tem 850 milhões de hectares, são ocupados por florestas; 67 milhões de hectares estão semeados, dos quais destes 37 milhões com transgênicos.

Os transgênicos foram liberados com a Lei de Biossegurança, publicada em 2005. A lei consolidou a construção, o cultivo, a produção, a manipulação, o transporte, a transferência, a importação, a exportação, o armazenamento, a pesquisa, a comercialização, o consumo, a liberação no meio ambiente e o descarte de OGMs e seus derivados.

Em 2009 o país se tornou o 2º maior em área plantada, com 21,4 milhões de hectares, ficando atrás apenas dos Estados Unidos, que mantêm o cultivo dos transgênicos em 64 milhões de hectares.

De acordo com Larissa, o Brasil fez uma opção pelo agronegócio, em detrimento da área de biodiversidade. “A liberação dos transgênicos no Brasil foi uma opção governamental aliada à estratégia e interesse da indústria”, afirmou a pesquisadora.



Segurança alimentar

“O tema da segurança alimentar está hoje colocado na agenda política global”. É o que afirma o Relator do Direito Humano à Terra, ao Território e à Alimentação, Sérgio Sauer. Segundo ele, o tema voltou às discussões por uma série de razões, sobretudo a partir de 2011, quando a população mundial chegou a 7 bilhões de pessoas. Com o crescimento da população cresce também a preocupação com o quadro que aponta problemas futuros com a segurança alimentar. Estima-se que em 2050 o planeta atingirá 9 bilhões de pessoas e será necessário dispor de 1 bilhão de toneladas de grãos a mais para sustentá-las. Este debate tem relação, também, as mudanças climáticas e com a chamada “revolução verde”.

Para Sérgio Sauer, a crise dos alimentos levou ao reforço do discurso da escassez, que resulta na crescente demanda por produção e coloca o agronegócio como o “provedor” das necessidades. Para reforçar este discurso

a mídia exerce um papel de construção da narrativa da escassez, de um lado, e da pujança da produção, no outro.

“A soberania alimentar e tudo o que ela envolve tem uma dimensão estratégica fundamental. A falácia do agronegócio está chegando ao fim. Precisamos entender a terra não como um meio de produção, mas como um lugar de viver”, diz Sérgio.



A ciência no debate

Membro do Grupo de Estudos em Agrobiodiversidade do Ministério do Desenvolvimento Agrário (GEA/MDA) e professora da Universidade de Paris, Magda Zanoni entende que é fundamental a importância da ciência no processo de liberação dos transgênicos.

Para ela, diante das atuais dificuldades em combater a liberação dos transgênicos é preciso questionar os métodos científicos para sua a provação. A missão seria começar a “cutucar” o problema da ciência, questionando se o papel dela é de contribuir para a redução da fome no mundo ou para uma tecnologia que é de propriedade dos movimentos sociais. “Não haverá mudança de modelo, não haverá agricultura familiar ou de outro tipo se não tivermos outros pesquisadores para fazer ciência”, conclui Magda.

Fonte: <http://terradedireitos.org.br/biblioteca/dez-anos-de-transgenicos-no-brasil-primeiro-dia-de-debates-traz-balanco-critico-da-liberacao-dos-ogms-no-pais/>

23 de outubro de 2013

A legislação de agrotóxicos e a “pseudoirresponsabilidade” do usuário

A legislação brasileira acerca dos agrotóxicos “está mais afinada com questões de princípios comerciais do que ecológicos

Por Paulo Engel, autor da dissertação A Teoria da Agroartificialidade e o uso de agrotóxicos no Brasil: uma releitura da tutela jurídica das águas subterrâneas.

Na entrevista a seguir, concedida por e-mail, **Engel** critica o sistema de reavaliação por expiração do prazo de registro dos agrotóxicos, o qual foi “banido” da legislação. “Antes, sob as regras do **Dec. 98.816/90**, que foi o primeiro a regulamentar a **Lei 7.802**, o prazo de validade de um registro de agrotóxico era de cinco anos. Transcorrido esse período, a indústria deveria pleitear a renovação do mesmo, ou seja, passar um outro processo de licenciamento onde poderia ser exigido algo a mais em favor da sanidade ambiental. Porém, já em 1993, o **Decreto 991** eliminou essa exigência, que continua ausente no atual **Decreto 4.074/2002**”, informa.

Paulo Engel é mestre em Direito Ambiental pela [Escola Superior Dom Helder Câmara](#) de Belo Horizonte.



Confira a entrevista.

IHU On-Line – Em que consiste a teoria da agroartificialidade e como a relaciona com o uso de agrotóxicos no Brasil?

Paulo Engel - O ramo do **Direito Agrário** é o responsável por regulamentar as atividades agrárias. Para tanto, restava saber quais atividades poderiam ser, juridicamente, reconhecidas como agrárias para que fossem assim abrangidas por esse ramo do direito.

Neste cenário, em um primeiro momento, foi definida como agrária aquela atividade que se desenvolve mediante o trabalho do homem em cultivar a terra, em total simbiose com o processo natural agrobiológico (germinação, fotossíntese, florescimento, chuvas, frutificação). Portanto, este fator agrobiológico presente na referida atividade a qualificaria como agrária, o que

deu origem à “teoria agrobiológica”, desenvolvida pelo argentino **Rodolfo Ricardo Carrera**.

Na medida em que o homem buscou controlar as etapas do processo produtivo agrícola, mediante a inserção de práticas artificiais estranhas ao processo agrobiológico natural, o italiano **Antônio Carrozza** desenvolveu a segunda teoria, que consiste em adicionar à primeira um elemento extrajurídico, qual seja, o risco advindo da natureza que influencia a atividade produtiva. Assim, seria agrária qualquer atividade cujo ciclo biológico estivesse sujeito às ações da natureza, ações essas que escapariam do controle humano, pois, se o homem as controlasse, não mais seria agrária a atividade, mas sim industrial.

A terceira teoria que conceitua a atividade agrária, desenvolvida por outro argentino, **Antônio C. Vivanco**, veio definida como “teoria da acessoriedade”, que define seis critérios que seriam conjugados para fins de diferenciar a atividade agrária de outras não agrárias, de acordo com o grau de interdependência entre as atividades envolvidas no processo produtivo. Assim, sendo a atividade principal a agrária, as demais a ela vinculadas, como processamento do produto final, assim também seria; do contrário, a própria atividade tida como agrária pelas outras duas teorias, seria incorporada pela industrial subsequente e assim seria caracterizada.

Como se percebe, o **Direito Agrário** se desenvolveu, a reflexo da própria atividade agrária, por um viés econômico em detrimento de uma caminhada em consonância com as necessidades ecológicas inerentes e essenciais à respectiva atividade, pois sem uma planta produtiva, ou seja, sem o meio ambiente equilibrado, a atividade agrária se torna uma incógnita futura.

Pois bem, durante nossa pesquisa, se propôs a “**Teoria da Agroartificialidade**” para definir as atividades agrárias utilizadoras de agroquímicos em seu processo produtivo, na busca pelo controle do ciclo biológico envolvido nesse processo.

Diferentemente das outras teorias, que buscaram definir a atividade agrária para inseri-las ao ramo do **Direito Agrário**, a presente “**Teoria da Agroartificialidade**” visa definir aquela que se utiliza de mecanismos artificiais específicos (agroquímicos) para majorar sua produção, mesmo expondo toda a qualidade ambiental a um risco, muitas vezes sequer levados em consideração para se definir se compensaria ou não tal prática.

A decisão de se utilizar das técnicas agroartificiais não deve levar em consideração apenas critérios econômicos, mas também, e principalmente, ecológicos. Portanto, para se definir ao menos onde se poderia fazer uso de referidas técnicas, deveria se submeter a decisão à análise de órgãos ambientais, mais próximos do [Direito Ambiental](#) do que do [Direito Agrário](#).

Trata-se de uma possibilidade de alinhamento da atividade agrária com o **Direito Ambiental**, que por sua vez visa assegurar um equilíbrio que beneficiaria, inclusive, a própria atividade.

IHU On-Line – Quais são as leis referentes aos agrotóxicos no país? Quais os princípios jurídicos que as orientam?

Paulo Engel - A **Lei nº 7.802**, de 11 de julho de 1989, dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências. A referida Lei foi regulamentada pelo **Decreto nº 4.074/2002**.

Essas, sem dúvida, são as principais fontes legislativas nacionais. Porém, sua ótica está mais afinada com questões de princípios comerciais do que ecológicos, como quando, por exemplo, em seu **art. 14**, alínea e, aduz que o usuário de agrotóxicos estaria isento de qualquer responsabilidade de danos decorridos desse uso, se o mesmo se deu em conformidade com o receituário, bem como com a bula.

Ora, as responsabilidades civis, penais e administrativas por danos causados ao meio ambiente estão consagradas pela [Constituição da República de 1988](#) em caráter independente, bem como pela **Lei 6.938 de 1981**, que cria a **Política Nacional do Meio Ambiente**, como sendo, no caso da responsabilidade civil, de forma objetiva com adoção da teoria do risco integral, bem como solidária entre todos os agentes envolvidos no caso.

Assim, vale dizer que não há sequer a perquirição de culpa do agente, no caso do agricultor, bem como este não pode se valer de excludentes de ilicitude como força maior ou culpa de terceiros, além de responder solidariamente ao emitente da receita, por exemplo.

Todavia, como se entende, a legislação de agrotóxicos lança mão de uma “pseudoirresponsabilidade” do usuário, talvez, mais uma vez, atendendo aos anseios comerciais dos produtores desses venenos, e, com o perdão do trocadilho, estimula uma geração de agricultores irresponsáveis.

IHU On-Line – Há uma polêmica em torno da liberação de agrotóxicos altamente tóxicos pela Anvisa. Como a instituição dialoga com a área jurídica ao aprovar a comercialização destes produtos? Como a liberação e o uso de agrotóxicos são abordados pelo setor jurídico brasileiro?

Paulo Engel - Hoje podemos dizer que temos uma atividade agroempresarial instalada por todo o país. Sabemos também da força política dos atores envolvidos, sejam eles multinacionais produtores dos agroquímicos, sejam produtores iludidos pelos “ganhos” aparentes e momentâneos.

Neste cenário, podemos afirmar que a [Anvisa](#), bem como os **Ministérios do Meio Ambiente e da Agricultura**, também envolvidos no processo de liberação, sofrem pressões políticas para liberação de determinados princípios ativos, pois nada justifica autorizar o uso no Brasil de um veneno já proibido ou,

até mesmo, nunca liberado, por exemplo, em seu país de origem. Ou seja, o que leva o Brasil a aceitar o uso de um veneno proibido de ser usado no país da sede da empresa que o criou? Seria a saúde da população daquele país mais importante que a nossa?

Nesse sentido, acreditamos não ser outra razão, senão econômica, a motivação escusa utilizada pelos entes envolvidos na liberação dos agrotóxicos, ao tratar a questão. Ou seja, não acreditamos em um diálogo sério, técnico-científico entre as ciências envolvidas, inclusive a jurídica.

IHU On-Line – Sua pesquisa assinala que o Brasil não tem uma lei sobre a contaminação das águas subterrâneas por agrotóxicos. Como essa questão é tratada pela legislação brasileira?

Paulo Engel - Veja bem. Existe um sistema jurídico de proteção da qualidade ambiental que, por certo, se preocupa com a contaminação de todo e qualquer recurso natural. A água, certamente, é um deles. Todavia, inexiste uma norma específica que vise controlar com fim precípuo de evitar a contaminação das águas subterrâneas por agrotóxicos, quando em efetiva utilização pela prática agrária.

Assim, se pode dizer que essa questão, de forma isolada, não é tratada pela legislação brasileira. Porém, como assinalado acima em outras questões, há, sim, uma grande preocupação com a qualidade de todos os recursos, porém falta uma norma voltada diretamente a essa questão.

Por exemplo, a Resolução **CONAMA 375/2006**, que regulamenta o uso de lodos de esgoto pela agricultura, prevê restrições locacionais ao uso dessa substância frente à possibilidade de contaminação das águas subterrâneas; assim, se indaga: por que não há algo semelhante especificamente em relação ao uso de agrotóxicos?

IHU On-Line – Quais são os maiores desafios jurídicos em relação ao uso e comercialização de agrotóxicos no Brasil?

Paulo Engel - Acredita-se que o maior desafio seja primeiramente social e cultural. Antes de qualquer coisa, há que se entender que essas substâncias são venenos, e como tais devem ser tratados. Dessa forma, se espera que o legislativo nacional dê uma resposta à altura do risco que esses venenos impõem a toda a população, mediante a confecção de Normas amparadas por critérios ecológicos e sanitários, e não mais atendendo à vertente econômica.

Entretanto, os operadores do direito não devem se curvar diante das dificuldades por falta de normas ou incoerências das existentes, devendo, assim, lançar mão da criatividade e buscar a tutela da qualidade ambiental com as ferramentas disponíveis; se amparando, portanto, na **Constituição da República de 1988**, na **Lei da Política Nacional do Meio Ambiente**, na Lei dos [Crimes Ambientais](#) e até mesmo no **Código Penal**, se for preciso, dentre

outras normas, não se esquecendo dos Princípios norteadores do **Direito Ambiental**. Esse é o maior desafio jurídico atualmente.

IHU On-Line – É possível comparar a legislação jurídica brasileira em relação aos agrotóxicos com a legislação de outros países?

Paulo Engel - No que se refere ao posicionamento da legislação brasileira em um cenário internacional, quanto ao nível de excelência da mesma, se acredita esta estar posicionada de forma intermediária.

Se compararmos nossa legislação com a dos outros países do **Mercosul**, a brasileira se apresenta de forma muito mais apropriada e técnica para regulamentar a questão, haja vista o sistema de registro do Uruguai ser precário; do **Paraguai** chega até a aceitar o registro de uma substância se ela estiver registrada em seu país de origem; e o da **Argentina** trabalha com um sistema de registro, no mínimo, questionável quando delega a função ao [Ministério da Agricultura e Pecuária](#), e a avaliação toxicológica para a saúde humana é confeccionada por um especialista, ad hoc, nomeado para o múnus.

A ineficácia do sistema de registro dos agrotóxicos em países do **Mercosul** reflete diretamente no Brasil, haja vista o acordo de livre comércio existente. A **Argentina**, por exemplo, já demandou e venceu o Brasil no **Tribunal Arbitral do Mercosul**, onde ficou estabelecido que os produtos daquele país deveriam, sim, gozar de livre circulação em nosso território. Tal fato fez o Brasil incluir, em seu sistema, o registro por equivalência.

Por outro lado, estamos muito aquém da regulamentação existente na **Comunidade Europeia**. Como exemplo dessa distância, podemos citar o sistema específico de reavaliação das licenças concedidas aos agrotóxicos. Por lá, essas licenças possuem prazo determinado que, quando expirado, faz com que a empresa interessada em sua comercialização conquiste novo registro, que, por certo, deve levar em conta a evolução da ciência, podendo, assim, serem maiores as exigências preventivas para uma nova liberação.

Já no Brasil, por incrível que pareça, o sistema de reavaliação por expiração do prazo de registro foi banido. Antes, sob as regras do **Decreto 98.816/90**, que foi o primeiro a regulamentar a **Lei 7.802**, o prazo de validade de um registro de agrotóxico era de cinco anos. Transcorrido esse período, a indústria deveria pleitear a renovação do mesmo, ou seja, passar um outro processo de licenciamento onde poderia ser exigido algo a mais em favor da sanidade ambiental. Porém, já em 1993, o **Decreto 991** eliminou essa exigência, que continua ausente no atual **Decreto 4.074/2002**.

Agora, no Brasil, para se reavaliar alguma substância, a fim de cancelar seu registro, é necessário que seja esta solicitada por alguma entidade prevista no rol do artigo 5º da **Lei 7.802**. Ou seja, inverte-se o ônus para que a sociedade se mobilize contra aquela substância que deveria passar por constantes reavaliações. Incoerente.

IHU On-Line – Em que aspectos o Direito Ambiental tem sido mais atuante? Quais são hoje os princípios e normas jurídicas mais aceitos nesta área?

Paulo Engel - As normas mais aceitas no sistema jurídico ambiental nacional são a **Constituição da República de 1988**, a **Lei da Política Nacional do Meio Ambiente** e a **Lei dos Crimes Ambientais**. O [Código Florestal](#), que poderia ser importante instrumento na busca da qualidade ambiental, a nosso ver, assim como a **Lei dos Agrotóxicos**, mais busca alinhar o campo com os setores da economia do que com os da ecologia; assim, em ambos os casos, se acredita estar diante de normas alheias ao Direito Ambiental.

Outras fontes legislativas de importância considerável são as [Resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente – COANAMA](#), pois buscam objetivar a aplicação da tutela jurídica ambiental ao caso concreto. Talvez, nesse momento, podemos colocá-las como sendo “a área” onde o **Direito Ambiental** mais atua, ao menos, com mais eficácia.

IHU On-Line – Quais são os principais desafios do Direito Ambiental, considerando a atenção que tem se dado à área?

Paulo Engel - Como antes exposto, porém especificamente aos casos dos agrotóxicos, acredita-se que o maior desafio do **Direito Ambiental** seja o reconhecimento, pela sociedade, de sua importância, pois, na verdade, o importante não é o **Direito Ambiental**, mas sim o que o mesmo visa, ou seja, o equilíbrio do meio ambiente para uma propícia qualidade de vida de todos.

Como qualquer área do direito, ou norma, seu principal desafio é esse reconhecimento social de sua importância, pois, uma vez assim sendo, passa-se a praticar as condutas preconizadas e antes forçadas pelo direito, de uma forma natural e motivada pela consciência de cada um.

Se hoje é preciso lançar mão da coerção pelo Direito, que assim seja, em prol de um amanhã mais consciente; consciência esta que, agindo efetivamente o Estado, inclusive por meio do Judiciário, virá diante da mudança de hábitos.

IHU On-Line – Deseja acrescentar algo?

Paulo Engel - Sim. Mesmo ante a falta de previsão legal protetiva das [águas subterrâneas](#) frente a possibilidade de contaminação destas por agrotóxicos, acredita-se que, em especial, a comunidade jurídica não deve crer pela impossibilidade de efetivo controle, pois resta a possibilidade de judicialização, caso a caso, que inclusive não precisa ficar adstrito às ações civis públicas, pois a qualidade das águas facilmente pode ser abarcada pelo direito de vizinhança, utilizando-se como fundamento, em analogia, a **Resolução CONAMA 375**, bem como a **Portaria DNPM 231/98**, que protege as águas minerais e/ou potáveis de mesa diante da possibilidade de contaminação destas por qualquer agente; o fato de essa proteção vir prevista quando esta estiver em efetivo processo de comercialização, não retira a capacidade

técnica de sua utilização, haja vista o fato da potencialidade de utilização, comercial ou não, de quase todas as águas subterrâneas para o consumo humano.

Fonte: <http://www.mundosustentavel.com.br/2013/10/a-legislacao-de-agrotoxicos-e-a-pseudoirresponsabilidade-do-usuario/>

24/10/13

Conab aponta aumento de 345% do uso de agrotóxicos nos últimos 12 anos



Seminário Internacional “10 anos de transgênicos no Brasil”

O aumento expressivo do uso de agrotóxicos é um dos principais resultados da liberação dos transgênicos no Brasil. Pesquisa apresentada pelo representante da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, Asdrúbal de Carvalho Jacobina, durante o Seminário Internacional “10 anos de Transgênicos no Brasil”, aponta que o uso de agrotóxicos cresceu 345% na agricultura brasileira nos últimos 12 anos.

Em todas as localidades pesquisadas pela Conab o número de aplicações de agrotóxicos subiu em média 10% em cada plantio, passando de 22,2 para 24,5 aplicações. A monocultura de soja transgênica está entre as quais houve maior crescimento de aplicações de agrotóxicos, em média 18%. O uso de fungicidas cresceu 80% e de herbicidas entornou de 100% no número de aplicações.

O maior consumo de venenos resultou diretamente no custo de produção. Segundo Asdrúbal de Carvalho, o custo dos agrotóxicos no cultivo de algodão transgênico subiu 14,8%, número agravado pelo fato do plantio transgênico de algodão significar quase 100% do cultivo da planta no Brasil. No caso da soja transgênica, o custo do veneno cresceu 25,2%.

Segundo Carvalho, a promessa de menor uso de agrotóxicos com o uso das sementes transgênicas não se concretizou. Há casos em que agricultores foram à justiça contra as empresas produtoras das sementes pelo aparecimento de pragas, e, por consequência, baixa produtividade.

Fonte: <http://terradedireitos.org.br/biblioteca/conab-aponta-aumento-de-345-do-uso-de-agrotoxicos-nos-ultimos-12-anos/>

30 de outubro de 2013

Pesquisa mostra que 29% dos alimentos têm resíduos de agrotóxicos

O resultado do monitoramento do último Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos (2011/2012) revelou que 36% das amostras de 2011 e 29% das amostras de 2012 apresentaram a presença de agrotóxicos. Na avaliação da agência, é preciso investir na formação dos produtores rurais e no acompanhamento do uso do produto.

Existem dois tipos de irregularidades avaliadas, uma quando a amostra contém agrotóxico acima do limite máximo de resíduo permitido e outra quando a amostra apresenta resíduos de agrotóxicos não autorizados para o alimento pesquisado. O levantamento revelou ainda que dois agrotóxicos nunca registrados no Brasil, o azaconazol e o tebufempirade, foram encontrados nas amostras de alimentos, o que pode significar que estes alimentos entraram no país contrabandeados.

Em 2011 o pimentão foi o produto analisado que teve o maior número de amostras com irregularidades. Das 213 amostras analisadas, 84% tiveram uso de agrotóxico não autorizado no Brasil, 0,9% tinham índices acima do permitido e 4,7% tinham as duas irregularidades. Em seguida vieram cenoura, com 67% de amostras irregulares; pepino, com 44%, e a alface, com 42%. Em 2012, o morango apareceu com 59% de irregularidades nas amostras e novamente o pepino, com 42%.

A agência explica que alguns agrotóxicos aplicados nos alimentos agrícolas e no solo têm a capacidade de penetrar em folhas e polpas. Por isso, a lavagem dos alimentos em água corrente e a retirada de cascas e folhas externas, apesar de contribuir para a redução dos resíduos de agrotóxicos, são incapazes de eliminar aqueles contidos em suas partes internas.

O atual relatório traz o resultado de 3.293 amostras de treze alimentos monitorados, incluindo arroz, feijão, morango, pimentão, tomate, dentre outros. A escolha dos alimentos foi baseada nos dados de consumo levantados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na disponibilidade dos alimentos nos supermercados e no perfil de uso de agrotóxicos nos alimentos.

Para a Anvisa, o aspecto positivo do programa é a capacidade dos órgãos locais em identificar a origem do alimento e permitir que medidas corretivas sejam adotadas vem aumentando. Em 2012, 36% das amostras puderam ser rastreadas até o produtor e 50% até o distribuidor do alimento.

A Anvisa coordena o programa de análise de resíduos em conjunto com as vigilâncias sanitárias dos estados e municípios participantes, que fizeram os procedimentos de coleta dos alimentos nos supermercados e de envio aos

laboratórios para análise. Assim, é possível verificar se os produtos comercializados estão de acordo com o estabelecido pela agência.

Fonte: <http://amazonia.org.br/2013/10/pesquisa-mostra-que-29-dos-alimentos-t%C3%AAm-res%C3%ADduos-de-agrot%C3%B3xicos/>

Terça-Feira, 5 de Novembro de 2013, às 08:53 |

Bahia aprova plano de R\$ 6,3 mi contra lagarta

A Bahia vai ter R\$ 6,3 milhões para o controle da helicoverpa armigera, lagarta que provocou perdas de US\$ 2 bilhões em todo o País durante a safra 2012/2013, a maioria nas lavouras baianas. O plano estadual de manejo da lagarta, que provocou perdas especialmente na soja, milho e algodão, terá a participação do governo estadual, produtores, empresas do setor e pesquisadores.

Fonte: <http://cenariomt.com.br/noticia.asp?cod=325974&codDep=6>

3/11/2013 - 09:00

Ignorância ainda mata agricultores no manuseio do agrotóxico

Da Redação - Priscilla Silva

Foto: Reprodução/Ilustração



O pesquisador da Universidade Estadual do Rio de Janeiro Luiz Rodrigues Freire aponta que a falta de conhecimento e a propaganda ‘equivocada’ dos agrotóxicos são as vilãs dos agricultores que manipulam o produto. Freire foi um dos palestrantes do XXVIII Congresso Brasileiro de Agronomia que este ano teve como tema central das discussões a “Segurança Alimentar e Nutricional” e revelou que muitos agricultores ainda morrem manuseando

agrotóxicos.

Leia mais: Brasileiro da FAO declara 2014 como o Ano Internacional da Agricultura Familiar
Brasil comemora avanços no combate à fome e reconhece importância da agricultura familiar

“A quantidade de intoxicação no meio rural por ignorância é muito grande. Se dermos o nome correto, agrotóxico, que é o que está na lei, ao invés de utilizar terminologias equivocadas como defensivo agrícola e protetor de plantas”, critica. O professor convoca o poder público e empresas do segmento a dar a orientação correta a esse profissional. “Vamos trazer a redução de acidentes no País na redução de acidentes que nem sequer são contabilizadas”, alerta.

Freire criticou a publicidade criada para inseticidas. “Quem vende agrotóxico, e alguns têm o desprazer de chamar isso de remédio, não considera a consequência disso para uma cabeça menos preparada de ouvir. Para essas pessoas, a palavra remédio não é sinônimo de perigo”, observa.

Apesar de o pesquisador admitir a força do mercado agrotóxico, ele acredita que é possível ampliar a produção e consumo dos alimentos limpos, os orgânicos. Para ele, agricultura orgânica assegura alimento de melhor qualidade sem resíduos comprometedores para sua saúde. Porém, isso não significa que nenhuma providência de controle de pragas e doenças não deve ser feito.

O professor ressalta que o conhecimento da agricultura orgânica é complexo. “Não se trata de aplicar qualquer quantidade de esterco porque dependendo pode contaminar o alimento. A agricultura tem que ser praticada com o acompanhamento de uma assistência técnica. Agricultura orgânica é limpa e não é originada de qualquer forma de aplicação”.

Fonte:

http://www.olhardireto.com.br/agro/noticias/exibir.asp?noticia=Ignorancia_ainda_mataagricultores_nomanuseiodoagrotoxico&id=11679

Praga destrói lavouras na Bahia e estado de emergência é decretado

Lagarta Helicoverpa Armígera prejudica lavouras de milho, soja e algodão. Produtores do oeste querem liberação de produto para controle da praga.



Uma lagarta está destruindo as lavouras de milho, soja e algodão no oeste da [Bahia](#). Por conta do problema, o Ministério da Agricultura decretou estado de emergência fitossanitária em toda a região durante um ano.

Ao atingir as lavouras, a lagarta *Helicoverpa Armígera* causa danos na fase vegetativa e reprodutivas das plantas. Em 80% dos hectares da área plantada na região foi detectada a presença da praga. Segundo Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia (AIBA), o prejuízo com a praga ultrapassa R\$ 2 bilhões.

O governo da Bahia passou a ter livre atuação para combater a lagarta. O estado de emergência permite que sejam tomadas as medidas urgentes para o controle da praga. A lei prevê, inclusive, o uso de agrotóxicos.

Segundo os agricultores da região oeste da Bahia, eles aguardam a liberação do benzoato de emamectina, que é importado da China, para combater a lagarta. Uma liminar expedida pela 1ª Vara de Fazenda Pública de [Barreiras](#) vetou o uso do produto em todo estado alegando toxicidade e riscos ao meio ambiente e à saúde humana.

Há seis meses, o benzoato de emamectina está armazenado em um galpão na BR-020, na cidade de Luís Eduardo Magalhães. O produto chegou da China em maio de 2013, mas não houve avanço na liberação do uso dele no Brasil.

Os produtores baianos acreditam que os prejuízos podem ser maiores se o benzoato de emamectina não for usado. “Nós esperávamos para que nesta safra nós pudéssemos usar esse produto. O benzoato era, e continua sendo, uma alternativa química de controle da helicoverpa. Sem ele, temos uma ferramenta a menos”, acredita Celestino Zanella, vice-presidente da AIBA.

As ações do Governo da Bahia para controlar a lagarta ainda vão ser detalhadas.

Fonte: <http://g1.globo.com/bahia/noticia/2013/11/praga-destroi-lavouras-na-bahia-e-estado-de-emergencia-e-decretado.html>

06.11.2013 | 19h15 - Atualizado em 06.11.2013 | 14h34

Medidas de manejo à Helicoverpa no oeste da Bahia serão publicadas esta semana

O oeste da Bahia foi declarado oficialmente em estado de emergência fitossanitária em relação à praga Helicoverpa armigera



O anúncio foi feito nesta segunda-feira, 4 de novembro, pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), no Diário Oficial da União (DOU).

O prazo de vigência da declaração será de um ano. Na prática, significa que o Governo do Estado da Bahia terá autoridade para delimitar a área de atuação no período emergencial e adotar as ações de controle à lagarta, que serão publicadas no DOU ainda esta semana – por meio de um plano de supressão da praga e adoção de medidas de manejo.

A declaração vem após a publicação do Decreto 8.133, de 28 de outubro de 2013, que regulamenta a Lei nº 12.873/2013, que trata nos artigos 52 a 54 sobre casos críticos de ataques de pragas no campo, permitindo ao ministro da Agricultura estabelecer todas as medidas agronômicas e veterinárias necessárias ao enfrentamento, quando declarado oficialmente estado de emergência fitossanitária e zoosanitária.

O Governo brasileiro terá agora maior flexibilidade de ação nos casos que necessitem de controle imediato de pragas de importância para a agricultura ou pecuária, como a *Helicoverpa armigera*, a Mosca da Carambola e a Monilíase do cacaueiro. Essas espécies podem representar grandes prejuízos para a sociedade brasileira e exigem estratégias rápidas e precisas de fiscais agropecuários e pesquisadores para garantir ações de defesa efetivas.

A autorização para uso de agrotóxicos, no entanto, não será concedida a produtos que causem graves danos ao meio ambiente ou que não disponham, no Brasil, de métodos para desativação de seus componentes, de modo a impedir que seus resíduos remanescentes provoquem riscos à saúde pública.

Fonte: <http://www.midianews.com.br/conteudo.php?sid=4&cid=178303>

07/11/2013 12h57 - Atualizado em 07/11/2013 12h57

MT finaliza pedido de inclusão em estado de emergência fitossanitária

Helicoverpa amígera ameaça lavouras de soja no Estado. Por enquanto, apenas o oeste baiano teve decretada a emergência.

O Instituto de Defesa Agropecuária de Mato Grosso (Indea) estima finalizar ainda nesta quinta-feira (07) a fundamentação de uma proposta para que o governo estadual solicite à União a decretação do estado de emergência fitossanitária na unidade federada. O pedido precisa ser avalizado pelo governador Silval Barbosa (PMDB), para, posteriormente, ser submetido ao [Ministério da Agricultura](#), Pecuária e Abastecimento (Mapa), em Brasília. Até o momento, apenas o oeste da Bahia teve declarada a emergência em função do ataque da lagarta *Helicoverpa armígera* nas lavouras.

O documento contém uma série de argumentos elencada pelas entidades do setor produtivo e também os órgãos de defesa sanitária, expondo os riscos oferecidos pela praga. "A lagarta está presente em praticamente todos os municípios do Estado e com um demasiado poder de destruição", disse o coordenador de Defesa Sanitária Vegetal do Indea-MT, Ronaldo Medeiros.

Todos os trâmites realizados seguem o que estipula o Decreto 8.133, sancionado recentemente pela presidente [Dilma Rousseff](#). Com o estado de emergência, pretende-se obter a autorização para uso de novos defensivos agrícolas como os que contenham o princípio ativo benzoato de emamectina, para combate da *Helicoverpa*.

"É uma tentativa de acelerar a importação de moléculas eficientes", considerou ainda Ronaldo Medeiros, do Indea.

O setor produtivo mato-grossense já pleiteava a decretação. Segundo o diretor-técnico da Associação dos Produtores de Soja e Milho (Aprosoja-MT), Nery Ribas, produtores estão em alerta em função do aparecimento da praga no campo. A entidade, em parceria com a Comissão de Defesa Sanitária Vegetal do Mapa/MT, tem monitorado o avanço da *Helicoverpa* nas plantações de soja.

Em [Mato Grosso](#) o plantio da cultura entrou na reta final, com 71,7% já semeados até a última semana. Ao todo, serão 8,2 milhões de hectares destinados à cultura nesta temporada 2013/14, de acordo com o Instituto Mato-grossense de Economia Agropecuária (Imea). No entanto, antes mesmo de começarem a se desenvolver, plantações em alguns municípios foram alvo dos ataques da lagarta.

Fonte: <http://g1.globo.com/mato-grosso/agrodebate/noticia/2013/11/mt-finaliza-pedido-de-inclusao-em-estado-de-emergencia-fitossanitaria.html>

07/11/2013 13h07

Governo autoriza importação de agrotóxicos contra lagarta *helicoverpa*

O Mapa (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento) autorizou nesta quinta-feira (7), em caráter temporário e emergencial, a importação de agrotóxicos que tenham como ingrediente ativo o benzoato de emamectina, substância não autorizada nas lavouras do Brasil em situações normais.

A medida é parte do plano de supressão à lagarta *Helicoverpa armigera*, que tem atacado lavouras de soja, milho, algodão, entre outras.

Na safra passada, a praga provocou prejuízos estimados em R\$ 2 bilhões em lavouras de algodão no oeste da Bahia.

Os detalhes do combate à praga foram publicados pelo ministério na portaria 1.109/13 no Diário Oficial da União desta quinta-feira.

As medidas de defesa sanitária vegetal listadas no texto incluem o uso de cultivares que restrinjam a praga, janelas de plantios específicas para combater a lagarta, vazio sanitário, controle biológico e controle químico.

Em março, o Ministério da Agricultura havia liberado a importação de defensivos contra a *helicoverpa*, mas o Ministério Público conseguiu suspender o uso dos produtos por falta de autonomia do primeiro.

Entretanto, um decreto presidencial publicado no fim do mês passado deu poderes ao Mapa para declarar situações de emergência fitossanitária e permitir importações de produtos ainda não autorizados no país. Nesta semana, o ministério declarou situação de emergência sanitária no oeste da Bahia e passou a autorizar o uso desses agrotóxicos. Com o decreto de hoje, a liberação para a importação foi oficializada.

A autorização vai vigorar enquanto perdurar a situação de emergência fitossanitária.

Fonte:

<http://economia.uol.com.br/agronegocio/noticias/redacao/2013/11/07/governo-autoriza-importacao-de-agrotoxicos-contra-lagarta-helicoverpa.htm>

07/11/2013

Decretado estado de emergência fitossanitária no oeste da Bahia

No dia 4 de novembro de 2013, foi declarado estado de emergência fitossanitária no oeste baiano por conta da *Helicoverpa armigera*, uma lagarta com alto poder de destruição que está causando prejuízos em plantações.

Segundo a [Embrapa](#), a lagarta ataca principalmente o grão que afeta diretamente o agricultor. Para combater e controlar a praga, será publicado um plano ainda nesta semana. Desde que foi descoberto o ataque dessas lagartas no Brasil, a [Embrapa](#) e o [Ministério da Agricultura](#) adotaram ações emergenciais para impedir a proliferação da praga, como o monitoramento contínuo e o controle biológico. Mais informações: www.agricultura.gov.br ou 0800 704 1995.

Fonte: <http://www.agrosoft.org.br/agropag/227083.htm>

Agricultura autoriza importação de agrotóxicos para conter praga em lavouras na Bahia

Lagarta Helicoverpa armigera está atingindo lavouras no oeste da Bahia

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento autorizou esta quinta-feira (7) a importação de agrotóxicos e outras medidas para contenção da praga Helicoverpa armigera, lagarta que está atingindo lavouras no oeste da Bahia. Na segunda-feira (4), a pasta já havia decretado estado de emergência fitossanitária na região. Agora, detalhou as ações em portaria publicada no Diário Oficial da União.

Pela portaria, é permitida a compra de agrotóxicos que tenham como ingrediente ativo o benzoato de emamectina. Os produtos importados devem ter emprego autorizado em pelo menos três países-membros da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Os países também devem adotar o Código Internacional de Conduta para Distribuição e Uso de Pesticidas, da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO).

Outras medidas autorizadas são a adoção do vazio sanitário (período sem plantio, para evitar a propagação de pragas); uso de armadilhas, iscas ou outros métodos de controle físico; liberação de agentes de controle biológico e adoção de rotação de culturas. As ações ficam a cargo das autoridades sanitárias estaduais.

A emergência fitossanitária tem validade de um ano. A declaração de emergência fitossanitária ou zoonosológica foi regulamentada este ano, por meio de decreto do Poder Executivo. A legislação prevê autorização para uso de agrotóxicos. No entanto, não podem ser usados produtos que causem graves danos ao meio ambiente ou para os quais o Brasil não disponha de métodos de desativação de componentes.

Fonte: <http://www.correio24horas.com.br/noticias/detalhes/detalhes-1/artigo/agricultura-autoriza-importacao-de-agrotoxicos-para-conter-praga-em-lavouras-na-bahia/>

19 de novembro de 2013

Milho guaxo repleto de ovos de Helicoverpa em meio à soja



O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) declarou estado de emergência fitossanitária para Mato Grosso em razão da disseminação da lagarta *Helicoverpa armigera* sobre todas as regiões produtoras do Estado. O reconhecimento veio por meio da portaria 1.130, assinada pelo ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Antônio Andrade e publicada ontem no Diário Oficial da União. A medida é válida para todo Estado por um ano.

Com a declaração, os produtores mato-grossenses poderão importar em caráter emergencial o benzoato de Emamectina, pesticida eficaz contra a praga e que ainda não tem produção liberada no país pela ausência de registros concedidos pelo comitê formado pelo Ministério da Agricultura, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Renováveis (Ibama) e Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

Mesmo com registros e confirmações da *Helicoverpa armigera* na nova safra de soja, o gênero mais grave da espécie, o tratamento diferenciado ao Estado só veio quase três semanas após o Mapa declarar o oeste baiano como de emergência fitossanitária – ocorrido no início do mês – e depois de muita argumentação e exposições sobre a situação fitossanitária no Estado, oficializada há dias por autoridades mato-grossenses, junto do governo federal. Na semana passada, o governo mato-grossense solicitou ao Mapa a declaração de emergência para a *Helicoverpa armigera*, com base na Lei 12.873, de 24 de outubro deste ano. A lagarta considerada exótica e que foi identificada na safra 2012/13 no país, tem grande poder de destruição sobre as lavouras porque ataca basicamente os frutos e seu controle não tem sido eficaz com os produtos químicos comercializados no Brasil, especialmente, os piretroídes.

A nova safra de soja, cujo plantio teve início em setembro, no Estado, já tinha casos confirmados da praga pela Comissão de Defesa Sanitária e Vegetal do Mapa em Mato Grosso, ainda no início de outubro. Em várias regiões visitadas

pela Comissão coordenada pelo fiscal federal Wanderlei Dias Guerra, a população de *Helicoverpa* do gênero *armigera* em plantas de soja que mal haviam entrado no estágio reprodutivo causou pânico entre produtores e técnicos pela rápida infestação das lavouras de norte a sul de Mato Grosso e pela voracidade do ataque.

A praga

No início do mês, ao reconhecer apenas o oeste da Bahia, o Mapa causou grande frustração aos produtores mato-grossenses que aguardavam para aquela data a declaração de estado de emergência para a *Helicoverpa*, praga que no Estado já infestou todas as culturas da safra 2012/13 – milho, algodão, soja, milheto e sorgo – e ameaça a safra 2013/14, iniciada com o cultivo da soja. Como explica O diretor técnico da Associação dos Produtores de Soja e Milho de Mato Grosso (Aprosoja/MT), Luiz Nery Ribas, o risco de infestação da praga já virou realidade para muitos produtores.

Como reforçou Ribas, os produtores de Mato Grosso estão preocupados porque a presença da lagarta foi constatada em mais de 30 municípios durante o período de vazio sanitário da soja, que perdurou até 15 de setembro. “Enquanto havia a incerteza em relação ao estado de emergência, em conjunto o serviço de Defesa Vegetal do Ministério da Agricultura em Mato Grosso e a Aprosoja/MT montou um sistema de alerta para a *Helicoverpa armigera*, com instalação de armadilhas de feromônio (hormônio sexual) da mariposa nas regiões produtoras para acompanhar a dispersão da praga e isso vem dando resultados”.

Como completa Dias Guerra, a situação é crítica. No início do mês, durante visitas na região de Campo Verde (139 quilômetros ao sul de Cuiabá), o coordenador ficou impressionado com o que encontrou. “Nunca tinha visto tantos ovos de *Helicoverpa* por metro quadrado e olha que tenho andado este Mato Grosso. Existem ainda ‘lavouras’ de milho guaxo em meio à de soja. Vi 12 ovos em 20cm de linha + 30 em uma única espiga, bem como nos cabelos dela. As lagartas adultas estão por todo o lado. Tem ovos de todos os dias”.

Reconhecimento

Como informa o Mapa, até o momento, apenas a Bahia e o Mato Grosso tiveram a emergência reconhecida. O Órgão Estadual de Defesa Agropecuária de cada estado – no caso o Indea/MT – será responsável por elaborar um plano de supressão baseado nos conceitos e práticas do Manejo Integrado de Pragas (MIP), desenvolvido pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). A especificação exata da área atingida pela praga deve ser divulgada em outra portaria nos próximos dias. O MIP integra e resgata o controle fitossanitário por meio do manejo biológico e fisiológico.

Fonte: <http://amazonia.org.br/2013/11/governo-federal-declara-emerg%C3%Aancia-fitossanit%C3%A1ria-em-mato-grosso/>

21/11/13 - 07:35

Piauí pede decretação de estado de emergência devido a praga Helicoverpa



Por Lucas Rivas

Agência de Desenvolvimento Agropecuário do Piauí (Adapi) pediu que o Governo Federal decrete situação de emergência fitossanitária em 25 municípios do Estado, devido aos prejuízos causados pela praga *Helicoverpa armigera*. A solicitação deve contemplar 23 cidades da região dos Serrados, na divisa com a Bahia, e outras duas situadas no Centro e Norte do Piauí.

Os danos já foram contabilizados em lavouras de soja, feijão, algodão e milho. O pedido da Adapi foi estendido, em regime de urgência, do Governo do Estado ao Governo Federal. O diretor técnico da Adapi espera que a determinação seja emitida até o fim desta semana.

Para Idílio Moura, com o decreto de emergência fitossanitária, os produtores da região poderão utilizar agrotóxicos específicos para combater a lagarta. “Precisamos da autorização para utilizarmos benzoato de emamectina, por exemplo, para controlar a *Helicoverpa* na região. Este produto já é utilizado na Austrália e nos Estados Unidos e a gente espera que o Governo Federal possa facilitar a entrada deste agrotóxico”, ressalta.

Dentre a produção de grãos, o Piauí se destaca pelo cultivo de soja. Para a safra 2013/14 a área destinada para a plantação deve aumentar até 40% em relação a safra passada.

Nesta semana, o Ministério da Agricultura já havia declarado estado de emergência no Mato Grosso em função da praga. A mesma medida também já foi tomada no Oeste da Bahia.

Fonte: http://www.agrolink.com.br/culturas/arroz/noticia/piaui-pede-decretacao-de-estado-de-emergencia-devido-a-praga-helicoverpa_187640.html

1 de dezembro de 2013

Brasil é o maior consumidor de veneno agrícola do mundo

“O Brasil é o maior consumidor de veneno agrícola do mundo. Infelizmente, cada habitante consome hoje mais de cinco litros por ano desse produto. Se fosse consumido em um único dia, as pessoas morreriam”. O alerta é da procuradora regional do Trabalho Margaret Matos, que participou do seminário de lançamento do Fórum Mato-grossense: Agrotóxicos, Saúde e Meio Ambiente, promovido pelo Ministério Público do Trabalho em Mato Grosso (MPT-MT).

O evento contou com mais de 80 representantes do agronegócio estadual e sindicatos patronais, que discutiram alternativas para o uso cada vez mais indiscriminado dos agrotóxicos e suas graves consequências. O seminário foi conduzido pela procuradora-chefe do MPT em Mato Grosso, Marcela Monteiro Dória, e pelo procurador do Trabalho Leomar Daroncho. “No Brasil o consumo de agrotóxicos não apenas é em excesso, como também existem agrotóxicos proibidos, e desconhecidos, o que pode indicar contrabando”.

Daroncho destacou que no meio rural, há um grande índice de analfabetismo funcional. “Ou seja, esses produtos estão sendo manuseados por pessoas com nível de despreparo muito preocupantes”, explicou. O Mato Grosso é o maior estado consumidor brasileiro de agroquímicos (fertilizantes químicos e agrotóxicos).

Pulverização aérea

A contaminação pela pulverização aérea também foi debatida no seminário. O professor doutor do Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Wanderlei Pignatti, explicou que a Instrução Normativa do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) proíbe aplicação aérea de agrotóxicos em locais situados a uma distância mínima de 500 metros de povoações, cidades, vilas, bairros e de mananciais de captação de água para abastecimento de população, mas que isso raramente é obedecido em Mato Grosso.

O professor lembrou uma das grandes tragédias registradas no estado, em Lucas do Rio Verde, no ano de 2006, quando a zona urbana da cidade foi atingida por uma nuvem de agrotóxicos, após uma pulverização aérea, o que gerou intoxicação aguda em crianças e idosos. O acidente deu origem a uma pesquisa realizada entre 2007 e 2010 em parceria com a Fundação Oswaldo

Cruz (Fiocruz), que identificou resíduos de agrotóxicos no leite materno de 100% das amostras analisadas.

Quanto à pulverização terrestre, Pignatti criticou o retrocesso ocorrido em Mato Grosso com a aprovação, pelo governador Silval Barbosa, do Decreto Estadual nº 1.651/ 2013, que reduziu de 300 para 90 metros a distância mínima exigida para pulverização de agrotóxicos por trator pulverizador e pulverizador costal. “Se já não obedeciam à antiga legislação, imagine agora. Pulverizam até nos quintais das casas, nos quintais dos colégios, na periferia da cidade”.

O procurador de Justiça Saint-Clair Honorato dos Santos, coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Proteção ao Meio Ambiente do Paraná abordou o monitoramento do último Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos da Anvisa, que comprovou que 36% das amostras de alimentos analisados em 2011 e 29%, em 2012, apresentaram irregularidades relativas à presença de agrotóxicos.

A primeira reunião do Fórum Mato-grossense: Agrotóxicos, Saúde e Meio Ambiente acontece no dia 12 de dezembro, na sede da Procuradoria Regional do Trabalho da 23ª Região, e é aberta ao público. O objetivo é compartilhar informações. “O grande problema nesse setor é realmente o déficit de informações, as quais precisam chegar à população, principalmente a quem manipula esses produtos”, afirmou o procurador do Trabalho Leomar Daroncho.

Fonte: <http://amazonia.org.br/2013/12/brasil-%C3%A9-o-maior-consumidor-de-veneno-agr%C3%ADcola-do-mundo/>

Transgênicos resistentes a agrotóxico podem ser liberados

12/12/2013 - 5h55

Mariana Branco
Repórter da Agência Brasil

Brasília – Uma variedade controversa de alimentos transgênicos pode ser liberada para comercialização no Brasil. Trata-se das sementes de milho e soja resistentes ao agrotóxico 2,4-D, utilizado para combater ervas daninhas de folha larga. Diferentes das comuns, as supersementes suportam o herbicida sem morrer. Há um temor, no entanto, de que sua presença no mercado estimule o uso excessivo do defensivo agrícola, inclusive em combinação com outras substâncias.

O Ministério Público Federal (MPF) realiza audiência pública hoje (12) para saber mais sobre essa classe específica de organismos geneticamente modificados. Para o órgão, a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança

(CTNBio), responsável pela liberação dos transgênicos, não faz uma análise satisfatória dos impactos das sementes na saúde humana e no meio ambiente.

“Existem duas coisas. O herbicida em si e a semente transgênica. Por ser transgênica, ela pode receber mais agrotóxico ou ser feito um blend de agrotóxicos. Ela nunca vem ao mundo isolada. O que pedimos para a CTNBio é que, quando for decidir se vai ou não liberar, faça uma avaliação global, com cenários reais”, diz o procurador da República Anselmo Henrique Cordeiro Lopes. Segundo ele, participantes da própria CTNBio, composta de especialistas e representantes de ministérios e órgãos públicos, procuraram o MPF e disseram que a análise das sementes não levava em conta os riscos do aumento da utilização do defensivo agrícola nas lavouras. “Era uma análise superficial da semente, não do 2,4-D”, destaca.

A partir dessas informações, Lopes instaurou um inquérito civil em setembro para apurar se havia irregularidade no processo de autorização das sementes. Nele, solicitou que todas as deliberações sobre o assunto fossem suspensas até que houvesse discussão mais aprofundada e solicitou à própria CTNBio que organizasse uma audiência pública a respeito. “Em razão de ela não realizar, estamos fazendo”, declarou o procurador.

A audiência terá debates envolvendo pesquisadores, representantes de órgãos públicos, as empresas detentoras da tecnologia das sementes e o presidente da CTNBio, Flávio Finardi. De acordo com o procurador, a intenção é discutir a segurança não apenas da venda das sementes, mas do 2,4-D em si. Ele informa que há um segundo inquérito civil instaurado, questionando a permanência do agrotóxico no mercado brasileiro.

Procurada pela **Agência Brasil**, a CTNBio disse que a análise dos processos de liberação das sementes resistentes ao 2,4-D está sendo feita de forma “criteriosa”, mas que “não serão considerados quaisquer assuntos que não estejam no rol de sua competência”. A CTNBio informou que, de acordo com a Lei nº 11.105, que regula sua atuação, não faz parte da avaliação o estudo sobre o risco de aumento do consumo de agrotóxicos.

Para o procurador, ainda que as análises relativas a defensivos agrícolas sejam atribuições da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), a CTNBio não pode se furtar a investigar o cenário real causado pela liberação das sementes no mercado, que envolve a presença de agrotóxicos. Segundo ele, caso se negue a analisar o caso sob essa ótica, a Comissão de Biossegurança pode ser “compelida judicialmente”.

Segundo Marco Pavarino, assessor da Secretaria Executiva do Ministério do Desenvolvimento Agrário, que será um dos representantes do governo na audiência pública, a pasta se preocupa principalmente com as consequências da liberação das sementes resistentes a agrotóxicos para os pequenos

agricultores. Por isso, quer obter mais informações sobre o assunto. "Há alguns pontos que nos preocupam. Que tipo de cruzamento de uma espécie com outra pode surgir, se pode causar impacto na produção dos que não querem utilizar essa tecnologia", exemplifica.

Para ele, olhar a questão sob o ponto de vista de um eventual aumento da utilização de agrotóxicos é importante. "

Que sejam esclarecidos todos os pontos, inclusive com relação ao 2,4-D. A gente não pode ficar refém de um desconhecimento, tudo tem que ser posto na mesa", disse.

Fonte: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2013-12-12/transgenicos-resistentes-agrotoxico-podem-ser-liberados>

17 de dezembro de 2013

Por que somos os campeões no consumo de agrotóxicos?

Endosulfan é um agrotóxico usado em lavouras de café e soja que causa distúrbios hormonais e aumenta o risco de câncer. Foi proibido na Alemanha em 1991 e no resto da Europa pouco depois. No Brasil, o endosulfan foi totalmente banido somente em julho de 2013.

Pelos ares, um problema parecido. A pulverização feita por aviões é regulamentada pelo Ministério da Agricultura, mas, nas fazendas europeias, jogar agrotóxico do céu já faz parte do passado desde 2009. Estudos mostram que, mesmo seguindo todas as recomendações de temperatura e ventos, somente 32% das substâncias despejadas do céu permanecem nas plantas. O restante contamina solo, água e áreas vizinhas às plantações.

Por mais que você faça esforço para acordar cedo e escolher as mais vistosas verduras e frutas da feira orgânica do bairro, os agrotóxicos (ou defensivos agrícolas, como prefere a indústria do setor) estão por toda a parte no Brasil. Resultado de uma política que incentivou o país a se tornar um dos maiores fornecedores de produtos agrícolas do mundo, os químicos encontram no Brasil terreno fértil para se pulverizar.

O país é um dos campeões no consumo de agrotóxicos, o que, segundo a indústria química, não passa de um efeito colateral de um objetivo nobre: aumentar a produtividade das lavouras brasileiras. O setor da aviação agrícola argumenta, por exemplo, que suprimir as baforadas de agrotóxicos reduziria em até 40% a produtividade.

Ninguém discorda dos benefícios do agronegócio eficiente, que traz bons resultados para o Brasil nas exportações e assegura (ou pelo menos deveria assegurar) preços mais baixos nas gôndolas de supermercados. Mas, vistas

com lupa, as regras brasileiras sobre o uso de químicos nas lavouras parecem estagnadas no tempo.

Um dossiê de 2012 da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco) aponta que, dos 50 produtos mais utilizados nas lavouras brasileiras, 22 são proibidos na União Europeia, o que faz com que o país seja o maior consumidor de agrotóxicos já banidos em outros locais do mundo, de acordo com a entidade.

Outro documento, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), mostra que grande parte do estoque de produtos organofosforados banidos na China em 2007 tem sido enviados ao Brasil.



A consequência: em 2011, uma pesquisa da Universidade Federal do Mato Grosso em parceria com a Fundação Oswaldo Cruz comprovou que até mesmo o leite materno pode conter resíduos de agrotóxicos. O estudo coletou amostras em mulheres do município de Lucas do Rio Verde (MT), um dos

maiores produtores de soja do país. Em 100% delas foi encontrado ao menos um tipo de princípio ativo.

Em algumas, até seis tipos. E em 70% das amostras o endosulfan estava presente. Hoje, é difícil dissociar safras recordes e indústria química, responsável pela fabricação de herbicidas, inseticidas e fungicidas, que matam e controlam a disseminação de plantas daninhas, insetos e fungos nas plantações.

Só em 2012, 185 milhões de toneladas de grãos foram colhidos no Brasil. Para chegar lá, agricultores têm uma infinidade de opções tecnológicas para evitar perdas de produção: cerca de 1.640 agrotóxicos estão registrados no país.

Incentivo público

Para entender como chegamos a uma posição de destaque no ranking químico, é preciso retroceder pelo menos até 1975, quando o regime militar incentivou o uso de agrotóxicos com o Plano Nacional de Defensivos Agrícolas, que condicionava a obtenção de crédito rural à aplicação de pesticidas.

"Foi também nessa época que apareceram as primeiras denúncias de contaminação de alimentos e intoxicação de trabalhadores rurais", explica o engenheiro agrônomo e consultor ambiental Walter Lazzarini, envolvido na formulação da Lei dos Agrotóxicos brasileira, em 1989, que estabeleceu regras mais rigorosas para a concessão de registros de novos produtos.

A lei vigora até hoje, com algumas mudanças no texto original. O gargalo, porém, está no cumprimento da legislação. "O país investe menos do que deveria em fiscalização e monitoramento", comenta Decio Zylbersztajn, professor e criador do Centro de Conhecimento em Agronegócios da FEA/USP.

No Brasil, o processo de registro de novos produtos passa por três ministérios (Agricultura, Meio Ambiente e Saúde), mas o número de pessoas que trabalham com agrotóxicos nesses órgãos é 20 vezes menor que a equipe dedicada ao assunto nos EUA, onde cerca de 850 pessoas atuam na área.

Aqui, os fabricantes têm isenção de alguns impostos, e o preço de registro de novos agrotóxicos é de no máximo US\$1 mil. Nos EUA, custa até US\$ 630 mil. Outro ponto polêmico: a legislação brasileira não prevê reavaliações periódicas obrigatórias dos agrotóxicos registrados.

Fonte: <http://www.mst.org.br/node/15564>

17 de dezembro de 2013

37,7 mil t de embalagens de agrotóxicos tiveram destino correto em 2013

O número representa um crescimento de 9% no volume coletado em todo o país, em relação ao mesmo período do ano passado



O Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias (inpEV) divulgou que de janeiro a novembro deste ano, mais de 37,7 mil toneladas de embalagens vazias de agrotóxicos foram recolhidas e encaminhadas para o destino ambientalmente correto. O número representa um crescimento de 9% no volume coletado em todo o País, em relação ao mesmo período de 2012.

O Estado de Mato Grosso foi o que mais recolheu embalagens nesse período. Foram 8,8 toneladas. Em seguida, vêm os estados do Paraná, São Paulo, Goiás e Rio Grande do Sul. Juntos, eles respondem por cerca de 70% do total do país. Maranhão, Rondônia e Roraima destacaram-se em relação ao aumento do volume recolhido.

De acordo com o inpEV, cerca de 94% das embalagens plásticas primárias, que entram em contato direto com o agrotóxico, são devolvidas pelos agricultores. A entrega é feita em 400 unidades de recebimento espalhadas pelo país. Parte desse insumo é reciclada, sendo novamente transformada em recipiente para esses produtos ou em embalagens plásticas; outra parte é incinerada.

Fonte: <http://souagro.com.br/mais-de-37-mil-toneladas-de-embalagens-de-agrotoxicos-tiveram-destino-ambientalmente-correto-em-2013/>

20 DE DEZEMBRO DE 2013
POR UM BRASIL ECOLÓGICO,LIVRE DE TRANSGÊNICOS &
AGROTÓXICOS

Car@s Amig@s,

Em setembro de 2012 a revista científica *Food and Chemical Toxicology* publicou o artigo “*Long term toxicity of a Roundup herbicide and a Roundup-tolerant genetically modified maize*”, do pesquisador francês Gilles-Eric Séralini e sua equipe, relatando dados de experimentos de laboratório conduzidos ao longo de dois anos para testar os efeitos de longo prazo do milho transgênico da Monsanto NK 603 e do glifosato, o herbicida utilizado em associação com o milho modificado.

O estudo, que foi realizado com 200 ratos de laboratório, revelou uma mortalidade mais alta e mais frequente associada tanto ao consumo do milho transgênico, como do glifosato, com efeitos hormonais não lineares e relacionados ao sexo. As fêmeas desenvolveram numerosos e significantes tumores mamários, além de problemas hipofisários e renais. Os machos morreram, em sua maioria, de graves deficiências crônicas hepato-renais.

A revista em que o artigo foi publicado é, internacionalmente, das mais conceituadas do ramo. Para serem aceitos e publicados os estudos passam, necessariamente, por rigorosa avaliação de outros cientistas – a chamada “revisão por pares”. Como seria de se esperar, após a publicação da pesquisa, que teve grande repercussão internacional, seguiu-se uma saraivada de críticas articulada pelas empresas e cientistas defensores da biotecnologia. As críticas foram todas respondidas pela equipe que realizou o estudo, que também disponibilizou à revista todos os dados adicionais solicitados após a publicação.

As duas críticas mais recorrentes ao estudo foram a espécie e o número de ratos utilizados como cobaias. Os ratos Sprague-Dawley foram “acusados” de serem naturalmente propensos ao desenvolvimento de tumores, e o número de ratos utilizados foi considerado insuficiente. Os críticos desconsideram, entretanto, que a espécie de cobaias utilizada pela equipe de Séralini é a mais

comum nesse tipo de estudo, inclusive nos experimentos realizados pelas empresas que desenvolvem plantas transgênicas. Outros artigos relatando experimentos envolvendo a alimentação de ratos dessa espécie com plantas transgênicas já haviam sido publicados na mesma *Food and Chemical Toxicology* e utilizados em processos que levaram à liberação comercial de variedades transgênicas sem que tenha havido, nesses casos, críticas quanto à escolha dos ratos.

Com relação ao número de cobaias utilizado Séralini advertiu que nenhum estudo que embasou a autorização de plantas transgênicas tinha mais de 10 ratos avaliados por grupo de tratamento – número utilizado por sua equipe. Além disso, cabe ressaltar que nenhum estudo publicado até então havia sido desenvolvido ao longo de dois anos, o que permitiu avaliar os efeitos da alimentação transgênica e da exposição ao glifosato ao longo do tempo de vida dos animais. É necessário observar que os principais problemas de saúde observados na pesquisa só começaram a aparecer a partir do quarto mês (nenhum outro estudo sobre o milho NK603 envolveu a alimentação de cobaias por mais que três meses).

No Brasil, após a publicação do artigo um grupo de entidades da sociedade civil encaminhou ao governo federal um ofício questionando a liberação comercial do milho NK603. Um grupo de integrantes e ex-integrantes da CTNBio (Comissão Técnica Nacional de Biossegurança) elaborou um parecer sobre o estudo de Séralini, também solicitando a revisão da liberação do milho transgênico no País. A Comissão, entretanto, se negou a reavaliar o produto e aprovou um contra-parecer, criticando o estudo francês – mas aceitou os dados da Monsanto obtidos a partir de ensaios feitos com a mesma linhagem e com durações mais curtas que a de Séralini *et al.* (Processo 01200.002293/2004-16, p. 200 e 205).

No sentido contrário, motivada pelos resultados do estudo de Séralini, a Agência Europeia de Segurança Alimentar (EFSA, na sigla em inglês) publicou, em setembro de 2012, diretrizes para a realização de estudos de longo prazo com ratos, reafirmando aspectos metodológicos usados por Séralini e sua equipe. Também em decorrência da relevância dos achados dessa pesquisa, a

Comissão Europeia publicou edital no valor de 3 milhões de euros para a realização de pesquisas similares.

Mas o mais recente – e duro – ataque ao estudo aconteceu no final de novembro último, quando a revista *Food and Chemical Toxicology* anunciou a “retirada” do artigo de Séralini.

Segundo a Elsevier, editora da revista, o artigo foi retirado pelo fato de “não ser conclusivo”. O Dr. A. Wallace Hayes, redator-chefe da revista, justificou a retirada com o argumento de que o reduzido número de ratos e a susceptibilidade da espécie de animais utilizada no experimento não permitem extrair conclusões definitivas. A consistência científica, os métodos e os resultados da pesquisa não foram questionados pela publicação.

Segundo observado pela Rede Europeia de Cientistas pela Responsabilidade Social e Ambiental (ENSSER, na sigla em inglês), o redator-chefe da revista não informou quem foram os revisores que o ajudaram a chegar à conclusão de que a revista deveria retirar o artigo, e tampouco revelou os critérios e a metodologia dessa revisão, que prevaleceu sobre a conclusão da revisão por pares original que apoiou a sua publicação. Segundo a ENSSER, “esta falta de transparência sobre como se tomou esta decisão é imperdoável, carente de rigor científico e inaceitável, e suscita suspeitas de que a retirada do artigo seja um favor à indústria interessada, particularmente à Monsanto”.

É preciso também observar que o posicionamento assumido pela revista é contrário ao próprio método científico, pois a ausência de conclusões definitivas é justamente o que motiva o aprofundamento das pesquisas e do conhecimento – e não o contrário. Como também ressalta a ENSSER, segundo as diretrizes estabelecidas pela Comissão sobre Ética Editorial (COPE, em inglês) a falta de resultados conclusivos de uma pesquisa não justifica a sua retirada de publicações científicas – a revista *Food and Chemical Toxicology* é membro da COPE.

Além disso, é preciso notar que a revista científica manteve publicações anteriores sobre efeito do consumo de milho transgênico realizadas com a

mesma linhagem de ratos, realizadas ao longo de apenas 13 semanas 90 dias.

E um detalhe crucial nessa história e que não pode ser esquecido é que a composição do comitê editorial da revista foi alterada após a publicação dos franceses – justamente para dar lugar a um ex-funcionário da Monsanto, que desenvolveu o milho NK 603. Cabe aqui novamente citar a ENSSER, quando diz que as pesquisas do Prof. Séralini têm hoje mais validade do que nunca, pois até mesmo esta revisão secreta revelou que não existe nenhum erro nas questões técnicas, nem na conduta, nem na transparência dos dados – fundamentos nos quais se baseia a ciência independente, e que a relevância de seus dados será decidida por futuros estudos científicos independentes, e não por um círculo secreto de pessoas.

Fonte: <http://aspta.org.br/campanha/657-2/>